Revista Brasileira de Sociologia

Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS

Vol 02, No. 04 | Jul/Dez/2014

RBS – REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

ISSN 2317-8507

Diretoria (Gestão 2013-2015)

Presidente
Soraya Maria Vargas Cortes, UFRGS
1º Vice Presidente
Carlos Benedito Martins, UnB
2º Vice Presidente
Jacob Lima, UFSCarlos
Secretário Geral
Emil Albert Sobottka, PUC-RS
Tesoureiro
Luiz Claudio Lourenço, UFBA
1º Secretário
Rogerio Proença Leite, UFS
2º Secretário
Marcos César Alvarez, USP
Diretores
Silvio Cesar Camargo, UNICAMP
Ana Luisa Sallas, UFPR
André Botelho, UFRJ
Maria Eduarda da Motta, UFPE
Marcelo Sampaio Carneiro, UFMA
Conselho Fiscal
Danyelle Nilin Gonçalves, UFC
Helena Bommeny, UFRJ
Silvio Higgins, UFMG

Publicação Semestral da SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial
Soraya Maria Vargas Cortes, UFRGS

Editor executivo
Rogerio Proença Leite, UFS

Comissão Editorial
Irlys Barreira, UFC
Celi Scalon, UFRJ
Emil Sobottka, PUC-RS
Renato Sérgio de Lima, FBSP
Tom Dwyer, UNICAMP

Conselho Editorial
Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I
Ana Luisa Fayet Sallas, UFPR
André Pereira Botelho, UFRJ
Arturo Morato, Univ. Barcelona
Carlos Benedito Martins, UnB
Carlos Fortuna, Univ. Coimbra
Cesar Barreira, UFC
Franz Josef Brüseke, UFS
Gabriel Cohn, USP
Jacob Lima, UFSCarlos
José Machado Pais, ICS/Lisboa
José Vicente Tavares, UFRGS
José Ricardo Ramalho, UFRJ
Jorge Ventura, UFPE
Lúcio Oliver Costilla, UNAM, México
Marcos César Alvarez, USP
Margareth Archer, EPFL- University of Warvick
Maria Stela Grossi, UnB
Michel Burawoy, Berkeley University
Paulo Sérgio da Costa Neves, UFS
Renan Springer de Freitas, UFMG
Sérgio Adorno, USP

Secretária de Editoria: Deborah Dorenski
Revisão: Raquel Meister Ko Freitag
Diagramação: Adilma Menezes
Capa: Allan Veiga Rafael

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – Vol. 02, n. 04 (jul./dez. 2014)- . – Sergipe: SBS, 2013-
Semestral
ISSN 2317-8507 (impresso)
ISSN 2318-0544 (Eletrônico)

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

Sumário

13 Uma hermenêutica das conversações interiores: a noção de sujeito em Margaret Archer e em Hans-George Gadamer
Cynthia Lins Hamlin

49 Alteridades urbanas e dupla contextualização: O exemplo dos bairros de Wazemmes em Lille (França) e de Iracema em Fortaleza (Brasil)
Abdlehafid Hammouche

83 Classe Média e Mudanças de Renda no Brasil
José Alcides Figueiredo Santos

109 Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI
Lilia Montali

135 A CUT no início do século XXI: Perfil dos dirigentes e desafios da ação sindical
Fernanda Forte de Carvalho

159 Braverman e a centralidade do processo de trabalho: comentário sobre comentadores desde uma leitura periférica
Leonardo Mello e Silva

183 O mercado de trabalho e a questão do emprego no Brasil: integração precária e desenvolvimento desigual
Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas

205 Ação coletiva e polarização na sociedade em rede: para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo
Margareth da Luz Coelho
Marco Aurelio Ruediger
Rafael Martins de Souza
Amaro Silveira Grassi

235 Corpos e cidade em movimento: jovens e (in) visibilidades nos circuitos econômicos e comerciais na cidade de Sobral-Ceará
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares
Nadja Rinelle Oliveira de Almeida
Alba Maria Pinho de Carvalho

249 A teoria da 'Sociedade do Espetáculo' e os mass media: vetores ideológicos
Daniel Maurício Viana de Souza

273 Entre o consenso e o conflito ou qual o lugar dos Movimentos Sociais na relação entre Teoria Social e Democracia?
Rodrigo Mello

293 Resumo, Abstract e Résumé

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.87
10.20336/rbs.87
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jul./Dez./2014

Rogerio Proenca Leite
EDITOR DA RBS

EDITORIAL

Este número da *Revista Brasileira de Sociologia* é, como os 3 anteriores, especial: trata-se do primeiro número resultante de chamada aberta, via edital. Vários colaboradores, do Brasil e de outros países da América Latina, submeteram artigos com as mais diversas temáticas e sob as mais plurais matizes teóricas. A Editoria agradece a todos pelo interesse muito digno em desejar publicar na *RBS*, uma revista muito jovem e ainda sem *qualis*.

Publicar é um verbo transitivo direto. Significa levar ao conhecimento do público, divulgar, propagar. Quem torna público o que pensa é porque tem algo a dizer e, ao faze-lo, é porque não teme comprometer-se. Derivada do latim *publicare* e de *publicus* (tornar público), a expressão tem conotações muitos distintas na vida acadêmica presente.

Em certa altura, publicavam-se com muita parcimônia teses em forma de livros ou resultados densos de pesquisa realizada em longo tempo. Em geral, trabalhos autorais. Muito raramente em coautoria restrita. Mesmo a publicação de artigos com resultados parciais de investigações eram processos vagarosos, em parte porque não se cobrava tanto por publicações, em parte mesmo porque a preocupação com a exposição pública das ideias e resultados de pesquisa a serem divulgadas parecia ser mais criteriosa.

Publicar pouco não significa ter pouco a dizer, da mesma forma que publicar muito não necessariamente significa ter muito a dizer e, principalmente, ter algo realmente importante a ser dito.

Duas lógicas tardias adentraram a produção acadêmica nas últimas décadas: a mais-valia e o *fast-paper*. Ambas as lógicas expressam um espírito um tanto doentio da alta contemporaneidade: a produção hiperativa e hiperneurótica do sujeito (no sentido de sujeitar-se)do rendimento. Para *mais-valer* a produção, acredita-se, sem muito pundonor intelectual, que não há nada de mais em escrever alucinadamente, mesmo que aquilo que se publique não tenha lá muito sentido nem serventia. A cultura do *fast-paper* tem transformado o ato crítico, profundo e inovador do pensamento público científico numa operação meio degenerada de cálculo estratégico para a autopromoção do pesquisador: poucos se preocupam em contribuir de fato com um tema ou questão; outros tantos parecem apenas interessados com a sobrevivência epidérmica no mercado dos bens acadêmicos. E em ser visto nesse mercado.

Dizia-se antigamente: "publique ou pereça". Já não é verdade. Muitos que estão produzindo continuarão a perecer por absoluta falta de ressonância daquilo que escrevem. E muitos nem se incomodam com isso. Publicar era para circular ideias, testar novos conceitos ou arriscar novas interpretações. Publicar passou a ser um imperativo cruel para ter acesso a meios, recursos e posições. Deixou de ser um fim, para ser um instrumento meio.

Quem sabe haveremos de poder recuperar o autêntico sentido valioso do *publicare*, no âmbito daqule melhor espirito da sociologia como artesanato intelectual. Que este primeiro número aberto ao público seja também um contributo para uma desejada mudança na mentalidade do tornar *publicus*.

Que a *Revista Brasileira de Sociologia* seja sempre um canal aberto e democrático para assegurar a pluralidade de abordagens que animam a Sociologia. E que o verbo publicar continue a ser transitivo direto.

Autores

Abdelhafid Hammouche

Sociólogo, professor do ensino superior na Universidade de Lille1, depois de ter sido professor na Universidade de Lyon 2. Os seus trabalhos têm incidido em diversos domínios (migrações, ação pública, dinâmicas urbanas), favorecendo sempre uma orientação comparativa internacional. Os seus interesses atuais centram-se nas dinâmicas sociais e na ação pública no espaço urbano (dispositivos locais de ação pública relacionados com a política da cidade ou com as políticas culturais) depois de ter trabalhado sobre a família em situação migratória (casamento, casal, relações entre gerações e relações de género, comprometimento público). A investigação que coordena desde 2010 implica investigadores franceses, brasileiros, japoneses e inscreve-se numa sociologia da cidade para questionar a urbanidade e a governação dos espaços urbanos. O objetivo é esclarecer os modos de viver a cidade e os sistemas de ação para a governar desenvolvendo uma abordagem comparativa que permita analisar as dinâmicas sociais nos espaços emblemáticos de cidades como Lille (França), Fortaleza (Brasil) e Yokohama (Japão).

Alba Maria Pinho de Carvalho

Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (1973), Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC (1982) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1999). Desenvolveu o Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra CES/UA Portugal. Atualmente é professora Associada I da Universida-

de Federal do Ceará, atuando principalmente nos seguintes temas: Mundialização do Capital em Tempos de Ajuste; Transformações na América Latina; Emancipação Social no Século XXI; Brasil Contemporâneo; Estado e Políticas Públicas; Democracia; Política de Assistência Social; Avaliação de Políticas Públicas; Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais.
Endereço para acessar o CV: http://lattes.cnpq.br/5941867047206757

Amaro Silveira Grassi

Pesquisador da FGV/DAPP e mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP). Possui experiência nas áreas de Sociologia Política e do Desenvolvimento, Políticas Públicas, Política Internacional e Jornalismo. Atua em pesquisas qualitativas e quantitativas conjugadas com as novas tecnologias da informação e comunicação, com ênfase na sociedade em rede e sua relação com o Estado.

Cynthia Hamlin

Professora Associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Seus principais livros incluem "Beyond Relativism" (Londres: Routledge, 2002 e 2012); "Spiegazione scientifica e Relativismo Culturale" (com Raymond Boudon and Enzo di Nuoscio. Roma: LUISS Edizione, 2000) e Sociologia: sua bússola para um novo mundo (com Robert Brym, John Lie, Remo Mutzenbert, Eliane Veras e Heraldo Souto Maior). Publicou em periódicos como o Journal Fur Psychologie, Sociological Theory, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados, Revista de Estudos Feministas, Cadernos Pagu, Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social e Theory, Culture and Society (no prelo).

Daniel Maurício Viana de Souza

Graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2004). Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI- IBICT/UFF (2007). Doutorando em Sociologia pelo PPGS da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Dedica-se a estudos vinculados a museus, ciência, divulgação científica, coleções científicas, memória, patrimônio, ideologia e teoria da sociedade do espetáculo.

Fernanda Forte de Carvalho

Socióloga, Mestre e Doutora em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, na especialidade de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Sindicalismo e Sociedade sediado na Universidade de São Paulo - USP. Assessora sindical na Secretaria de Formação da Central Única dos Trabalhadores – CUT – Brasil, desde 2013.

Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas

Professor associado do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP/UFPel), Doutor em Sociologia (2008) pela Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines (França) com Pós-Doutorado em Sociologia (2011-2012) pela UFRGS. Possui Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Ciências Sociais "Cultureset Comportements Sociaux" (1997) pela Universidade de Paris V (França). Integra os Grupos de Pesquisa "Trabalho e Trabalhadores: Identidades, Desigualdades e Transformações Sociais" (UFPel) e "Núcleo de Estudos Urbanos - NAU" (FURG), desenvolvendo pesquisas sobre os temas: "Emprego e desenvolvimento", "Trabalho, desigualdades e análise de trajetórias e experiências de trabalhadores no mercado de trabalho", "Trabalho e relações de gênero", "Mercado de trabalho, políticas públicas de emprego e precariedade do trabalho no Brasil".

José Alcides Figueiredo Santos

Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Investigações realizadas sobre classe social, raça, gênero, desigualdades de renda e saúde no Brasil têm sido publicados

nos principais jornais de ciências sociais do país. Áreas de interesse: sociedade brasileira; classes sociais; desigualdades de raça e de gênero; análise de dados quantitativos; estratificação social.

Leonardo Mello e Silva

Professor doutor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, membro fundador e pesquisador do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos de Cidadania), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma Universidade. Possui pós-doutorado no Centre Pierre Naville da Universidade de Evry (França). É atualmente da diretoria do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru). Tem trabalhos publicados nas áreas de sociologia do trabalho e do sindicalismo. Obra mais recente é a organização da coletânea, juntamente com Elísio Estanque: "Facetas do Trabalho na Contemporaneidade", Curitiba, Editora Appris, 2012."

Lilia Montali

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do CNPq. Desenvolveu projetos de pesquisa e artigos publicados em livros e revistas sobre os temas da desigualdade social e pobreza, divisão sexual do trabalho e desigualdades de gênero no mercado de trabalho, relação família e trabalho e políticas sociais.

Marco Aurelio Ruediger

Diretor da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas (FGV/DAPP), doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Mestre em Urban Policy Analysis and Management pela New School for Social Research em Nova York. Fez especialização em Elaboração de Estudos de Caso sobre Gerencia Social pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento de Washington D.C. Atua também como consultor em

projetos de desenvolvimento institucional pela FGV junto a governos estaduais e ao governo federal brasileiro, tendo atuado no Ministério da Educação e Ministério da Justiça, entre outros órgãos de estado.

Margareth da Luz

Pesquisadora da FGV/DAPP, doutora e em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF) e mestre pelo antigo Programa de pós-graduação em Antropologia e Ciência Política (PPGACP/UFF). Foi professora da Graduação em Produção Cultural da UFF, onde lecionou disciplinas da área de política e planejamento cultural. Foi gestora da Fundação de arte de Niterói/ Secretaria de Cultura, onde dirigiu o selo editorial Niterói Livros. Tem experiência na área de antropologia urbana e políticas culturais. Atua em pesquisas qualitativas equantitativas de opinião, com ênfase em avalição e monitoramento de políticas públicas. Atua como consultora em projetos de desenvolvimento institucional pela FGV junto ao governo federal brasileiro.

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Formação Especial Pedagógica pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Mestrado em Gestão Pública pela mesma Universidade. Doutoranda em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada à linha de pesquisa Processos de Trabalho, Estado e Transformações Capitalistas. Bolsista da CAPES desde agosto de 2011. Atualmente é professora Assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) atuando especialmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Política de Assistência Social, Avaliação de Políticas Públicas, Trabalho, Juventude, Participação, Gestão Social, Movimentos Sociais. Pesquisadora e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Culturas Juvenis (GEPCJU), coordenando a linha de pesquisa "Juventude, Trabalho e Políticas Públicas".
Endereço para acessar o CV: http://lattes.cnpq.br/6265061354535041

Nadja Rinelle Oliveira de Almeida
Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestre e atualmente doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada à linha de pesquisa Educação Ambiental, Juventudes, Arte e Espiritualidade. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) desde agosto de 2013. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU) e do Grupo de Estudos Pesquisas Juventudes, Sociedade e Cultura.
Endereço para acessar o CV: http://lattes.cnpq.br/8437059537669255

Rafael Martins de Souza
Coordenador de Pesquisa da FGV/DAPP, doutor em Economia pela Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE); e mestre em Ciências Estatísticas (UFRJ). Trabalhou no Grupo Libra como Econometrista e foi pesquisador da ENCE, onde lecionou na Graduação. Também foi professor de Análise Microeconômica e Econometria do IBMEC-Rio. Prestou serviço de consultoria em Estatística e Econometria a diversas empresas e instituições. Tem experiência em modelagem econométrica de índices de inflação, indicadores de atividade econômica e análise de riscos financeiro. Atua como consultor em projetos de desenvolvimento institucional pela FGV junto a governos estaduais e ao governo federal.

Rodrigo Mello
Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO-UFJF), membro dos grupos de pesquisa do CNPq, "Anticapitalismo e Sociabilidades Emergentes" (UFFS) e "Democracia, Instituições e Participação Social" (UEMG). Atualmente é professor do curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), campus Barbacena. Dedica-se a estudos na área de teoria social, filosofia política, democracia e movimentos sociais.

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.76
10.20336/rbs.76
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jun/Dez/2014
Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

Cynthia Lins Hamlin*

UMA HERMENÊUTICA DAS CONVERSAÇÕES INTERIORES: A NOÇÃO DE SUJEITO EM MARGARET ARCHER E EM HANS-GEORGE GADAMER

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma reflexão sobre a ontologia do sujeito implícita à teoria da agência de Margaret Archer. Com base nas vertentes mais individualistas do pragmatismo, Archer apropria-se da noção de conversações interiores a fim de destacar o caráter reflexivo e privado do self, revelando uma concepção de sujeito hiperreflexivo e autocentrado. A hermenêutica de Gadamer é apresentada como uma alternativa a esta ontologia. Argumento que sua teoria da interpretação repousa sobre uma concepção dialógica de sujeito cujas conversações interiores sublinham a centralidade das práticas na construção da subjetividade. Ao estabelecer que a (auto)compreensão depende de um encontro com a diferença e a alteridade, Gadamer, ao mesmo tempo que nega a autotransparência e o fechamento do sujeito, abre a possibilidade de (auto)consciência e reflexividade na agência humana.
Palavras-chave: Agência, Archer, Conversações Interiores, Gadamer, Reflexividade, Subjetividade.

ABSTRACT

This paper consists in a reflection about the ontology of the subject implicit to the theory of agency of Margaret Archer. Based on pragmatism's more individualistic approaches, Archer appropriates the notion of internal conversations in order to emphasise the reflexive and private character of the self, thus reavealing a hiperreflexive and self-centered conception of the subject. Gadamerian hermeneutics is presented as an alternative to this ontology. I argue here that his theory of interpretation

*Professora Associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Seus principais livros in- cluem "Beyond Relativism" (Londres: Routledge, 2002 e 2012); "Spie- gazione scientifica e Relativismo Culturale" (com Raymond Boudon and Enzo di Nuoscio. Roma: LUISS Edizione, 2000) e Sociologia: sua bússola para um novo mundo (com Robert Brym, John Lie, Remo Mutzenbert, Eliane Veras e Heraldo Souto Maior). Publicou em periódicos como o Journal Fur Psychologie, Sociological Theory, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados, Revista de Estudos Feministas, Cadernos Pagu, Revista Latinoamericana de Metodología de la Inves- tigación Social e Theory, Culture and Society (no prelo).

rests upon a dialogical conception of the subject whose internal conversations highlight the centrality of practices in the construction of subjectivity. In establishing that (self-) understanding depends on an encounter with difference and alterity, Gadamer, while denying self--transparency and self-enclosure, allows for (self-) consciousness and reflexivity in human agency.

Keywords: Agency, Archer, Internal Conversations, Gadamer, Reflexivity, Subjectivity.

RÉSUMÉ:

Ce travail est une réflexion a propos de l'ontologie du sujet contenue dans la théorie de l'agence de Margaret Archer. Fondée sur les courants plus individualistes du pragmatisme, Archer s'approprie la notion de "conversations intérieures" pour souligner le caracter réflexif et privé du "self", dévoilant une conception de sujet hiperréflexif et égocentrique. L'herméneutique de Gadamer est presenté comme une alternative a cette ontologie. Je propose que la théorie de l'interprétation de ce dernier soit ancré dans une conception dialogique de sujet, dont les conversations intérieures montrent la centralité des pratiques à la construction de la subjectivité. En établissant que l'auto-compréhension dépend d'une rencontre avec la différence et l'alterité, Gadamer nie toute possibilité d'autotransparence et de renfermement du sujet, en même temps, il ouvre la possibilite d'autoconscience et de réflexivité chez l'être humain.

Mots-clés: Agence, Archer, Conversations Intérieures, Gadamer, Réflexivité, Subjectivité.

Cynthia Lins Hamlin

UMA HERMENÊUTICA DAS CONVERSAÇÕES INTERIORES: A NOÇÃO DE SUJEITO EM MARGARET ARCHER E EM HANS-GEORGE GADAMER

Introdução

A agência humana tem se revelado intratável na teoria social. Parte do problema diz respeito à dificuldade de se conceber o ser humano sem apelar para uma das alternativas igualmente redutoras de um ente completamente autônomo, racional e ahistórico, ou totalmente determinado por suas circunstâncias. De um ego transcendental que constitui o fundamento e a causa de toda ordem à subjetividade como puro efeito das estruturas[2], toda teoria social pressupõe e/ou busca construir uma concepção desse agente, seja sob a denominação de self, ego, espírito, sujeito, ator, pessoa, indivíduo ou agente moral.

1 Este artigo é fruto de um Estágio Sênior financiado pela Capes (proc. 1314-12-2) no Centro de Ontologia Social na École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça, entre setembro de 2012 e agosto de 2013. Agradeço a Margaret Archer, Frédéric Vandenberghe, Kate Forbes-Pitt, Silke Weber, Artur Perrusi, William Outhwaite, Thomas Leithauser, Gabriel Peters e Ricardo Antunes pelas inúmeras sugestões e críticas.

2 Obviamente que uma teoria que concebe o ser humano dessa forma só pode ser considerada uma teoria da agência humana no sentido estritamente negativo. O impasse estruturalista reside justamente no fato de que, ao rejeitar uma teoria da mudança com base no sujeito transcendental e reconceitualizar a subjetividade como puro efeito estrutural, o que se tem é uma essencialização ou eternização das estruturas, e as práticas humanas não fazem mais do que reproduzí-las (Hudson, 2006).

Independente da terminologia utilizada, o que está em jogo na agência humana é uma concepção de ser humano capaz de gerar mudanças em si mesmo e na ordem sociocultural. Uma primeira aproximação do problema pode ser feita a partir da distinção entre teorias das práticas e teorias da ação (cf. Reckwitz, 2002). Como em todas as distinções analíticas, há uma sobreposição considerável entre os autores assim classificados, mas existem diferenças significativas em suas concepções de agência devido à ênfase em elementos tácitos, implícitos ou inconscientes, por um lado, e conscientes, intencionais ou refletidos, por outro. Assim, enquanto uma teoria das práticas sociais diz respeito fundamentalmente à organização simbólica da vida social e seus efeitos sobre as formas rotinizadas nas quais 'os corpos se movem, os sujeitos são tratados, as coisas são descritas e o mundo é compreendido' (Ibid.: 250), as teorias da ação dizem respeito aos significados subjetivos que são tratados como motivos, razões ou causas de todo fazer humano. Entre as primeiras encontram-se aqueles autores mais diretamente influenciados pelas viradas cultural e linguística, como é o caso de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, o último Foucault, Charles Taylor; entre as segundas, Colin Campbell e Margaret Archer que, ainda que considerem a importância da linguagem e da cultura, tendem a enfatizar o papel da 'linguagem auto-dirigida' (Campbell, 1998: 136) ou das 'conversações interiores' como elementos causais da ação individual.

Essa distinção está intimamente relacionada aos diferentes elementos mobilizados na crítica à metafísica do sujeito que informou a filosofia moderna e, por derivação, as ciências sociais. Em termos etimológicos, a noção de sujeito remonta à tradução latina (*subiectum* ou *substantia*) do grego *hypokeimenon*: aquilo que permanece igual à medida que constitui o substrato de toda mudança. Sua conotação moderna surge com o *cogito me cogitare* de Descartes, algo que assume primazia epistêmica dado que resiste a toda dúvida (Gadamer, 2000: 276-77). O resultado é uma teoria do conhecimento que opõe de forma excludente sujeito e objeto, mente e mundo, interior e exterior, ao postular duas ontologias incomensuráveis: a dos seres

extensos, divisíveis, analisáveis, determinados e cognoscíveis *versus* a dos seres pensantes, livres, indivisíveis e incognoscíveis. O sujeito passa, então, a ser concebido como uma mente autossuficiente que se relaciona com os objetos do mundo por meio de estados mentais internos que, de alguma forma, representam, mas não dependem desses objetos (Dreyfus, 2004). A centralidade desse sujeito é ainda reforçada por Kant, que ao reconhecer a importância da subjetividade no processo de síntese da percepção, faz com que o pensar sobre o próprio pensamento, a reflexividade, assuma primazia em relação ao voltar-se diretamente a um objeto. Assim, a concepção moderna de sujeito passa a ser identificada com as noções de autorreferência, reflexividade, ipseidade (Gadamer, 2000: 278).

Mas se Kant é co-responsável pela centralidade conferida ao sujeito com sua ênfase na epistemologia, ele também introduz um paradoxo que se configura central nos estudos históricos e, mais tarde, nas ciências sociais: nós, seres humanos, somos determinados por leis, mas, ao contrário das leis que regem a natureza, as primeiras devem ser concebidas como razões auto-impostas (leis morais) (Kant, 1995). O paradoxo consiste no fato de que a vontade requer a razão para impor qualquer razão sobre si mesma e, neste sentido, a primeira razão não pode ser autoimposta, mas requer outra razão para sua imposição, *ad infinitum* (Pinkard, 2004: 204). Isso, por seu turno, leva a um questionamento do sujeito como substrato da história (e de si mesmo), algo que, como ficará claro mais adiante, tem início com o deslocamento da epistemologia em direção à estética, conforme iniciado pela tradição romântica, particularmente ao estabelecer o papel da cultura e da linguagem no pensamento (Taylor, 1985). O desenvolvimento dessa crítica, culminando no decreto da morte do sujeito com o estruturalismo e o pós-modernismo, levou Alain Touraine (2005) a definir a história das ciências como a eliminação paulatina daquele conceito. Mas aquilo que parecia morto revela uma grande resiliência, ainda que sob uma roupagem inteiramente nova. Mesmo as vertentes construtivistas mais radicais, como é o caso do pós-estruturalismo, têm enfatizado a necessidade

da incorporação de uma concepção de sujeito que, nos termos de Badiou (2004), não o identifique com tudo o mais que é reconhecido em uma determinada ontologia[3].

De um ponto de vista mais estritamente sociológico, autores como Margaret Archer, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Axel Honneth, Hans Joas, Jeffrey Alexander, Randall Collins, Bruno Latour, Bernard Lahire e Alain Caillé parecem compartilhar um projeto pós-bourdieusiano difuso em torno de uma sociologia crítica ou reflexiva que reitera a importância do ator (Vandenberghe, 2012). Nesse projeto, a rejeição à metafísica do sujeito é associada à busca de uma concepção de agência que incorpore elementos como resistência e mudança, mas as diferentes teorias evidenciam uma tensão entre a subjetividade concebida primordialmente como efeito ou como causa de elementos culturais e sociais, consequentemente, com foco nas práticas ou na ação.

A abordagem morfogenética de Margaret Archer ilustra particularmente bem essa tensão: se, por um lado, a autora desenvolve uma teoria da socialização com ênfase na ideia de prática, por outro, sua teoria da agência foca a dimensão reflexiva do ator social, frequentemente em detrimento dos elementos tácitos e 'prerreflexivos' do comportamento humano. Não por acaso, diversas tentativas de síntese entre seu conceito de reflexividade e o conceito bourdiano de *habitus* tem sido propostas (cf. Sweetman, 2003; Sayer, 2005; Adams, 2006; Elder-Vass, 2007; Mouzelis, 2008; Burkitt, 2012). De uma perspectiva ligeiramente distinta, Frédéric Vandenberghe (2012; 2014) procura enfatizar o pa-

3 Essa identificação pode ser percebida nas discussões de Bourdieu sobre estética. Em uma formulação típica de seus momentos mais estruturalistas, Boudieu (1993: 98-99) afirma que 'o sujeito que origina uma obra de arte não é nem o artista individual – a causa aparente – nem um grupo social ... [m]as o campo de produção artística como um todo [...]. Assim, o sujeito de uma obra é o *habitus* em relação com uma "posição", isto é, com um campo'. Tentativas de se transcender essa identificação foram feitas não só pelo próprio Bourdieu - por exemplo, ao argumentar que em determinadas situações de ruptura entre o *habitus* e o campo outros princípios de produção das práticas, como o pensamento consciente e racional, podem se manifestar (Bourdieu, 1990: 108) – mas também por pós-estruturalistas como Ernesto Laclau e Judith Butler. Para uma discussão sobre as concepções de sujeito de Laclau e Butler, ver, respectivamente, Hudson (2006) e McNay (1999).

pel da linguagem e da cultura na concepção de agência de Archer por meio de uma releitura de suas influências pragmatistas e da introdução da hermenêutica Gadameriana. Até o momento, entretanto, Vandenberghe tem se limitado à indicação da importância da hermenêutica filosófica num projeto como esse, concentrando-se em uma crítica à leitura archeriana do pragmatismo. Meu propósito aqui é dar continuidade à dimensão hermenêutica do que poderia ser definido como uma crítica à ontologia do sujeito de Archer. Neste sentido, descreverei em linhas gerais a abordagem morfogenética, sua concepção de sujeito e os problemas que tal ontologia coloca. Em seguida, apresentarei a hermenêutica de Gadamer como uma ontologia alternativa que, ao conceber a prática como condição *sine qua non* da reflexividade, possibilita superar alguns dos problemas da teoria archeriana.

Morfogênese e reflexividade

Desde o final dos anos de 1970 Archer vem desenvolvendo uma abordagem original para o que Dahrendorf denominou 'o fato vexatório da sociedade': o de que as pessoas moldam a sociedade ao mesmo tempo que são moldadas por ela no processo de modificá-la (morfogênese) ou reproduzi-la (morfostase), individual ou coletivamente (Archer, 1995). Ao lado de autores como Giddens, de cuja teoria da estruturação efetuou uma forte crítica[4], elegeu a relação agência-estrutura[5] como um dos principais problemas da teoria so-

4 Essa crítica, que mais tarde também é estendida a Bourdieu e a Ulrick Beck, refere-se ao que Archer denomina de 'conflação central'. Grosso modo, o termo diz respeito à não-separação entre agência, estrutura e cultura devido a uma ontologia da praxis que não reconhece a autonomia ou os diferentes poderes causais de cada uma dessas ordens. Sua própria abordagem pressupõe, em vez disso, um dualismo analítico segundo o qual é possível separar a influência relativa de cada uma delas ao se introduzir uma perspectiva temporal e causal (cf. Archer, 1995; 2012).

5 Embora Archer continue a falar do debate agência/estrutura como fundante de sua teoria, é possível perceber o quanto este é cada vez mais caracterizado em termos de uma oposição às abordagens construtivistas. A este respeito, ver suas críticas do 'homem da modernidade' e do 'ser da sociedade' como os 'fundamentos' das concepções de agência humana na modernidade e na pós-modernidade (Archer, 2000).

cial, um problema que, para ela, é parte de uma questão mais ampla: em que medida a sociologia deve endossar uma ontologia estratificada segundo a qual estruturas e as pessoas consistem em tipos distintos de agentes, com propriedades e poderes também distintos e irredutíveis. Ao aplicar os princípios do realismo crítico à sua teoria, a autora considera que tanto a cultura quanto a estrutura social devem ser concebidas como fenômenos objetivos, relativamente independentes das representações dos indivíduos contemporâneos, e cujas propriedades sistêmicas são acionadas, elaboradas e modificadas nas interações entre indivíduos e grupos[6].

No pólo da agência, seu *Being Human* (2000) pode ser considerado não apenas uma forma de resistência ao 'imperialismo sociológico' e sua tendência de representar os seres humanos em termos exclusivamente sociais, mas também daquelas vertentes pós-modernas que os consideram uma mera posição no discurso (cf. Laclau e Mouffe, 1985). Em oposição a isso, seu agente humano é definido a partir da noção de subjetividade, compreendida como uma propriedade ou poder causal específico: a reflexividade. A reflexividade, concebida como uma conversação interior que ocorre privadamente em nossas mentes, é o que nos permite deliberarmos acerca da relação entre nossas circunstâncias objetivas (estrutura social e cultura) e o conjunto de preocupações que, com base nos trabalhos de Charles Taylor e Harry Frankfurt, nos torna seres humanos únicos. Essas preocupações, à medida que são intencionalmente consideradas, tornam-se projetos que orientam os cursos de ação individuais, ativando ou restringindo os poderes causais das estruturas.

Os mecanismos por meio dos quais as estruturas sociais são mediadas pela agência humana são estabelecidos em *Structure, Agency and the Internal Conversation* (2003). Nessa obra, Archer desenvolve uma tipologia básica e não exaustiva dos tipos reflexivos: reflexivos

6 Essa ontologia, apresentada em dois livros principais (*Culture and Agency*, de 1988, e *Realist Social Theory*, de 1995), baseia-se no realismo crítico de Roy Bhaskar. Para introduções, em português, ao realismo crítico, remeto a Hamlin, 2000 e a Vandenberghe, 2010.

comunicativos, reflexivos autônomos, metarreflexivos e reflexivos fraturados[7]. Por meio de diferentes formas de reflexividade, os agentes humanos examinam suas preocupações pessoais a partir de suas circunstâncias e avaliam suas circunstâncias a partir de suas preocupações, estabelecendo assim o papel da reflexividade na mediação entre propriedades e poderes subjetivos e objetivos.

Para a autora, os diferentes tipos de reflexividade não geram as mesmas consequências em termos internos (individuais) e externos (sociais), reforçando sua tese de que estruturas e agentes não podem ser reduzidos uns aos outros. Em *Making Our Way Through the World* (2007), ao investigar a relação entre diferentes práticas reflexivas e padrões individuais de mobilidade social, Archer argumenta que a reflexividade comunicativa é internamente associada à imobilidade social, a reflexividade autônoma à mobilidade ascendente e a metarreflexividade à volatilidade social ou à mobilidade lateral. Externamente, os reflexivos comunicativos contribuem para a estabilidade social e para a integração; os reflexivos autônomos para o aumento da 'produtividade social'; os metarreflexivos, para o desenvolvimento de valores contraculturais que desafiam a comodificação e burocratização das relações humanas.

7 De forma resumida, reflexivos comunicativos caracterizam-se pela transposição quase que imediata das conversações interiores para o plano das conversações interpessoais. É uma espécie de 'pensar em voz alta' e suas preocupações centrais dizem respeito às suas relações com outras pessoas. Os reflexivos autônomos tendem a ser pensadores independentes cujas reflexões são orientadas para objetivos ligados à ordem prática, sobretudo relativas ao mundo do trabalho. Embora às vezes caracterizados como tipicamente modernos e orientados por uma razão de tipo instrumental, outras vezes são, paradoxalmente, caracterizados em termos de ações habituais que geram uma grande continuidade contextual dado que os fins de suas ações não são questionados. Metarreflexivos, por seu turno, são pensadores críticos que refletem exaustivamente sobre suas preocupações últimas e sobre a ordem social. Reflexivos fraturados, conforme enfatizado em seus últimos trabalhos, referem-se aqueles atores que, por razões distintas, mas particularmente devido ao 'excesso' de possibilidades que caracterizam as sociedades contemporâneas, não conseguem estabelecer uma reflexão sistemática entre suas circunstâncias objetivas e seus projetos pessoais. Embora Archer refira-se a 'tipos reflexivos', ela enfatiza que não se trata de tipos psicológicos, já que um mesmo indivíduo pode, num espaço de tempo relativamente curto, passar de um modo a outro de reflexividade, dependendo das circunstâncias e de suas preocupações momentâneas (comunicação pessoal da autora).

Em seus trabalhos mais recentes, a ênfase muda de uma *abordagem* para uma *sociedade* morfogenética. *The Reflexive Imperative in Late Modernity* (2012) consiste na defesa da ideia de que 'o imperativo de ser reflexivo está se tornando categórico para todos, embora se manifeste apenas nas partes mais desenvolvidas do mundo' (Archer, 2012: 1). Mas se essa formulação sugere que o que foi anteriormente definido como uma propriedade humana geral passou a ser concebido como uma propriedade sistêmica, essa ideia é (em parte) relativizada pela crítica ao conceito de reflexividade de autores como Giddens e Beck, particularmente a de que a reflexividade é uma propriedade subjetiva e não sistêmica (cf. Archer 2010). Para Archer, a 'extensividade segundo a qual a reflexividade é praticada pelos sujeitos sociais aumenta proporcionalmente à medida que a morfogênese (em oposição à morfostase) social e cultural se impõem sobre eles' (Archer 2012: 7). Essa ideia de 'extensividade' é por vezes associada ao aumento de um tipo específico de reflexividade (a metarreflexividade); outras, a um processo de substituição paulatina do *habitus* (frequentemente associado à ideia de comportamento tradicional) pela reflexividade *tout court*. Incidentemente, isso explica sua resistência às diversas tentativas de síntese entre os dois conceitos: ao substituir a 'descontinuidade contextual' que caracterizaria a modernidade pela 'incongruência contextual' das sociedades europeias contemporâneas o *habitus* teria se tornado cada vez menos relevante para a agência humana[8].

8 Não é meu propósito aqui efetuar uma crítica ao evolucionismo implícito a tal análise, mas vale a pena salientar que esta obra apresenta alguns problemas metodológicos. Sua amostra (voluntária) consiste em alunos do primeiro ano do curso de sociologia da Universidade de Warwick. Isso, por si só, já representa um viés em relação ao tipo de reflexividade que se pretende generalizar: a maior frequencia de metarreflexivos pode estar relacionada tanto à faixa etária dos alunos, quanto ao tipo de preocupação que caracteriza estudantes de sociologia. Essa amostra é ocasionalmente comparada a uma outra, também não representativa, da cidade de Coventry (cf. Archer 2007a). O uso de técnicas de estatística inferencial para extrair conclusões das duas amostras coloca algumas limitações à sua tese sobre o aumento da metareflexividade, ainda que em diversas passagens a autora insista no caráter não-generalizável de sua análise. Neste caso, permanece a questão: por que o uso de técnicas de estatística inferencial? A escolha é particularmente estranha se consideramos que a tese da 'incongruência contextual' das sociedades contemporâneas é estabelecida teoricamente por meio da constatação empírica de sua grande diversidade étnica e cultural.

Dada esta caracterização geral da teoria de Archer, vejamos, mais detidamente, sua caracterização do agente humano e em que medida ela transcende alguns dos problemas decorrentes do dualismo cartesiano. Resistir ao dualismo significa, em termos archerianos, resistir às diversas formas de reducionismo e conflacionismo (ou 'redução central') que caracterizaram o debate agência/estrutura (Archer, 1995); em outros termos, reconhecer a interrelação e, portanto, a diferença, entre os poderes (causais) e propriedades dos agentes humanos e os poderes e propriedades do ambiente (natural e sociocultural) nos quais as práticas humanas são desempenhadas. São justamente esses 'poderes causais' do agente humano que ela busca estabelecer a partir da noção de reflexividade e que definem sua ontologia do sujeito.

Reflexividade: o sujeito como objeto de si mesmo

Como sugerido anteriormente, a reflexividade importa para Archer porque é por meio dela que ocorrem as influências condicionais dos fatores estruturais e culturais sobre os cursos de ação, que atuam como restritivos ou facilitadores em relação aos planos dos sujeitos. Reflexividade é definido por ela num sentido bastante amplo: 'o exercício regular da habilidade mental, compartilhada por todas as pessoas (normais) de considerarem a si mesmas em relação aos seus contextos (sociais) e vice-versa' (Archer, 2007b). Essa definição pressupõe a existência de um domínio mental privado, relativo àquelas atividades das quais o sujeito tem consciência. A deliberação reflexiva consiste em um exercício (auto)crítico no qual desejos, crenças, emoções etc. são submetidos a escrutínio por meio de atividades mentais como planejar, ruminar, imaginar, decidir, ensaiar, reviver, estabelecer prioridades, estabelecer diálogos imaginários, calcular, esclarecer etc., podendo levar a um autoconhecimento (falível e sujeito às armadilhas do inconsciente) relativo ao que fazer, ao que pensar e ao que dizer. Esta capacidade, por sua vez, depende da emergência de um sentido de self (definido em termos bastante convencionais, i.e., como a continuidade da consciência).

Nosso sentido de self difere de nossa identidade pessoal, sendo não apenas universal, mas também algo que compartilhamos com os animais superiores, que têm noções de suas formas e limites corporais, conseguem diferenciar entre eles próprios e outros objetos e detêm intencionalidade (no sentido fenomenológico). Isso significa que o sentido de self é pressocial e prelinguístico, dependendo, conforme sua leitura de Merleau-Ponty, dos encontros entre nossos corpos e o ambiente, pois é a partir deles que naturalmente aprendemos a distinguir entre objeto/objeto, sujeito/objeto e sujeito/sujeito. Há, neste sentido, uma primazia da prática em relação à linguagem na forma como aprendemos a nos diferenciar de outros objetos ou, nos termos de Piaget, em nosso 'descolamento referencial' de outros objetos (Archer 2000a: 60), tornando a distinção sujeito/objeto central à ideia de reflexividade.

A primazia da prática em relação à linguagem deve ser entendida como uma oposição a diversos tipos de construtivismo. Em suas palavras, defender a primazia da prática significa 'tornar as práticas incorporadas dos seres humanos no mundo mais importantes do que suas relações sociais para a emergência do sentido de self [...] e para o desenvolvimento de suas propriedades e poderes, ou seja, reflexividade' (Archer, 2000b: 121). Sem um sentido de self os seres humanos não podem desenvolver sua identidade pessoal, definida a partir das coisas com as quais nos importamos e que nos torna seres humanos únicos; sem uma identidade pessoal, não podemos desenvolver uma identidade social, definida como a personalização dos papéis sociais, uma espécie de alinhamento entre nossas preocupações individuais e nosso ambiente social (Archer, 2007). É essa tripla dimensão que constitui o sujeito archeriano.

De um ponto de vista ontológico, os seres humanos consistem em um tipo de ser que Taylor (1985) caracterizou como 'avaliadores fortes', diferindo de outros animais por termos a capacidade de conferir significado às três ordens que, em mais uma distinção analítica central à teoria da agência em questão, compõem a realidade humana: a natural, a prática e a social. As diferentes situações colocadas pelas

três ordens assumem distintos 'aspectos de significância' para nós, fazendo emergir emoções relacionadas ao nosso bem-estar físico, na ordem natural, à nossa competência performativa, na ordem prática, e à nossa autoestima, na ordem social (Archer, 2003). Dado que precisamos estabelecer práticas consideradas satisfatórias em cada uma das três ordens, devemos definir quais as nossas 'preocupações últimas' (o que é mais importante para nós) e como nossas outras preocupações subordinam-se e acomodam-se a elas. Ocorre, no entanto, que essas 'avaliações fortes' requerem uma reflexão articulada sob a forma de narrativas, e é aí que a dimensão social ('discursiva', nos termos de Archer) adquire uma importância central no estabelecimento de um *modus vivendi* único e verdadeiramente subjetivo. O autoconhecimento é, assim, algo que produzimos interna e dialogicamente: 'uma realização, não uma descoberta' (Ibid: 102). A fim de dar conta da estrutura interna dessas narrativas Archer recorre à tradição pragmatista. Vejamos.

De uma perspectiva da filosofia da mente, o principal problema da reflexividade é como conhecer nossos próprios pensamentos. Para retomar nossa problemática inicial, o famoso dualismo cartesiano chega a um impasse quando Kant reconhece que a introspecção como forma de (auto)conhecimento pressupõe uma cisão no self segundo a qual somos, simultaneamente, sujeitos e objetos. Diante desse impasse, as tentativas de se construir o conhecimento com base na introspecção foram progressivamente abandonadas. Nega-se que os sujeitos possuam qualquer privilégio epistêmico em relação às suas próprias mentes e conteúdos mentais passaram a ser tratados como meros epifenômenos.

Para Archer, no entanto, existe um substituto para a noção de introspecção que nos possibilita pensar sobre o sujeito como alguém que tem uma vida interior privada e extremamente rica, cuja compreensão é fundamental para o entendimento da agência. O que está pressuposto na noção de introspecção (*intra spectare*, ou 'olhar para dentro') é que aquele que observa é o mesmo que é observado. É com base na rejeição do autoconhecimento fundamentado no metafórico

'olho interior' da introspecção que Archer desenvolve seu conceito de reflexividade como a 'conversação interior' que ocorre privadamente em nossas mentes. A partir de uma releitura de pragmatistas como James, Peirce e Mead, fundamentada sobretudo nos trabalhos de Norbert Wiley e de Vincent Colapietro, Archer substitui o modelo de conhecimento baseado na visão por um que enfatiza a audição e a fala.

A importância que Archer atribui a James refere-se ao abandono progressivo da visão em favor da audição em suas tentativas de lidar com aquilo que ele considera o aspecto mais central de nossa vida mental: o pensamento. Os pensamentos particulares (subjetivos) devem ser distinguidos de ideias abstratas, que fazem parte do domínio público (como uma teoria, por exemplo). Neste sentido, todo pensamento tem uma ontologia baseada na primeira pessoa: 'todo pensamento é parte de uma consciência pessoal' (James apud Archer 2003: 59). Algumas das intuições de James são complementadas pela semiótica de Peirce. Ao enfatizar a realidade (objetiva) dos signos, que são essencialmente públicos ou coletivos, o pensamento, que é nada mais do que um conjunto articulado de signos, passa a ser concebido como algo privado, mas que faz uso de meios públicos. Além disso, Pierce retoma a ideia da 'fala silenciosa' de Platão: 'O pensamento [...] é a fala silenciosa da alma consigo mesma. [...] Da proposição que todo pensamento é um signo, segue que todo pensamento deve se referir a um outro pensamento, deve determinar um outro, dado que essa é a essência do signo' (Peirce apud Short, 2007:34). Esta ideia introduz a questão da sequencialidade do pensamento que, assim como o diálogo, envolve uma alternância entre as falas e implica uma 'escuta', eliminando assim o problema de uma consciência dividida. A alternância, por seu turno, implica a capacidade do sujeito de se projetar no tempo, o que possibilita conceber o pensamento como um dialogo interior entre diferentes 'fases' do ego.

Na linguagem da semiótica essas 'fases' são definidas em termos de um esquema tripartite que envolve um 'objeto' (ou um referente), um 'signo' (que representa o objeto em termos de algo diferente) e um 'intérprete' (aquele sobre o qual um efeito é exercido). Embora

reconheça que Peirce nunca utilizou esses termos, Archer apoia-se na síntese entre este e Mead efetuada por Norbert Wiley (1994) e traduz o esquema em termos de um 'Mim' (objeto), o 'Eu' presente (signo) e um 'Você' futuro como um intérprete. Existem, entretanto, algumas diferenças significativas entre o esquema de Wiley e o da própria Archer. De acordo com sua leitura de Wiley, o Mim equivale ao que Peirce chama de 'self crítico' e representa um resumo do passado, o ponto final de ciclos semióticos anteriores ou um conjunto de hábitos ou disposições do sujeito que o levam a responder de uma maneira particular a determinadas circunstâncias. O Eu representa uma fonte de criatividade e inovação (ele é o único capaz de ação, já que se encontra no presente) e refere-se a poderes de transformação que se manifestam como resposta aos problemas colocados pelo ambiente sociocultural. São, neste sentido, as contingências dos sistemas sociais e culturais que, por seu caráter essencialmente aberto, possibilitam a reflexividade e a ação humana. O Você, por seu turno, diz respeito à projeção de nossos *selves* no futuro em função dos problemas colocados ao Eu. À medida que este Você é delineado a partir de um conjunto de possibilidades de *selves* futuros, ele torna-se o Eu do presente. De acordo com Archer, a conversação interior envolve, então, dois momentos, analiticamente separados: o primeiro diz respeito à relação entre o Eu e o Mim (como quando nos damos conta de que nossas formas rotineiras de agir não mais nos permitem 'prosseguir' no fluxo de nossas ações e tentamos nos convencer que deveríamos adotar um curso de ação alternativo); o segundo momento envolve uma conversação entre o Eu e o Você (como quando usamos nossa imaginação para projetarmos como seria se fôssemos ou agíssemos de outra forma).

De acordo com Wiley, entretanto, enquanto a distinção Eu-Mim apoia-se em Mead, a distinção Eu-Você apoia-se em Peirce. Mais especificamente, 'quando o Eu fala, tem dois objetos: o objeto direto ou o Você, e o objeto reflexivo ou Mim. Peirce viu apenas o objeto direto e a conversação correspondente Eu-Você. Mead viu apenas o objeto reflexivo e a conversação Eu-Mim' e é justamente uma síntese entre essas duas posições que seu esquema traduz (Wiley, 1994: 43).

Mais importante, Wiley não identifica o 'self crítico' ao Mim de Mead (compromissado e fundido com o outro generalizado[9]), mas ao Você. O que ele afirma, entretanto, é que, contrariamente à interpretação de Archer de que o Você corresponde meramente a uma projeção do self no futuro (embora possa ser isso também), o Você é 'uma pessoa frouxamente compactada', 'o círculo social de alguém' (Peirce apud Wiley, 1994: 43), estabelecendo um paralelo entre o Mim e o Você ao enfatizar a dimensão social dos dois conceitos. E é justamente essa dimensão social do self que Archer minimiza, seja em seu comentário lacônico de que o 'Mim de Peirce, como a consciência pessoal que é regularmente consultada, é ... muito diferente do Mim de Mead, o "outro generalizado" que fornece os guias de ação da sociedade' (Archer, 2003: 73), seja em sua redução do Você a uma projeção do self.

Sua leitura do pragmatismo finda por revelar uma concepção de self muito mais próxima da de James do que das de Peirce e Mead. Como afirma Vincent Colapietro (incidentemente, uma das fontes de Archer), embora Peirce reconheça 'uma dimensão privada da consciência humana, essa dimensão não possui nem a importância nem o escopo que James lhe atribui' (Colapietro, 1989: 61). O mesmo pode ser dito em relação a Mead, não apenas dada a importância do outro generalizado em seu conceito de self, mas por considerar que o processo de abstração envolvido na conversação interior não pode ser sustentado indefinidamente: 'na inteligência reflexiva, pensa-se para agir, e para agir exclusivamente de forma que essa ação permaneça como parte de um processo social' (Mead, 1934: 141). Considerar a ação como parte de um processo social implica, em alguns casos, práticas nas quais existe uma fusão do Eu e do Mim, conforme descrito por ele em experiências religiosas, patrióticas, de trabalho em equipe, assim como estéticas (Ibid: 273-81). Essas experiências apontam para tipos de práticas baseados em uma indiferenciação do self, que

9 Em uma obra mais recente Wiley (2010: 19) define o mim de Mead não apenas em termos do outro generalizado, mas de hábitos, memória, interface com o corpo e auto-concepção.

não mais se caracteriza pela auto-consciência e pela distinção sujeito--objeto, mas pela consciência (de algo) e, em casos extremos (como no êxtase), numa fusão entre o Eu e o outro generalizado. De fato, elas reiteram um dos princípios centrais do pragmatismo: a ideia de que tanto nossa percepção do mundo como nossas ações estão ancoradas em crenças não-refletidas e em hábitos bem-sucedidos que só são questionados em situações problemáticas.

À medida que a prática perde espaço na teoria de Archer, a distinção entre as três ordens da realidade assume um caráter excessivamente rígido, como se nossa compreensão do mundo natural não fosse culturalmente informada e, simetricamente, como se ações deliberativamente informadas não pressupusessem algum tipo de prática não refletida. Se isso, por um lado, retira a importância da linguagem em nossa relação com o mundo natural, por outro, termina por reduzir o mundo social a uma dimensão puramente linguística ou, em seus próprios termos, 'discursiva'. Isso gera um paradoxo interessante em sua obra: ao passo que as conversações interiores buscam atribuir significado às três ordens da realidade, elas acabam tendo apenas o próprio sujeito como objeto, o que dá margem não apenas um sujeito hiperreflexivo e auto-centrado, mas a à impossibilidade de compreendermos o mundo (e nós mesmos) por meio de nossas práticas.

Parte do problema parece derivar de uma disjunção entre uma concepção de prática como uma relação quase imediata entre os nossos corpos e o ambiente, por um lado, e da compreensão como um método ou como o resultado de uma reflexão crítica (cf. Archer 2007b). A questão é que, como enfatiza Merleau-Ponty, ainda que nossa relação inicial com o mundo se dê a partir de nossos corpos, 'desde o início, o campo da criança não é somente um campo de objetos, já é um campo de seres' (Merleau-Ponty, 1990: 279). Desde o início, já é um campo de linguagem, logo, de simbolização. Mas dado que Archer concebe a cultura em termos de relações lógicas entre ideias, não de uma perspectiva simbólica, não parece casual que sua leitura de Merleau-Ponty desconsidere a dimensão linguística que caracteriza o

mundo da vida. Na tradição fenomenológica da qual Merleau-Ponty faz parte, nunca estamos imersos apenas em um ambiente, mas em um 'mundo' - um mundo que se distingue do ambiente justamente por ser possível para nós pela linguagem (Gadamer, 1998). E se essa indiferenciação relativa entre as dimensões social, prática e natural já estão presentes no campo da criança, em seres humanos adultos ela é ainda mais evidente.

Neste sentido, é justamente uma filosofia da linguagem - com sua ênfase no significado como elemento constitutivo da existência humana, e não como resultado do ato reflexivo da interpretação - que torna possível romper com o determinismo linguístico e relacionar uma dimensão prática (no sentido anteriormente definido) e uma dimensão reflexiva da agência humana. É essa relação que pretendo desenvolver ao apresentar a hermenêutica de Gadamer como uma alternativa à ontologia do sujeito de Archer. Mas tratar a hermenêutica gadameriana como uma 'ontologia do sujeito' requer uma leitura particular que enfatize sua teoria da interpretação como abrindo a possibilidade de uma concepção dialógica do sujeito[10] que sublinhe a centralidade das práticas humanas na construção da subjetividade. É isso que pretendo enfatizar aqui ao caracterizar sua concepção de 'pessoa' em termos de um 'sujeito extático': um sujeito cultural, histórica e linguisticamente embasado (Huntington, 1998), mas que não pode ser reduzido a nenhum desses elementos. Ao estabelecer que a (auto)compreensão depende de um encontro com a diferença e a alteridade, Gadamer, ao mesmo tempo que nega qualquer ideia de autotransparência ou de fechamento do sujeito, abre a possibilidade de (auto)consciência e reflexividade na agência humana. Isso é particularmente promissor para o desenvolvimento de uma teoria da agência sensível à criatividade e à mudança que não perca de vista os horizontes sócio-culturais que a tornam possível.

10 Embora utilize os termos sujeito e subjetividade ao longo de sua obra, Gadamer prefere o termo 'pessoa' a fim de evitar as aporias da metafísica do sujeito. Atribuir a Gadamer uma 'ontologia do sujeito' não significa perder de vista sua crítica à chamada metafísica do sujeito.

O 'sujeito extático' da hermenêutica gadameriana

Ao criticar redução da hermenêutica a um método para a apreensão dos significados subjetivos que supostamente estariam na origem dos produtos culturais e dos eventos históricos, Gadamer nos oferece uma teoria da 'práxis da compreensão' que, com base na fenomenologia de Heidegger, concebe o ser humano como um tipo de ser cuja existência é um problema para si, que busca compreender sua própria existência e, neste processo, se transforma constantemente.

De acordo com essa abordagem, a compreensão (*Verstehen*) é tanto uma habilidade prática como uma habilidade cognitiva. Alguém que compreende algo é alguém versado em alguma coisa, é capaz de reconhecê-la. Pode-se compreender um texto (interpretá-lo, perceber conexões, extrair conclusões), o funcionamento de uma máquina (saber como operá-la) ou um ofício (saber desempenhá-lo). Todas essas formas de compreensão são, em última instância, uma forma de autocompreensão, isto é, um 'projetar-se sobre suas possibilidades', um saber como proceder (Gadamer, 2006: 250-51). Isso significa que ela não pode ser identificada a um método da ciência moderna, cuja noção de prática foi reduzida à de tecnologia e, a de experiência, a experimento.

Em seu ideal perfeito a práxis diz respeito ao uso consciente do know-how e do conhecimento humanos orientados para a ação. Seu significado consiste naquilo que Aristóteles se referia como fronese: um tipo de conhecimento prático (em contraposição a teórico), dirigido à situação concreta que, diferentemente do 'julgamento', não busca simplesmente subsumir os casos individuais a categorias universais, mas também submetê-los a um controle moral a fim de que a coisa certa possa resultar (Gadamer, 2006). Neste sentido, ela está mais próxima da ideia de sabedoria, que além de caracterizar a capacidade de ação correta em 'contextos de descontinuidade' (Archer, 2012), é também uma virtude moral que requer autodeliberação: algo que diz respeito 'não apenas à descoberta inteligente e habilidosa dos meios para se alcançar determinadas tarefas, não apenas a uma consciência do que é prático, de como alcançar objetivos incidentais, mas

também ao sentido de estabelecer os próprios objetivos e de se responsabilizar por eles' (Gadamer, 1996: 48). Teorizar sobre a 'práxis da compreensão' é, portanto, teorizar sobre o que acontece quando sabemos proceder corretamente em uma situação concreta e que nunca se refere meramente a 'objetos' não simbolizados.

Saber como proceder em uma situação, compreendê-la, no sentido pleno da palavra (algo sempre incompleto), depende de um tipo de experiência que também não pode ser reduzida à experiência com a qual a ciência se ocupa (um estoque de conhecimento experimental apartado da experiência pessoal, que tem sempre um fim definido e cuja validade depende de sua confirmabilidade, portanto, de sua repetibilidade). Gadamer se utiliza de dois termos distintos para falar da experiência que constitui o conhecimento prático que a hermenêutica interpreta: *Erlebnis* (experiência vivida) e *Erfahrung*. O que ambas têm em comum é o fato de se referirem à participação ativa em uma situação concreta (sempre singular e, portanto, histórica, não repetível) e de só contarem como experiência quando integradas 'na consciência prática de seres humanos ativos' (Gadamer, 1996: 2). É em sua crítica ao idealismo especulativo de Dilthey que sua posição fica mais clara. O conceito de *Erlebnis* é associado a um projeto epistemológico segundo o qual o significado diz respeito a uma faculdade ou atitude subjetiva que supostamente embasa a compreensão: em lugar de focar o objeto experienciado, aquilo que nos é dado diretamente na experiência por meio de nossa inserção em uma tradição[11] (*Erfahrung*), o foco incide sobre a experiência conforme autorrefletida pela consciência do sujeito. Ao contrário dessa tradição, Gadamer está interessado na compreensão e na experiência como algo que organiza a 'subjetividade' ao subverter nossas expectativas. Numa linguagem fenomenológica mais adequada ao autor, ele está interessado na compreensão como um modo-de-ser do *Dasein*, um ser-em-movimento que nunca é totalmente transparente

11 Neste sentido, a *Erfarung* está intimamente associada ao conceito de *Bildung*, que pode ser traduzido como formação ou como cultura.

para si e que, por essa razão, não pode funcionar como fundamento da ideia de certeza que caracteriza o método.

Tanto na ciência quanto na vida cotidiana, a experiência só ocorre em observações individuais (neste sentido, ela é sempre *Erlebnis*) e só é válida enquanto não é contradita por uma nova experiência. Isso aponta para uma abertura fundamental da experiência para novas experiências e essa necessidade de confirmação constante torna a experiência diferente sempre que não há confirmação. Sendo assim, a experiência humana, em seu aspecto geral (enquanto *Erfahrung*), é sempre um processo, e um processo essencialmente negativo na medida em que não pode ser descrito em termos da geração contínua de universais típicos. Ao contrário, os universais só são gerados quando as generalizações falsas são refutadas pela experiência, de forma que o que era considerado típico passa a não ser. É por isso que Gadamer distingue entre dois sentidos de experiência: aquelas que se conformam às nossas expectativas e as confirmam, e as novas experiências, aquelas que ocorrem e que, para ele, constituem as verdadeiras experiências: 'apenas algo diferente e inesperado pode dar a alguém que tem experiência uma nova experiência' (Ibid: 348). Essas novas experiências, num processo que ficará mais claro adiante, possibilitam que a consciência que experiencia algo reverta sua direção, voltando-se para si mesma e gerando um autoconhecimento. É isso que caracteriza a experiência hermenêutica, que pode ser definida como um evento que promove um encontro com a alteridade (outra pessoa, outra cultura, outro período histórico, outro horizonte) e, em última análise, com nós mesmos. Assim, contrariamente a Archer, o conhecimento prático não estaria dissociado de contextos de morfogênese, mas seria particularmente importantes neles.

Em *Verdade e Método*, Gadamer nos fala de três tipos principais de experiência hermenêutica: da obra de arte, da história e da linguagem. Seguindo-o de perto, tratarei a experiência da obra de arte como paradigmática da experiência hermenêutica, ou seja, de uma experiência que gera conhecimento, embora distinto daquele gerado pelo método (apoiado na distinção sujeito-objeto). A ideia é não apenas introduzir

sua crítica ao subjetivismo, particularmente por meio dos conceitos de êxtase e de jogo, mas também uma perspectiva da cultura como um processo simbólico, não meramente lógico, como em Archer.

A base da crítica gadameriana ao subjetivismo refere-se à estética de Kant e dos românticos que, ao focar nas experiências emocionais subjetivas e imediatas que uma obra de arte pode suscitar, exclui os fenômenos estéticos da esfera do conhecimento (e portanto, da razão), ignorando o seu 'objeto' ou a coisa a que elas se referem (*die Sache*). Um dos conceitos principais de Gadamer para se referir a essa tradição é o de 'consciência estética', que relaciona a estética ao reino puro da liberdade e da indeterminação, baseando-se inteiramente nos sujeitos que efetuam o julgamento. Assim, um julgamento do tipo "x é belo" não diria respeito às propriedades do objeto, mas à mera sensação e ao sentimento de prazer desinteressado, e constituiria a base do que Kant chamou de julgamento estético puro (Gjsedal, 2009). Mas é também nesta tradição que aparece a possibilidade de se conceber a arte como algo que expressa os ideais da razão com base em uma racionalidade dialógica (mais próxima à ideia de fronese), não científica e, portanto, mais próxima das práticas cotidianas dos atores.

Em *A Relevância do Belo*, Gadamer (1986) estabelece a importância de Kant para se pensar a ideia de conhecimento e de verdade a partir de um tipo de experiência (a do belo) que, por ser compartilhada, não expressa simplesmente uma reação subjetiva de gosto, mas diz respeito a algo que tem validade mais do que subjetiva: o senso comum, conforme representado na tradição. A experiência da obra de arte diz respeito a significados compartilhados que podem ser comunicados, e é a necessidade de compreensão desses significados que justifica refletir sobre esse tipo de experiência a partir da hermenêutica.

Ao relacionar a estética à hermenêutica, a experiência da obra de arte assume um caráter exemplar ao nos possibilitar perceber que a compreensão dos produtos culturais, ou daquilo 'que a mente humana produziu' (Gadamer, 2007: 160), nunca é simplesmente uma relação subjetiva com um dado objeto, mas ocorre por meio de um encontro com a tradição e de seu veículo, a linguagem. Esse encontro

é concebido como um evento, como algo que nos endereça e que nos afeta: a obra de arte nos diz algo, e nos diz de uma forma que não pode ser exaustivamente expressa por conceitos. Sua exemplaridade deriva ainda de que, dado sua capacidade de gerar choque ou surpresa, a obra, muitas vezes produzida em outra época ou em outra cultura, estabelece uma relação entre o que nos é familiar e o que nos é estranho (a negatividade da experiência a que me referi anteriormente), forçando-nos a refletir sobre o que ela nos diz: 'aquilo que é estrangeiro nos afetará de forma estranha. Mais precisamente, um efeito de estranhamento é capaz de detonar seu próprio poder de atração, que leva à apropriação por parte do espectador' (Gadamer, 2007: 199). Esse poder de atração e de apropriação é expresso na ideia de êxtase.

Salvo engano, o termo êxtase aparece apenas em duas pequenas passagens de *Verdade e Método*, e seu objetivo é salientar a importância da noção de jogo como uma metáfora fundamental para compreendermos a 'base antropológica de nossa experiência da arte' (Gadamer, 1986: 22) ou, em termos mais próximos ao que estou utilizando aqui, uma ontologia do sujeito que aponta para seu descentramento. Referindo-se particularmente à presença do espectador na apresentação de uma obra, Gadamer (2006: 122) afirma que

> considerada como uma realização subjetiva na conduta humana, estar presente tem a característica de estar fora de si. No Fedro, Platão já havia descrito o tropeço daqueles que ... tendem a confundir a condição extática de estar fora de si, percebendo-a como uma mera negação do estar em possessão de si mesmo e, portanto, como uma forma de loucura. De fato, estar fora de si é a possibilidade positiva de se estar totalmente com outra coisa. Esse tipo de estar presente é um auto-esquecimento, e ser um espectador consiste em dar-se em auto-esquecimento ao que se está assistindo. Aqui o auto-esquecimento pode ser tudo, menos uma condição privada, pois ela decorre da completa devoção da atenção ao assunto em questão, e isto é uma realização positiva do próprio espectador.

Ao propor o êxtase como uma negação do subjetivismo presente no conceito de consciência estética, Gadamer quer chamar atenção para a participação do espectador como algo passivo (*pathos*) e não ativo. Mas é importante notar que essa passividade não é simplesmente negativa, pois o êxtase envolve justamente o contrário da apatia na medida em que diz respeito a um 'interessar-se por', um dirigir a atenção que possibilita o envolvimento completo com a coisa em questão ou, nos termos de Archer, um 'preocupar-se'. Entretanto, se essa ideia de uma 'passividade positiva' como uma 'realização subjetiva da conduta humana' pode sugerir uma relação de continuidade com o esquema sujeito-objeto Husserliano por meio da intencionalidade - um 'dirigir a atenção' concebido como a forma como a consciência individual reflete sobre um objeto distante e simplesmente dado em sua 'presentidade' (*Vorhandenheit*) - o conceito de jogo estabelece a forma como essa intencionalidade se manifesta, rompendo o esquema husserliano.

O que está em questão na noção de jogo é precisamente uma não separação entre sujeito e objeto a partir da concepção de uma estrutura ou um padrão que se renova em uma constante repetição, mas por um impulso livre (no sentido de não relacionado a nenhum fim externo ao próprio jogo) e espontâneo (no sentido de não determinado). Quando falamos de jogo, nos diz Gadamer (1986: 22), a primeira coisa que está implicada é 'o vai e vem de um movimento constantemente repetido ... um constante ir e vir, para frente e para trás, um movimento que não é relacionado a nenhum objetivo... um auto-movimento que não busca nenhum fim ou propósito que não o movimento enquanto movimento'.

Inicialmente utilizado por Kant e pela tradição romântica, Gadamer se apropria do conceito de jogo com o propósito de liberá-lo 'do sentido subjetivo que ele tem em Kant e em Schiller e que domina toda a estética moderna e a filosofia do homem' (Gadamer, 2006: 102). Que sentido subjetivo seria esse? Justamente a ideia de liberdade implícita no conceito de 'consciência estética' e que está intimamente relacionada a uma estética do gênio. Em parte, esta ideia deriva de

uma concepção de natureza não-teleológica e autopoiética. Dada a ênfase do romantismo na unidade entre os seres humanos e a natureza, o mesmo tipo de indeterminação ou de liberdade é associado a estes, particularmente à figura do gênio, considerado como portador de um poder natural. Kant, numa formulação tipicamente romântica, 'descreveu o gênio como um 'favorito da natureza' que, por essa razão, como a natureza, cria algo que parece ter sido feito de acordo com regras, embora sem atenção consciente a elas' (Gadamer, 1986: 21). De fato, uma característica (de uma das concepções) do sujeito romântico é que ele não é mais definido simplesmente em termos de um controle racional desengajado, mas de um poder relacionado à sua imaginação criativa e à sua auto-articulação expressiva. Mas esse expressivismo também significa uma radicalização do subjetivismo e do sentido de profundidade de um sujeito que, embora esteja fundamentalmente ligado à natureza, só tem verdadeiro acesso a ela por meio do autoexame de sua interioridade (Taylor, 2005). É essa ideia que está por trás da categoria de jogo de Schiller, uma categoria estética que estabelece um contraste marcante com a 'seriedade' da ciência teórica e da ação prática:

> No jogo, o sujeito estaria envolvido apenas consigo mesmo e, por assim dizer, livre das pressões que o acometem na ciência e na ética. Para Schiller, a autonomia da estética estava fundamentada nesse livre jogo do sujeito dentro de si mesmo. Apenas no estético o sujeito estaria realmente livre, i.e., livre das regras do conhecimento e da ação (Grondin, 2001: 43).

O que Gadamer se opõe é justamente a essa ideia de um sujeito restrito a si mesmo e livre de seus horizontes cognitivos e práticos que caracterizaria, para Archer, nossos encontros com o mundo natural. Para ele, como para Heidegger antes dele, o contrário do jogo não é a seriedade da ciência e da ética a que Schiller se refere, mas o não-participar, o não se envolver. E o envolver-se não está restrito àquele que joga, mas também diz respeito ao espectador. O jogo é uma ativi-

dade comunicativa e, como tal, não reconhece uma separação entre aquele que joga e aquele que observa: 'o espectador é manifestamente mais do que um observador que observa o que está acontecendo à sua frente, mas alguém que faz parte [do jogo] na medida em que literalmente "participa".' (Gadamer, 1986: 24).

Gadamer (2006) define a participação (*participatio*) em termos de um 'compartilhamento interior' do movimento do jogo. Esse compartilhamento interior assume a forma de intencionalidade, no sentido de que algo (a repetição do movimento, por exemplo) é visado ou intencionado enquanto algo (uma repetição). Mas o que se intenciona no jogo não é, como no caso dos 'objetos', algo conceitual, útil, ou que apresenta um propósito externo ao próprio jogo – e neste sentido, Gadamer chega a falar de uma intencionalidade do próprio jogo, do jogar como um 'ser jogado' e até que o sujeito do jogo não é o jogador, mas o próprio jogo (Ibid.: 106). De um ponto de vista 'subjetivo' a intencionalidade aparece meramente como um 'interesse desinteressado', no sentido que Kant teria atribuído ao termo 'desinteresse': algo que adquire significância para nós (o oposto da apatia), mas não algo que tentamos nos apropriar de forma a dispor e controlar, ou que tenha uma utilidade ou um propósito. Gadamer percebe essa forma de intencionalidade como envolvendo um tipo de racionalidade, embora não uma racionalidade orientada para fins.

Mas se essa intencionalidade representa uma 'realização do próprio espectador' – o jogador escolhe jogar, e escolhe um jogo dentre outros - ela não é suficiente para a compreensão de uma obra. O que Gadamer pretende enfatizar com as noções de êxtase e de jogo é simplesmente o envolvimento característico da experiência hermenêutica e que se diferencia completamente da relação de separação e distanciamento implicada no conceito de intencionalidade da fenomenologia husserliana. O êxtase, à medida que representa uma forma extrema de envolvimento, aponta para um tipo de conhecimento que não pode ser adquirido como uma posse, como algo que se pode controlar, mas algo do qual se participa ao se deixar levar. Em lugar de possuí-lo, somos possuídos por ele (Palmer, 1969: 169) ou, nos termos

de Gadamer, 'todo jogar é um ser jogado'. Sem esse envolvimento, fica difícil compreender como muitas coisas adquirem significância para nós, fazendo emergir emoções particulares (Archer, 2003). Obviamente que, ao fazer uma distinção entre preocupações últimas e preocupações secundárias, muitos de nossos interesses podem ser entendidos a partir de uma relação do tipo meios e fins, como exemplificado em atividades mentais do tipo 'calcular', 'esclarecer'etc. Mas o que o conceito de êxtase nos dá, com sua ênfase no auto-esquecimento, é justamente a possibilidade de uma nova experiência a partir de um encontro radical com a alteridade que, por seu turno, pode gerar estranhamento e auto-questionamento.

Ao retirar o foco da subjetividade, a hermenêutica consiste em um tipo de realismo (Davey, 2006) de acordo com o qual o significado está na própria obra, ainda que só se manifeste por meio de sua apresentação: 'quando falamos do jogo em relação à obra de arte, isso não significa nem a orientação, ou mesmo o estado mental do criador ou daqueles admirando a obra de arte, nem a liberdade de uma subjetividade engajada no jogo, mas o modo de existência da obra de arte em si' (Gadamer, 2006: 102). Este modo de existência, caracterizado como 'representação' (*Darstellung*), em Verdade e Método, e como 'execução' (*Vollzug*) em obras mais recentes (Grodin, 2001), indica não apenas uma imbricação constitutiva entre a obra e seus intérpretes (seja no sentido daquele que a executa, seja no sentido de uma audiência), mas também aponta para o fato de que a obra só existe enquanto tal - naquilo que Gadamer (2006: 116) chama seu 'ser total' - no momento de sua execução, que nunca é idêntica a si mesma, ainda que, de alguma forma, preserve sua unidade ou identidade. Isso é particularmente evidente no caso das artes temporais - como a música, o teatro e a dança (a música que não é tocada não é música) – embora possa ser estendido para todos os produtos culturais.

Se a concepção de êxtase como uma indiferenciação entre sujeito e objeto - ou, em termos Meadianos, de uma fusão Eu Mim - não apresenta maiores problemas em relação à audiência, a questão se torna um pouco mais complexa quando o intérprete em questão é

aquele que executa a obra. Isso porque seu papel na apresentação da obra de arte é muito menos 'passivo', requerendo um esforço interpretativo e um automonitoramento muito maior. Em tese, isso não é um problema para Gadamer, que afirma que em toda interpretação existe um esforço de síntese no qual as várias facetas ou aspectos de uma mesma coisa precisam ser relacionados – e isso se aplicaria tanto à audiência quanto ao performer. De fato, ele vai mais além quando afirma que a própria 'identidade hermenêutica' da obra consiste em algo a ser compreendido, que a obra coloca uma demanda que deve ser respondida por alguém que aceita seu desafio: 'ela requer uma resposta – uma resposta que só pode ser dada por alguém que aceita o desafio. E essa resposta deve ser dada por esta pessoa, e dada ativamente. [...] [S]empre há uma realização reflexiva e intelectual envolvida.' (Gadamer, 1986: 26 e 28).

Essa estrutura de jogo que se manifesta sob a forma de pergunta e resposta aponta para uma das mais conhecidas definições de compreensão de Gadamer, a compreensão como uma fusão dos horizontes do intérprete e da obra. Mas o que ela não deixa claro é quem é o agente que efetua esta fusão. Se a noção de jogo parece sugerir que a (auto)compreensão é muito mais o efeito de 'um destino inevitável do que nosso próprio fazer' (Kusch, 1989: 231), por outro, o caráter dialógico dessa estrutura sugere uma manutenção (embora modificada) do esquema sujeito-objeto na qual o intérprete reflete sobre a questão que lhe foi colocada pela obra, que aparece como um Tu que nos fala. É esta tensão que Gadamer tenta resolver por meio do conceito de 'consciência historicamente afetada', um conceito de raízes hegelianas. Vejamos.

Conceber a compreensão como um evento no qual somos simplesmente 'lançados', para usar um conceito heideggeriano, pode implicar uma passividade maior do que Gadamer está disposto a atribuir ao intérprete. Colocando a questão em outros termos, a interpretação de Gadamer da relação heideggeriana entre 'ser-no-mundo' (ou estar sempre sujeito a um mundo-da-vida particular) e 'ter-um-mundo' (ou ser um sujeito potencialmente crítico e reflexivo acerca desse mundo)

ocasionalmente coloca um peso maior no segundo elemento do que no primeiro. Talvez por essa razão - em que pese sua autodefinição intelectual em termos de uma crítica heideggeriana do idealismo alemão e de suas tradições românticas (Gadamer, 2007) - ao ler Verdade e Método, Heidegger tenha exclamado: "Isso não é mais Heidegger!" (apud Kusch, 1989: 229).

Se Gadamer atribui a Hegel ter antecipado essa 'dialética' que é central ao seu pensamento e ao de Heidegger (Pippin, 2002), a forma como ele se apropria de Hegel sugere mais uma modificação da metafísica do sujeito do que propriamente sua eliminação. Talvez seja mais apropriado dizer que se trata de um deslocamento do sujeito, no sentido de uma superação da primazia da auto-consciência ou reflexividade, mas não de sua morte, no sentido de uma negação da possibilidade de um agente que pode se autodeterminar, ainda que dentro de certos limites: 'a estrutura da reflexividade é fundamentalmente dada em toda consciência' (Gadamer, 2006: 337), mas a consciência deve ser concebida de tal forma que a realidade 'limite e exceda a onipotência da reflexão' (Ibid.: 338). O que Gadamer quer enfatizar é o caráter histórica e linguisticamente limitado da consciência, o que ele faz ao diferenciar a noção de reflexividade da de especulação, sugerindo, *pace* Archer, que esta última não diz respeito a uma divisão da consciência, mas a algo fundamental para o estabelecimento de nossas conversações interiores.

A ideia de especulação que Gadamer utiliza deriva da crítica de Hegel a Kant e não deve ser considerada em toda sua extensão. Gadamer deixa claro que o grande mérito de Hegel foi ter superado o artificialismo da linguagem metafísica de sua época ao substituí-la pelos conceitos do pensamento cotidiano, 'uma forma de filosofar que é a herança natural dos primeiros pensadores gregos' (Gadamer, 1976: 31). O que ele toma de Hegel é, portanto, um dos temas centrais de seu próprio pensamento e que o liga fundamentalmente a Heidegger: o de que a interpretação dos textos filosóficos (na verdade, qualquer interpretação) repousa na linguagem natural, que é a base dos conceitos e do próprio pensamento. Esse tema, que Charles Taylor (1985;

2005) identifica na base do 'expressivismo' da tradição romântica e de Hegel, seria o primeiro passo na superação da centralidade conferida ao sujeito desde Descartes, ainda que pressuponha um aprofundamento da ideia de interioridade do self.

A filosofia especulativa de Hegel pode ser entendida como uma alternativa à filosofia crítica kantiana, que teria reduzido a razão (*Vernunft*) ao entendimento (*Verstand*) quando, por meio de suas categorias do entendimento e do conceito de reflexividade, estabelece o ego transcendental como fonte e condição do conhecimento. Dado que para Kant as categorias do entendimento só poderiam ser legitimamente aplicadas aos objetos passíveis de experiência empírica (o mundo dos fenômenos), ele terminou estabelecendo uma distinção entre este e o mundo das coisas-em-si. As coisas-em-si só seriam acessíveis por meio da razão pura (a especulação), que sempre envolve contradições. Assim, a especulação assume para ele um sentido profundamente negativo que só será superado quando autores como Fichte, Schelling, Scheleiermacher e o próprio Hegel reconhecem 'a capacidade da razão em transcender os limites de um tipo de pensamento que não consegue se elevar para além do limite do entendimento' (Gadamer, 1976: 5). Para Hegel, a única forma de restituir à razão seu lugar seria o desenvolvimento de um sistema filosófico especulativo que não sacrificasse aquela em favor da reflexão (*raisonnement*). A distinção que Hegel efetua entre reflexão e especulação pode ser compreendida a partir das raízes latinas dessas duas palavras:

> *Reflexio* (*reflectere*) significa 'dobrar-se para trás', 'reverter-se ou virar-se'. *Specio* (*specere*) é 'olhar dentro', 'espiar'. Na forma geral da proposição típica do pensamento reflexivo, o sujeito se move em direção ao predicado, que simplesmente reverte para o sujeito. Nenhuma mudança dialética ocorre. Na proposição especulativa, no movimento do sujeito em direção ao predicado, algo foi 'visto' acerca da natureza do sujeito de tal forma que, quando esse retorna, mantendo o predicado em relação a si mesmo, não permanece mais o mesmo sujeito. (Verene 2007: 10).

O que está em questão aqui é o fato de que o sujeito hegeliano não adquire conhecimento de si mesmo e do mundo simplesmente olhando diretamente para dentro de si (como na noção de introspecção que Archer critica), mas se reconhecendo em um Outro. Sua especulação diz respeito ao 'espiar' um outro self (definido como qualquer coisa que persiste e que é criada por meio de sua própria atividade: vida, espírito, sujeito). O sujeito hegeliano não é simplesmente um "Eu" ou um ego, mas a totalidade das relações que o constituem e que são mediadas por órgãos e processos, físicos e intelectuais, que fazem desse sujeito o que ele é (Siegel, 2005). De um ponto de vista da filosofia especulativa ou da razão dialética, a consciência entra no momento especulativo quando aquele que conhece começa a se reconhecer em um Outro, gerando a consciência de que aquilo que o sujeito conhece acerca de si próprio não pode ser divorciado daquilo que ele conhece do 'objeto'.

De acordo com Gadamer, isso seria particularmente bem ilustrado na dialética do senhor e do escravo e, em *Verdade e Método*, ele reafirma a intuição hegeliana de que 'a vida da mente consiste precisamente em se reconhecer em outro ser' (Gadamer, 2006: 341). Mas ele não concorda que a dialética do reconhecimento possibilitaria uma autoconsciência absoluta (o que o afasta de uma filosofia da identidade em favor da ideia de que o 'sujeito' é sempre um vir-a-ser). De fato, a ideia de uma totalidade como um sistema fechado, que possibilitaria (no 'fim da história') uma concepção de sujeito completamente autotransparente é um dos principais pontos de discordância de Gadamer em relação a Hegel, e a ideia de que consciência é fundamentalmente autoconsciência é interpretada por ele como um equívoco da tradição cartesiana da qual Hegel ainda faria parte.

A consciência historicamente afetada, longe de centrar-se na ideia de autoconsciência, centra-se na ideia de experiência (*Erfarhung*) da alteridade: 'a atividade histórica da mente não é nem autorreflexão, nem meramente a sublação dialética da autoalienação que ela sofre, mas uma *experiência* que experiencia a realidade e que é, ela própria, real' (ibid.). Se Hegel estava essencialmente correto em negar que o pensamento humano não se constitui a partir de uma mente

originária, infinita e reflexiva, mas só consegue apreender a realidade a partir do desenvolvimento de seus pensamentos com base na experiência da alteridade, é na dialética de Platão que o pensamento especulativo melhor se revela como uma forma de autoconhecimento que nunca tem um fim.

Assim como na dialética hegeliana, a dialética platônica repousa no fato de que não existem ideias isoladas e o propósito da dialética seria apontar para a unidade daquilo que aparece como simplesmente oposto ou contraditório: 'identidade pressupõe diferença' (Gadamer, 1976: 80). Entretanto, longe de se constituir num sistema formal, a dialética platônica baseia-se mais diretamente na ideia de linguagem, onde o pensamento assume a forma de uma conversação interior, como em Archer, mas a partir de uma experiência da alteridade, conforme implícitos nos conceitos pragmatistas de Mim e de Você:

> Platão ... estava essencialmente certo em chamar a essência do pensamento de um diálogo interior da alma consigo mesma. Esse diálogo, em dúvida e objeção, é um constante ir além de si mesmo e retornar a si mesmo, às próprias opiniões e pontos de vista. Se existe algo que caracteriza o pensamento humano é esse diálogo infinito com nós mesmos que nunca leva a algum lugar definitivamente ... É nessa experiência da linguagem – em nosso desenvolvimento no meio dessa conversação interior com nós mesmos, que é sempre simultaneamente a antecipação de uma conversação com outros e a introdução de outros nessa conversação – que o mundo começa a se abrir e a adquirir ordem em todos os domínios da experiência (Gadamer, 2006: 547).

Com base na dialética entre um ter-um-mundo e um ser-no-mundo, as conversações interiores que nos definem como seres humanos não são simplesmente algo que nós *temos*, no sentido de algo que controlamos de forma absoluta, mas algo que nós *somos*. Como uma prática que requer escuta, o diálogo implica uma abertura para a alteridade e provê a possibilidade de que a diferença e a negativi-

dade sejam integradas em nossa consciência. Como um encontro com um Outro, esses diálogos nos colocam em questão: os produtos culturais, como as obras de arte, nos falam, como um Tu, nos incitando a mudar. Em lugar de um 'Você' concebido como um 'Eu' projetado para o futuro, o Tu gadameriano é verdadeiramente um Outro que nos nos incita a prover nossas próprias respostas ao que este outro nos demanda. Isso, que Gadamer caracteriza como uma 'dialética da pergunta e da resposta', precede a dialética da interpretação. A possibilidade de passarmos de uma a outra repousa em nossa 'posicionalidade excêntrica' – um termo que Gadamer toma emprestado da antropologia filosófica de Helmuth Plessner para dizer que, apesar de nossa localização particular ('dentro' de um corpo, de um horizonte, de uma tradição) nós podemos 'por vontade e por ação, ir além de nossas propriedades naturais' (Gadamer, 1996:13). Mas essa vontade e ação só são possíveis na medida em que não somos seres centrados, mas capazes de trânsito e de relação; de nos movermos do 'interno' para o 'externo' e vice-versa (Plessner, 1995: 41). Diferentemente do sujeito archeriano, o 'sujeito' gadameriano não conversa apenas consigo mesmo e sobre seu lugar no mundo, mas, sobretudo, com os outros e sobre o mundo. Isso significa que, embora não sejamos sujeitos no sentido de completude e autotransparência, somos capazes de autoconhecimento e de ação, mas apenas porque também somos capazes de uma espécie de autoesquecimento extático que caracteriza nossa abertura para o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Matthew (2006). "Hybridizing Habitus and Reflexivity: towards an understanding of contemporary identity?". *Sociology*, 40 (3): 511-528.

ARCHER, Margaret (1988). *Culture and agency*: the place of culture in social theory. Cambridge: CUP.

_____(1995). *Realist social theory*: the morphogenetic approach. Cambridge: CUP.

_____ (2000 a) "Realismo e o Problema da Agência". *Estudos de Sociologia* 6 (2), p 51-75. Recife, Ed. UFPE.

_____ (2000b). *Being human*: the problem of agency. Cambridge: CUP.

_____ (2003). *Structure, agency and the internal conversation*. Cambridge: CUP.

_____ (2007a). *Making our way through the world:* Human reflexivity and social mobility. Cambridge: CUP.

_____ (2007b) "The Long March with a Key Problem: Can Explanation and Understanding Be Linked?". In Tahir Abbas e Frank Reeves (eds) *Immigration and Race Relations*: sociological theory and John Rex. Londres e Nova York: I. B. Tauris.

_____ (2007c). "The trajectory of the morphogenetic approach: an account in the first-person. *Sociologia, Problemas e Práticas*, no. 54, pp 35-47.

_____ (2011). Habitus, reflexividade e realismo. *Dados*: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, pp. 157 a 206.

_____ (2012). *The Reflexive Imperative in Late Modernity*. Cambridge: CUP.

BADIOU, Alain (2004). *Infinite Thought*: Truth and the return to philosophy. Londres: Continuum.

BOURDIEU, Pierre (1990) *In Other Words*: essays towards a reflexive sociology. Stanford: Stanford University Press.

_____ (1993). *Sociology in Question*. Londres: Sage.

BURKITT, Ian (2012) "Emotional Reflexivity: feeling, emotion and imagination in reflexive dialogues". *Sociology*, 46 (3): 458-472.

CAMPBELL, Colin (1998). *The Myth of Social Action*. Cambridge: CUP.

COLAPIETRO, Vincent M. (1989). *Peirce's Approach to the Self*: a semiotic perspective on human subjectivity. Albany: State University of New York Press.

DAVEY, Nicholas (2006) *Unquiet Understanding*: Gadamer's philosophical hermeneutics. Albany, State University of New York Press.

DREYFUS, Hubert (2004). Taylor's anti-epistemology. In Ruth Abbey (ed.) *Charles Taylor*. Cambridge: CUP.

ELDER-VASS, Dave (2007). "Reconciling Archer and Bourdieu". *Sociological Theory*, 25(4), pp. 325-346.

GADAMER, Hans-Georg (1976) *Hegel's Dialectic*: five hermeneutical studies. Christopher Smith (trad.). New Haven e Londres: Yale University Press.

_____. (1986) *The Relevance of the Beautiful and Other Essays*. Nicholas Walker (ed). Cambridge: CUP.

_____. (1996). *The Enigma of Health*: the art of healing in a scientific age. Stanford, Stanford University Press.

_____. (1998) *Reason in the Age of Science*. Massachusetts: The MIT Press.

_____. (2000) Subjectivity and Intersubjectivity, Subject and Person. *Continental Philosophy Review*, 33, pp. 275-287.

_____. (2006). *Truth and Method*. Londres e Nova York: Continuum.

_____. (2007) *The Gadamer Reader*: a bouquet of the later writings. Richard E. Palmer (ed.). Illinois: Northwestern University Press.

GJESDAL, Kristin (2009) *Gadamer and the Legacy of German Idealism*. Cambridge: CUP.

GRONDIN, Jean (2001). Play, Festival and Ritual in Gadamer: on the theme of the imemorial in his later Works. In Lawrence K. Schmidt (org.) *Language and Linguisticality in Gadamer's Hermeneutics*. Lanham (Maryland): Lexington Books.

HAMLIN, Cynthia Lins. (2000) "Realismo crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais". *Dados*, 43 (2), Rio de Janeiro, pp. 373-397.

HUDSON, P. A. (2006). The Concept of Subject in Laclau. *Politikon*: South African Journal of Political Studies, 33 (3), Joanesburgo, pp. 299-312.

HUNTINGTON, Patricia J. (1998). *Ecstatic Subjects, Utopia, and Recognition*: Kristeva, Heidgger and Irigaray. Albany: State University of New York Press.

KANT, Imannuel (1995). *Foundations of the metaphysics of morals*. Nova Jersey: Prentice Hall.

KUSCH, Martin (1989). *Language as Calculus vs Language as Universal Medium*: a study in Husserl, Heidegger and Gadamer. Dordrecht, Boston e Londres: Kluwer Academic Publishers.

LACLAU, Ernesto, MOUFFE, Chantal (1985). *Hegemony and Socialist Strategy*: towards a radical democratic politics. Londres: Verso.

McNAY, Lois (1999). "Subject, Psyche and Agency: the work of Judith Butler". *Theory, Culture & Society*, Vol. 16(2): 175-93.

MEAD, George Herbert (1934). *Mind, Self and Society*: from the standpoint of a social behaviorist. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

MERLEAU-PONTY, Maurice (1990). *Merleau-Ponty na Sorbonne*: resumo de cursos psicossociologia e filosofia. Campinas: Papirus.

MOUZELIS, Nicos P. (2008) "Habitus and Reflexivity: reestructuring Bourdieu's theory of practice. In: *Modern and Postmodern Social Theorizing*: bridging the divide. Cambridge: CUP.

PALMER, Richard (1969). *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70.

PINKARD, Terry (2004). "Taylor, 'History', and the History of Philosophy". In: Ruth Abbey (ed.) *Charles Taylor*. Cambridge: CUP.

PIPPIN, Robert B. (2002) "Gadamer's Hegel". In Robert Dostal (ed.) *The Cambridge Companion to Gadamer*. Cambridge: CUP.

PLESSNER, Helmuth (1995). *Le Rire et le Pleurer*: une ètude des limites du comportement humain. Paris: Fondation de la Maion des Sciences de l'Homme.

RECKWITZ, Andreas (2002). Toward a Theory of Social Practices A development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, 5 (2), pp. 245- 265.

SAYER, Andrew (2005) *The Moral Significance of Class*. Cambridge: CUP.

SHORT, Thomas (2007). *Peirce's theory of signs*. Cambridge: CUP.

SIEGEL, Jerrold (2005). *The Idea of the Self*: Thought and experiment in Western Europe since the seventeenth century. Cambridge: CUP.

SWEETMAN, Paul (2003) Twenty-First Century Disease? Habitual Reflexivity or the Reflexive Habitus. *The Sociological Review*, 51(4): 528-49.

TAYLOR, Charles (1985). *Human agency and language*: philosophical papers I. Cambridge: CUP.

_____ (2005). *As Fontes do Self*: a construção da identidade moderna. São Paulo: Edições Loyola.

TOURAINE, Alain (2005). The subject is coming back. *International Journal of Politics, Culture and Society* 18, pp.199–209.

VANDENBERGHE, Frédéric (2010) "Você sabe com quem está falando quando fala consigo mesmo?". In: *Teoria social realista*: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Ed. UFMG e IUPERJ.

_____ (2012) *New directions in the theory of action*. Rio de Janeiro, mimeo, IESP/UERJ.

_____ (2014) *What is Critical about Critical Realism?* Londres: Routledge. (No prelo)

VERENE, Donald P. (2007). *Hegel's Absolute*: an introduction to reading the Phenomenology of Spirit. Albany: State University of New York Press.

WILEY, Norbert (1994). *The Semiotic Self*. Cambridge e Oxford: Polity Press e Blackwell Publishers.

_____. (2010). "Inner Speech and Agency". In: Margaret Archer (ed) *Conversations about Reflexivity*. Londres: Routledge.

Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.77
10.20336/rbs.77
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jun/Dez/2014

Abdlehafid Hammouche*

ALTERIDADES URBANAS E DUPLA CONTEXTUALIZAÇÃO O EXEMPLO DOS BAIRROS DE WAZEMMES EM LILLE (FRANÇA) E DE IRACEMA EM FORTALEZA (BRASIL)

RESUMO

Este artigo ocupa-se das dinâmicas urbanas de dois bairros, um em Lille, o outro em Fortaleza e é baseado numa investigação levada a cabo desde 2011. O objetivo é contribuir, através de uma dupla contextualização, para a compreensão dos processos através dos quais estes lugares anteriormente desqualificados ou classificados como "sensíveis" se tornam lugares valorizados. A perspectiva é captar o mais minuciosamente possível o uso político e social da cultura enquanto suporte, quando a ação pública assume a vocação de melhorar o viver em comunidade, partindo da hipótese de que o embelezamento desses espaços urbanos condiciona, na prática, as relações de alteridade. A primeira parte mostra como o bairro de Lille se transforma fisicamente e sobretudo como se multiplicam as iniciativas culturais. A parte seguinte analisa as relações de alteridade nesse tipo de contexto a partir, por um lado, de observações e, por outro lado, de entrevistas concebidas para ter em conta as trajetórias das pessoas, com a finalidade de questionar a construção social, a gestão pública e a eventual reconsideração da alteridade. Na última parte, a análise é enriquecida pelo paralelismo parcial estabelecido com a dinâmica do bairro brasileiro que conhece igualmente mudanças significativas.
Palavras chaves: cidade, dinâmicas urbanas, Alteridade

ABSTRACT

This article deals with the urban dynamics of two districts, one in Lille, the other in Fortaleza and is based on research carried out since 2011. The aim is to contribute, through a double context, to understand the processes by which these places previously disqualified or classified as "sensitive" become valued places. The perspective is to capture the most detail possible political and social use of culture as a support when the public action takes the vocation to improve the

*Sociólogo, professor do ensino superior na Universidade de Lil- le1, depois de ter sido professor na Universidade de Lyon 2. Os seus trabalhos têm incidido em diversos domínios (migrações, ação pública, dinâmicas urbanas), favorecendo sempre uma orientação comparativa internacional. Os seus interesses atuais centram-se nas dinâmicas sociais e na ação pública no espaço urbano (dispositivos locais de ação pública relacionados com a política da cidade ou com as políticas culturais) depois de ter trabalhado sobre a família em situação migratória (casamento, casal, relações entre gerações e relações de género, comprometi- mento público). A investigação que coordena desde 2010 impli- ca investigadores franceses, brasileiros, japoneses e inscreve-se numa sociologia da cidade para questionar a urbanidade e a go- vernação dos espaços urbanos. O objetivo é esclarecer os modos de viver a cidade e os sistemas de ação para a governar desen- volvendo uma abordagem comparativa que permita analisar as dinâmicas sociais nos espaços emblemáticos de cidades como Lille (França), Fortaleza (Brasil) e Yokohama (Japão).

living in community, on the assumption that the beautification of these urban spaces conditions in practice, relations otherness. The first part shows how the Lille neighborhood physically transforms and especially as multiply cultural initiatives. The following analyzes of the relationships of otherness this type of context from, on the one hand, observation and, on the other hand, interviews designed to take into account the trajectories of people, in order to challenge the social construction, management public and the possible reconsideration of otherness. In the last part, the analysis is enriched by the partial parallel drawn with the dynamics of the Brazilian neighborhood that also knows significant changes.

Keywords: city, urban dynamics, Otherness

RÉSUMÉ

Cet article porte sur les dynamiques urbaines de deux quartiers, l'un à Lille, l'autre à Fortaleza et se fonde sur une recherche menée depuis 2011. L'objectif est de contribuer par une double contextualisation à la compréhension des processus par lesquels ces lieux antérieurement dévalués ou qualifiés de « sensibles » deviennent valorisés. La perspective est de saisir le plus finement possible l'usage politique et social de la culture en tant que support, lorsque l'action publique se donne pour vocation d'améliorer le vivre ensemble et en faisant l'hypothèse que l'embellissement de ces espaces urbains conditionne les rapports pratiques d'altérité. La première partie montre comment le quartier lillois se transforme physiquement et surtout comment se multiplient les initiatives culturelles. La partie suivante analyse les rapports d'altérité dans un tel contexte à partir d'observations d'une part, et d'entretiens conçus pour prendre en compte les trajectoires des personnes d'autre part, afin d'interroger la construction sociale, la gestion publique et l'éventuelle reconsidération de l'altérité. Dans la dernière partie, l'analyse s'enrichit d'une mise en parallèle partielle de la dynamique du quartier brésilien qui connaît également de sensibles changements.

Mots-clés: Ville, dynamiques urbaines, Altérité

Abdlehafid Hammouche

ALTERIDADES URBANAS E DUPLA CONTEXTUALIZAÇÃO O EXEMPLO DOS BAIRROS DE WAZEMMES EM LILLE (FRANÇA) E DE IRACEMA EM FORTALEZA (BRASIL)[1]

Uma redefinição das relações de alteridade pelas transformações urbanas?

Numerosos bairros populares antigos, próximos dos centros das grandes metrópoles contemporâneas, conhecem desde os anos 1960 o que se convencionou chamar de gentrificação (Bassand M., Kaufmann V., Joye D., 2007), para significar que as classes médias estão mais presentes em detrimento das classes populares e que os equipamentos industriais (ateliers,

1 Para Iracema, além da pesquisa documental, efetuei observações regulares desde 2006, de acordo com as minhas estadas dedicadas à minha anterior pesquisa em Fortaleza sob o tema (A autoridade educativa), no quadro de um inquérito conduzido com a ajuda de colegas da UFC, da UECE, bem como dos doutorandos de Paris 3 e de Lyon 2. Estas observações não estavam orientadas para as relações de alteridade tal como questionadas aqui mas para as relações de geração e particularmente sobre as crianças ou adultos ajudados pelos educadores. Permitiram-me familiarizar-me com este bairro bem como com o do Centro e acompanhar as transformações evocadas neste artigo.
Este inquérito faz parte de um dispositivo de investigação delineado como uma abordagem comparativa internacional sobre as evoluções dos bairros deste tipo, investigação que coordeno, implicando Kadma Marques (Universidade de Estado do Ceará, Brasil) para o bairro de Iracem em Fortaleza no Brasil, Shintaro Namioka (Universidade Meiji Gakuin, Yokohama, Japão) e Yukiko Tsujiyama-Itoi (Universidade Kyoritsu, Tokyo) para o bairro Kotobuki em Yokohama no Japão, Sonia Vidal (Universidade de Lille 1, França) para os bairros de Wazemmes e Moulins em Lille.

empresas) e comerciais dão lugar a um outro habitat e a outros serviços[2]. Condicionados pelas lógicas imobiliárias e pelas políticas públicas, estes espaços não conhecem, no entanto, este processo de forma idêntica, e alguns beneficiam de uma valorização estética acompanhada de manifestações culturais mais numerosas e de uma presença acrescida de artistas.

É este tipo de transformação que se pretende questionar em dois bairros, um em Lille e outro em Fortaleza, para caracterizar, a partir de uma investigação levada a cabo desde 2011 e ainda em curso, a dinâmica urbana em cada uma destas duas cidades[3]. Estes bairros são hoje valorizados pelos discursos dos diversos atores locais e pelos investimentos ou os trabalhos que transformam o seu aspeto físico. Sem se tornarem os belos bairros dos centros da cidade dos quais estão próximos, tendem a ser descritos como lugares de cruzamentos sociais e culturais harmoniosos. As atividades e o povoamento diversificam-se no bairro de Lille que incarna, de acordo com os seus promotores, um sucesso no que diz respeito à miscigenação social tão pouco definida como procurada desde os anos 1970 no parque social francês. Wazemmes é, com efeito, apresentado como um espaço cosmopolita em que a "diversidade" é bem vivenciada, e beneficia de uma ação pública em diversos domínios, nomeadamente no que toca ao registo social e cultural[4]. No período recente, o bairro conheceu uma inversão de apreciação: associado à delinquência e à imigração nos anos 1970, é valorizado desde o ano 2000 enquanto espaço de interculturalidade. Quanto a Iracema, o bairro brasileiro, subsistem poucos traços da pesca dos seus primórdios, e a vocação turística tem-se afirmado mais com novos espaços e equipamentos. A extensão em curso de ordenamento prolonga uma praia já investida pelos turistas dando origem a apreciações ambivalentes de acordo com os

2 Um grande obrigado a Maurice Blance e a Julien Zeppetella pela releitura atenta e pelas suas sugestões.
3 No que diz respeito à metodologia, ver o quadro 2 em anexo.
4 Ver, em anexo, o quadro 1 sobre a ação pública relativa a este tipo de espaço urbano em França.

meios sociais. A praia estende-se por Beira Mar, uma avenida atrativa com o seu lote de hotéis e de comerciantes, beneficiando de grande atenção por parte dos poderes públicos para torná-la segura. É em parte desacreditada por aqueles que dela fogem e evitam, nomeadamente aos fins de semana, as famílias de meio popular, as barracas e outros estabelecimentos onde se tecem encontros entre turistas e prostitutas, as "caçadoras" de turistas (gato veio) que procuram relações interessadas mas não tarifadas, sem esquecer a poluição derivada dos esgotos que derramam uma parte das águas usadas da cidade neste local. Esta extensão combina com o investimento maciço na cultura que tem como símbolo o centro cultural Dragão do Mar, fazendo do lugar um espaço urbano com descontinuidades mais ou menos visíveis, conforme se está próximo de Beira Mar ou do centro da cidade, entre a favela que diminui, os habitantes dos anos 1930 e o aquário em construção.

O objetivo deste artigo[5] é contribuir para a compreensão dos processos através dos quais estes lugares anteriormente desvalorizados ou qualificados como "sensíveis[6]" são valorizados. Deveria sobressair uma dupla contextualização, pondo em relevo duas dinâmicas sociais, necessariamente difíceis de delimitar e caracterizar, com o objetivo de inscrever as mudanças em questão enquanto processos que ganham sentido em cada uma das duas sociedades. Não se trata de identificar os invariantes que se encontrariam num e noutro caso, mas de relacionar as transformações com um conjunto de relações que condicionam o seu significado social em dois contextos em transição[7]. A perspetiva adotada não é a de Richard Florida (Florida,

5 Este artigo prolonga em parte o tema do número anterior da *Revista Brasileira de Sociologia,* retomando e aprofundando a comunicação feita no XVIº Congresso Brasileiro de Sociologia: "Valorização dos bairros antigos e reconsideração da alteridade a partir da investigação sobre Lille numa perspetiva comparativa com Fortaleza", Mesa Redonda XVIº Congresso Brasileiro de Sociologia de 10 a 13 de setembro 2013 *A sociologia como artesanato intelectual*, Universidade Federal da Baía, Salvador (Brasil), 12 setembro de 2013.

6 Para situar esta expressão "bairro sensível" ver o quadro 1 em anexo.

7 É difícil fixar períodos para definir uma transição entre as duas sociedades. Digamos que a nível macro se trata, esquematicamente, da «passagem» de uma

2002)[8], que evoca as cidades criativas com o contributo combinado de um conjunto de atores (artistas, populações...), mas de captar o mais próximo possível o uso político e social da cultura enquanto suporte, quando a ação pública assume a vocação de melhorar o viver em conjunto. O procedimento aqui vai no prolongamento dos trabalhos iniciados por Ruth Glass (Glass, 1963) que, pela primeira vez, fala de gentrificação para designar um processo de povoamento em que as classes médias e superiores se instalam nos bairros próximos dos centros das cidades quando os antigos habitantes os abandonam ou são forçados a isso (Authier, Bidou-Zachariasen, 2008).

Pode pensar-se que o embelezamento - termo que retomo mais adiante - desses espaços urbanos condiciona as relações práticas de alteridade[9]. Neste contexto, o encontro com o Outro parece, com efeito, menos ameaçador e até, em certa medida, atrativo, festivo, ou mesmo sinónimo de exotismo "ao domicílio". Numa hipótese deste tipo, é elucidativo identificar por um lado as intervenções ou as mudanças que participaram no processo de redefinição da apreciação e dos usos do bairro, e de captar por outro lado as posições dos habitantes numa tal configuração. Esta redefinição não se coloca nos mesmos termos em França e no Brasil, e para apreciá-la parece judicioso abordar a alteridade através da história dos indivíduos e das suas relações com a cidade para melhor delimitar a sua construção social e a sua gestão

sociedade em que predomina a indústria e a pesca para uma sociedade em que esse tipo de produção é atenuado ou desaparece em benefício de serviços, paralelamente ao enfraquecimento do peso das classes populares e o aumento do peso das classes médias. Remetendo para os inquiridos a nível micro, esta transição é abordada pela sua própria história. Define-se então pela referência a duas conjunturas, a da socialização e a do período do inquérito, para captar a estruturação do *habitus* e a sua experimentação provocada pela mudança do contexto no sentido lato, ou do campo em certos casos, ou mesmo das relações práticas nas situações que nos interessam.

8 Ver a crítica desta abordagem feita por Alain Bourdin (Bourdin, 2005).

9 Relações que se aproximam das relações práticas no sentido que lhes é atribuído por Bourdieu, mesmo se os ritmos de vida quotidiana urbana e as formas dos laços diferem sob diversos pontos da vida rural e da continuidade relacional posta em evidência nos seus trabalhos na Argélia (Bourdieu, 1980, p. 281-282). Sublinho deste modo as relações quotidianas que ganham sentido nas relações de vizinhança e de cruzamentos que se repetem.

pública. É preciso entender a construção social como um duplo processo: o da socialização do indivíduo mediante o qual este aprende a definir o Outro[10], aquele que no espaço público incarna as diferenças (religiosas, culturais, sociais) que são objeto de debate e desse modo qualificadas no espaço público; pela gestão pública, o pôr em prática desta aprendizagem e das adaptações que a acompanham nas situações concretas contemporâneas ao inquérito. Esta abordagem, combinando a socialização e as interações, aprimora o que decorre dos simples agregados como as classes. É simultaneamente uma abordagem diacrónica (socialização) e sincrónica (interação observada) ao nível das mulheres e dos homens que a vivem de forma dinâmica para tentar informar a fase de transição tanto quanto o estado de avanço desta *research in progress* permite fazê-lo.

A primeira parte deste artigo é dedicada à dinâmica urbana de Wazemmes[11]. Veremos como o bairro se transformou fisicamente e sobretudo como se multiplicaram as iniciativas culturais[12]. A parte seguinte analisará as relações de alteridade nesse contexto a partir das observações por um lado, e de entrevistas pensadas para levar em linha de conta as trajetórias das pessoas por outro lado, a fim de questionar a construção social, a gestão pública e a eventual reconsideração da alteridade. Na primeira parte, menos aprofundada, a análise enriquecer-se-á com o estabelecimento de um paralelismo parcial com a dinâmica do bairro brasileiro que conhece também mudanças sensíveis.

10 A figura do estrangeiro é um dos pontos de fixação habitualmente mobilizado para substantivar a alteridade. Em França, esta é sumariamente incarnada, hoje em dia, pela figura do migrante ou do jovem. É através de um ato de clivagem que ela é entendida no Brasil, nomeadamente com o pobre ou a criança de rua cuja "distância" não releva de uma suposta estranheza cultural mas de uma posição externa relativamente ao sistema socio-económico.

11 Para os desenvolvimentos específicos do bairro de Lille, ver o meu artigo (Hammouche, 2013).

12 Para os desenvolvimentos específicos do bairro de Lille, ver o meu artigo (Hammouche, 2013).

Embelezar e tornar seguros os espaços urbanos? A dinâmica urbana de *Wazemmes*

Antiga comuna que se tornou num dos bairros de Lille, cidade central de uma aglomeração com 1 112 470 habitantes (a 4ª em França) em 2010 (segundo o INSEE[13]), Wazemmes beneficia na sua história recente do que podemos chamar de embelezamento. Este termo remete para uma combinação de processos discursivo, morfológico e cultural que ilustram e acompanham a gentrificação. Assim definido, o embelezamento resulta e produz efeitos sobre o povoamento na medida em que essas transformações discursivas e arquiteturais modificam o aspeto físico, a atratividade e a lógica imobiliária. A palavra convida a ter em conta a estetização da cidade e os usos políticos da cultura em sentido lato e é suficientemente ambígua para deixar em aberto o questionamento sobre o conteúdo, que se limita eventualmente a um simples envelope de fachada com operações de requalificação do edificado. Para apreciar isto de forma mais aprofundada, é esclarecedor apreender um processo deste tipo a partir da sua emergência e da sua legitimação pelos atores[14] e cidadãos que o acompanham. Designa aqui tanto as operações concretas que impulsionam e suportam o Estado e as Coletividades territoriais (Cidade de Lille, Lille Metrópole Comunidade Urbana, Departamento do Norte, Região Norte-Pas-de-Calais) a melhorar os aspetos físicos[15] (edifícios, ordenamento do território), como as atividades artísticas e culturais, ou a apropriação pelos utentes que, mediante suas apreciações e seus comentários, ou a sua presença, nomeadamente quando se realizam manifestações

13 http://www.insee.fr/fr/regions/nord-pas-de-calais/default.asp?page=themes/tableau_de_bord/TB02lmcu.htm consultado a 19 de março 2014.

14 Por uma questão de conveniência o termo ator é usado exclusivamente para designar as pessoas que participam na ação pública.

15 De notar que a preservação do existente predomina em Wazemmes e que as demolições não são nem tão numerosas nem têm a mesma amplitude que nos bairros sociais da periferia. A sua história, a sua localização são valorizadas no sentido de uma patrimonialização cultural do mundo operário que é uma das características da sua gentrificação. Para diferenciar renovação, demolição e reabilitação, ver Blanc, 2013).

culturais e festivas, nelas participam. Para as captar, é importante estar atento aos discursos sem hierarquizar os comentários proferidos pelos operadores institucionais ou associativos e os testemunhos dos habitantes. Não deixa de ser difícil, no entanto, avaliar a dimensão da arte e da cultura ou da arquitetura (tal como se manifesta pela mudança de uso das *courées*[16] pelo design da Maison Folie de Wazemmes ...) na transição para a escala do bairro e ainda mais para a da cidade. Tratar-se-á da arte tal como é definida pelos estabelecimentos culturais (museus, teatro...)? Ou devemos entender a palavra cultura sobretudo como um termo englobando todas as atividades que se lhe referem, desde as que são propostas pelos equipamentos socioculturais às manifestações mais mediatizadas? Para melhor apreender esta dinâmica, é preciso lembrar que a utilização da cultura como suporte de ação pública, não ficou aquartelada nos centros das cidades, estendendo-se às periferias francesas. Ela foi e continua sendo mobilizada numa perspetiva de *empowerment* e de valorização das capacidades das populações, ou para promover esteticamente esses espaços. Várias manifestações artísticas e culturais têm por objetivo melhorar a imagem dos bairros e a sua atratividade. A valorização procurada passa tanto pela arquitetura como pelo melhoramento da iluminação. É assim que em relação com a política da cidade nascem, desde 1989, primeiro *Banlieues 89* seguido de *Quartiers Lumières* em 1991 e depois, a título de exemplo, vêm as operações *Éclairage public et lumières urbaines* em 1995 ou *Paysage et intégration urbaine* em 1996. A cultura é, neste contexto, legitimada pela afirmação da sua vocação social ou denunciada enquanto instrumentalização[17].

16 Datando do século XIX e de uma parte do século XX, a *courée* é um conjunto de pequenas casas idênticas, de um andar, dispostas umas em frente às outras ao longo de uma pequena rua cujo acesso é feito por uma passagem estreita.

17 Henri-Pierre Jeudy, por exemplo, denuncia a instrumentalização da cultura para fins sociais e culturais: "Quando o impulso do desenvolvimento cultural é suposto vir dos excluídos, a estes só resta reivindicar a sua desintegração. A sua violência é um espetáculo! A irrupção da diferença não é mais do que o sintoma da integração. E à própria arte é atribuída uma missão social. Ao colaborar no trabalho social, os artistas parecem enfim assumir o seu papel na cité visto que eles estão lá para realizar a harmonia do pluralismo das culturas nos territórios

A dinâmica de Wazemmes ganha sentido, em primeiro lugar, em relação com a evolução da cidade de Lille que conheceu nestes últimos anos significativas mudanças económicas e culturais[18]. Capital de uma região virada para o têxtil, a mecânica e as minas de carvão desde a Revolução Industrial, a cidade sofre um declínio entre os anos 1960 e 1980. Depois disso, a partir dos anos 1990, assiste-se a uma reconversão ao terciário com várias realizações marcantes. Antes de mais, dá-se o aparecimento de um novo bairro de negócios, Euralille, construído em 1988. A chegada a esse bairro do comboio de alta velocidade (TGV) em 1993, conseguida graças às múltiplas intervenções de Pierre Mauroy, antigo Primeiro Ministro (1981-1984) e prefeito municipal (1973-2001), seguida da do comboio Eurostar em 1994 fazem da cidade um entroncamento europeu, retomando a expressão mais usada, entre Paris, Bruxelas e Londres. Trazida à escala europeia, Lille, seguindo o exemplo de muitas outras grandes cidades, aumentou o investimento na cultura para reforçar a sua irradiação e a sua atratividade enquanto aglomeração transfronteiriça. Ao longo dos tempos, desejou-se que a ação cultural de Lille fosse uma combinação do que é considerado como uma cultura popular que dá continuidade a um passado hoje parcialmente valorizado (através, por exemplo, dos laços entre os habitantes e de uma vida social supostamente mais dinâmica do que hoje), e de intervenções mais ou menos diretamente ligadas à arte contemporânea. A obtenção do título de Capital europeia da cultura em 2004 acentuou a irradiação da capital da Flandres e constituiu um outro símbolo frequentemente evocado para caracterizar a renovação de Lille. Os dados demográficos ilustram esta dinâmica. Em 1968, a cidade contava 238 554

urbanos desintegrados. Qualquer criação se arrisca a cair na armadilha das razões e das finalidades socioculturais que lhe dão um sentido ao qual não pode opor-se. Os gestionários da integração estão à coca dessas formas emergentes de criação espontânea para operar a metamorfose da violência em estática social." (Jeudy, 1999, p.24-25).

18 "... Esta aglomeração tornou-se em poucos anos uma referência cultural e turística impulsionada pelas ligações do TGV e o sucesso de grandes realizações como "Lille capital europeia da cultura" em 2004 ou as exposições de arte contemporânea Pinaut e Saatchi em 2009 e 2010." (Bonnefous, 2012).

habitantes, e apenas 212 597 em 1999 antes de crescer de novo para atingir 222 784 em 2008[19].

A dinâmica urbana de Wazemmes não está a salvo das repercussões do elevado aumento dos preços do mercado imobiliário com que Lille, como aliás as maiores cidades francesas, se confronta[20]. A sua proximidade com o centro da cidade, a evolução dos preços, mais módicos do que nas partes mais valorizadas (como o Vieux-Lille), fazem do bairro um lugar atrativo para os candidatos ao arrendamento ou ao acesso à propriedade. Para alguns é uma das raras possibilidades de adquirir um bem imobiliário perto do centro da cidade e, por vezes, uma oportunidade para uma primeira etapa com esperança de revender sem perda, ou até com uma mais-valia que permita a compra de um alojamento mais espaçoso ou melhor situado de acordo com os projetos pessoais. Em 1990, Wazemmes tem 20 548 habitantes, dos quais 22,42% com menos de 19 anos. Em 2004 são já 25 362 habitantes e 26 214 em 2008. O aumento da população é notório desde os anos 1990: há um acréscimo de 7,75% entre 1999 e 2004, um dos mais elevados da cidade, tal como no Vieux-Lille, um espaço igualmente revalorizado. Para avaliar melhor esta tendência, é preciso assinalar um decréscimo no período compreendido entre 1960-1980, depois de um longo período, desde 1858, ano em que esta antiga comuna foi agregada a Lille, em que o bairro não cessou de crescer, e isto antes de a crise do têxtil e da indústria ter feito diminuir a sua população. A análise de IRIS* (unidade de base considerada pelo INSEE; o bairro inclui várias unidades) mostra que a ocupação por categoria social varia fortemente entre aqueles que estão próximos do hipercentro e os que estão mais próximos da periferia. Para os

19 INSEE. . http://www.insee.fr/fr/regions/nord-pas-de-calais/default.asp?page= themes /tableau_de_bord/TB02lmcu.htm consultado em 9 de agosto de 2012.

20 Audrey Linkenheld, adjunta do prefeito e responsável pelo pelouro do alojamento, resume a situação sublinhando que Lilleé "uma das grandes cidades mais caras do país, em resultado da sua política de desenvolvimento e da sua atratividade, mas com uma das populações menos ricas", (Bonnefous, 2012).

* Nota da tradutora: IRIS é uma sigla para designar uma unidade de base de análise da população por grupos para efeitos de informação estatística *IRIS=Ilots Regroupés pour l'Information Statistique*

eleitos e a Prefeitura do bairro, as mudanças destes últimos anos são um sucesso (*"Este bairro antigo e popular soube operar uma profunda mutação"*). Sublinham que a irradiação de Wazemmes ultrapassou largamente os limites do bairro e da cidade, e que as pessoas vêm de longe ao mercado de domingo (cerca de 40 000 pessoas em certos domingos de manhã), mas também à rua Gambetta por onde todos os dias circulam numerosos visitantes ao longo dos seus 1,2 km de linha comercial[21]. O cosmopolitismo valorizado do bairro é difícil é difícil de captar, desde logo quando visa a pôr em relevo tanto a atratividade do mercado, os comércios étnicos ou a co-presença das populações francesas e estrangeiras. Estas últimas estão mais presentes nas ZUS (zonas urbanas sensíveis) onde 11,3% dos habitantes são estrangeiros (apenas 7,9 em Lille e 6,2% na comunidade urbana[22]), sendo os Magrebinos em maior número seguidos dos Asiáticos.

Esta evolução demográfica e esta repartição espacial diferenciada das categorias sociais são acompanhadas por transformações físicas marcadas pela referência à arte contemporânea. Assim, a Maison Folie[23] Wazemmes é inaugurada em 2004, quando os *lofts*[24], as renovações ou reabilitações do antigo habitat se multiplicam. As inovações arquiteturais parecem ser bem aceites pela população, e não existe rejeição manifesta entre os inquiridos e alguns deles evocam esta vontade de fazer, combinando passado e presente. As mudanças morfológicas são acompanhadas de um reforço da oferta cultural e de uma

21 http://www.mairie-lille.fr/fr/Votre_Mairie/Mairies_de_quartiers/Wazemmes consultado em 31 de julho de 2012.

22 http://attacafa.com/post/2014/02/07/SOUTENEZ-LE-FESTIVAL-LA-LOUCHE-D-OR- consultado em 13 de maio de 2014.

23 A noção de casa folia foi avançada por ocasião de Lille 2004, Capital europeia da cultura. 12 centros culturais com esta denominação foram então instalados na região da Capital europeia. Em 2014, 7 guardam ainda este título, duas das quais em Lille: a Maison folie de Moulins e a de Wazemmes. Esta última apresenta o lugar onde está instalada como "[um] Vestígio do património operário de Lille" reabilitado pela agência neerlandesa Nox e o arquiteto Lars Spuybroek e pretende estar "no centro de trocas e cruzamentos múltiplos entre as disciplinas, os artistas de todos os horizontes e sobretudo os públicos". Cf. http://mfwazemmes.lille.fr/fr/presentation/qui-sommes-nous consultado em 2 de junho de 2014.

24 O loft é um entreposto , ou um local de uso profissional, transformado em lugar de habitação ou em atelier de artista.

valorização do "festivo" através de festivais, festas populares retomadas e apoiadas institucionalmente (festa do acordeão com Wazemmes l'Accordéon 2014[25], festa da sopa com o 14º festival de la Louche d'or (Concha de ouro) em 2014[26]. Mesmo se certos episódios são por vezes evocados, como foi o caso da tentativa falhada de transformar os Halles em complexo de cinema que suscitou uma forte resistência para preservar este equipamento, não se encontra hoje nenhum rasto virulento de oposição.

A alteridade reconsiderada?

Os inquéritos mostram que se a grande maioria dos habitantes retoma o nome de Wazemmes para se referir ao espaço, outros há que privilegiam o nome da rua (por exemplo Gambetta), ou ainda o nome da estação de metro mais próxima. As fronteiras sociológicas e espaciais que os utentes enunciam são múltiplas, como são múltiplos os recortes administrativos para agir sobre os transportes ou sobre a segurança entre outros exemplos, sem contar com os do INSEE ou da política da cidade com a ZUS (zona urbana sensível) que corresponde a 5% do território de Lille e conta 10 416 habitantes (Vignier, 2012). Os usos dos lugares, a residência, as relações de vizinhança, a frequentação das praças, dos comércios, a utilização dos transportes públicos nomeadamente, são indicadores que mostram como ao longo do tempo se constrói socialmente a ancoragem. A perspetiva adotada aqui procura situar tendo em conta as primeiras relações dos indivíduos com a cidade e a perceção que dela tinham (citadinos ou rurais na infância), o que resulta na combinação da socialização e de uma forma ulterior de pôr à prova as disposições adquiridas, para melhor apreciar a apropriação que corresponde às práticas contemporâneas do episódio estudado.

25 De quinta feira 22 de maio 2014 a domingo 1 de junho 2014.
26 Dia 1 de maio de 2014.

Durante meses a fio, em função dos dias e a horas diferentes, a observação dá a ver uma variação de situações. Estas põem em co-presença mulheres e homens, de diferentes idades, aparentemente de origens diversas, tendo em conta os trajes e as línguas estrangeiras ouvidas. É difícil caracterizar estes cruzamentos definidos pelos inquiridos de acordo com uma gama de distâncias supostas, desde o próximo até ao longínquo para parafrasear o título de Bastide (Bastide, 2000), a partir das aparências e dos comportamentos visíveis, entre as populações de "jovens" dos quais se diz que são oriundos da imigração, até aos migrantes mais tipificados vindos da África do Norte ou da Ásia, entre os que passeiam em família e os que bebem um copo nas esplanadas, por vezes em estado quase ébrio. Uns e outros não estão presentes e não se cruzam nos mesmos lugares, nem ao mesmo tempo. As co-presenças também não implicam o mesmo grau de empenhamento, desde a passagem rápida diante da estação de metro Gambetta onde se apinham os grupos de jovens frequentemente alcoolizados, barulhentos, acompanhados com regularidade por numerosos cães e suscitando maior ou menor mal estar, e as trocas entre vendedores e compradores ao domingo de manhã em que os cafés estão cheios e em que a praça do mercado fervilha de gente. Neste mercado, situado na Praça da Nouvelle Aventure no coração do bairro, bem como em volta, as tendas exóticas estão lado a lado com os stands de roupa, de tecidos, de utensílios de todo o tipo, bem como de frutas e legumes. No centro do mercado, os Halles - um belo edifício construído na segunda metade do século XIX de acordo com o modelo dos Halles de Paris - partilhados por vinte e dois comerciantes, propõem peixaria, talho, charcutaria, produtos regionais, asiáticos, bio, comércio justo...[27] No exterior e em toda a volta dos Halles, encontram-se essas mesmas mercadorias bem como produtos exóticos com alimentos asiáticos e magrebinos. Fora dos dias de mer-

27 http://www.halles-wazemmes.com/historique.html consultado em 3 de junho de 2014.

cado (domingo, terça e quinta), certos períodos, como o ramadão[28], são mais animados nomeadamente em duas ruas adjacentes ao mercado, rua dos Sarrasins e rua Jules Guesde, com montras cheias de pastelaria, panquecas e outros produtos mediterrânicos, por vezes ao lado de esplanadas de café ocupadas por clientes que bebem as suas cervejas. Esta última rua, com os seus comércios étnicos ou obsoletos (como a espaçosa boutique de novelos de lã para tricotar) e os seus pequenos grupos de homens aparentemente estrangeiros, e talvez em situação de precariedade e de clandestinidade, tem um estatuto particular para alguns habitantes. É vivenciada como sendo a rua dos tráficos, nomeadamente de droga, e uma das menos seguras.

No entanto, numerosos inquéritos realçam de forma imediata o prazer de vaguear a qualquer hora. Várias mulheres, nomeadamente as que vivem sozinhas, assinalam o facto de não terem preocupações com a hora a que regressam a casa à noite. Aquelas e aqueles que vivem sozinhos destacam a oferta cultural ou a possibilidade de saídas na proximidade do lugar de residência ou na proximidade do centro da cidade. Os jovens casais que ali coabitam insistem também neste aspeto. É preciso contudo destacar várias reservas enunciadas sempre com algum cuidado. A primeira diz respeito a partes específicas do bairro, como uma rua que uma habitante (50 anos, professora) considera "ser magrebinizada". Esta observação é esclarecedora em vários sentidos. Trata-se de um indício da relativa centralidade da rua para certos migrantes ou pessoas ligadas de uma maneira ou de outra aos países do Magrebe. O elevado número

28 De 20 de julho a 18 de agosto em 2012. Este período de jejum respeitado pelos muçulmanos praticantes dura 30 dias, começando todos os anos, de acordo com o calendário lunar, cerca de dez dias antes do início do ano anterior. O jejum consistem em abster-se de comer, de beber, de qualquer relação sexual desde o nascer do dia até ao pôr do sol. É particularmente penoso no verão. Nas últimas décadas, a quebra do jejum à noite ganhou um ar festivo cada vez mais marcado por lautas refeições, por vezes com a família alargada e mais saídas, reservadas aos homens ou incluindo as mulheres de acordo com as histórias familiares. O bairro de Wazemmes, tal como o de Belleville em Paris e outros nas grandes cidades francesas que contam com uma grande comunidade magrebina, são mais animados durante este período com a participação mais ou menos ativa dos comerciantes.

de lojas que propõem preços aparentemente atrativos para telefonar para essa região do mundo (ou outras) atesta-o em certa medida. Nenhuma caracterização étnica deste tipo é feita com respeito aos asiáticos, percecionados principalmente mediante a sua função de comerciantes e cuja presença não suscita qualquer comentário. Posta em relação com a história social de diversos inquiridos que viveram em bairros populares caracterizados por uma forte presença de imigrantes, esta observação e o desconforto evocado por esta pessoa mostram uma dupla mudança em sintonia. Em primeiro lugar, a presença dessas lojas e de outros comércios ditos étnicos é vista como mais evidente. Em seguida, e diferentemente do que ela diz ter vivido durante a infância e a adolescência, em certos momentos, ela não se sente como se ali fosse *"o seu lugar"*. Ela conta, em modo de ilustração, um episódio em que ela teve que voltar a casa mudar de roupa por ter sentido olhares reprovativos. As declarações de outra mulher um pouco mais velha (aposentada) reforça a ideia de uma ambivalência que nem sempre encontra as palavras para expressar a complexidade das relações com que é suposto referir-se a outra cultura. Esta mulher relata aquilo que, a seus olhos, se apresenta como um paradoxo relacional com o dono de uma loja onde ela vai regularmente. Na loja, o comerciante saúda-a e fala cordialmente com ela, ignorando-a quando passa por ela na rua. Depois de várias tentativas, a mulher conformou-se com estes encontros silenciosos que, no entanto, a deixam perplexa e incomodada. No que se refere a este capítulo das relações, que os indivíduos qualificam de culturais ou interculturais, é esclarecedor observar que outros bairros deste tipo como Belleville ou Menilmontant em Paris conhecem processos similares. É o que se passa com os restaurantes que propõem pratos das regiões rurais do Magrebe ou pratos de charcutaria francesa e não *"halal"* (lícita). É verdade que em alguns estabelecimentos a experiência é de curta duração e é difícil saber se a implantação recente na proximidade de livrarias dedicadas ao Islão condiciona essa evolução ou não. Em qualquer dos casos, as co-presenças raras, ou até improváveis dos anos 1970, entre imi-

grantes "celibatários geográficos[29] e mulheres jovens, por exemplo, se multiplicaram. Vários elementos confirmam estas mudanças entre os dois períodos temporais. Os sinais mais visíveis são as esplanadas dos cafés com uma clientela tanto francesa como estrangeira, onde homens e mulheres bebericam um chá de menta ou um *nass-nass* (metade-metade em árabe para designar um café com leite). Estas bebidas são menos exóticas para estes clientes, consumidas com maior regularidade, e levam a pensar que estes lugares de encontro, hoje possíveis, revelam uma outra perceção daquilo que, em tempos, foi estranho exótico ou atraente, mas nunca familiar. Paralelamente, os modos de estar em público de certos migrantes ou dos seus descendentes mostram-se mais abertamente no plano cultural ou religioso. Por exemplo, em Wazemmes, certos restaurantes oferecem graciosamente a refeição de quebra do jejum em alguns dias do *ramadão* (em 2010).

Outros receios e rejeições exprimem-se de modo mais nítido. Assim, as duas estações de metro, Gambetta e Wazemmes, que servem o bairro a pouca distância do mercado, são objeto de uma apreciação circunstanciada. Alguns habitantes evitam por exemplo a segunda, evocando os agrupamentos, nomeadamente à noite, que associam ao tráfico de droga. Algumas ruas, embora a pouca distância da praça do mercado (central no bairro) e da sua frequente animação, suscitam alguma apreensão à noite. As rejeições dizem sobretudo respeito aos excessos de consumo de álcool, outra dimensão da convivialidade ou outro aspeto de ambivalência relativamente à festa, simultaneamente atrativa e repulsiva. Os comerciantes, quando falam disso, referem-se tanto a um comportamento e a uma embriaguez perigosa como a uma população difícil de apreender a não ser através do termo *zonards*, enfiando tudo dentro do mesmo saco. Algumas atitudes exprimem uma valorização manchada por alguns receios. Por exemplo, uma nova habitante (professora do primeiro ciclo, 27 anos) mostra uma

29 A expressão "celibatário geográfico" indica que o migrante vive sozinho em França e que a esposa e, se for caso disso, os filhos vivem no seu país de origem.

certa prudência nos primeiros meses da sua instalação em 2011 que não atenua a apreciação positiva do seu alojamento e do seu meio ambiente. O companheiro (engenheiro, 27 anos) é mais renitente aos cruzamentos. Contrariamente, outro jovem (desempregado, 28 anos) e a sua companheira (empregada, 26 anos), instalados apenas algum tempo antes dos anteriores, verbalizam a sua satisfação e o seu prazer por ali habitarem e apresentam o bairro salientando as oportunidades de festas que oferece. Com o passar dos anos, valorizam menos esta dimensão para insistirem na qualidade da vizinhança. Outros, como aquele livreiro (55 anos) e a sua esposa (administradora, 52 anos) põem em relevo a continuidade entre a Lille Antiga, o bairro popular da sua infância, e Wazemmes onde eles atenuam as recentes deceções provocadas por vários atos de vandalismo sobre o seu carro. No caso concreto da nova habitante (professora do 1º ciclo, 27 anos), vindo ela de uma pequena cidade sem ZUP (Zona urbana prioritária), ela diz que a *"passagem"* para Wazemmes não lhe coloca problemas. Nestes dois últimos casos, tal como noutros casos acima evocados, o paralelo entre a situação vivida na infância e a situação de hoje diz respeito a contextos diferentes. Para os mais velhos, esta comparação funda-se numa apreciação entre dois períodos, entre os anos 1970 e 2012, com categorias utilizadas para a expressar (*"populares", "classes médias", "ZUP" ou "subúrbios"*), que não têm com certeza a mesma ressonância em cada um dos períodos. Os informadores enunciam subjetivamente esta comparação, isto é através da sua história e da sua tomada em consideração do contexto do seu passado e do seu presente. Aos olhos de quem fala, os "bairros" dos anos 1970 estariam mais ou menos "longínquos" que os dos anos 2010? Isto coloca-nos perante a dificuldade de conceptualizar estes recortes práticos e a sua evolução ao longo do tempo.

Além das ruas acima referidas, um conjunto de alojamento social dos anos 1970, tendo beneficiado de uma reabilitação nos anos 1990, suscita igualmente reações ambivalentes próximas das que podem ser observadas nos bairros ditos sensíveis (Magnier, 2012). A atenção repetida dos atores públicos às questões da segurança, bem como as

relações com os jovens adultos deste conjunto ou vindos dos arredores, lembram a difícil estruturação intergeracional da vida social deste tipo de lugar. Correndo o risco de esquematizar excessivamente, estas dificuldades tornam mais visíveis os problemas sociais habitualmente relacionados com as ZUP. Estas relações são talvez mais matizadas na expressão dos locatários, segundo as idades e o seu percurso residencial (os casais com filhos mostram-se mais preocupados do que os que não têm filhos, por exemplo). Situado no interior de Wazemmes, este conjunto constitui um dos polos da dinâmica do bairro, o da tensão, se nos referirmos aos que falam dele, por oposição à parte do bairro mais próxima do centro da cidade e que quase se confunde com ele. Estas diferenças de apreciação reencontram-se na distribuição das categorias sociais e das taxas de desemprego acima referidas (Vignier, 2012). Com efeito, as sub-partes do bairro não acolhem os mesmos tipos de população. Assim, Brigode tem uma forte proporção de quadros superiores (+ de 20%) e uma fraca taxa de desemprego (6%) enquanto Sarrazins_Magenta, parte onde se concentra o alojamento social, conta com 23% de desempregados e uma forte proporção de operários[30]. Esta cartografia em nada se afasta da que os habitantes mais implicados na vida social do bairro põem em destaque. É o caso desta antiga comerciante (reformada, 71 anos) que está à frente de uma associação dedicada à história do bairro e que distingue as partes *"tranquilas"* daqueles em que, a seus olhos, a reabilitação continua inacabada. Reflete-se muito parcialmente na frequentação de um estabelecimento como a Maison Folie Wazemmes onde a presença dos habitantes do bairro vai de 16% (num espetáculo de dança *hip-hop*) a 24% (num espetáculo para crianças) (Vignier, 2012)[31]. Estes números constituem um indicador que convém usar com precaução quando não se possuem dados globais à escala do bairro, e que as categorias sociais destes públicos não são conhecidas. Não deixam contudo de ser importantes na medida em que este centro cultural,

30 Ver a carta de Wazemmes em anexo.
31 Inquérito realizado entre janeiro e julho de 2012.

instalado numa antiga fábrica de fiação a pouca distância do mercado, é uma das 12 Maisons Folie da região concebidas no âmbito de Lille Capital Europeia da Cultura. Este equipamento participa aliás na transformação morfológica do bairro. É visivelmente identificável pela sua arquitetura que preserva a parte histórica da antiga empresa e uma extensão justaposta sob a forma de um novo edifício com formas arredondadas e claramente mais contemporâneas. O espaço pretende ser um lugar aberto a todas as categorias sociais e, sobretudo, incarna a vontade política da cidade de fazer da cultura um suporte da dinamização social.

A sua implantação em 2004 não é da mesma envergadura que a do Centro Dragão do Mar da Arte e Cultura em 1999. Mas estas duas importantes instituições culturais ilustram a tentativa de afirmar uma nova vocação: símbolo de uma mistura social para Wazemmes, como para a Praia de Iracema que os concetores do Centro queriam valorizar nos seus primórdios, e nomeadamente na sua proximidade, mesmo se o objetivo turístico só mais tarde se afirmou de forma mais evidente.

Iracema, um embelezamento de orientação turística

Ocupando um território de cerca de 313 km^2, a aglomeração de Fortaleza - quinta cidade mais povoada do Brasil - conta com 3 655 259 habitantes de acordo com os dados do recenseamento de 2010. Capital do Estado do Ceará, numa região pobre do Brasil (o Nordeste), também ela promove uma política cultural suscetível de valorizar certos espaços urbanos e paralelamente as culturas populares que neles se expressam (ao lado de manifestações indexadas à cultura elitista como a dança contemporânea, as exposições de arte moderna, etc.). Nesta cidade que se tornou um lugar atrativo do setor turístico brasileiro, Praia de Iracem ocupa, incluindo o prolongamento da Beira Mar, três quilómetros do litoral e fica justaposta ao centro da cidade. Comparado com os outros bairros da cidade cujos limites geográficos não se encontram totalmente definidos e considerando apenas o dis-

curso dos habitante ou os traçados da municipalidade, trata-se de um pequeno território com 3 100 habitantes. Os traçados que resultam do Projeto do Secretariado do Desenvolvimento Económico (SDE), um serviço da prefeitura de Fortaleza que propõe a criação de um Polo Criativo incluindo o futuro Aquário, são delimitados a oeste pela Avenida Almirante Tamandaré, e leste pela rua dos Tabajaras, a sul pela Avenida Almirante Barroso e a norte pelo oceano Atlântico. Bairro emblemático ao qual foi associada uma imagem de boémia e de prostituição, conheceu numerosas transformações desde o início do século XX e outras tantas representações, desde a sua antiga imagem de bairro pobre habitado por pescadores, à de lugar turístico nos dias de hoje. É verdade que, nos últimos vinte anos, a mudança de Fortaleza adotou formas espetaculares, particularmente visíveis no caso de Iracem. A rutura arquitetural do Dragão do Mar - impressionante centro cultural implantado no bairro - é vista como símbolo da vontade de combater a pobreza pelo monumental que a faria recuar[32]. Marcada por um crescimento desigual e processos de gentrificação sustentados pela ideia de modernização da cidade, e mais precisamente pela política cultural que lá se desenvolve desde os anos 1990, a Praia de Iracema foi sistematicamente reconfigurada pela ação pública, como é atestado pelas diferentes fases da sua história[33].

No início do século XX, este bairro pobre é, como o seu nome de Praia do peixe o indica, o bairro dos pescadores. O bairro emerge entre 1906 e 1945, com a construção do Viaduto Moreira da Rocha, utilizado como ancoradouro, que contribui para aumentar a atividade

32 Concomitantemente ao desenvolvimento limitado de um habitat social mas claramente mais afastado do centro, deslocamento que pode também ser interpretado no sentido de Saskia Sassen (Sassen, 2009) como uma dinâmica de expulsão alimentada pelas lógicas imobiliárias.

33 Para além do que ressalta das minhas próprias observações desde 2006 e da minha pesquisa documental , uma parte das informações relativas a Fortaleza é extraída da apresentação do projeto de pós-doc efetuado no Clersé por Kadma Marques a quem agradeço. A sua pesquisa é precisamente sobre os processos atinentes aos artistas e aqui evocados de forma demasiadamente rápida. Cf. a apresentação do seu projeto aquando do seminário do Programa VNI de Clersé a 4 de fevereiro de 2013 “Beleza e criatividade: os desafios do urbano a partir de um olhar comparativo entre Fortaleza e Lille”.

comercial. Nos anos 1920, a construção de um porto é o impulso para uma dinâmica económica, atraindo novas famílias. São numerosas as que vêm do centro da cidade, em busca de melhores condições de vida e, em parte, influenciadas pelo discurso higienista que é difundido na época (Lustosa Costa, 2012). A beira mar é supostamente benéfica para a saúde e a imprensa, retomando fragmentos de discursos científicos, louva as suas virtudes. É nos anos 1920 que o bairro passa a chamar-se Praia de Iracema e que começam a aparecer os primeiros *bungalows* à beira mar. No período entre as duas guerras, a Praia de Iracema torna-se um dos bairros mais valorizados da cidade, com a presença de clubes e de casas de grande dimensão, como a Vila Morena (hoje conhecida pelo nome de Estoril), primeira residência a ter uma piscina em Fortaleza. O bairro goza de uma reputação de lugar romântico como o dá a entender a designação informal de Praia dos Amores que lhe está associada nos anos 1940.

A sua dinâmica comercial acentua-se nos anos 1940 e beneficia da construção do novo porto. Esta provoca o desmoronamento de uma parte da costa que limita o bairro, a instalação de novas casas de média dimensão, de pequenos bares, mas também o aparecimento da prostituição. Com a construção do Porto do Mucuripe no período 1945-1970, o bairro conhece um crescimento da atividade comercial com a intensificação das atividades portuárias. A modificação do contorno da costa no seguimento desta construção provoca uma forte erosão na Praia de Iracema e a destruição de edifícios à beira mar. Segue-se um período qualificado como decadente com a extensão do habitat individual, dos cafés e uma presença acrescida de prostitutas. Nos anos 1970-1990, multiplicam-se os bares e restaurantes para acolher a "boémia" e os "intelectuais". É também nessa época que os artistas se instalam, reforçando a imagem do lugar como estando na moda.

No período seguinte, nos anos 1990-1998, o bairro é investido pela municipalidade para desenvolver a sua política cultural, beneficiando de um conjunto de intervenções designadas pelos termos genéricos de "requalificação" ou de "revitalização". Estas operações são acompanhadas por um elevado aumento dos preços do imobiliário,

colocando em dificuldade um grande número de artistas. A favela do Poço da Draga - que data dos anos 1940 - sofre também esses efeitos, nomeadamente com a saída de uma parte dos seus habitantes. É nesse contexto que se inicia em 1998 a construção do mais importante equipamento cultural financiado pelo governo do Estado do Ceará. Parcialmente inaugurado em 1999[34], o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), facilmente identificável pela sua arquitetura monumental e eclética, ocupa 30 000 m^2 dos quais 13 000 m^2 são espaço construído. Este equipamento múltiplo que abriga cinemas, dois museus, salas de espetáculos, anfiteatros, uma livraria, um observatório astronómico e uma cafetaria, abriu as portas em 2003. O edifício é concebido para a circulação de peões e caracteriza-se pelas suas passarelas em ferro. Possui múltiplas entradas e saídas e liga entre si dois espaços da cidade: uma parte desemboca no setor próximo do centro, outra dá para as habitações à beira mar. Oferece diferentes perspetivas sobre o seu meio envolvente, nomeadamente para os edifícios reabilitados que o cercam e a sua construção tem consequências sobre a vida social do bairro. Pensado para combater a representação mais difundida que "reduz" Fortaleza à dupla praia/forró, o CDMAC alargou amplamente a dinâmica cultural[35], e acentuou a sua atração turística. O desenvolvimento da cidade, marcado pela intensificação da fragmentação socio-espacial, e a evolução do mercado imobiliário, traduziram-se pela partida progressiva de artistas com poucos meios e a instalação de "criativos" mais afortunados, mas também por camadas da população mais favorecidas que habitam nos arranha-céus recentemente construídos. É difícil avaliar com precisão os fluxos daqueles que, atraídos pelo novo florescimento do bairro, se instalam em grande número nos antigos entrepostos à espera de ajudas públicas para aí se fixarem de forma duradoura, e daqueles que partem por falta de meios, para não falar dos "criativos"

34 O Centro funciona a título experimental a partir de 28 de agosto de 1998 e é inaugurado oficialmente a 28 de abril de 1999 (Gondim, 2007).
35 Ver os inquéritos de Linda Gondim (Gondim, 2007) sobre o início dos anos 2000.

mais afortunados mais próximos das camadas de população mais favorecida que ali se instalaram pouco tempo antes. Para fazer frente a esta "verticalização"[36] do bairro e o reforço da sua vocação turística, os artistas que habitam e trabalham na Praia de Iracema juntaram-se desde 2011 e constituíram um "movimento de resistência", apelidado *Criativo Iracema*. Paralelamente, os habitantes do Poço da Draga, ajudados por alguns artistas, juntam-se num outro movimento chamado *Peixuxa*. Opõem-se à construção do Aquário Ceará à beira mar defendido pelo Estado com o mesmo nome, e particularmente pelo seu governador Cid Gomes. De entre os que ficaram, são numerosos os artistas e os habitantes que expressam, nas conversas recolhidas por Kadma Marques, o sentimento de serem peças de um jogo que não escolheram jogar e do qual ignoram as regras. Para além do Aquário, outro programa de trabalhos é posto em marcha para reforçar a atratividade de Beira Mar e Iracema. Em primeiro lugar, há a extensão do passeio que acompanha a beira mar (a exemplo de Copacabana no Rio de Janeiro), completado pelo melhoramento da iluminação pública, a reestruturação dos lugares históricos tais como a Ponte dos Ingleses ou o antigo restaurante e espaço de exposição Estoril. Os usos do bairro ressentem-se disso e uma parte dos lugares beneficia desde há pouco tempo de um relativo investimento por parte das classes médias e superiores. Por exemplo, o Largo do Mincharia, um bar muito valorizado, reabriu, e novas atividades para as famílias como o aluguer de patins em linha atrai pessoas para as suas imediações, à noite. Este conjunto de operações acontece ao lado da instalação de um polo tecnológico e criativo que deveria incluir a Praia de Iracema e o bairro limítrofe do Centro da cidade num mesmo território. Esta última diligência suscitou oposição, nomeadamente do arquiteto Fausto

36 Expressão usada para referir a multiplicação, diferentemente de Wazemmes, de grandes torres avançada por Joseph Gire aquando da fase dita de verticalização no Rio de Janeiro (concretamente em Copacabana, Flamengo e Glória) nos anos 1920, citada por Clarissa da Costa Moreira (Da Costa Moreira, 2009, p. 102), e retomada por Kadma Marques que assinala assim a substituição das casas por torres em Iracema.

Nilo (que tinha sido escolhido para o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em 1999). Este propõe uma alternativa para tornar o desenvolvimento do bairro "sustentável", privilegiando uma lógica pedonal mediante a criação de vias de ligação entre os equipamentos culturais existentes - CDMAC, Biblioteca pública e Aquário -, e concebendo dispositivos de apoio à implantação de empresas do setor criativo e à manutenção dos habitantes do bairro. Estes últimos episódios de embelezamento do bairro podem ser mais amplamente relacionados com a história da cidade. Os historiadores locais falam, com efeito, da Fortaleza Belle Époque (1860-1930) (Rogério, 1993), salientando os laços estabelecidos no passado com a "beleza" entendida, antes de mais, na sua relação com o ambiente marítimo natural, antes de se relacionar com a ideia de progresso, com a estruturação física da cidade e dos seus serviços públicos. Esta representação foi retomada recentemente, pela fórmula "Fortaleza Bela" posta a circular pela Prefeita de Fortaleza, Luisiane Lins, aquando dos seus dois mandatos à frente dos destinos da cidade (2004-2008; 2008-2012).

Conclusão: transição e dupla contextualização

Ressaltam desta dupla contextualização dois espaços beneficiando de um acréscimo de oferta cultural que, combinado com a sua localização próxima do centro da cidade ou da beira mar, reforça a sua atratividade. A ação cultural que ali se desenvolve inscreve-se em duas histórias e usos diferentes da cultura. A transição que se desenha deste modo não resulta das mesmas combinatórias entre culturas contemporâneas e referências às culturas populares, e também não revela os mesmos movimentos de população ou de resistência. A retoma de práticas indexadas ao mundo operário, como por exemplo a sopa ou o acordeão, manifesta-se mais claramente em Wazemmes. Mas trata-se de uma escala diferente da de Iracema que tende a tornar-se uma fachada nacional do Ceará. Neste estádio da investigação, falta sobretudo uma vertente de inquérito junto da população fortalezense para dar mais consistência à vertente qualitativa. Aten-

dendo à diferença de estatuto dos dois bairros de Wazemmes e Iracema, será certamente útil alargar a investigação ao Centro que está ao ledo deste último. Este espaço urbano, centro histórico da cidade, será provavelmente mais rico em informações sociológicas no que toca ao seu povoamento nestas últimas décadas e à forte presença de uma população de rendimentos modestos, mas também de atividades artesanais, comerciais ou informais. Este bairro tem a vantagem de conhecer também mudanças ligadas a projetos de revalorização, podendo supor-se a existência de processos precursores de uma gentrificação. Além da prossecução do aprofundamento do conhecimento das duas dinâmicas para discernir a maior importância adquirida pela cultura nos dois bairros, este alargamento permitirá analisar e apoiar mais adiante os movimentos de povoamento em Fortaleza, e completará, através de entrevistas a abordagem das evoluções das relações de alteridade em Iracema e no Centro. Esta vertente a realizar[37] permitiria tornar mais consistente a apreciação da transição e promover a reflexão crítica das categorizações para dar verdadeira consistência epistemológica a esta abordagem da alteridade através da dupla contextualização. A dinâmica destas duas grandes metrópoles oferece-se, nesta perspetiva, como uma oportunidade de pôr em questão os recortes baseados no princípio da prática sociológica, tais como os que distinguem classes populares e classes médias. Porque, de acordo com os atores, esta fase de gentrificação que tentamos esclarecer põe, de certo modo, em questão as distâncias sociais. Neste sentido, esta evolução urbana favoreceria as reaproximações, provocando talvez evoluções de perceção, expressando-se de acordo com modalidades próprias de cada uma das sociedades que não partilham a mesma história industrial, e, neste caso, pondo à prova os processos de diferenciação ou de estratificação. Não se trata de dar crédito a uma interpretação que permitiria pensar que estes eventuais

37 Esta pesquisa multi-situada inclui, além da minha própria diligência e da de Kadma Marques já evocadas, uma vertente que implica Irlys Barreira com quem está previsto levar a cabo um inquérito sobre o centro de Fortaleza.

efeitos apagariam de algum modo as distâncias sociais, ou apagariam as dominações tais como são abordadas no quadro teórico de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1979), ou afastariam aquilo que gera relações de minorias como observa Dominique Schnapper (Schanapper, 1998). Trata-se de captar esta conjuntura como uma ocasião de questionar a eventual redefinição das distâncias e das proximidades inspirando-se na investigação conduzida por Jean-Claude Chamboredon e Madeleine Lemaire em 1970 (Chamboredon e Lemaire, 1970) sobre os primeiros grandes complexos habitacionais em França. Com efeito, e diferentemente das conclusões destes dois sociólogos para quem a proximidade espacial não era suficiente para anular as distâncias sociais que os habitantes se empenhavam em relembrar, em Wazemmes sobressai uma apreciação mitigada destes cruzamentos. Seria pois esclarecedor captar de forma mais aprofundada os modos e os graus de implicação para apreciar mais particularmente a redefinição da alteridade e a dinâmica social à escala dos dois espaços urbanos francês e brasileiro. Aprofundando a análise da construção social e da gestão pública da alteridade, observaríamos como cada um/a forja na sua vizinhança e no resto do bairro, as suas familiaridades, as suas proximidades e as suas distâncias. A interrogação sobre este aspeto da gentrificação ganha ainda mais interesse no contexto contemporâneo em que numerosos poderes se atribuem como objetivo combater o racismo, as discriminações, as desigualdades de género, e em que o horizonte político parece ser o de uma diferenciação sem hierarquia, com uma igualdade de direitos mas também com uma igual consideração simbólica. Para além desta finalidade poder ser justa ou não e das hipóteses relativas a cruzamentos harmoniosos que lhe estão implícitos, a questão dos fundamentos da alteridade ganha em ser novamente colocada. Ao postular que todo o citadino é estrangeiro e, ao mesmo tempo, que se reconhece um entre os outros e se dá mais com uns do que com outros, e desde o momento em que se supõe que o processo de diferenciação - na base de qualquer espaço social e outra forma de dizer a alteridade - é posto à prova por este processo de gentrificação, não se poderia evitar um questionamento sobre

a pertinência dos recortes operados para captar a realidade social, sobretudo quando esta é susceptível de provocar co-presenças que não os justificam. Importa, como é evidente, debruçar-se tanto sobre a eventual redefinição das categorizações práticas feitas pelos citadinos na sua vida quotidiana, encarando a transição da maneira como aqui foi evocada (entre espaços de primeira socialização, e os recortes diversamente interiorizados de acordo com os percursos sociais e as redes urbanas em que o indivíduo participa no bairro), como sobre as categorizações elaboradas pelo investigador de acordo com a sua orientação epistemológica. Esta exigência não é nova se tivermos em conta as abordagens que punham em primeiro plano o descentramento para evitar o etnocentrismo ou o evolucionismo. Mas a ideia de equipas mistas, como as que foram formadas por Bourdieu (Bourdieu, 2008), não deve levar-nos a pensar que a familiaridade seria suficiente. O "próximo" como o "distante" só se tornam categorias efetivas mediante a reflexão epistemológica que gera uma interrogação cruzada sobre os limites inerentes à posição de familiar e de estrangeiro, que seria certamente fácil de ultrapassar, mas à custa de uma longa experiência de aculturação.

As diferenciações entendidas no plano do espaço público também não deveriam escapar a este questionamento. O horizonte de uma não hierarquização acima evocada está logicamente expresso de acordo com as histórias nacionais e os contextos atuais. Os indivíduos, ou os coletivos, percecionam o facto de forma diversa de acordo com as idades, as posições sociais, o género, as histórias familiares. É no entanto provável que, para muitos, se trate de uma recomposição no sentido em que as definições adquiridas durante a primeira socialização não encontram hoje uma confirmação plena. Situando-nos no contexto de Lille, as questões de alteridade são expressas a maior parte das vezes através das palavras étnico, cultural, frequentemente utilizadas para distinguir um grupo maioritário e um ou vários grupos minoritários supostamente diferentes, ou para falar de um bairro como Wazemmes. De forma mais ampla, na França dos anos 2010, fala-se de etnicidade para referir uma relação de herança de relações

dissimétricas no período colonial. Será mais fecundo falar de etnicização para sublinhar que as linhas de separação postas em prática pelos indivíduos resultam da socialização e da publicização. As distâncias e as proximidades são entendidas e ativadas pelas pessoas de acordo com as aprendizagens sociais em meios condicionados pelos debates no espaço público e na estrutura social em diferentes períodos. Assim, os indivíduos que viveram a sua infância no contexto colonial francês dos anos 1950-1960 não percecionam Wazemmes da mesma maneira que os citadinos educados nos bairros populares dos anos 1980 e que forma mais ou menos recetivos aos debates sobre os subúrbios. Em Fortaleza são mais as relações entre as classes médias/classes populares que funcionam como linha de demarcação. Exprimem-se em parte na verticalização dos edifícios em detrimento de um habitat "horizontal" dos pobres, e numa urbanização por vezes sinónima de afastamento da pobreza. Podemos ver nisso uma imposição e uma extensão de normas de higiene dando continuidade a processos da primeira metade do século XX, a não ser que se retome a análise de Mary Douglas que sublinha o medo da "sujidade" do pobre e o receio da sua transmissão às classes médias (Douglas, 2001), nomeadamente quando se trata de crianças de rua que - apesar da sensível baixa do número dessas crianças em Fortaleza, os debates sobre a construção social de um fenómeno como este e a violência (real ou imaginária) de que são vítimas ou autoras - continuam a ser uma figura de repulsa. Este fenómeno verificável quer em França quer no Brasil, com dimensões diferentes, não está circunscrito aos espaços, prolongando-se na ação dedicada às populações com fracos recursos. Vemos isso, por exemplo, nas atividades culturais em que a disciplina dos corpos conta tanto como a atividade artística mobilizada no âmbito da ação social (Gosselin, 2011). Abordar deste modo, pelo lado da socialização, a questão da alteridade permite retomar um conjunto de interrogações cuja formulação em termos de imigração, de cultura, de interculturalidade, de multiculturalismo, suscita forçosamente algumas reservas. De outro modo corre-se o risco de retomar recortes instituídos, mormente pela referência ao Estado-Nação e à ou às cul-

turas que lhe são supostamente inerentes ou pela via de um sociocentrismo (o das classes médias). A abordagem da alteridade pela sua fabricação social retoma estas questões e deveria contribuir para afastar as supostas fixações relacionadas quer à tradição, quer à cultura. É a contextualização destes dois tempos, necessariamente arbitrários nas suas delimitações, o tempo da aprendizagem do mundo e o da experiência do mundo. Esta clivagem é, como é evidente, parcialmente artificial na medida em que nenhuma destas vertentes é exclusiva: a aprendizagem é igualmente uma experiência. Mas a idade e o estatuto limitam as margens de manobra que podemos imaginar mais alargadas no período dito adulto, nas nossas sociedades. É particularmente visível no que se refere às relações de género, mas também pela determinação da ação dedicada à dita integração das minorias, dos grupos sociais ou culturais mais ou menos manifestamente estigmatizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Authier Jean-Yves, Bidou-Zachariasen Catherine, «Editorial. La question de la gentrification urbaine», *Espaces et sociétés*, 2008/1, n° 132-133, p. 13-21.

Bassand Michel, Kaufmann Vincent, Joye Dominique, *Enjeux de la sociologie urbaine*, Lausanne, Presses polytechniques et universitaires romandes, 2007.

Bastide Roger, *Le prochain et le lointain*, Paris, L'Harmattan, 2000.

Blanc Maurice, «La rénovation urbaine: démolition ou patrimonialisation? Comparaison entre la France et l'Allemagne», *La Vie des idées*, 11 juin 2013. http://www.laviedesidees.fr/La-renovation-urbaine-demolition.html. Consulté le 2 juin 2014.

Bonnefous Bastien, «Les limites du "nouvel art de la ville" version Aubry. Alliant mixité sociale et redynamisation, les vastes projets urbains cachent des inégalités persistantes», *Le Monde*, 30 mai 2012.

Bourdieu Pierre, *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, 1979.

_____. *Le sens pratique*, Paris, Minuit, 1980.

_____. *Esquisses algériennes. Textes édités et présentés par Tassadit Yacine*, Paris, Le Seuil (Liber), 2008.

Bourdin Alain, «La “creative class” existe-t-elle?», *Revue Urbanisme,* n° 344, septembre-octobre 2005, http://www.urbanisme.fr/issue/report.php?code=344#article238 consulté en ligne le 27 avril 2013.

Chamboredon Jean-Claude, Lemaire Madeleine, «Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement», *Revue française de sociologie*, n° XI-1, 1970, p. 3-33.

Da Costa Moreira Clarissa, *Ville et devenir : Un portrait philosophique du devenir-village des métropoles,* Paris, L'Harmattan, 2009.

Douglas Mary, *De la souillure*, Paris, La Découverte, 2001.

Elias Norbert, *La société des individus*, Paris, Fayard, 1991.

Florida Richard, *The Rise of the Creative Class. And How It's Transforming Work, Leisure Community and Everday Life*, Basic Books, 2002.

Gaudin Jean-Pierre, «“La cité reconstituée”. Techniques de planification urbaine et légitimités politiques au début du 20e siècle», *Revue française de science politique*, 35e année, n°1, 1985, pp. 91-110.

Glass Ruth, *Introduction to London : Aspects of Change*, London, Center for Urban Studies, 1963.

Gondim Linda, *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna : cultura, patrimônio e imagem da cidade*, São Paulo, Annablume, 2007.

Gosselin Anne-Sophie, *La danse à l'école des pauvres. Projet politique d'intégration sociale des enfants des favelas. L'exemple d'une ONG à Fortaleza, Brésil.* Thèse de doctorat en Sciences et Techniques des Activités Physiques et Sportives, sous la direction de Jacques Defrance et Sylvia Faure, Université Paris Ouest Nanterre, 2011.

Grafmeyer Yves, Joseph Isaac (eds), *L'école de Chicago, Naissance de l'écologie urbaine.* Aubier RES Champ urbain, 1984.

Hammouche Abdelhafid, *Politique de la ville et autorité d'intervention. Contribution à la sociologie des dispositifs d'action publique,* Lille, Presses Universitaires du Septentrion, 2012.

_____. «Valorizaçao de bairros antigos e ressignificaçao da alteridade : o exemplo de Wazemmes em Lille», *Sociologia & antropologia*, vol. 3. n°5, janeiro-junho de 2013, p. 201-221.

Hannerz Ulf, *Explorer la ville*, Paris, Ed. Minuit, 1983.

Heinich Nathalie, *L'art contemporain exposé aux rejets*, Paris, Hachette Pluriel, 2009.

Jeudy Henri-Pierre, *Les usages sociaux de l'art*, Courtry, Circé, 1999.

Joseph Isaac, *Le passant Considérable. Essai sur la dispersion de l'espace public*, Librairie des Méridiens, Paris, 1984.

Jourdan **Silvère**, «*Richard Florida*, *Cities and the creative class*», *Méditerranée* [En ligne], 111 | 2008, mis en ligne le 01 juin 2010, consulté le 20 mai 2012.

Lustosa Costa Maria Clélia, *Le discours hygiéniste et la mise en ordre de l'espace urbain de Fortaleza, au Brésil*, Thèse de Doctorat Géographie, aménagement, urbanisme sous la direction de Hervé Théry, Université Sorbonne Nouvelle - Paris III, 2012.

Melo Ana Maria Barbosa Campelo de, *La planification stratégique et ses effets sur les métropoles. Analyse des expériences de Lille (France) et de Recife (Brésil),* thèse sous la direction de Hélène Rivière D'Arc, Paris III, 2011.

Ponte Sebastião Rogério, *Fortaleza Belle Époque*, Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora LTDA, 1993.

Sassen Saskia, *La globalisation. Une sociologie*, Paris, Gallimard, 2009.

Schnapper D., *La relation à l'autre. Au cœur de la pensée sociologique*, Paris, Gallimard, 1998.

Scott Allen J., «The Cultural Economy of Cities», *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 21, n° 2, 1997, p. 323-339.

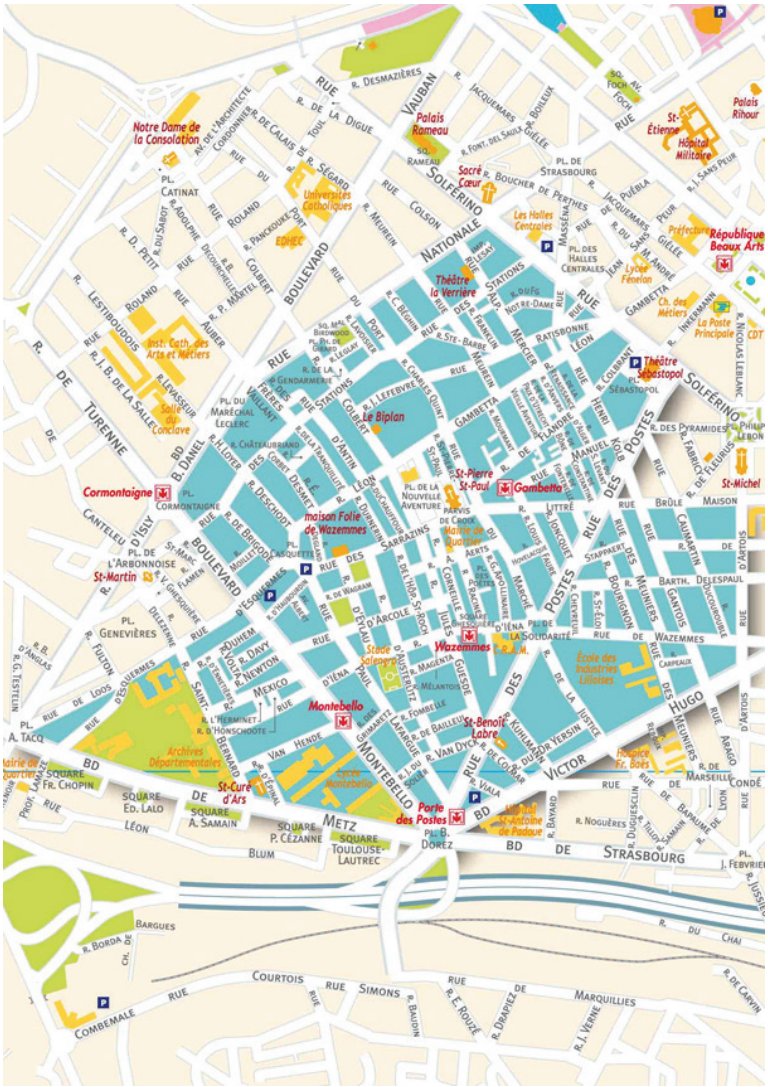
_____. «Creative Cities: Conceptual Issues and Policy Questions», *Journal of Urbain Affairs*, vol. 28, n° 1, 2006, p. 1-17.

Tissot Sylvie, *L'Etat et les quartiers. Genèse d'une catégorie de l'action publique*, Paris, Seuil, 2007.

Valladares Licia, *La favela d'un siècle à l'autre,* Paris, Editions de la MSH, coll. Horizons américains, 2006.

Vidal Sonia, *Politique culturelle territorialisée et transformations des «paysages» métropolitains : analyse comparée de l'action des Maisons Folies dans deux quartiers populaires de Lille*, doctorat en cours sous la direction de Abdelhafid Hammouche, Lille 1.

Weber Max, *La ville*, Paris, Aubier, 1982.



Wazemmes em Lille, fotografia Cidade de Lille
http://www.lille.fr/cms/accueil/decouvrir-lille/lille-venir-se-deplacer/plans_ville_lille

A Maison Folie de Wazemmes em Lille, Abdelhafid Hammouche, juin 2014

Mapa de Fortaleza com os distritos
http://www.cartograf.fr/fortazela.php

1 A Política da cidade em França.

A ação pública implica, como em todo o território francês diversas administrações e serviços do Estado, os da metrópole e os da cidade à escala de Lille. O bairro beneficia de dispositivos específicos suplementares (meios financeiros e equipas encarregadas de coordenar as intervenções) para a parte classificada como Zona Urbana Sensível(Z.U.S.) no âmbito do Contrato Urbano de Coesão Social (CUCS). As ZUS são espaços urbanos selecionados e delimitados de acordo com critérios sociais como a taxa de desemprego. As CUCS e as ZUS são instrumentos da política da cidade. Esta não se limita a uma cidade em particular mas está pensada a nível nacional para organizar o conjunto de intervenções dos poderes públicos sobre os subúrbios populares e mais raramente nas cidades-centro como é o caso de Wazemmes, quando estas acolhem populações vivendo situações sociais difíceis ou quando, elas são qualificadas, de forma mais abrangente, de zonas sensíveis ou de lugares para onde essas populações são relegadas. As múltiplas intervenções são reagrupadas por comunidade sob o intitulado de política da cidade e o termo subúrbio confunde-se por vezes com o de Zona a Urbanizar em Prioridade (ZUP). Definida pelo perímetro e o modo de ação, a política da cidade desenvolveu-se em primeiro lugar no registro do habitat e em seguida do acompanhamento social antes de ver multiplicar-se as ações culturais e artísticas. Para um maior desenvolvimento sobre esta política pública consultar o meu livro (Hammouche, 2012).

Em França, a palavra sensível está ligada, na terminologia oficial da política da cidade, à palavra bairro. Neste caso, indica uma espacialização dos problemas sociais que não deixa de suscitar fortes reservas. Coloca-se mais amplamente a questão dos enunciados: como pensar estas delimitações significadas em termos de bairro sensível, (ou de favelas, de bairros periféricos que nem sempre designam uma posição geográfica mas, na maior parte dos casos uma situação socio-económica dos habitantes - Bairro periférico - no Brasil por exemplo), ... e entender as designações contemporâneas da ação à procura de

uma legitimação junto de diversos atores de acordo com uma distância crítica? Deveremos dizer bairro gentrificado, eventualmente emblemático, espaços urbanos reconsiderados, para falar destas "extremidades" de cidade sem retomar as designações oficiais de bairros sensíveis requalificados etc. ...? Ou deveremos insistir na solidariedade das partes diferentemente dotadas em população e em recursos para problematizar a cidade como conjunto? Para o bairro enquanto categoria da ação pública ver a obra de Sylvie Tissot (Tissot, 2007), para as favelas enquanto construção social ver o trabalho de Licia Valladares (Valladares, 2006).

2 Metodologia do inquérito.

O inquérito que estou a realizar no bairro de Wazemmes começou em fevereiro de 2011 com observações regulares desde essa data e a identificação documental para um esboço da história do bairro e dos seus usos atuais. Vários habitantes foram contactados, levando em conta a composição das famílias e das suas histórias no bairro. 15 entrevistas semi-diretivas foram realizadas atritos realizdas mbro s debates s realizadas m conta a composiçlas enquanto construçrentemente dotadas em populaços aos debates sé ao momento(dezembro 2013). A investigação é enriquecida com vários inquéritos realizados sob a minha supervisão: o de Sonia Vidal *Politique culturelle territorialisée et transformations des «paysages» métropolitains: analyse comparée de l'action des Maisons Folies dans deux quartiers populaires de Lille*, (doutoramento em curso); o de Mathilde Vignier, *Approche sociologique de la Maison Folie de Wazemmes et ses publics*, Monografia de Master 2 Sociologie et Anthropologie des Enjeux Urbains, Université de Lille 1, 2012 ; o de Jeoffrey Magnier, *"C'qu'il est blême mon HLM" - Décomposition des modalités d'appropriation de l'espace: l'exemple de la cité résidentialisée Magenta-Fombelle dans le quartier de Wazemmes*, Monografia de Master 1 Sociologie et Anthropologie des Enjeux Urbains, Université de Lille 1, 2012.

Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em outubro de 2014

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.78
10.20336/rbs.78
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA I Vol 02, No. 04 I Jun/Dez/2014
Artigo recebido em agosto de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

José Alcides Figueiredo Santos*

CLASSE MÉDIA E MUDANÇAS DE RENDA NO BRASIL

RESUMO

Após defender uma abordagem de classe baseada nos mecanismos da desigualdade econômica entre categorias, o trabalho apresenta uma caracterização da classe média e dos estratos intermediários no Brasil. Foram identificados os principais deslocamentos de renda entre e dentro das posições de classe no período de 1992 a 2011. Constatou-se um enfraquecimento das vantagens relativas de renda particularmente dos controladores de conhecimento perito e de qualificação escassa. Ocorreu no período um processo combinado de expansão e perda de renda relativa destes empregos. Predominou uma tendência de diminuição da dispersão e da assimetria interna da renda particularmente entre as categorias de trabalhadores com maior densidade social. A renda do empregado especialista, de modo distinto, continuou mais dispersa e desequilibrada, ou seja, mais variável entre os membros da categoria.

Palavras Chaves: Classe social, classe média, desigualdade de renda.

ABSTRACT

After defending a class approach based on the mechanisms of economic inequality between categories, this paper proposes a characterization of middle class and the intermediate strata for Brazil. The major income transfers were identified within and between class positions during the period from 1992 to 2011. A downturn was observed in the relative income advantages, especially for holders of expertise or rare knowledge. This period registered a combined process of both expansion and relative income loss for those jobs. A trend has prevailed of decrease in the spread and in the inner asymmetry of income, namely among those working categories with a greater social density. The expert employee's income, in a distinct way, were kept more dispersed and unbalanced, that is, more variable between members of the category.

Keywords: Social class, middle class, income inequality.

*Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Investigações realizadas sobre classe social, raça, gênero, desigualdades de renda e saúde no Brasil têm sido publicados nos principais jornais de ciências sociais do país. Áreas de interes- se: sociedade brasileira; classes sociais; desigualdades de raça e de gênero; análise de dados quantitativos; estratificação social.

RÉSUMÉ

Ayant défendu une approche de classe basée sur les méchanismes de l'inégalité économique entre catégories, ce travail propose une caractérisation de la classe moyenne et des strates intermédiaires au Brésil. Les principaux déplacements de revenus furent identifiés entre et dans chaque position de classe durant la période de 1992 à 2011. On a constaté un affaiblissement des avantages rélatifs en revenus notamment des détenteurs d' expertises ou de qualification rares. Cette période a connu les deux procès combinés d'expansion et de perte de revenus relative pour ces emplois. Une tendence a predominé et de diminution de la dispersion et de l'asymétrie intérieure de revenus, surtout entre les catégories de travailleurs à plus grande densité sociale. Les revenus des employés spécialisés, d'une façon distinguée, ont démeuré plus dispersés et déséquilibrés, c' est à dire, plus variables parmi les membres de la catégorie.

Mots-clés: Classe sociale, classe moyenne, inégalité de revenus

José Alcides Figueiredo Santos

CLASSE MÉDIA E MUDANÇAS DE RENDA NO BRASIL

As elaborações teóricas da sociologia lançam luzes sobre as características diferenciadas, as relações com outros grupos e os padrões de recompensas da classe média e dos estratos intermediários no âmbito dos processos de estruturação da desigualdade. No horizonte teórico delineado neste artigo, são situados os dois principais campos de entendimento da classe média na sociologia contemporânea. Ao final do percurso conceitual, defende-se um enfoque de classe centrado na especificação dos mecanismos da desigualdade econômica entre grupos. São apresentadas caracterizações sociológicas dos estratos médios e intermediários no Brasil, atentas para as especificidades da realidade nacional, e oferecidas soluções operacionais ajustadas aos levantamentos de dados oficiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. O estudo busca identificar os principais deslocamentos de renda entre e dentro particularmente destas posições de classe que estariam associados ao processo de diminuição da desigualdade na distribuição da renda pessoal no Brasil no período de 1992 a 2011.

Nos anos 1980 se configuraram os dois principais campos interpretativos que ainda hoje influenciam a reflexão sociológica (Butler, 1995, p. 26-36). Uma revisão crítica abrangente e atualizada destas variantes da concepção sociológica da classe

média pode ser encontrada numa publicação recente (Santos, 2013). Estas alternativas podem ser agrupadas, de modo sintético, em abordagens de relações de emprego e de controle de ativos. A abordagem de relações de emprego focaliza as relações sociais no trabalho e o modo de troca de trabalho por recompensas, ou seja, a forma de regulação da relação de emprego. Um conjunto diversificado de sociólogos desenvolve abordagens baseadas no controle de ativos ou recursos valiosos. As soluções encontradas neste campo interpretativo envolvem tanto um entendimento mais estrito da centralidade dos recursos geradores de valor, quanto o desenvolvimento de formulações mais estendidas dos recursos relevantes, sob a influência (ou não) das noções de capital e campo de Pierre Bourdieu.

Abordagem de relações de emprego

O esquema de classe de John Goldthorpe e parceiros, aplicado em estudos de mobilidade social, até o final dos anos 1980, delimitava as posições de classe com base na "combinação" de categorias ocupacionais comparáveis em termos de situações de mercado e trabalho (Goldthorpe, 1980, p. 39). A partir do grande estudo comparativo de mobilidade social nos países desenvolvidos (CASMIN), concluído no início dos anos 1990, uma formulação revista passou a justificar as demarcações entre as categorias de classe social. As relações entre as posições de classe dentro dos mercados de trabalhos (situação de mercado) e das unidades de produção (situação de trabalho) foram diferenciadas "em termos das relações de emprego que elas supõem" (Erikson e Goldthorpe, 1992, p. 37). As relações de emprego são caracterizadas conforme as relações sociais no trabalho, ou o status do emprego, e a forma de regulação da relação de emprego. São distinguidas preliminarmente as posições de empregador, autoempregado e empregado. A natureza da relação de emprego entre os assalariados envolve o modo de troca de trabalho por recompensas. As diferenças entre os modos de regulação da relação de emprego decorreriam das respostas das organizações empregadoras aos problemas básicos de

monitoramento do trabalho e de especificidade de ativos humanos. Existem riscos contratuais quando o montante e a qualidade do trabalho não podem ser monitorados direta ou facilmente. A especificidade de ativos se manifesta na presença de elevado montante de qualificações ou conhecimento específico do emprego ou organização. Os contratos de trabalho e as distinções de classe entre os empregados variariam conforme a presença e a força desses dois componentes (Goldthorpe, 2000a; Rose e Harrison, 2010).

Os assalariados de classe média mantêm uma "relação de serviço" (conceito típico-ideal) com os empregadores cujos termos de troca são mais duráveis, abrangentes, prospectivos, inseridos em trajetórias de carreira, devido às características e às implicações das funções gerenciais e profissionais demandadas pelas organizações empregadoras (Goldthorpe, 1982). As relações de emprego não são definidas intrinsicamente pelas tarefas de trabalho (manual ou não manual), nem pelos papéis de trabalho. A noção de relação de emprego enfatiza a natureza das recompensas obtidas do trabalho, tanto em termos vigentes, quanto prospectivos na trajetória de emprego, e não primariamente a natureza do trabalho desenvolvido (Goldthorpe, 1995, p. 315-6). Os tipos de trabalho importam basicamente devido às suas implicações em termos de monitoramento e especificidade de ativos. A atividade de trabalho afeta a relação social de contratação de trabalho, por exemplo, na medida em que possa ou não ser submetida a controle externo através de mensuração e supervisão (Goldthorpe, 2000a, p. 215-6). A diferenciação interna na classe de serviço entre gerentes e profissionais envolveria mais aspectos da situação (*situs*) de trabalho ou ocupacional. O esquema de classe, por não ser conceitualmente ocupacional, tem justamente o propósito de agregar ocupações que são heterogêneas em vários dos seus atributos, inclusive tarefas e papéis de trabalho, mas compartilhariam da mesma relação de emprego que define o modo de troca de trabalho por recompensas. As características diferenciadas dos empregos de classe média permanecem importantes mesmo quando os seus membros desfrutam de continuidade de empregabilidade ainda que não de continuidade de

emprego (Goldthorpe, 1995, p. 319 e 325). A relação de serviço é estabelecida e mantida por servir melhor à eficiência produtiva. Ao contribuir para a efetividade organizacional, esta transação entre as partes incrementa o valor total do contrato, oferecendo vantagens igualmente para empregador e empregados (Goldthorpe, 2000b, p. 1579).

A forma de regulação do emprego pode sofrer "modificações", ou seja, pode ser efetivada em diferentes graus. Uma forma "modificada" (menos favorável) da relação de serviço ocorreria entre as ocupações gerenciais e profissionais de menor grau e os técnicos de maior grau. Além disso, existem situações "intermediárias" entre os empregados que combinam regras da relação de serviço com formas mais restringidas de troca de trabalho por recompensas. O critério de formas de regulação mistas pode ser aplicado a diferentes tipos de ocupações manuais e não manuais (Rose e Harrison, 2010, p. 11-13).

As noções de situação de mercado e situação de trabalho, formuladas originalmente por David Lookwood (1989 [1958]), contribuíram para caracterizar distinções relevantes nas condições de emprego entre os assalariados. Entretanto, não foram elaboradas exatamente quais eram as situações que mais importavam, por que elas importavam e a sua contribuição relativa na caracterização de classe. A noção de "classe de serviço", desenvolvida de modo mais articulado no início dos anos 1980, representou uma incursão na busca de fundamentos teóricos (Goldthorpe, 1982). Entretanto, Goldthorpe continuou a ser criticado por usar um conceito de classe desconectado duma teoria explicitamente formulada da desigualdade (Sørensen, 1991). Goldthorpe foi buscar na literatura da economia organizacional ideias que fundamentam as diferenças entre os contratos de trabalho. Entretanto, esta abordagem tem sido criticada por dar mais peso aos argumentos de eficiência e minimizar as questões relativas ao poder de barganha entre empregadores e empregados (Breen, 2005, p. 39). Além disso, a noção de relação de emprego como um princípio de classificação dos contratos de trabalhos, ou da forma de regulação da troca de trabalho por recompensas, supõe que a lógica da "racionalidade capitalista" se impõe plenamente às relações de trabalho através

da dominância em larga escala do trabalho assalariado na população ativa, da concentração significativa da atividade coorporativa e da desregulamentação avançada do mercado de trabalho (Maloutas, 2007, p. 450). As categorias empíricas do esquema de classe, como atualmente operacionalizadas, estão sistematicamente relacionadas a importantes dimensões da desigualdade em diferentes países e levantamentos de dados. Entretanto, os critérios de "racionalidade capitalista" plenamente imposta às relações de trabalho, riscos contratuais enfrentados pelos empregadores e maximização da eficiência produtiva, parecem constituir pressupostos restritivos para uma adequada fundamentação da natureza dos empregos de classe média.

Abordagens baseadas no controle de ativos

John Roemer sustentou que as classes podem ser definidas estritamente em termos de relações de propriedade e os processos de exploração podem ser deduzidos da assimetria prévia na distribuição dos ativos. Em um sistema em que os ativos são desigualmente distribuídos, os agentes que não têm certo montante de ativos estão "livres para perder" (Roemer, 1988). Em seu livro *Classes* (1985), em que fez uma elaboração crítica e diferenciada desta proposição, Erik Wright vinculou a noção de classe à ideia de exploração determinada pelas desigualdades nas distribuições dos ativos produtivos. Foram considerados os ativos de capital, de qualificação, de força de trabalho e organizacionais para caracterizar as situações de classe que não são nem exploradoras nem exploradas ("pequena-burguesia") e as situações que são ao mesmo tempo exploradoras e exploradas devido aos diferentes nexos ativo-exploração ("nova classe média"). Entretanto, na obra *The Debate on Classes*, Wright voltou a tratar a autoridade como uma dimensão das relações de classe entre os empregados e reformulou a sua interpretação do papel dos ativos de qualificação (Wright, 1989). A posição estratégica na organização da produção, particularmente dos gerentes, enseja a exigência de uma porção do excedente social sob a forma de rendimentos relativamente elevados.

Perícia e qualificação designam um ativo incorporado na força de trabalho, muitas vezes atestado sob a forma de credenciais, que aumenta o seu poder nos mercados e processos de trabalho. As vantagens decorrentes da posse da credencial dependem da sua combinação com um emprego que a requer (Wright, 1985). As categorias de "classe média" são pensadas como localizações privilegiadas de apropriação [*privileged appropriation location*] baseadas no controle de níveis elevados de qualificação/perícia e na posição estratégica dentro da organização social de produção. Entre os empregados, abrange todos os tipos de gerentes e especialistas mais os supervisores qualificados. A classe média demarca-se da classe trabalhadora "pura" formada pelos empregados que, tendo posição subordinada nas dimensões de autoridade e de qualificação, são cumulativamente não gerentes e não qualificados (Wright, 1985, p. 152; 1997, p. 23-4 e 447).

O conceito de reserva de oportunidades de Charles Tilly, como bem observou Wright, pode ser pensado como o mecanismo central que diferencia os empregos de classe média da classe trabalhadora (Wright, 1999, p. 9). No sentido geral, o mecanismo consiste em limitar a disposição de um recurso gerador de valor aos membros de um grupo. A noção enfatiza a exclusão (completa ou parcial) dos benefícios gerados pelo controle dos recursos. Os recursos mais relevantes para efeito de geração de desigualdades são aqueles de suprimento restrito, fáceis de circunscrever, sujeitos à apropriação, valorizados amplamente, e capazes de produzir valor adicional em combinação com outros recursos e/ou esforço coordenado (Tilly, 1998 e 2005). Organizações e categorias sociais são fundamentais para criar e fazer com que as desigualdades se tornem duráveis. O poder relativo e o status das posições dentro das organizações regulam a distribuição dos recursos e das recompensas entre as posições. Distinções categóricas são usadas para mobilizar e legitimar a reivindicação de recursos no interior das organizações (Tomaskovic-Devey et al., 2009). Os processos de reserva de oportunidades, baseados particularmente em credenciais educacionais e procedimentos organizacionais, restringem, circunscrevem ou controlam o acesso das pessoas aos empregos mais privilegiados de classe média.

Na visão de Aage Sørensen, o problema das classes médias poderia ser solucionado com a noção de localizações estruturais baseadas em direitos de propriedade, num sentido mais lato, sobre ativos produtores de rendas. Rendas são retornos de ativos cuja oferta é controlada pelo possuidor e que cria vantagens para este a expensas do não possuidor do mesmo ativo. As rendas de composição são criadas pela especificidade de ativos. As rendas de monopólio são criadas por ação coletiva de associações profissionais ou por rendas de qualificação, ligadas à qualidade do trabalho demandado, em que as oportunidades de treinamento são limitadas. Os empregos de classe média incorporariam relações mais fechadas e protegidas da competição dos de fora (Sørensen, 2000). Pensadas como um lucro puro do possuidor, as rendas são capturadas pelo controle de ativos produtivos para os quais a demanda excede a oferta fixada. Ações instrumentais que constrangem a oferta de ativos produtivos podem criar renda em qualquer mercado. Pode-se analisar nesta ótica como a taxa de salários varia em função do poder dos assalariados, ou de segmentos dos empregados, em negociar com os empregadores parte do quinhão da renda da empresa no mercado onde opera (Morgan e Tang, 2007).

Na visão de Pierre Bourdieu, as classes sociais não podem ser tratadas como entidades dadas e pré-constituídas na estrutura social. O espaço social é visto como um sistema de relações objetivas entre os mais importantes poderes e recursos efetivamente utilizáveis numa sociedade. Os poderes sociais fundamentais em operação no espaço social são "sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico [...] que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital" (Bourdieu, 1989, p. 134-5). Os três eixos constitutivos do espaço social de poderes e recursos (volume, composição e trajetória) são concebidos como dimensões contínuas. O modelo de análise de classe de Bourdieu não postula a existência de linhas inerentes de descontinuidades ou demarcações estruturais. A especificação de classes (ou frações) discretas neste "universo de continuidade" representa mais uma conveniên-

cia heurística (Weininger, 2005, p. 86-90). Os princípios de diferenciação mais poderosos, tais como o capital econômico e cultural, geram diferenças bem demarcadas apenas entre os agentes situados nos polos da distribuição de poderes ou capitais. Estes fatores são menos efetivos justamente nas "posições intermediárias ou médias do espaço social". Como as relações entre práticas e posições neste âmbito também são mais indeterminadas e embaralhadas, existe mais espaço aberto para as estratégias simbólicas de definição das fronteiras entre os grupos (Bourdieu, 1987, p. 12-3). As fronteiras da classe média são historicamente mutáveis e disputadas através de lutas econômicas, políticas e simbólicas entre as classes e sobre a própria formação da classe. Os agentes situados em vários pontos das zonas "médias" do espaço social podem ser ou não reunidos, em um processo de trabalho político de delegação e classificação, em configurações coletivas que tomam a forma de uma ou mais "classes médias". A classe média é necessariamente uma categoria mal definida. As investigações históricas e comparativas desses processos, por isso, devem estar no centro da agenda sociológica de estudo das classes médias (Wacquant, 1991).

As abordagens baseadas no controle de ativos especificam de diferentes maneiras os tipos de recursos e as relações sociais correspondentes que constituiriam as divisões de classe. A noção de classe social mostra mais consistência, sem perda de maleabilidade, ao manter o foco no entendimento dos mecanismos vinculados à organização ou estruturação dos sistemas de desigualdade econômica. Classe social representa um tipo específico de divisão social, baseado em relações de propriedade e na divisão social do trabalho. Os processos materiais e culturais de reprodução de classe estão interconectados na realidade concreta. Entretanto, analiticamente, devem ser tratados como separados na análise de classe (Crompton, 2008, p. 112-3). A criação de uma espécie de "conceito ampliando ou total" de classe social, com a fusão das dimensões culturais, simbólicas, de redes sociais, misturaria mecanismos sociais que operam de diferentes maneiras e com diferentes implicações, gerando um hibrido conceitual que po-

deria estimular a descrição densa, integral, das novas complexidades, porém em prejuízo da explicação das "múltiplas determinações" que operam nas sociedades contemporâneas.

A caracterização da classe média deve estar centrada na especificação dos determinantes da desigualdade econômica entre grupos. As diferenças de tratamento teórico e as contradições apontadas em determinados enfoques não invalidam o reconhecimento abrangente da importância dos recursos de capital, do exercício de autoridade e da posse de conhecimento perito na demarcação dos empregos de classe média. As circunstâncias de classe média podem não ser tão bem delimitáveis, por mostrarem-se mais heterogêneas, mutáveis e contraditórias, assim como sujeitas a maior especificidade nacional e variação histórica. O núcleo gerencial-profissional dos empregos de classe média, mesmo tendo importantes diferenciações internas, seria caracterizável de uma maneira menos problemática. Além disso, mantém-se relativamente claro o status econômico do segmento formado por empreendimentos autônomos, sem empregados ou com poucos empregados, embora tendências recentes estejam distanciando este grupo do padrão tradicional da pequena burguesia e da atividade autônoma baseada em "ofício" (Arum e Muller 2004). Entretanto, existem diferenças entre os assalariados que tendem a suscitar dúvidas acerca da sua proximidade ou distanciamento do núcleo gerencial-profissional de classe média. As especificidades de cada sociedade se tornam ainda mais importantes para definir a existência de estratos intermediários entre as formações nucleares da classe média e da classe trabalhadora ou, então, para considerar uma "ordem de dominância" que aproxima estes empregos intermediários de uma dessas configurações sociais. A análise concreta de uma sociedade concreta é a regra principal para elucidar o caráter de classe dos estratos intermediários que gravitam em torno das formações nucleares da classe média e da classe trabalhadora.

Categorias Focalizadas e Metodologia

A noção de classe social utilizada neste estudo é definida e mensurada basicamente em termos de relações de propriedade, ou seja, direitos e poderes sobre vários tipos de ativos produtivos (Wright, 1997). A noção de controle de ativos geradores de valor serve como uma ferramenta unificadora capaz de abordar a diversidade e a especificidade das divisões e diferenciações de classe social: 1) as fontes de privilégios e suas variações; 2) a classe trabalhadora típica; 3) as situações intermediárias e ambíguas; 4) os processos de destituição e suas diferenciações (Santos, 2005 e 2010). Um primeiro agrupamento mais privilegiado seria formado pelas localizações privilegiadas de classe média e os pequenos empregadores. Embora diferenciado em termos das características de classe e da natureza dos ativos econômicos controlados, pode ser aproximado pelo valor especial dos recursos possuídos e, em decorrência disso, pelos padrões privilegiados das recompensas que obtém.

As localizações privilegiadas de classe média, que se constituem no interior de trabalho assalariado ou no âmbito da atividade autônoma, diferenciam-se particularmente pelo exercício de autoridade ou controle de conhecimento perito. O empregado especialista, além naturalmente da posição na ocupação de empregado, foi caracterizado de acordo com o grupo ocupacional. A categoria abarca notadamente as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional, que exigem escolaridade superior, ou os grupos semiprofissionais, assim como professor do ensino médio e profissional com formação superior. Trabalha-se uma noção um tanto ampliada de especialista, de modo que a categoria abarca, além dos grupos já referidos, o fiscal de tributação e arrecadação, perito judicial, escrivão e oficial da justiça. O especialista autônomo tem posição na ocupação de conta-própria ou empregador, sendo considerado especialista de acordo com o grupo ocupacional, e desenvolve a sua atividade sem empregados ou com até cinco empregados, podendo possuir ou não estabelecimento fixo para o exercício da atividade profissional (loja, oficina, fábrica, escritório). A categoria de classe de gerente, além da posição na ocupação de em-

pregado, define-se de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os diretores de empresas, os dirigentes da administração pública, administradores em organizações de interesse público (sem fins lucrativos etc.) e gerentes de produção, operações e de áreas de apoio.

O pequeno empregador é caracterizado pela escala e modalidade de propriedade de ativos de capital. Envolve indistintamente a propriedade de atividades agrícolas e não agrícolas. O pequeno empregador típico representaria um detentor de ativos de capital que trabalha lado a lado com os empregados, fazendo muitas vezes o mesmo trabalho, mas beneficiando-se da apropriação do trabalho excedente. Pode-se caracterizar a categoria de pequeno empregador como um tipo de "localização contraditória" que combinaria simultaneamente características da classe capitalista e da pequena-burguesia (Wright, 1989). O segmento não agrícola ocupa de 1 a 10 empregados, enquanto o segmento agrícola ocupa de 1 a 10 empregados permanentes.

Um segundo agrupamento seria composto por não empregadores detentores de menores ativos físicos de capital e de terra ou, dito de outro modo, pelo controle de ativos de menor valor, ou generativos de menor valor econômico. O autônomo com ativos tem a posição na ocupação de conta-própria com atividade de natureza não agrícola, sendo que o empreendimento ou o empreendedor atende ao menos a uma das seguintes condições: possui estabelecimento com capital físico (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), atividade que emprega um veículo automotor (taxi, caminhão, van etc.) ou ocupação qualificada no emprego principal. Já o autônomo agrícola retrata a situação diferenciada da pequena produção agrícola, onde existe o controle da terra como ativo produtivo, porém sem a contratação de trabalho assalariado. Este possuidor de ativos de terra tem posição na ocupação de conta-própria e uma atividade em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura[1].

1 Compõe uma categoria de classe distinta os autônomos agrícolas precários que possuem parcela de terra ínfima ou insuficiente, ou que são posseiros, ou que venderam a totalidade, ou a maior parte, da produção principal para o consumidor direto em mercados locais (Santos, 2002: 90-92).

Como um terceiro agrupamento diferenciado delimitam-se as situações ambíguas de classe dos empregados qualificados e supervisores. O empregado qualificado, definido conforme o grupo ocupacional, agrega os técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores no ensino infantil e fundamental, professores de nível médio no ensino profissional, professores em educação física e educação especial. Um leque bem diversificado de ocupações incorporaria o controle de qualificações relativamente escassas. Estão na categoria os compradores, leiloeiros, corretores, fotógrafos, modelos, atletas, caixas de banco e operadores de câmbio, operadores polivalentes de instalações na petroquímica e mecânicos de manutenção aeronáutica e naval. A categoria de supervisor inclui os empregados em todas as áreas de atividade econômica que são caracterizados pela ocupação de supervisor, chefe, mestre ou contramestre.

O estudo lança mão de medidas descritivas e de estimativas ajustadas por modelos de regressão quantílica para analisar as mudanças na mediana da renda das categorias de classe no período de 1992 e 2011 (Hao e Naiman, 2007). Os modelos estatísticos foram controlados por gênero, raça, anos de trabalho, horas trabalhadas, região, setor econômico e dimensão da área urbana. O estudo utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, levantados pelo IBGE, que abarcam em torno de 116 mil casos em 1992 e 152 mil casos em 2011 em que existem informações para as variáveis consideradas. Tendo em vista que a classificação socioeconômica para o Brasil foi construída com base em informações sobre o trabalho principal, a variável dependente será a renda do trabalho principal, por motivo de ajuste. Foram excluídos no ano de 2011 os dados relativos à zona rural da região Norte, exceto Tocantins, com a finalidade de comparação com 1992. Em todos os cálculos e estimativas, a renda do trabalho principal foi expressa em valores de 2011, usando deflatores baseados no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor -, com ajustes na transição para o Plano Real (Corseuil e Foguel, 2002). Os efeitos são analisados em termos de diferenças absolutas (em Reais), pois se preserva desta maneira a distribuição efetivamente existente

da renda, sem introduzir nenhuma distorção na escala original de mensuração (Hao e Naiman, 1997, p. 78).

Deslocamentos de Renda entre e dentro das Categorias de Classe

São considerados num primeiro momento as mudanças na estrutura de posições de classe e os deslocamentos da renda entre e dentro das categorias de classe usando medidas de diferenças observadas, ou seja, não ajustadas por modelo estatístico. As diferenças observadas refletem a situação das pessoas concretas inseridas nos contextos de classe. A Tabela 1 situa a evolução da estrutura de classe no período, pois as mudanças no peso relativo das categorias, que são desigualmente recompensadas, influenciam o comportamento da distribuição da renda. Apresenta-se igualmente um indicador que afere a proporção da renda que fica com uma dada proporção da população que integra cada categoria. Percebe-se uma expansão significativa de categorias que recebem mais renda, como o empregado especialista. As alterações na classificação dos grupos ocupacionais promovida pela PNAD de 2002 em diante explicam particularmente a expansão da categoria de empregado qualificado que se fez obtendo casos que foram antes classificados como trabalhador típico. Todas as categorias mais privilegiadas perderam renda relativa à população que abarcam, mas os detentores de ativos de capital perderam bem menos. A perda de renda proporcional ao peso demográfico afetou também as posições intermediárias de empregado qualificado e supervisor.

Tabela 1. Distribuição da População, Renda Apropriada e Relação Renda/População para as Categorias de Classe. Brasil, 1992-2011.

Categorias de Classe	População		Renda		Renda/Pop.	
	1992	2011	1992	2011	1992	2011
Capitalista e fazendeiro	0,54	0,58	3,50	3,34	6,48	5,76
Especialista autônomo	0,58	1,26	2,31	3,64	3,98	2,89
Gerente	2,25	2,47	6,97	6,32	3,10	2,56
Empregado especialista	2,52	5,07	8,94	13,37	3,55	2,64
Pequeno empregador	3,74	2,93	9,31	6,45	2,49	2,20
Autônomo com ativos	6,78	7,22	9,59	8,46	1,41	1,17
Autônomo agrícola	5,31	3,13	2,73	1,78	0,51	0,57
Empregado qualificado	3,95	7,72	6,75	9,14	1,71	1,18
Supervisor	1,68	1,43	3,85	2,22	2,29	1,55
Trabalhador típico	37,00	39,46	33,52	30,00	0,91	0,76
Trabalhador elementar	14,24	10,01	5,25	4,76	0,37	0,48
Autônomo precário	10,46	9,55	6,66	6,44	0,64	0,67
Empregado doméstico	7,97	7,78	2,37	3,09	0,30	0,40
Agrícola precário	2,98	1,39	0,65	0,35	0,22	0,25

Fonte: IBGE. PNADs 1992 e 2011 – Microdados.

Tabela 2. Renda Mediana, Mediana Relativa e Variação da Renda Mediana das Categorias de Classe. Brasil, 1992-2011.

Categorias de Classe	Mediana R$ 2011		Mediana Relativa		Variação (1992 = 100)
	1992	2011	1992	2011	
Capitalista	4300	5000	6,99	6,25	116
Especialista autônomo	3440	3000	5,59	3,75	87
Gerente	1978	2100	3,21	2,62	106
Empregado especialista	2694	2300	4,38	2,88	85
Pequeno empregador	1720	2000	2,80	2,50	116
Autônomo com ativos	1032	1000	1,68	1,25	97
Autônomo agrícola	430	450	0,70	0,56	105
Empregado qualificado	1376	1200	2,24	1,50	84
Supervisor	1892	1500	3,08	1,87	79
Trabalhador típico	692	800	1,13	1,00	116
Trabalhador elementar	447	545	0,73	0,68	122
Autônomo precário	464	600	0,75	0,75	129
Empregado doméstico	275	545	0,45	0,68	198
Agrícola precário	249	200	0,40	0,25	80
Total	615	800	1,00	1,00	130

Fonte: IBGE. PNADs 1992 e 2011 – Microdados. Variação: valor 2011/valor 1992.

A partir da Tabela 2 a análise focaliza medidas baseadas em quantis que oferecem um quadro mais representativo e abrangente da evolução da distribuição da renda entre e dentro das posições de classe. A mediana capta melhor o que se passa com a maioria dos membros das categorias. Aqueles em posições privilegiadas viram a sua renda mediana ficar defasada no processo de elevação da mediana geral. Os controladores de conhecimento perito e ativos de qualificação experimentaram maior defasagem. No bloco de classe mais privilegiado os detentores de ativos de capital tiveram mais ganhos de renda e, por isso, perderam menos terreno. Embora seja uma medida bastante útil e reveladora, a mediana capta apenas uma mudança de localização, como se a renda de todos os membros fosse multiplicada pelo mesmo fator e esta medida resumisse a experiência do conjunto da categoria (Handcock e Morris, 1999, p. 41).

A Tabela 3 apresenta informações sobre percentis selecionados da distribuição da renda e serve para introduzir uma abordagem da mudança de formato. Mudanças de escala ocorrem quando os membros do grupo são redistribuídos ao longo da escala de rendimentos, movendo-se para os extremos superiores ou inferiores em relação ao centro da distribuição, ainda que a localização central da renda (mediana) se mantenha constante (Handcock e Morris, 1999, p. 41). Os valores dos percentis foram divididos pela mediana de modo a captar a ocorrência de movimentos ao longo da escala de valores inferiores e superiores ao centro da distribuição dos rendimentos.

Os deslocamentos de renda dentro das duas categorias de especialistas, representativas da classe média, tenderam a ampliar as rendas mais altas. O elevado patamar de discrepância interna do gerente regride. O trabalhador típico, categoria de elevada densidade social, apresenta-se como a categoria que sofre as mudanças mais significativas, pois passa por uma contração relevante dos valores extremos tanto superiores quanto inferiores à mediana, o que faz com que a categoria fique ainda menos desequilibrada no critério da renda. As categorias de empregado qualificado e supervisor passaram por processo semelhante, mas em menor intensidade.

Tabela 3. Renda das Categorias de Classe em Percentis Divididos pela Mediana. Brasil, 1992-2011.

Categoria de classe	P10		P90		P97	
	1992	2011	1992	2011	1992	2011
Capitalista	0,32	0,32	3,60	3,60	7,20	8,00
Especialista autônomo	0,25	0,33	2,50	2,93	4,58	5,00
Gerente	0,26	0,38	4,35	3,81	7,27	5,71
Empregado especialista	0,29	0,35	3,19	3,48	4,79	5,65
Pequeno empregador	0,30	0,32	3,50	3,00	6,25	5,00
Autônomo com ativos	0,29	0,35	3,33	3,00	5,83	5,00
Autônomo agrícola	0,22	0,22	3,64	4,22	6,61	8,00
Empregado qualificado	0,33	0,45	2,81	2,50	4,38	4,17
Supervisor	0,36	0,47	2,73	2,40	4,55	4,00
Trabalhador típico	0,43	0,68	2,92	2,06	4,97	3,35
Trabalhador elementar	0,29	0,49	1,73	1,83	2,69	2,39
Autônomo precário	0,19	0,33	3,33	2,66	5,55	4,50
Empregado doméstico	0,25	0,27	2,03	1,56	3,20	2,20
Agrícola precário	0,28	0,29	2,76	3,75	5,18	7,50
Total	0,28	0,37	4,20	3,13	8,39	6,25

Fonte: IBGE. PNADs 1992 e 2011 – Microdados.

Modelos de regressão quantílica são usados agora para analisar a mudanças da localização e do formato da distribuição da renda do trabalho principal entre e dentro dos contextos de classe social. Os coeficientes da regressão mediana capturam melhor a mudança de localização central para a distribuição da renda que é altamente assimétrica ou desequilibrada à direita, ou seja, na direção dos valores mais elevados. O empregado especialista foi escolhido como categoria de referência por se tratar do grupo mais representativo em termos demográfico e sociológico da classe média assalariada. Corresponde à categoria cujas vantagens estão associadas ao acesso e atuação em empregos que exigem credenciais educacionais. No entendimento dos resultados deve ser levado em conta que a Tabela 4 retrata discrepâncias absolutas, em valores monetários (Reais) de 2011, em relação à categoria de empregado especialista. Na última coluna foi calculada a mudança em relação ao ano de 1992 (equiparado a 100).

Tabela 4. Mudanças na Localização Central da Renda (mediana) em Relação ao Empregado Especialista, Estimadas por Regressão Quantílica. Brasil, 1992-2011. Modelos com controles.

Categorias de Classe	1992	2011	1992=100
Capitalista	1603	2703	169
Especialista autônomo	367	641	175
Gerente	-688	-176	26
Pequeno empregador	-747	-305	41
Autônomo com ativos	-1597	-1253	78
Autônomo agrícola	-1998	-1716	86
Empregado qualificado	-1256	-1087	87
Supervisor	-823	-878	107
Trabalhador típico	-1876	-1450	77
Trabalhador elementar	-2090	-1647	79
Autônomo precário	-1994	-1548	78
Empregado doméstico	-2034	-1538	76
Agrícola precário	-2058	-1826	89
Pseudo R2	0,20	0,20	—

Em relação às categorias que controlam ativos de capital, em vários níveis, a alteração mais significativa foi o grande aumento da desvantagem relativa do empregado especialista face ao capitalista. Todos os grupos mais privilegiados ganham terreno na comparação com esta categoria, pois as diferenças negativas de renda diminuem ou as positivas aumentam. Entre os estratos intermediários a defasagem de renda diminui para empregado qualificado e aumenta um pouco para o supervisor. Nos contrastes com as categorias de maior densidade social, que são o trabalhador típico, o trabalhador elementar, o autônomo precário e o empregado doméstico, diminuíram significativamente as discrepâncias de renda negativas em relação ao empregado especialista.

Tabela 5. Mudanças na Dispersão da Renda (98% no meio da distribuição) em Relação ao Empregado Especialista, estimadas por Regressão Interquantil. Brasil, 1992- 2011. Modelos com controles.

Categorias de Classe	Dispersão	
	1992	2011
Capitalista	38666	42322
Especialista autônomo	9512*	358*
Gerente	2023*	-539*
Pequeno empregador	576*	1080*
Autônomo com ativos	-7829	-8718
Autônomo agrícola	-10767	-11852
Empregado qualificado	-8720	-11168
Supervisor	-5858	-9488
Trabalhador típico	-11557	-13618
Trabalhador elementar	-13314	-14418
Autônomo precário	-12153	-13067
Empregado doméstico	-12716	-13686
Agrícola precário	-13107	-14344
Pseudo R2	0,45-0,05	0,49-0,10

Fonte: IBGE. PNADs 1992 e 2009 – Microdados. * Estatisticamente não significativo.

Na caracterização dos deslocamentos de renda dentro das categorias de classe, o estudo beneficia-se das reflexões de Hao e Naiman para comparar mudanças de formato com base em quantis (Hao e Naiman, 1997). São calculadas e mostradas na Tabela 5 as mudanças de escala (dispersão) referentes aos 98% no meio da distribuição (percentis 1 a 99), visando cobrir o máximo da distribuição da renda. Esta opção faz com que as diferenças fiquem estatisticamente não significativas em relação a três grupos, devido possivelmente à diminuição do número de casos no último percentil, mas estes não são os contrastes de interesse principal do estudo. Em distribuições assimétricas, as distâncias entre quantis oferecem uma descrição mais informativa da dispersão. Ao confrontar um grupo de referência e um grupo de comparação, com a regressão quantílica, pode-se usar a diferença entre as amplitudes interquantis dos dois grupos como uma medida de

mudança de escala (dispersão). Uma escala de renda menor significa uma maior homogeneidade do grupo de comparação versus o grupo de referência. As estimativas das mudanças de dispersão formam calculadas através da regressão de amplitude interquantil, com o uso do comando iqreg do programa estatístico Stata. Os erros padrões foram calculados usando 100 bootstrap repetições.

Houve uma diminuição da dispersão interna da renda nas categorias de menor renda a partir do autônomo com ativos, na comparação com o empregado especialista, expressa no aumento dos valores negativos (equivalentes a menor dispersão em relação ao grupo de comparação). A redução da diferenciação interna na maioria das categorias, em relação ao empregado especialista, revela que os grupos em questão ficaram comparativamente mais homogêneos.

A noção estatística de assimetria refere-se ao desequilíbrio entre a dispersão abaixo e acima da mediana. Numa distribuição simétrica estas duas dispersões são iguais. Uma medida de assimetria baseada em percentis pode ser calculada como a razão entre a dispersão acima e a dispersão abaixo da mediana, menos um (1), de modo que com esta centralização a medida assume o valor zero para uma distribuição simétrica. Valores maiores que zero indicam assimetria à direita e menores, assimetria à esquerda (Hao e Naiman, 1997, p. 14). Os resultados mostrados na Tabela 6 são relativos à renda situada entre os percentis P 97 – P 03 (94% no meio da distribuição) e foram calculados sem ajuste por modelo estatístico.

Todas as categorias de classe, porém em graus muito diferentes, apresentam assimetria à direita na direção dos valores mais altos, pois todos os valores estão acima de zero. A assimetria tende a aumentar na maioria dos grupos mais privilegiados. Os pequenos empregadores experimentam uma queda da assimetria. Os padrões de assimetria de gerentes e empregados especialistas se aproximaram, com a queda no primeiro grupo e o aumento no segundo.

Tabela 6. Mudanças de Assimetria da Renda (94% no meio da distribuição) das Categorias de Classe. Brasil, 1992-2011.

Categoria de classe	Assimetria		Diferença %
	1992	2011	
Capitalista	6,29	7,75	23,21
Especialista autônomo	3,09	3,80	22,98
Gerente	6,40	5,37	-16,25
Empregado especialista	3,55	5,10	43,66
Pequeno empregador	5,23	3,85	-26,72
Autônomo com ativos	4,74	3,70	-21,94
Autônomo agrícola	5,34	6,78	27,97
Empregado qualificado	2,97	3,75	26,26
Supervisor	3,65	3,71	1,64
Trabalhador típico	3,88	2,78	-28,35
Trabalhador elementar	1,00	0,91	-9,00
Autônomo precário	3,92	3,00	-23,27
Empregado doméstico	1,64	0,41	-75,00
Agrícola precário	3,84	6,65	73,18
Total	7,32	5,36	-26,78

A assimetria cai de modo significativo entre os trabalhadores assalariados sem exercício de autoridade e sem acesso à qualificação escassa. As posições de classe destituídas, porém assalariadas, de empregado doméstico e de trabalhador elementar, que em 1992 já possuíam assimetria bem menor, tiveram contrações do indicador. Tanto os trabalhadores destituídos (devido à forte depreciação do valor da sua capacidade de trabalho), quanto os trabalhadores típicos (em que se realizam as interdependências assimétricas típicas dos processos de exploração e dominação), ficaram mais homogêneos e equilibrados na distribuição interna da renda.

Considerações Finais

Estudo comparativo do papel de classe social e educação na desigualdade de renda no Brasil mostrou que as categorias desta tipologia de classes têm um poder explicativo bem maior (40% em 2011) sobre os níveis de desigualdade (decomposição do índice L de Theil) do que

as divisões entre os grupos educacionais (30%). Além disso, como os dois fatores juntos respondem por 46% da desigualdade total, isto significa que as categorias de classe acrescentam bem mais explicação aos efeitos dos grupos educacionais do que o inverso, demonstrando que a tipologia capta outras dimensões da estrutura social, como capital e autoridade, que são bastante importantes para entender a distribuição da renda no país. Entretanto, a variação (diminuição) da desigualdade de renda entre 2002 e 2011 foi mais afetada por educação do que por classe social, revelando a importância do processo de erosão das "rendas" [*rents*] obtidas com o emprego da educação adquirida (Souza e Carvalhaes, 2014). O presente estudo constata também um enfraquecimento das vantagens particularmente das categorias assalariadas que se associam ao controle de conhecimento perito e de qualificações escassas. Os estratos médios e intermediários expandiram-se na estrutura social, o que implica que mais pessoas ocupam posições mais vantajosas, embora a expansão do empregado qualificado pareça refletir uma subestimação da antiga classificação ocupacional[2]. Entretanto, estes empregos não garantem mais os mesmos padrões relativos vantajosos do passado.

A diminuição das diferenças entre e dentro das categorias contou com a contribuição de fatores extrínsecos a classe social, como região e educação. Estariam agindo como influências subjacentes às alterações na renda dos indivíduos inseridos nos contextos de classe os processos de convergência de renda e de redução da desigualdade entre as Regiões Metropolitanas e o restante do país, que foram responsáveis por metade da queda da desigualdade na distribuição nacional da renda domiciliar per capita de 1981 a 2009 (Souza e Osório, 2011). Por outro lado, a realização de uma decomposição dinâmica e multivariada via modelo de regressão, com controles diversos, dos fa-

2 A categoria de empregado qualificado passou de 4,4% em 2001 (antes da mudança) para 7,3% em 2002, enquanto o trabalhador típico se reduziu de 38,2% para 34,2% no mesmo período, como consequência da alteração da classificação ocupacional da PNAD. As alterações na distribuição das demais categorias não foram relevantes.

tores influentes na queda da desigualdade no período de 2002 a 2011 mostrou que a contribuição do bloco de variáveis de controle foi de 39,5%, a educação de 28% e classe social de 19% (Souza e Carvalhaes, 2014, p. 120-1). Além de confirmar o papel marcante de fatores relacionados à segmentação do mercado de trabalho, que integram as variáveis de controle (gênero, região, área de moradia e afins), o estudo mostra que a educação representou o principal elemento "específico" por trás da queda da desigualdade. Entendida como um "input" para o trabalho, a educação não foi usada na operacionalização das categorias de classe, pois os ativos de conhecimento perito e de qualificações escassas são especificados com base em informações sobre o trabalho e as ocupações. Tendo em vista a adequada representação em três categorias da tipologia dos empregos que controlam credenciais educacionais, ou seja, das diferenças de renda entre os grupos com e sem credenciais educacionais aplicadas ao trabalho, parece válido supor que as mudanças educacionais dentro e entre as categorias de classe impactaram na redução da desigualdade.

O enfraquecimento das vantagens de renda do empregado especialista é um processo marcante que se processou no período estudado. Não deve ser esquecido, no entanto, que estes empregos cresceram na estrutura social. Parte da perda de renda, neste sentido, vincula-se à ampliação da oferta destas posições. Por outro lado, ao focalizar as mudanças de formato da renda internas aos grupos, procurou-se mostrar que, além da diminuição das discrepâncias entre grupos, cabe considerar a contribuição dos deslocamentos de renda dentro dos grupos. Predominou um processo de redução das discrepâncias e/ou desequilíbrios internos, particularmente entre as categorias de trabalhadores com maior densidade social. Na medida em que a renda pessoal tem menos chance de se descolar do valor mediano da categoria, os trabalhadores típicos e destituídos mantêm-se mais vinculados às oportunidades de vida que prevalecem para a maioria do seu grupo, o que pode potencialmente favorecer os processos de formação e ação de classe destes contingentes sociais. A renda do empregado especialista, de modo distinto, continuou mais dispersa e desequilibrada, ou

seja, ainda varia bem mais entre os indivíduos na direção dos valores mais altos, o que pode contribuir para manter entre os membros da categoria a expectativa de mobilidade individual de renda, neutralizando eventualmente o potencial de descontentamento derivado do enfraquecimento das vantagens relativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARUM, R.; MUELLER, W. (ed.). (2004), The Reemergence of self-employment: a comparative study of self-employment dynamics and social inequality. Princeton: Princeton University Press.

BOURDIEU, P. (1987), "What Makes a Social Class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups". Berkeley Journal of Sociology, v. 32, p. 1-17.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. (1989), Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/ Lisboa: Difel.

BREEN, R. (2005), "Foundations of a neo-Weberian class analysis". In: WRIGHT, E. O. (ed.). Approaches to Class Analysis. Cambridge: Cambridge University Press.

BUTLER, T. (1995), "The Debate over the Middle Classes". In: SAVAGE, M.; BUTLER, T. (ed.). Social Change and the Middle Classes. London: UCL Press.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. (2002), Uma Sugestão de Deflatores para Rendas Obtidas a Partir de Algumas Pesquisas Domiciliares do IBGE. Texto para Discussão n° 897. Rio de Janeiro: IPEA.

CROMPTON, R. (2008), Class and Stratification. 3. ed. Cambridge: Polity.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. (1992), The Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Clarendon.

GOLDTHORPE, John. (1980), Social Mobility and Class Structure in Modern Britain. Oxford: Oxford University Press.

GOLDTHORPE, J. (1982), "On the Service Class". In: Giddens, A.; Mackenzie, G. (eds), Social Class and the Division of Labour. Cambridge: Cambridge University Press.

GOLDTHORPE, J. (1992), Employment, Class, and Mobility: a critique of liberal and Marxist theories of long-term change. In: HAFERKAMP, H.; SMELSER, N.J. (eds), Social Change and Modernity. Berkeley: University of California Press.

GOLDTHORPE, J. (1995), "The Service Class Revisited". In: SAVAGE, M.; BUTLER, T. (ed.). Social Change and the Middle Classes. London: UCL Press.

GOLDTHORPE, J. (2000a), On Sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory. New York: Oxford University Press.

GOLDTHORPE, J. (2000b), "Rent, Class Conflict, and Class Structure: A Commentary on Sørensen". American Journal of Sociology, v. 105, n. 6, p. 1572–82.

GOLDTHORPE, J. (2005), "Some comments on Robert Erikson's note and on Michael Tahlin's paper". In: ROSE, D.; HARRISON, E. (eds). Consortium Comments on Interim Validations (Full version). Disponível em: http://www.iser.essex.ac.uk/archives/esec/validation-process. Acessado em 23.06.2014.

HANDCOCK, M.; MORRIS, M. (1999), Relative Distribution Methods in Social Sciences. New York: Springer.

HAO, L.; NAIMAN, D. (2007), Quantile Regression. Thousand Oaks: Sage.

IPEA. (2007), "Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. Nota Técnica". In: BARROS, R. P. et al. (org.), Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília, IPEA, 2 v.

LOCKWOOD, D. 1989 [1958], The Blackcoated Worker. 2. ed. Oxford: Clarendon Press.

MALOUTAS, T. (2007), "Socio-Economic Classification Models and Contextual Difference: The 'European Socio-economic Classes' (ESeC) from a South European Angle". South European Society & Politics, v. 12, n. 4, p. 443-60.

MORGAN, S. L.; TANG, Z. (2007), Social Class and Workers' Rent, 1983-2001. Research in Social Stratification and Mobility, v. 25, p. 273-93.

ROEMER, J. (1988), Free to Lose: an introduction to Marxist economic philosophy. Cambridge: Harvard University Press.

ROSE, D.; HARRISON, E. (2010), Social Class in Europe: an introduction to the European Socio-economic Classification. London: Routledge.

SANTOS, J. A. F. (2002), Estrutura de Posições de Classe no Brasil: Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/Iuperj.

SANTOS, J. A. F. (2005), "Uma Classificação Socioeconômica para o Brasil". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 58, p. 27-45.

SANTOS, J. A. F. (2010), "Comprehending the Class Structure Specificity in Brazil". South African Review of Sociology, v. 41, n.3, p. 24-44.

SANTOS, J. A. F. (2013), "Variantes da Concepção Sociológica da Classe Média'. Teoria e Sociedade (UFMG). No prelo.

SØRENSEN, A. (1991), "On the Usefulness of Class Analysis in Research on Mobility and Socioeconomic Inequality". Acta Sociologica, v. 34, n. 2, p. 71-87.

SØRENSEN, A. (2000), "Employment Relations and Class Structure". In: CROMPTON, R. et al. (ed.). Renewing Class Analysis. Oxford: Blackwell.

SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G. (2011), "A Redução das Disparidades Regionais e a Queda da Desigualdade Nacional de Renda (1981-2009)". Texto para Discussão n. 1648. Brasília: IPEA.

SOUZA, Pedro H. G. F.; CARVALHAES, Flávio. (2014), "Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade, 2002-2011". Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 57, no 1, pp. 101-128.

TILLY, C. (1998), Durable Inequality. Berkeley: University of California Press.

TILLY, C. (2005), "Historical Perspectives on Inequality". In: ROMERO, M.; MARGOLIS, E. (orgs.), The Blackwell Companion to Social Inequalities. Oxford: Blackwell.

TOMASKOVIC-DEVEY, D. et. al. (2009), "The Categorical Generation of Organizational Inequality: a comparative test of Tilly's durable inequality". Research in Social Stratification and Mobility, v. 27. n. 3, p. 128–142.

WACQUANT, L. (1991), "Making Class: the Middle Class(es) in Social Theory and Social Structure". In: LEVINE, R. et al. Bringing Class Back in: contemporary and historical perspectives. Boulder: Westview Press.

WEININGER, E. B. (2005). "Foundations of Pierre Bourdieu's Class Analysis". In: WRIGHT, E. O. (ed.). Approaches to Class Analysis. Cambridge: Cambridge University Press.

WRIGHT, E. O. (1985), Classes. London: Verso.

WRIGHT, E. O. (1989), "Rethinking, once again, the Concept of Class Structure". In: WRIGHT, E. O. al. The debate on classes. London: Verso.

WRIGHT, E. O. (1997), Class Counts: comparative studies in class analysis. Cambridge: Cambridge University Press.

WRIGHT, E. O. (2009), Understanding Class: towards an integrated analytical approach. New Left Review, n. 60, p. 1-16.

Artigo recebido em agosto de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.79
10.20336/rbs.79
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jun/Dez/2014
Artigo recebido emsetembro de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

Lilia Montali*

FAMÍLIA, TRABALHO E DESIGUALDADES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

RESUMO

Este ensaio trata da relação família-trabalho, suas mudanças e permanências, tendo como referência teórica a abordagem da "divisão sexual do trabalho" enquanto noção que articula a esfera produtiva e a esfera reprodutiva e define os lugares de homens e de mulheres nestas esferas. Com base nestas referências são apresentadas informações que indicam como foram pequenas as mudanças na relação família-trabalho quando se consideram as relações assimétricas definidas pela divisão sexual do trabalho. Mostra que embora cresça a participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil desde 1970, e desde os anos 80 cresça a participação das mulheres-cônjuges, esta ocorre sob a permanência da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Destaca que tal desigualdade tem por origem a divisão sexual do tradalho e que esta dificulta a superação da pobreza em domicílios com encargos por crianças.

Palavras-chave: Família; trabalho; desigualdade.

ABSTRACT

This paper discusses the relationships between family and work, including changes and permanent aspects. The theoretical reference here is the "sexual division of labor," an approach that articulates both the sphere of production and that of reproduction, also defines the roles men and women play in these spheres. Based on these references, data is provided indicating that little has changed in family--versus-labor relationships, in view of the asymmetric relationships defined by the sexual division of labor. The participation of women in the work world in Brazil has increased considerably since the 1970s and, since the 1980s there have been greater numbers of working wives. Nonetheless, the text shows that this has been taking place despite the continuation of gender inequality in the work sphere. The paper shows that this inequality originates in the sexual division of labor, a fact that makes it difficult to overcome poverty in households where childcare must be provided.

Keywords: Family; sexual division of labor; inequality.

*Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós--doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atu- almente é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do CNPq. De- senvolveu projetos de pesquisa e artigos publicados em livros e revis- tas sobre os temas da desigualdade social e pobreza, divisão sexual do trabalho e desigualdades de gênero no mercado de trabalho, relação família e trabalho e políticas sociais.

RÉSUMÉ

Cet essai traite du rapport famille-travail, ses changements et permanences, ayant comme référence théorique l'approche de la «division sexuelle du travail» en tant que notion qui articule la sphère productive et la sphère reproductive et définit les places des hommes et des femmes dans ces sphères. Sur la base de ces références, on presente des informations indiquant l'insignifiance des changements du rapport famille-travail lorsqu'on prend en compte les relations asymétriques définies par la division sexuelle du travail. Ce travail montre d'ailleurs que même si la participation des femmes sur le marché du travail au Brésil a constamment augmenté depuis 1970, ainsi que celle des épouses depuis les années 80, cela se produit dans le contexte de la continuité de la inégalité de genre sur le marché du travail. On souligne que cette inégalité tire ses origines de la division sexuelle du travail et que celle-ci ne permet que difficilement de surmonter la pauvreté des ménages ayant la charge d'enfants.

Mots-clés: famille, division sexuelle du travail, inégalité.

Lilia Montali

FAMÍLIA, TRABALHO E DESIGUALDADES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI[1]

Este ensaio trata de mudanças e permanências da relação família-trabalho, apontando as implicações sobre a desigualdade no mercado de trabalho e sobre as dificuldades que se colocam para a superação da pobreza para determinados arranjos domiciliares. Como referência teórica é adotada a abordagem da "divisão sexual do trabalho" enquanto noção que articula a esfera produtiva e a esfera reprodutiva, definindo os lugares de homens e de mulheres nestas esferas (Barrére-Maurisson, 1992). Sob essa perspectiva teórica são analisadas informações sobre as regiões metropolitanas brasileiras e o Distrito Federal (PNAD, IBGE) que indicam como foram pequenas as mudanças na relação família-trabalho quando se consideram as relações assimétricas definidas pela divisão sexual do trabalho.[1]

Pretende-se mostrar que, embora cresça a participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil desde a década de 1970 e cresça a participação das mulheres-cônjuge a partir dos anos 1980, esta ocorre sob a permanência da desigualdade de

1 Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 27 a 31 de outubro de 2014. Apresenta resultados do projeto "Família, trabalho e políticas sociais: mudanças e impactos sobre as famílias metropolitanas nas duas últimas décadas", desenvolvido com o apoio do CNPq, junto ao NEPP/UNICAMP. Atualiza e amplia análises apresentadas em Montali (2013).

gênero no mercado de trabalho, que está relacionada à concepção vigente da divisão sexual do trabalho.

O contexto socioeconômico em que ocorre o aumento da entrada da mulher no mercado de trabalho e as mudanças nos arranjos familiares de inserção das décadas de 1980 e 1990 é marcado pelo baixo crescimento econômico e por mudanças no mercado de trabalho provocadas pela reestruturação produtiva, especialmente nas regiões metropolitanas. Nestes espaços se observa, no período, a deterioração do mercado de trabalho, indicado por muitos estudos, e o empobrecimento das famílias.

Na década de 1990, sob a reestruturação produtiva, são identificadas mudanças nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e maior partilhamento da responsabilidade da provisão familiar (Montali, 2004; 2006). Observou-se, nesse período, a redução do trabalho assalariado masculino, elevação do trabalho feminino, com destaque para as mulheres com responsabilidade pela família – chefes femininos e cônjuges femininos –, especialmente em trabalhos com vínculos contratuais não formalizados, ou seja, precários.

Nos anos 2000 e na retomada do crescimento, se mantém o padrão de arranjos familiares de inserção definidos no final dos anos 1990, a continuidade do crescimento da inserção de cônjuges femininos no mercado, e também a permanência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. O padrão de arranjos familiares de inserção identificado na RMSP no inicio da década de 2000 foi identificado também nas regiões metropolitanas brasileiras, analisadas segundo grandes regiões no ano de 2004 (Montali; Lima, 2009).

Como mencionado, este estudo toma a divisão sexual do trabalho como referência para análise e pretende evidenciar que esta, ao apresentar constrangimentos para a inserção de mulheres no mercado, cria empecilhos para a redução das desigualdades não apenas de gênero no mercado de trabalho, mas também entre arranjos domiciliares com a presença de crianças e adolescentes, identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento (Montali; Lima, 2008; 2012).

Verificou-se que a identificação desses arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento, baseada em indicadores relacionados ao rendimento domiciliar e à geração de renda, é coincidente com aqueles arranjos com maior proporção de crianças e adolescentes e com indicadores de pior inserção no mercado de trabalho das mulheres responsáveis por estes domicílios, seja na posição de cônjuge, seja na de chefe do domicílio. Considera-se que grande parte dessa coincidência esteja relacionada à composição destes arranjos domiciliares e à ausência de mudanças na divisão sexual do trabalho, no sentido torná-la mais igualitária no domicílio. Este fato impinge às mulheres responsáveis por crianças e adolescentes alternativas de inserção no mercado predominantemente através de vínculos contratuais precários e em atividades intermitentes, na tentativa de conciliação casa-trabalho remunerado, que resultam na obtenção de rendimentos mais baixos.

A divisão sexual do trabalho, na concepção de Kergoat (2000), é a forma da divisão social do trabalho resultante das relações sociais de sexo, socialmente construída. Tem por características a atribuição prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções de forte valorização social. Assim, sob a tradicional divisão sexual do trabalho, cabe à mulher a atribuição da responsabilidade da administração doméstica e o cuidado dos filhos e a atribuição ao homem das responsabilidades no âmbito público e da provisão.

A crescente entrada da mulher no mercado de trabalho em todo o mundo tem provocado o questionamento dessas atribuições, mas estudos sobre Europa, Estados Unidos, América Latina e Caribe apontam para poucas mudanças na divisão sexual do trabalho e evidenciam a permanência do maior encargo das mulheres com as atividades domésticas e de cuidado. Estas atividades passam a ser assumidas como dupla jornada, com poucos avanços das políticas governamentais que facilitem a conciliação família-trabalho (Sorj; Fontes; Machado, 2007; OIT; PNUD, 2009; Banco Mundial, 2012). Na sociedade brasileira, como indicado por pesquisas recentes – sobre o uso do tempo e de opinião – é reafirmada a permanência de valores condizentes

com a concepção tradicional da divisão sexual do trabalho na família (Dedecca, 2004; Araujo; Picanço; Scalon, 2007; Bruschini; Ricoldi, 2009; Fundação Perseu Abramo; Sesc, 2011; Bruschini et al, 2011; Banco Mundial, 2012; SOS Corpo, 2014).

Como se verá, os resultados do estudo explicitam que os valores tradicionais da divisão sexual do trabalho limitam a inserção laboral das mulheres com encargos por filhos no acesso a empregos de qualidade e a melhores remunerações. Este ensaio tem por pressuposto que o cuidado das crianças no âmbito familiar não é responsabilidade apenas da mãe ou das mulheres da família e sim dos adultos da mesma, não ignorando as responsabilidades do Estado. Dadas as condições atuais, este estudo oferece indicações de que a existência de política de apoio no cuidado de crianças, através de educação infantil adequada, e no cuidado de adolescentes, através da educação em tempo integral, pode atenuar a tensão entre as atividades relacionadas à família e as atividades no mercado de trabalho e possibilitar às mulheres com encargos por crianças melhor inserção e remuneração. Ressalta-se este como um dos aspectos importantes a se considerar para as políticas de equidade de gênero no mercado de trabalho e de superação da pobreza.

Este ensaio evidencia que tais permanências afetam a inserção das mulheres no mercado de trabalho e, de forma mais contundente, daquelas mulheres que pertencem ao segmento 50% mais pobre da população, ou seja, abaixo da mediana da renda domiciliar per capita, reafirmando a coextensividade das relações de sexo e das relações de classe (Kergoat, 2002) ao se tomar como aproximação a diferenciação de segmentos de renda.

Assim, o suposto é que medidas que atenuassem as tensões entre o trabalho produtivo e reprodutivo para as mulheres como forma de promover a equidade de gênero no mercado de trabalho podem atuar, de forma imediata, como estratégia para reduzir a pobreza e, em médio prazo, promover mudanças nas relações de gênero no interior das famílias com consequências positivas para a inserção no mercado de trabalho de mulheres responsáveis por crianças e adolescentes.

1. Limitações para a equidade de gênero e para a superação da pobreza

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho que se acentua nas décadas de 1980 e 1990 se consolida nas regiões metropolitanas brasileiras[2] na década de 2000, com taxas acima de 50% da população em idade ativa, passando a representar quase a metade da população disponível para o mercado de trabalho (PEA).

Tabela 1 - Evolução da força de trabalho por sexo - 1991, 2000 e 2010. Brasil, Regiões Metropolitanas.

Áreas	Taxa de Participação			Proporção de Mulheres e Homens na PEA (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	51,2	56,7	57,8	100,0	100,0	100,0
Mulheres	32,3	44,2	48,9	32,3	40,0	43,5
Homens	71,1	69,8	67,3	67,7	60,0	56,5
RM	53,5	58,8	59,7	100,0	100,0	100,0
Mulheres	38,5	48,5	51,8	37,9	43,3	45,6
Homens	70,1	70,2	68,4	62,1	56,7	54,4

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração: NEPP/Unicamp.

A partir de 2004, quando se inicia a recuperação da economia, observam-se duas tendências relevantes no mercado de trabalho: a redução do desemprego e o aumento da formalização do emprego, diferenciadamente por sexo. Há continuidade do aumento do emprego feminino e do emprego não precário, porém continuam crescendo para estas as ocupações não formais (Leone, 2009); e, ainda que caia o desemprego, observa-se a permanência de elevadas taxas de desemprego feminino no período da recuperação (SEADE/DIEESE, 2008 e 2011). Nas regiões metropolitanas, nos anos mais recentes, o emprego formal para as mulheres tem apresentado crescimento proporcionalmente maior (SEADE-DIEESE, 2013).

2 Estão incluídas na análise as Regiões Metropolitanas brasileiras cobertas pelo levantamento da PNAD-IBGE : Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal (DF).

Dessa forma, o crescimento da entrada da mulher no mercado de trabalho se dá em condições comparativamente desfavoráveis em relação à força de trabalho masculina, característica bastante tratada pela literatura sobre mercado de trabalho. Procura-se evidenciar neste ensaio que os valores associados à divisão sexual do trabalho constituem o empecilho para a equidade no mercado de trabalho para as mulheres e especialmente para aquelas com responsabilidades na família e com encargos por crianças.

A análise da participação dos componentes da família entre os ocupados, na primeira década do século XXI, mostra a acentuação da participação das mulheres-cônjuge entre os ocupados a partir de 2004 (Gráfico 1), inclusive em arranjos domiciliares com a presença de crianças. Os arranjos de casais de até 34 anos com filhos e aqueles em que o casal está nas idades entre 35 e 49 anos são os que apresentam maior proporção de crianças e de adolescentes entre seus componentes (Montali; Lima, 2012).

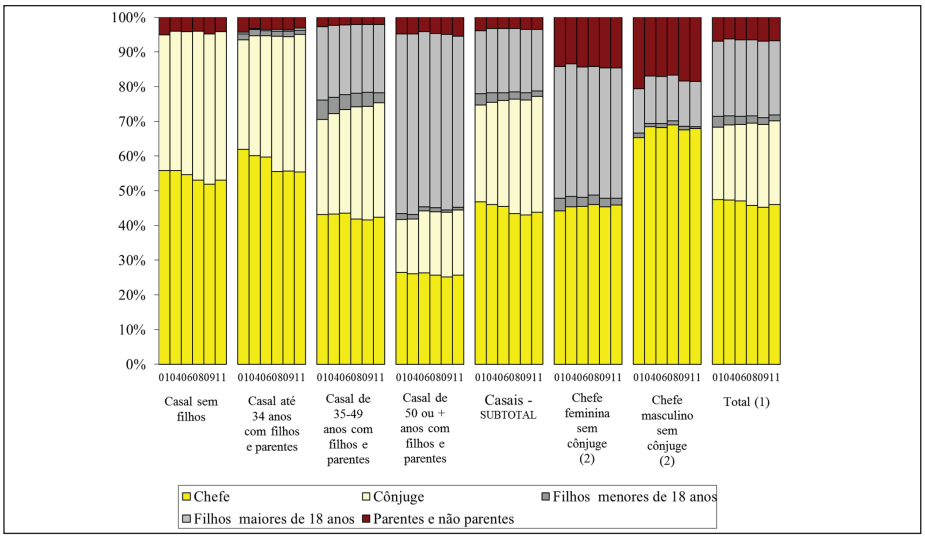


Gráfico 1- Distribuição dos ocupados por tipo de arranjo domiciliar e posição na família Regiões Metropolitanas - 2001-2011

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP

(1) Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual)

(2) Inclui chefes unipessoais

(3) Excluídos pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

A inserção dos componentes da família no mercado de trabalho é diferenciada segundo posição na família e sexo; expressa as relações de gênero e hierárquicas no interior da família, regidas pela divisão sexual do trabalho. Os dados analisados evidenciam tendências no período 2001 a 2011 que corroboram as desigualdades apontadas associadas ao gênero e às atribuições familiares de chefes femininas e cônjuges femininas.

Sob essa interpretação das desigualdades associadas ao gênero e às atribuições familiares, são também analisadas, para as mulheres-cônjuge e para as mulheres-chefes de família, as maiores proporções absorvidas em trabalhos precários, perfazendo quase a metade das ocupadas, bem como as taxas de inatividade mais elevadas do que a das filhas maiores de 18 anos e dos componentes masculinos (Gráfico 2).

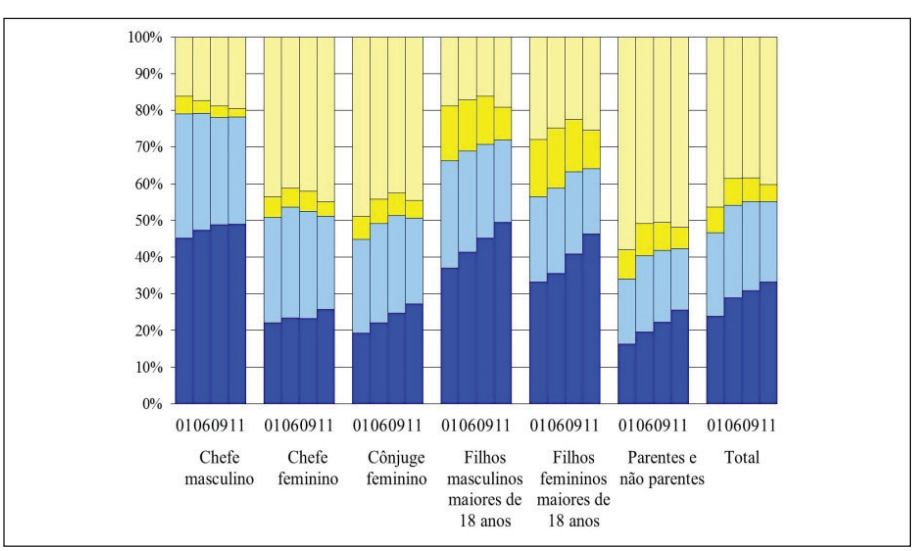


Gráfico 2 - Distribuição da PIA segundo situação ocupacional e condição de precariedade na ocupação
por posição na família - Regiões Metropolitanas - 2001-2011

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Apud Montali; Lima (2012). Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Tais especificidades, quando considerados a posição na família e gênero, são mantidas no período de recuperação da economia já referido. Se, por um lado, eleva-se a inserção em empregos não precários,

por outro lado, observa-se a manutenção das taxas de participação e de ocupação dos cônjuges femininos e chefes femininos em níveis comparativamente mais baixos em relação aos demais componentes familiares, inclusive quando comparados ao outro componente feminino, as filhas adultas com atribuições familiares distintas.

Na análise que leva em conta os segmentos 50% mais pobres e 50% acima da mediana, com base no rendimento domiciliar per capita, são encontradas características semelhantes no perfil de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho. São recorrentes nos dois segmentos as especificidades de inserção no mercado por posição na família e gênero, com taxas de ocupação mais elevadas e também maiores proporções em ocupações não precárias para o chefe masculino e os filhos adultos masculinos e femininos, comparativamente às taxas de ocupação e de ocupação não precária das cônjuges e chefes femininas, em ambos os segmentos.

Evidencia, por outro lado, a diferenciação entre estes segmentos de renda em relação à taxa de participação no mercado de trabalho, qualidade do emprego e proporção da PIA em desemprego, com situações bastante mais favoráveis para o segmento acima da mediana da renda per capita domiciliar metropolitana (Gráfico 3).

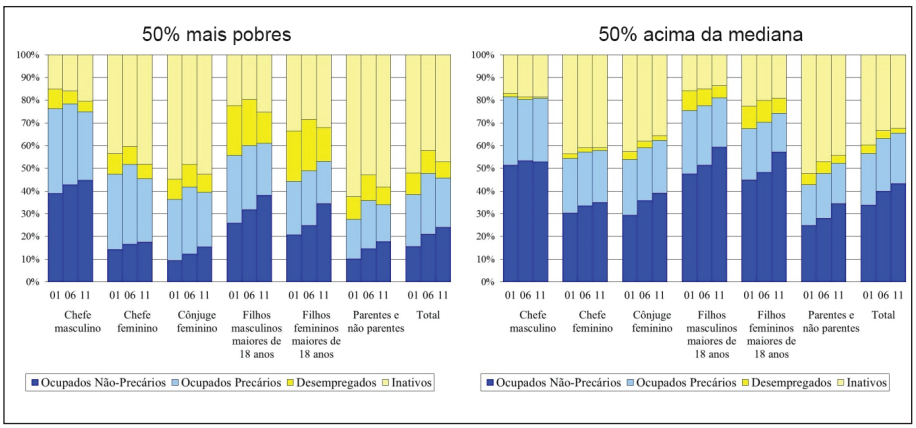


Gráfico 3 - Distribuição da PIA segundo situação ocupacional e condição de precariedade na ocupação por posição na família - Regiões Metropolitanas Brasileiras – 2001-2011

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Na comparação do nível de escolaridade das pessoas maiores de 15 anos de idade entre os dois segmentos de renda, se evidenciam desigualdades. O nível de escolaridade mais baixo, observado no segmento abaixo da mediana de rendimento per capita, possibilita explicar as maiores dificuldades de acesso a emprego e a emprego de qualidade pelos componentes desses domicílios (Gráfico 4).

Por outro lado, internamente a ambos os segmentos de renda, constata-se que existe similaridade no nível educacional de chefes masculinos e dos componentes femininos responsáveis pela família – chefes femininos e cônjuges femininos –, não oferecendo, assim, explicação para a diferenciação entre estes componentes na qualidade da inserção ocupacional. Neste caso, a explicação reside na divisão sexual do trabalho e nos constrangimentos das atribuições familiares, bem como na discriminação do mercado em relação à mulher que tem filhos (Bruschini, 2009).

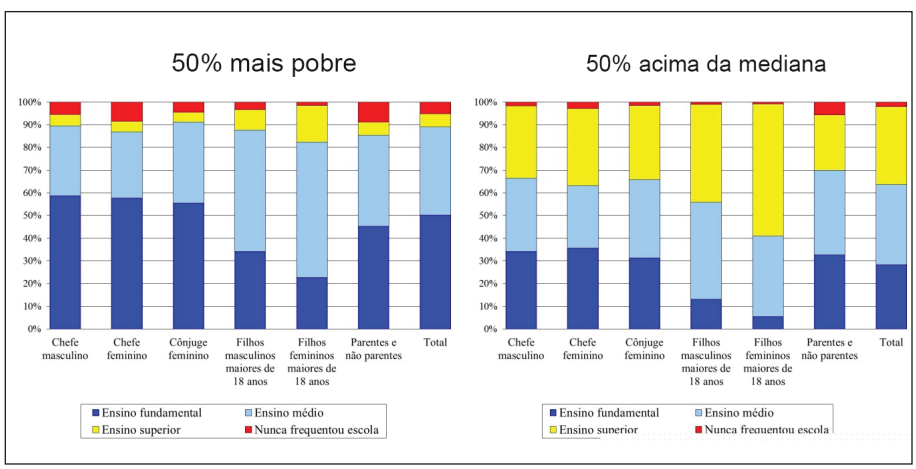


Gráfico 4 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais segundo nível de escolaridade e posição na família. Regiões Metropolitanas – 2011

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

No segmento abaixo da mediana, expressando os domicílios entre os 50% mais pobres, destacam-se em condições menos favoráveis de inserção no mercado as chefes femininas e as cônjuges femininas com as menores taxas de ocupação, bem como proporções mais elevadas

em ocupações precárias (Gráfico 3). São seguidas pelos filhos e filhas adultos, que apresentam proporções mais elevadas em desemprego.

Ainda nesse segmento dos 50% mais pobres, observam-se: a mais elevada taxa de inatividade das chefes femininas e das cônjuges, próxima da metade destas; e, entre as ocupadas, a muito pequena proporção em ocupações não precárias, representando pouco mais que um terço daquelas (Gráfico 3). Em contraste, no caso dos chefes masculinos desse segmento, cerca de 60% dos ocupados estão em inserções não precárias.

No segmento de renda acima da mediana, são comparativamente mais elevadas as taxas de participação e especialmente as de ocupação das chefes femininas e das cônjuges (Gráfico 3), mantendo-se, entretanto, abaixo das apresentadas pelo chefe masculino; observam-se ainda proporções destas em inserções não precárias bastante próximas das observadas pelo chefe masculino, cerca de 60% dos ocupados.

O detalhamento da inserção no mercado de trabalho das mulheres com responsabilidade pelos domicílios – cônjuges e chefes femininas sem cônjuge – explicita as especificidades dessa inserção segundo a tipologia de arranjos domiciliares (Gráfico 5), associada ao ciclo de vida familiar, bem como as maiores limitações para as mulheres com filhos entre os domicílios 50% mais pobres.

Em ambos os segmentos de renda correspondem às idades das mulheres-cônjuges e das chefes femininas com encargos por filhos, nos grupos de até 34 anos e 35 a 49 anos, a mais elevada participação no mercado de trabalho, comparativamente à média de cônjuges e de chefes femininos, em idades que correspondem, respectivamente às etapas do ciclo de vida da família identificadas como de constituição e de consolidação. As chefes femininas monoparentais nesses grupos de idades se destacam por apresentar taxa de participação ainda mais elevada do que a observada para as cônjuges, característica apontada também por outros estudos.

Tabela 2 - Proporção de crianças e adolescentes segundo tipo de arranjo domiciliar % Regiões Metropolitanas - 2001-2011

Tipo de arranjo domiciliar	Ano		
	2001	2006	2011
Casais	33,3	29,9	27,5
Casal sem filhos	-	-	-
Casal com filhos e parentes	36,7	33,7	32,2
Casal até 34 anos com filhos e parentes	47,3	46,3	45,1
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	37,4	35,0	34,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	14,8	12,2	11,7
Chefe feminina sem cônjuge	29,6	27,6	24,8
Chefe feminina sem cônjuge - e filhos e/ou parentes	32,1	30,3	27,9
Chefe feminina unipessoal	-	-	-
Chefe masculino sem cônjuge	14,6	12,3	12,1
Chefe masculino sem cônjuge – e filhos e/ou parentes	20,2	18,2	18,3
Chefe masculino unipessoal	-	-	-
Total	31,6	28,4	26,0

(1) Proporção de indivíduos com idades entre 0 e 17 anos em relação aos componentes do domicílio.
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Nos arranjos domiciliares conjugais e monoparentais, nos quais a mulher-cônjuge e a mulher-chefe têm até 34 anos, verifica-se, no segmento 50% mais pobre, que as ocupadas se dividem, em cerca da metade, entre ocupações não precárias e ocupações precárias; também chama a atenção, no caso de ambas, as mais elevadas proporções em busca de emprego, comparativamente àquelas nos outros arranjos domiciliares (Gráfico 5).

Essa idade das mulheres identifica os arranjos que concentram as maiores proporções de crianças entre seus componentes (Tabela 2). Dessa forma, as características apontadas da inserção laboral das mulheres - cônjuges e chefes femininas sem cônjuge e com filhos - com idades até 34 anos revelam os constrangimentos que estas encontram para sua inserção no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, a elevada proporção destas em ocupação precária evidencia as limitações para o acesso a empregos de qualidwade, relacionados às suas atribuições sob a divisão sexual do trabalho vigente e às dificuldades de articular família e trabalho. Em segundo lugar, a maior proporção de

desempregadas entre estes componentes familiares evidencia, além das restrições das atribuições no cuidado dos filhos, as maiores restrições do mercado de trabalho para absorver mães jovens que possivelmente ainda terão outros filhos. Esta característica se mostra mais acentuada no segmento de renda abaixo da mediana da renda domiciliar per capita (Gráfico 5).

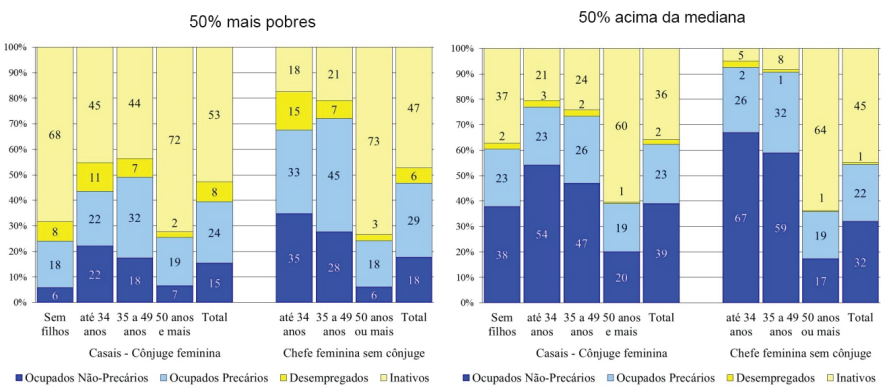


Gráfico 5 - Distribuição da PIA de cônjuges e chefes femininas por tipologia de arranjo segundo situação ocupacional e condição de precariedade na ocupação - Regiões Metropolitanas – 2011
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

No segmento acima da mediana, de forma distinta, as mulheres – cônjuges e chefes femininas sem cônjuge e com filhos – com idades até 34 anos mostram elevadas taxas de ocupação não precária (54% das cônjuges e 67% das chefes femininas), evidenciando menores constrangimentos para inserção no mercado de trabalho (Gráfico 5). Uma hipótese é que essa situação mais favorável seja possibilitada pelo maior acesso ao apoio no cuidado de crianças através da educação infantil, como se mostra no item posterior e, também, através dos serviços domésticos remunerados.

A análise da condição de absorção da força de trabalho das cônjuges em arranjos com filhos e das mulheres-chefe com filhos nas idades entre 35 e 40 anos, por sua vez, mostra que estas apresentam como traço comum taxas de participação e de ocupação próximas das mais jovens, porém com maior proporção em ocupações precá-

rias. Estas idades caracterizam os arranjos domiciliares no momento de consolidação do ciclo de vida familiar, nos quais cerca de um terço de seus componentes são crianças e/ou adolescentes. No caso dos segmentos abaixo da renda per capita mediana, são comparativamente mais elevadas as proporções de mulheres-cônjuge e mulheres-chefe monoparentais ocupadas absorvidas em atividades marcadas pela precariedade. No segmento de domicílios com renda acima da mediana, a proporção absorvida em ocupações precárias também é maior nessas idades – embora as ocupações não precárias sejam predominantes –, absorvendo, respectivamente 47% e 59% da PIA das mulheres-cônjuge e chefes femininas monoparentais (Gráfico 5). A inserção no mercado destas mulheres em arranjos que correspondem à etapa de consolidação do ciclo vital da família evidencia, em ambos os segmentos, por um lado, as restrições impostas pela divisão sexual do trabalho vigente tanto na família como no mercado de trabalho e, por outro, as estratégias adotadas pelas mulheres com filhos em diferentes idades para viabilizar a articulação entre família e trabalho.

Como mencionado, há coincidência entre arranjos domiciliares identificados em nossos estudos como mais vulneráveis ao empobrecimento e os arranjos nas etapas iniciais do ciclo de vida e os arranjos monoparentais femininos (Montali; Lima, 2008; 2012), que como visto acima, evidenciam maiores constrangimentos para a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Em nossa investigação, a situação desfavorável destes arranjos mais vulneráveis é expressa nas taxas de geração de renda comparativamente mais baixas; por rendimentos familiares per capita mais baixos que os demais arranjos domiciliares e abaixo da média regional; por apresentarem as mais elevadas concentrações entre os decís inferiores de renda familiar per capita. Identificou-se, nos arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento analisados nas regiões metropolitanas brasileiras, "superposições de fragilidades" que dificultam a superação da condição de pobreza. Foram identificados três desafios para a superação da pobreza da maior parte desses arranjos: o primeiro se relaciona à composição desfavorável destes para

a inserção de seus componentes no mercado de trabalho, marcada por elevada dependência dos adultos em decorrência da presença de crianças e adolescentes; o segundo, relacionado a este, se associa à concepção tradicional da divisão sexual do trabalho que impõe limitações às mulheres com encargos por crianças para inserção em empregos de qualidade, limitando o valor da remuneração destas; o terceiro, evidenciado pela análise dos arranjos que são beneficiários de transferência de renda, é relacionado ao acesso diferenciado destes arranjos a tipos de benefícios de transferência de renda vigentes com valores mais baixos (Montali, 2008). Dessa forma, observou-se, para estes arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento, que se somam as limitações para obtenção de renda do trabalho decorrente de sua composição e das características e restrições para a inserção de sua força de trabalho no mercado e, também, os valores comparativamente mais baixos obtidos pelos programas de transferência de renda vigentes que se associam aos momentos iniciais do ciclo vital da família e à presença de crianças[3].

Em decorrência das mudanças pelas quais vêm passando as famílias brasileiras, observam-se como tendências a redução proporcional dos domicílios de casais com filhos e o aumento dos domicílios de casais sem filhos, de famílias monoparentais e de domicílios unipessoais (Tabela 3). Nesse contexto de mudanças, observa-se gradual redução da proporção dos arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento, que representavam 61% dos arranjos domiciliares metropolitanos em 2001 e, em 2011, passam a representar 52%. Observa-se redução de cerca de dois pontos percentuais nos domicílios nucleados por casais de até 34 anos com filhos, bem como daqueles em idades entre 35 e 49 anos, com a presença de filhos, enquanto se observa praticamente a manutenção da propor-

3 Refere-se aqui aos valores menores dos benefícios do Programa Bolsa Família, de natureza federal e de outros programas de natureza estadual e municipal voltados para famílias com crianças e adolescentes, em contraposição ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), dirigido para idosos e deficientes carentes, cujo valor corresponde a um salário mínimo.

ção dos domicílios monoparentais femininos em cerca de 20% dos arranjos domiciliares em 2011 (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição dos domicílios segundo arranjo domiciliar por decís per capita (%). Regiões Metropolitanas - 2001 – 2011

Tipos de Arranjos	50% mais pobres		50% acima da mediana		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Casais	68,4	63,8	63,7	60,6	66,2	63,9
Casal sem filhos	7,7	11,9	16,8	21,9	12,3	13,1
Casal com filhos e parentes	60,6	51,9	46,9	38,7	53,9	50,8
Casal até 34 anos com filhos e parentes	27,7	20,5	11,9	7,9	19,3	17
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	21,8	19,7	21,2	16,6	21,7	20,5
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	7,1	7,9	11,2	11,9	9,6	9,8
Chefe feminina sem cônjuge	26	29,4	24,8	25,6	25,4	26,9
Chefe feminina sem cônjuge e filhos e/ou parentes	22,1	23,5	17	15,7	19,6	20,5
Chefe feminina unipessoal	3,9	6	7,8	9,9	5,8	6,4
Chefe masculino sem cônjuge	5,7	6,8	11,5	13,7	8,4	9,2
Chefe masculino sem cônjuge e filhos e/ou parentes	2,9	3,2	4,6	4,7	3,8	3,7
Chefe masculino unipessoal	2,7	3,6	6,9	9	4,7	5,5
Total (1)	100	100	100	100	100	100

(1) O Total inclui outros arranjos domiciliares.
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios. Elaboração: NEPP / UNICAMP

Na análise do segmento 50% mais pobre, considerando-se a renda domiciliar per capita, se evidencia, entre estes, a maior concentração dos domicílios identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, que perfazem 72% destes arranjos domiciliares, em 2001, e 64%, em 2011 (Tabela 3). Nesse segmento, as maiores proporções de arranjos correspondem àqueles com a presença de crianças e adolescentes: os arranjos nucleados por casais de até 34 anos com filhos (28% em 2001 e 20,5% em 2011); os arranjos nucleados por casais entre 35 e 49 anos, com a presença de filhos (22% em 2001 e 20% em 2011) e os domicílios

monoparentais femininos que, em 2011, passam a compor 24% dos domicílios do segmento com rendimento abaixo da mediana.

Nos domicílios com rendimento domiciliar per capita acima da mediana, os arranjos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento apresentam menores proporções: 50%, em 2001 e 40%, em 2011 (Tabela 3). Assim, em 2001, os arranjos nucleados por casais correspondntes à etapa de constituição do ciclo vital da família são apenas 8% dos domicilios acima da mediana, 17% os arranjos na etapa da consolidação e 16% os nucleados pela chefe feminina com a presença de filhos. Apresentam proporções comparativamente maiores os arranjos de casais sem filhos, os casais nucleados por pessoas maiores de 50 anos e os domicílios unipessoais, que se caracterizam por apresentarem renda per capita mais elevada.

Com base nessas evidências, pode-se afirmar que os arranjos domiciliares com maiores dificuldades para superar a condição de pobreza e que se concentram abaixo da mediana da renda domiciliar são aqueles com a presença de crianças e de adolescentes. Nestes, se verifica que, apesar da mobilização para o mercado, são maiores as restrições relacionadas às atribuições da divisão sexual do trabalho vigente para as mulheres responsáveis – cônjuges e chefes femininos – no acesso ao emprego e a ocupações de qualidade e melhor remuneradas, como se viu neste ensaio.

2 O apoio no cuidado e acesso à educação de crianças enquanto política de equidade

Considerando-se as poucas mudanças nas atribuições familiares, considera-se relevante o apoio no cuidado de crianças e adolescentes, bem como outras medidas que possam atenuar as tensões na articulação família-trabalho, incluindo ambos os sexos, como indutoras de maior equidade no mercado de trabalho.

Os resultados de nossa investigação, de forma coincidente com achados de Sorj (2007), demonstram um aspecto que afeta positivamente a inserção no mercado de trabalho das mulheres com responsabilidade por crianças. Trata-se do acesso à educação infantil (creche

e pré-escola), que atende respectivamente às idades de 0-3 e 4-6 anos. Reforçam o argumento sobre a necessidade de investimento na educação infantil como um dos mecanismos que, ao mesmo tempo, favorece o desenvolvimento cognitivo das crianças e possibilita a obtenção de melhores rendimentos pelas mulheres com tais encargos, viabilizando a superação da pobreza pelos domicílios com a presença de crianças.

As informações analisadas para o período 2001-2011 explicitam uma relação positiva entre o acesso à educação infantil e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho de cônjuges e de chefes femininas com responsabilidade por filhos. Constatou-se, em estudo anterior (Montali e outros, 2014), que a possibilidade de estarem inseridas no mercado de trabalho através de vínculos não precários encontra-se associada ao maior acesso à educação pelas crianças nessas idades. Observou-se um gradiente que relaciona o acesso à educação infantil e a vinculação ao mercado de trabalho das mulheres-cônjuge e das chefes femininas no qual, variando do maior ao menor acesso à educação infantil, correspondem vinculações não precárias, precárias e o não trabalho de mulheres em arranjos domiciliares com filhos.

No período 2001 a 2011, observa-se nas regiões metropolitanas analisadas crescimento no acesso à educação infantil. Assim, no ano de 2001, 13% das crianças de 0 a 3 anos eram atendidas por creches e cerca de 25%, em 2011. No caso das crianças de 4 a 6 anos, o percentual atendido pela pré-escola passa de 69%, em 2001, para 79,6%, em 2006, e para 85%, em 2011 (Tabela 4). Atribui-se o crescimento mais acentuado do acesso à educação deste último grupo etário a mudanças na legislação sobre educação infantil e à idade de entrada no ensino fundamental a partir de 2006[4] e, também, à redução gradual do número de crianças como resultado da queda da natalidade.

4 Mudanças na legislação sobre a educação básica obrigatória oferecem avanços no atendimento à educação infantil. A Emenda Constitucional 59/2009 torna dever do Estado oferecer educação básica gratuita dos 4 aos 17 anos e educação infantil em creche e pré-escola às crianças de até 5 anos. A partir de 2006, a idade de 6 anos passou a ser incluída no ensino fundamental, com limite para implantação até 2010 (Lei nº 11.274/2006). Mais recentemente, a Lei 12.796/2013 torna obrigatória a matrícula na educação básica a partir de 4 anos

Tabela 4 - Taxas de acesso à educação por crianças de menores de 10 anos segundo decis de renda domiciliar per capita, em domicílios com crianças nessas idades. Regiões Metropolitanas – 2001- 2011

Total		Faixas de Idade			Total
		0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 10 anos	
2001	50% mais pobres	9,6	63,1	96,4	51,7
	50% acima da mediana	22,8	86,0	99,6	65,9
	Total	12,8	69,0	97,2	55,3
2011	50% mais pobres	19,9	82,0	98,9	64,9
	50% acima da mediana	38,8	94,0	99,6	74,5
	Total	24,8	85,0	99,1	67,3

(1) Taxa de acesso escolar: proporção de crianças na faixa etária específica que frequenta creche ou escola, em relação ao total de crianças na respectiva faixa etária.
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

No caso do acesso a creches observou-se no período, crescimento desigual e desfavorável para o segmento dos domicílios 50% mais pobres, cerca de 10 pontos percentuais, enquanto para aqueles acima da mediana o acesso cresce em 16 pontos percentuais, mantendo-se para estes, comparativamente, proporções de crianças com acesso a creche cerca do dobro maiores (Tabela 4).

No acesso à educação infantil (4-6 anos), embora exista diferença entre os segmentos de renda, esta se reduz no período. O crescimento do acesso entre os 50% mais pobres foi da ordem de 19 pontos percentuais entre 2001 e 2011 e, no segmento acima da mediana, de 8 pontos percentuais.

A investigação apontou no período 2001-2009, importante crescimento da atividade dos cônjuges femininos, especialmente nas idades até 34 anos e entre 35 a 49 anos, em ritmo superior ao da média metropolitana para esse componente familiar e observa-se continuidade desta até 2011. Uma das hipóteses é que o crescimento das taxas de ocupação e de participação de ambos os grupos de idade da mulher-cônjuge pode estar relacionado ao crescimento da oferta de vagas para as idades de 0 a 6 anos no período.

A análise referente ao ano de 2011 mostra o gradiente que relaciona o maior acesso à educação infantil a situações mais favoráveis

relativas à condição de atividade e à qualidade da ocupação das mulheres com responsabilidade por crianças (Tabela 5). No caso dos arranjos domiciliares conjugais com a presença de filhos, o gradiente se repete em todas as idades das cônjuges em relação à situação laboral das mesmas. Exceção é observada para a condição de não trabalho das cônjuges com 50 anos e mais cuja composição domiciliar indica a presença de crianças que são possivelmente netos, sugerindo estratégias distintas para a conciliação família-trabalho.

Tabela 5 - Taxa de acesso escolar de crianças por idades, segundo condição de ocupação e idade da cônjuge e da chefe feminina por tipo de arranjo domiciliar (%). Regiões metropolitanas – 2011

			Taxas de acesso escolar (3)			
			Cônjuge feminino arranjos conjugais		Chefe feminino monoparental	
			Faixas de idade (2)		Faixas de idade (2)	
			0 a 3	4 a 6	0 a 3	4 a 6
50% mais pobres	Trabalho não precário	Até 34 anos	31,0	85,6	34,1	86,1
		35 a 49 anos	26,3	88,5	36,0	86,9
		Total (1)	29,4	86,9	34,2	86,9
	Trabalho precário	Até 34 anos	23,5	88,3	23,9	80,8
		35 a 49 anos	16,8	86,1	20,0	85,1
		Total (1)	21,1	86,6	21,7	83,2
	Não trabalha	Até 34 anos	14,1	79,3	20,7	76,0
		35 a 49 anos	15,0	88,9	14,9	75,4
		Total (1)	15,0	81,0	17,7	76,9
	Total	Total (1)	18,6	83,3	23,2	81,2
Total	Trabalho não precário	Até 34 anos	37,0	88,8	28,2	88,6
		35 a 49 anos	40,7	94,4	37,0	91,3
		Total (1)	38,5	91,1	38,1	90,1
	Trabalho precário	Até 34 anos	28,0	89,4	23,8	82,0
		35 a 49 anos	25,7	87,8	22,6	87,0
		Total (1)	28,1	88,6	22,4	85,4
	Não trabalha	Até 34 anos	16,6	80,9	21,1	76,4
		35 a 49 anos	17,6	89,4	15,3	78,5
		Total (1)	17,3	83,0	19,4	78,7
	Total	Total (1)	25,4	86,5	25,5	83,8

(1) O Total, para a cônjuge, inclui outros arranjos nucleados por casal nos quais existam crianças menores de 10 anos de idade (filhos ou outros parentes).

(2) Inclui todas as crianças nestas idades presentes no domicílio, sejam filhos ou outros parentes.

(3) Taxa de acesso escolar: proporção de crianças na faixa etária específica que freqüenta creche ou escola, em relação ao total de crianças na respectiva faixa etária.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP.

No caso dos arranjos domiciliares monoparentais femininos observa-se o mesmo gradiente que relaciona a condição de atividade e qualidade dos vínculos com o mercado para os chefes femininos em idades até 34 anos e de 35 a 49 anos, com o acesso escolar de crianças de até 6 anos de idade (Tabela 5). Também neste caso observa-se menor regularidade referente às chefes com 50 anos e mais pelo mesmo motivo já indicado para as cônjuges.

O gradiente que relaciona o acesso à creche e a condição de trabalho de mulheres responsáveis por crianças se repete tanto nos arranjos domiciliares no segmento abaixo da mediana, como na média metropolitana (Tabela 5).

Na comparação entre os 50% mais pobres e a média metropolitana, em 2011, e considerando-se as cônjuges em domicílios nucleados pelo casal, a taxa de acesso à creche (0 a 3 anos) entre os 50% mais pobres é menor em cerca de um terço em relação àquela da média metropolitana. Essa proporção comparativamente menor do acesso a creches se repete na condição de trabalho não precário, precário e de não trabalho das cônjuges. Com relação ao acesso à pré-escola e à educação para crianças de 4 a 6 anos, observa-se que é menos acentuada em 2011 a desigualdade entre os domicílios 50% mais pobres e a média metropolitana.

Entre os domicílios monoparentais femininos repete-se a desigualdade no acesso à creche pelas crianças de 0 a 3 anos entre os domicílios 50% mais pobres e a média metropolitana, porém com menor intensidade que nos domicílios nucleados pelo casal. Apresentam acesso escolar em cerca de 10% menor que a média metropolitana em relação ao total das chefes femininas, repetindo-se na condição de trabalho não precário e de não trabalho. No caso das chefes femininas ocupadas com vínculos precários, foram verificadas as menores diferenças nas proporções de acesso escolar.

Nos domicílios monoparentais femininos observa-se a também menor desigualdade no acesso à pré-escola (4 a 6 anos) entre aqueles abaixo do valor mediano do rendimento domiciliar per capita e a média metropolitana. Permanece, entretanto, em ambos os recortes, o

gradiente que relaciona o acesso à pré-escola e a condição de ocupação em atividades não precárias, precárias e não ocupadas.

Considerações Finais

Este ensaio buscou evidenciar as mudanças e permanências da relação família-trabalho, sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho. Observou-se que se consolida o padrão de arranjo familiar de inserção no mercado de trabalho, no qual é relevante a crescente participação das cônjuges no trabalho produtivo a partir da década de 1990, além da permanência da participação das chefes femininas. Constatou-se, ainda, que essa inserção permanece marcada pelas atribuições da divisão sexual do trabalho que são assumidas pelas mulheres responsáveis por domicílios (cônjuges e chefes femininas). Na tentativa de articular as atividades de cuidado na família, que lhes são atribuídas, inserem-se no mercado de trabalho predominantemente em condições desfavoráveis, ou seja, com vínculos precários, menores jornadas e em atividades intermitentes, obtendo rendimentos menores do que poderiam, afetando sua autonomização, bem como a possibilidade de superação da pobreza para determinados arranjos domiciliares.

A ótica da análise da relação família-trabalho possibilitou identificar as distintas formas de vinculação ao mercado relacionados à posição das mulheres na família, como diferenciador das suas atribuições no trabalho reprodutivo e as limitações distintas que tais atribuições impingem na inserção destas no mercado, como é o caso das mulheres responsáveis pela família: cônjuges e chefes femininas e as filhas adultas.

Foi possível evidenciar, ainda, que a divisão sexual do trabalho internalizada pela sociedade é um dos fatores que dificultam a superação da condição de pobreza, especialmente em arranjos domiciliares com a presença de crianças e adolescentes. Esses valores, que limitam especialmente a inserção laboral das mulheres com encargos por filhos no acesso a empregos de qualidade e a melhores remunerações,

ao mesmo tempo criam empecilhos para a redução das desigualdades de gênero no mercado e para a superação da pobreza pelos arranjos domiciliares com presença de crianças e adolescentes.

Os resultados apresentados explicitam que as mulheres responsáveis por crianças e adolescentes se inserem proporcionalmente mais em trabalhos precários que outras mulheres. Mostram também a importância do apoio no cuidado de crianças através do acesso à educação infantil como uma das medidas que atenuam as contradições entre trabalho produtivo e reprodutivo, possibilitando melhor inserção das mulheres responsáveis por crianças.

O estudo identificou um gradiente que relaciona de forma positiva a condição de inserção destas mulheres, variando de ocupações não precárias, ocupações precárias e condição de não trabalho, com o acesso de crianças de 0 a 6 anos à creche e à educação infantil. A oferta de vagas em creches é ainda insuficiente e é desigual o acesso segundo decís de renda domiciliar. No entanto, o acesso à creche e especialmente à pré-escola tem crescido nos anos recentes e acredita-se que tenha possibilitado a melhora na inserção de mulheres com encargo por crianças no mercado de trabalho.

A análise, considerando decís de renda domiciliar per capita e comparando a inserção no mercado de mulheres responsáveis por crianças e adolescentes nos domicílios entre os 50% mais pobres e aqueles acima da mediana, evidencia que a divisão sexual do trabalho oferece maior constrangimento para a inserção no mercado para as mulheres mais pobres, ressaltando a necessidade de políticas de apoio ao cuidado de crianças e adolescentes enquanto política relevante para a superação da pobreza. De forma coincidente com os dados apresentados, resultados de pesquisa qualitativa desenvolvida por Bruschini e Ricoldi (2009) oferecem voz a estes diferenciais indicados que articulam desigualdades de gênero e de rendimento domiciliar, explicitando as dificuldades das mulheres pobres na conciliação família e trabalho.

Outro aspecto a ressaltar é que mesmo que medidas recentes da política educacional do país e da política social de combate à pobre-

za tenham ampliado as possibilidades de atendimento dos arranjos domiciliares com crianças e adolescentes, estes permanecem como aqueles com maiores fragilidades.

Com base nas evidências apresentadas e considerando-se o Programa Bolsa Família, uma das lacunas que apontamos é que este não conseguiu até o momento contribuir para a inserção no mercado das mulheres responsáveis por famílias com crianças e adolescentes que lhes possibilite a superação da pobreza. Ao atribuir a estas a responsabilidade pelo benefício recebido, lhes confere a possibilidade de decidir sobre os gastos no domicílio, mas ao não oferecer apoio suficiente e adequado para o cuidado das crianças e adolescentes através de acesso garantido à creche, à educação infantil e a escolas em tempo integral, não possibilita a inserção das mesmas em ocupações de qualidade que lhes permitam aportar renda para superar o patamar da pobreza. Estudo recente sobre o impacto desse programa sobre a autonomização das mulheres pobres e as relações de gênero, com base em entrevistas com beneficiárias do Programa Bolsa Família, oferece suporte para estas afirmações (Lavinas; Cobo; Veiga, 2012).

Dessa forma, os resultados deste estudo reafirmam a urgência de atuação do estado através de políticas que de atenuem as tensões da articulação família-trabalho enquanto elemento relevante para promover a igualdade de gênero e combater a pobreza. Concordam, assim, com afirmação de Sorj (Sorj, 2014: 27) sobre a importância da atuação do Estado "que por meio de políticas públicas de qualidade coloque o cuidado no centro de sua definição de bem-estar social". Vão também na mesma direção de análises e recomendações de organizações multilaterais (OIT/PNUD, 2009; Banco Mundial, 2012) que ressaltam a importância da equidade de gênero no mercado de trabalho para o desenvolvimento social. Relatórios destes organismos apontam para a necessidade de medidas legais relativas à conciliação família e trabalho que envolvam homens e mulheres com responsabilidades familiares e a fiscalização no cumprimento das mesmas (Banco Mundial, 2012; OIT; PNUD, 2009). A Convenção nº 156 da OIT,

de 1981, sobre trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares, foi ratificada por 10 países da América Latina e Caribe, porém, poucas disposições legais incluem o conceito de trabalhador de ambos os sexos, sendo em geral dirigidas às mulheres trabalhadoras (OIT; PNUD, 2009). A equidade de gênero e a corresponsabilidade social são apontadas como elementos para promover a igualdade e combater a pobreza a partir do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (2014) *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.* Recife: SOS Corpo, Instituto Patrícia Galvão, ONU Mulheres.

ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (2007); (Org) – *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada.* Bauru: EDUSC.

BANCO MUNDIAL**.** *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – 2012. Igualdade de Gênero e Desenvolvimento. Visão Geral***.** (2012) Washington, D.C.: Banco Mundial, 2012. Disponível em: http://www.worldbank.org.

BARRÈRRE-MAURISSON, M. A. (1992) *La division familiale du travail: La vie en double***.** Paris: Presses Universitaires de France.

BRUSCHINI, M. C.; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C. M.; RICOLDI, A. (2011) Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In**:** BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010* Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres. p. 142-177. Disponível em: http://www.cepia.org.br.

BRUSCHINI, M.C.; RICOLDI, A. (2009). Família e Trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, v.39, n.136, p.93-123.

DEDECCA, C. S. (2004). Tempo, Trabalho e Gênero. In: COSTA, A.A.; MENICUCCI DE OLIVEIRA, E.; BEZERRA DE LIMA, A. E.; SOARES, V. (org). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMAO; SESC, (2011). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado***.** Disponível em: http://www.fpabramo.org.br.

KERGOAT, D. (2002). Percurso pessoal e problemática da divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, H. (org). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.* São Paulo: Boitempo.

_____. (2000). Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. In: HIRATA, H; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Ed). *Dictionnaire critique du féminisme***.** Paris: PUF.

Lavinas, L.; Cobo, B.; Veiga, A. (2012). Bolsa Família: impacto das tranferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población,* n.10, enero/junio, p. 31-54.

LEONE, E. (2009). O Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Economia Informal. *Seminário Tripartite - OIT: A economia informal no Brasil: Políticas para facilitar a transição para a formalidade.* Brasília: maio de 2009.

MONTALI, L**.** (2013). As implicações da desigualdade no mercado de trabalho segundo gênero para a superação da pobreza: evidências e desafios. *Acta Cientifica XXIX Congreso ALAS - Crisis y emergencias sociales en América Latina*. Santiago.

_____ (2008). Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: redução ou reprodução? In: SANCHES, Eramis B., ALVES, José Eustaquio D. (org.) *Pobreza y Vulnerabilidad Social: Enfoques y Perspectivas. Serie Investigaciones*, n. 3. Córdoba: Editora ALAP

_____ (2006). Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 2.

_____ (2004). Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 21, n.2, p. 195-216, 2004.

MONTALI, L.; LIMA, M. (2014). Arranjos domiciliares e a vulnerabilidade ao empobrecimento: aspectos metodológicos e empíricos**.** In: *Revista Latinoamericana de Población,* Ano 8, n.14, enero/junio, p.105-128.

_____ (2008). Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, p. 211-231.

_____ (2009). Famílias metropolitanas e arranjos familiares de inserção sob a precarização do trabalho. In: MENEZES, José E. X. de; CASTRO, Mary Garcia.. (Org.). *Família, população, sexo e poder - Entre saberes e polêmicas*, v. 1, p. 175-221. São Paulo: Paulinas.

MONTALI, L.; TELLES, S. S; COELHO, R. P.; LIMA, M.; SARTORI, E. (2014) Desigualdade e Pobreza nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: políticas sociais e seus efeitos sobre as famílias. In: *Avaliação de Políticas Públicas: Reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à Fome,* v. 3. Brasília, DF: MDS; SAGI. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/grupo.php?g=103.

OIT. (2009). *Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social*. Brasilia: OIT. Disponível em: http://www.oit.org.br.

OIT. (1981). *Workers with family responsabilities convention 156*. Disponível em: http://www.ilo.org.

SEADE/DIEESE. (2008). Sistema PED. Redução de desemprego não diminuiu desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. *A mulher no mercado de trabalho metropolitano.* São Paulo.

Disponível em: http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitanaMulheres2008.pdf.

SEADE/DIEESE. (2011). Sistema PED. *Boletim Mulher e Trabalho*. São Paulo. Disponível em: http://www.dieese.org.br/ped/sp/mulherrmsp2011.pdf.

SEADE/DIEESE. (2013). Sistema PED. O trabalho das mulheres – mudanças e permanências. *Boletim Mulher e Trabalho 24*. São Paulo. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/mulher.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. (2007). Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, p. 573-594.

SORJ, B. (2014). Socialização no cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*. São Paulo, v.26, nº 1, jun.2014.

Artigo recebido emsetembro de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.80
10.20336/rbs.80
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jun/Dez/2014
Artigo recebido em agosto de 2014 / Aprovado em outubro de 2014

Fernanda Forte de Carvalho*

A CUT NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: PERFIL DOS DIRIGENTES E DESAFIOS DA AÇÃO SINDICAL

RESUMO

Neste artigo apresentamos o perfil dos delegados aos Congressos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), um comparativo do 8º CONCUT ao 11º CONCUT, compreendendo o período 2003-12, momento em que, a trajetória da CUT se articula com a experiência do início dos Governos Lula e Dilma do Partido dos Trabalhadores - PT. No período em análise, o cenário de reorganização sindical impulsionado pelo reconhecimento jurídico das centrais sindicais a partir de 2008, associada à perspectiva de acesso aos recursos do imposto sindical afetou a composição social da CUT e, em certa medida, a sua organização interna. Neste período, verificamos que há uma tendência a forte dinâmica reorganizativa de caráter interno, associada a uma tendência à estabilização institucional.

Palavras-chave: Central Única dos Trabalhadores, composição social da CUT, institucionalização.

ABSTRACT

In this article we profile the delegates to the congresses of national trade union center Central Única dos Trabalhadores (CUT Brazil), in a comparative study of the 8th through the 11th CUT Congresses, held from 2003 to 2012, when the CUT trajectory is intertwined with that of the Workers Party (PT, from the acronym in Portuguese) governments of President Lula and President Dilma. Over the period analyzed, a trade union reorganization setting, driven by the legal recognition of Brazil's national trade union centers in 2008 and associated with their access to union tax-related funds, affected the social composition of the CUT and, to a certain extent, its internal organization. In this period, we notice a trend toward a strong internal reorganizational dynamic, in association with a trend toward institutional stabilization.

Keywords: Central Única dos Trabalhadores; social composition; institutionalization.

*Socióloga, Mestre e Doutora em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, na especialidade de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Sindicalismo e Sociedade sediado na Universi- dade de São Paulo - USP. Assessora sindical na Secretaria de Forma- ção da Central Única dos Trabalhadores – CUT – Brasil, desde 2013.

RÉSUMÉ

Dans cet article nous présentons le profil des délégués aux Congrès de la Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brésil), un comparatif du 8e au 11e CONCUT, embrassant la période 2003-12, moment où le parcours de la CUT s'articule avec l'expérience du début des Gouvernements Lula et Dilma du Parti des Travailleurs – PT. Dans la période analysée, le scénario de réorganisation syndicale impulsée par la reconnaissance juridique des centrales syndicales à partir de 2008, associée à la perspective d'accès aux ressources de l'impôt syndical a affecté la composition sociale de la CUT et, dans une certaine mesure, son organisation interne. Dans cette période, nous avons vérifié la tendence à une forte dynamique réorganisatrice à caractère interne, associée à une tendence à l'*estabilisation institutionnelle*.

Mots-clés: Central Única dos Trabalhadores, composition sociale de la CUT, institutionalisation.

Fernanda Forte de Carvalho

A CUT NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: PERFIL DOS DIRIGENTES E DESAFIOS DA AÇÃO SINDICAL

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é produto da ação do "novo sindicalismo", que, a partir das greves e mobilizações iniciadas em 1978, traz à tona reivindicações como: abertura democrática do país, democratização das relações de trabalho e mudanças na estrutura sindical de caráter corporativista. Desde a sua fundação, em 1983, a CUT se autodefine como uma central sindical *classista*, voltada a lutar pelos *objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores,* tendo como referência a luta por uma *sociedade sem exploração.* Na ocasião do seu reconhecimento jurídico, a CUT completava 25 anos de idade e com poucos avanços em relação à mudança da estrutura sindical. Entretanto, no discurso institucional, continuava a defender a *liberdade* e *autonomia sindical*. A isto se associava o entendimento de que os trabalhadores deveriam decidir livremente sobre as suas formas de organização, filiação e sustentação financeira. Esta é uma questão *política* que se coloca até os dias atuais e, conforme veremos na próxima seção, é parte dos *desafios* que a CUT enfrenta na atualidade.

No início de século XXI, a inovação no campo político sindical nacional ficou por conta do reconhecimento jurídico das centrais, a partir da Lei nº 11.648/08, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, em 31 de março de 2008. No

entanto, a unicidade sindical[1], as contribuições compulsórias e o reconhecimento legal outorgado pelo Estado ainda conformam os pilares da estrutura sindical no Brasil. A respeito das características que fundam a estrutura sindical do país, conforme Simão (2012), a partir de 1937 os sindicatos passaram a ter existência estável. Para o autor, foi no período do Estado Novo, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, entre 1930-1945, que se fixaram definitivamente as bases do sistema unitário estabelecidas no Decreto nº 1.402, de 5 de julho de 1939, e a proibição de fato à existência de sindicatos à margem do sistema oficial, experiência que fortaleceu o corporativismo alicerçado a partir da ação de um Estado centralizador, patrocinador da industrialização[2] e das condições necessárias para uma política de substituição das importações e controlador das demandas do operariado industrial emergente.

No capítulo que trata do reconhecimento e da investidura sindical, o Decreto nº 1.402 pretendeu disciplinar a organização dos sindicatos a partir do estabelecimento de regras gerais pelo Ministério do Trabalho. O decreto estabeleceu o princípio da unicidade sindical e, a nosso ver, visou promover um gradativo "esvaziamento" da *política* praticada pelos sindicatos, por exemplo, ao deliberar pela abstenção de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, entre outras medidas, de caráter restritivo à ação sindical autônoma. O decreto também impôs a proibição de

1 Sobre a unicidade sindical, no artigo 8.º, parágrafo II, da Constituição da República Federativa do Brasil consta: "é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município" (2005, p. 17).

2 A política de intervenção do Estado na economia, entre 1930 e 1945, fez surgir no Brasil novas indústrias, sobretudo do ramo metalúrgico, localizadas no Estado de São Paulo, local onde se instalaram Máquinas Piratininga, Arno, Lorenzetti, Máquinas Têxteis Ribeiro e tantas outras, todas neste período. Ainda, fruto do investimento estatal direto, se destaca em 1940 a inauguração da Fábrica Nacional de Motores; em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); em 1942, nasce a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); em 1943, no estado do Rio de Janeiro, a Companhia Brasileira de Álcalis é inaugurada, base para todas as empresas de louças, azulejos e metais sanitários (GIANNOTTI, 2007).

sindicalização dos servidores do Estado e das instituições estatais. De forma sucinta, podemos afirmar que este quadro sofreu modificações a partir das mobilizações pela abertura democrática envolvendo militantes e sindicatos de todo o Brasil – o que Sader (1988) definiu como os *novos personagens que entram em cena*, ou seja, a ação do *novo sindicalismo* e dos *novos movimentos sociais* no contexto do final da década de 1970 até os anos de 1980 foi decisiva para criar as bases para o exercício da democracia no país. Além disto, a Constituição de 1988 também avançou no sentido de garantir ao servidor público o direito à livre associação sindical, no entanto, no caso da CUT, na agenda atual ainda consta a reivindicação pela aplicação da Convenção 151 da OIT, "com políticas que garantam o direito de negociação coletiva, de greve e de representação sindical no local de trabalho para os servidores públicos em todos os níveis" (CUT, 2014, p. 49).

Foi, porém, com a instalação do imposto sindical a partir do Decreto nº 2.377, de 08 de julho de 1940, que a estrutura sindical corporativa foi reforçada. De acordo com Simão (2012), as mudanças observadas culminaram na burocratização da estrutura e da ação sindical; assim, a intervenção do governo no sindicato promoveu "a passagem do sindicato marginal ao Estado para o sindicato integrado na própria instituição do Estado" (SIMÃO, 2012, p. 218). Uma abordagem muito próxima da proposta por Simão (2012) foi apresentada por Armando Boito (1991), ao analisar a estrutura sindical no Brasil, que caracteriza o que denomina de *sindicato de Estado* implantado entre 1931-1935 no país, e marcado pela subordinação do sindicato oficial à cúpula do Estado. Portanto, "não é correto afirmar que o sindicato, no Brasil, é subordinado ao Estado, já que o *aparelho sindical* é parte do Estado" (BOITO, 1991, p. 26). De acordo com o autor, esta dinâmica se viabiliza em função da dependência do sindicato em relação à representatividade legal concedida pelo Estado, da unicidade sindical e das contribuições obrigatórias impostas pela lei.

O debate do sindicato oficial como *aparelho do Estado*, defendido por Boito (1991), não é uma visão unânime em vários estudos sobre a estrutura sindical no Brasil. Assim, num cenário de vigência da *unici-*

dade sindical, é possível perspectivar formas de organização sindical autônoma e representativa de fato de uma determinada base sindical. Sob este prisma, para Evaristo de Moraes, "pode ocorrer absoluta escravização sindical num regime pluralista, e completa autonomia sindical num sistema unitarista" (MORAES, 1978, p. 270) e "dentro do mesmo sindicato unitário pode chegar aos cargos diretivos justamente a corrente de oposição aos poderes constituídos, contrária a essa tão proclamada tutela" (MORAES, 1978, p. 270). A abordagem do autor, a nosso ver, aponta para a possibilidade de organização de *oposições* sindicais comprometidas com a necessária democratização das instituições e autonomia em relação aos poderes instituídos *dentro* de um cenário de *unicidade sindical*.

No entanto, não nos interessa aprofundar o debate sobre a possível convivência da *unicidade* com um certo grau de *autonomia sindical* em relação ao Estado ou ainda sobre a impossibilidade da *unicidade* gerar uma forma de sindicalismo independente do Estado, conforme defende veementemente Boito (1991). Contudo, o fato é que neste início de século XXI, a *unicidade sindical*, as contribuições compulsórias, e o reconhecimento legal outorgado pelo Estado ainda conformam os pilares de uma estrutura sindical "reformada", na qual, a partir de 2008, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, passou a constar a existência formal das centrais sindicais. Além disto, a partir da Lei nº 11.648, a central sindical poderá participar de negociações em espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

A respeito da participação em espaços de negociação de caráter tripartite, desde os anos de 1990, as centrais sindicais passaram a ampliar a sua inserção no *espaço da cidadania* (SANTOS, 2000), como exemplo, podemos citar a experiência da CUT nas Câmaras setoriais. Recentemente, nos períodos dos governos Lula e Dilma, esta participação se ampliou e culminou no investimento da CUT na elaboração de uma *agenda pelo desenvolvimento* do país. No período mais recente, as *Marchas Nacionais Unificadas* na *luta* por uma política de valorização do salário mínimo organizadas pelas centrais sindi-

cais são um exemplo de ação política articulada em torno desta *nova agenda pelo desenvolvimento*, cujos efeitos fazem-se sentir até hoje, principalmente a partir da ascensão de uma *nova classe trabalhadora* (SOUZA, 2012), composta por trabalhadores cuja *situação de classe,* em geral, não é favorável ao estabelecimento de *uma relação associativa* (WEBER, 2009), realidade que confere uma nova visibilidade à *ação* das centrais sindicais no plano nacional.

Esta opção política tem relação, sobretudo, com a evolução política do país, o novo arranjo jurídico-político, consumado com a Constituição de 1988[3]e a ação do próprio sindicalismo CUT que, na passagem dos anos de 1980 para 1990, após um período de enfrentamentos abertos com empresários e governos, ao mesmo tempo em que vê garantidas as liberdades políticas básicas, vai conquistando reconhecimento institucional (VÉRAS, 2002). A respeito da noção conceitual *disputa de hegemonia,* explicitada nas teses da CUT e nos discursos dos dirigentes sindicais, principalmente daqueles ligados à tendência Articulação Sindical, a partir do 4º CONCUT (1991), se verifica que não há um aprofundamento conceitual ou mesmo um debate sobre os significados do conceito para a prática sindical dos dirigentes da CUT. Todavia, este referencial teórico e discursivo, a nosso ver, ganhou materialidade, principalmente a partir das *lutas* que a CUT buscou impulsionar no *espaço da cidadania* e com a ampliação da *participação institucional* e de iniciativas, visando à *democratização do Estado brasileiro*. O resultado imediato deste processo de *formalização* da participação das centrais sindicais e de ampliação democrática tem sido um aumento significativo da representação sindical

3 Para Rodrigues (1990), a Constituição de outubro de 1988 atendeu a algumas das reivindicações há tempos levantadas pelos dirigentes sindicais, como o fim do direito de intervenção governamental nos assuntos internos dos sindicatos e a ampliação do direito de greve. Porém, permaneceram outros elementos que compõem o edifício corporativo, como o sindicato único, o monopólio da representação, o direito de tributação sobre a massa de trabalhadores não sindicalizados. No final, a Constituição entrelaçou elementos de uma concepção liberal-democrática (amplo direito de greve, autonomia das organizações sindicais ante os poderes, então públicos) com a permanência de outros de nítidas feições corporativas (unicidade sindical, estrutura verticalista etc.).

no plano institucional, além disso, verifica-se que esta experiência expõe cada vez mais a necessidade de *renovação* das estratégias e da agenda sindical brasileira.

Voltando ao reconhecimento jurídico e, portanto, ao contexto de *formalização* das centrais sindicais, no que tange à arrecadação financeira, a lei concede às centrais sindicais reconhecidas o direito de receber 50% dos recursos que são destinados ao Ministério do Trabalho e Emprego, sendo que a divisão se dá conforme a representatividade de cada central sindical. A arrecadação é ancorada no atual modelo de organização sindical brasileiro, que é composto por Confederações, Federações e Sindicatos. Com a obtenção do reconhecimento legal, a central sindical passa a ter o direito de receber 50% dos recursos[4] que são destinados ao MTE, sendo que a divisão se dá conforme a representatividade de cada central sindical. Em setembro de 2014, de acordo o Sistema Integrado de Relações de Trabalho - SIRT do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, disputavam a "corrida" pelo registro sindical onze centrais sindicais, deste total, atualmente apenas cinco possuem o reconhecimento formal[5]; são elas: CUT, Força sindical, União Geral dos Trabalhadores - UGT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST. Abaixo, segue a tabela 1 com o índice de representatividade das centrais sindicais, de 2008 a 2013.

4 A divisão do imposto sindical é feita da seguinte forma: 20% para o Ministério do Trabalho, 5% para as Confederações, 15% para as Federações e 60% para os sindicatos. Este sistema mantém a unicidade sindical e o monopólio da representação imposto pelo Estado, conforme assegurado pela Constituição de 1988.

5 Art. 2º Para o exercício das atribuições e prerrogativas a que se refere o inciso II do caput do art. 1º da Lei 11.648/2008, a central sindical deverá cumprir os seguintes requisitos: I - filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País; II - filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; III - filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica e IV - filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

Tabela 1 - Índice de Representatividade das Centrais Sindicais no Brasil (%)

CENTRAL SINDICAL	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CUT	35,84	36,79	38,23	38,32	36,65	34,39
FS	12,33	13,10	13,71	14,12	13,67	12,59
UGT	6,29	7,19	7,19	7,89	11,25	11,92
CGTB[6]	5,02	5,02	5,04	7,02	3,82	-
CTB	5,09	6,12	7,55	7,77	9,15	9,33
NCST	6,27	5,47	6,69	7,04	8,09	8,01

Fonte: Secretaria Nacional de Organização da CUT – SNO com base nas informações da Secretaria de Relações de Trabalho do MTE

Na seção seguinte, analisaremos as pesquisas do 8º, 9º, 10º CONCUT, assim como os dados do 11º CONCUT. Ainda que as pesquisas tenham sido denominadas pela CUT como "Quem são e o que pensam os Delegados da CUT", salientamos que há limites tanto na continuidade das pesquisas, como em relação à escolha dos temas analisados, na medida em que refletem o *interesse* da cúpula da *instituição* (WEBER, 2009), num determinado momento político. Em geral, as pesquisas apresentam o perfil socioeconômico dos delegados[7] e fazem uma apresentação rápida de como os dirigentes da CUT se posicionam diante das estratégias e ações da Central. A seguir, então, apresentamos o conjunto dos resultados e os seus contributos para delinear a composição social da CUT no início do século XXI em um cenário de concorrência sindical, no qual a CUT passou a enfrentar mais abertamente o dilema da autonomia desta central sindical em relação aos governos do PT e as perspectivas

6 A partir de 2012, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB não atingiu a representatividade mínima de 7%, desde 2011 as disputas internas resultaram em mais pulverização sindical. Atualmente, as principais lideranças da CGTB dividem-se entre a opção por permanecer na CGTB ou alçar-se para a construção da CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros.

7 São denominados *delegados* os dirigentes sindicais eleitos em todo o Brasil para participarem dos congressos nacionais da CUT. Todos têm *poder* de voto, ou seja, devem decidir sobre os temas de interesse da agenda desta central sindical para uma determinada gestão política. Em geral, os congressos das CUT também agregam dirigentes que se inserem em outros "níveis" de participação, por exemplo: observadores, convidados nacionais e internacionais, etc., estes dirigentes não participam das votações.

para o surgimento de uma nova *institucionalização* (PANEBIANCO, 2005) neste início de século XXI.

1.2 O perfil dos delegados aos Congressos da CUT

No período 2003-2012, ao compararmos o número de delegados que se credenciaram no 8º CONCUT com os dados do 11º CONCUT, verificamos que, em quase 10 anos, há uma retração de -14,38%, passando de 2712 delegados em 2003 para 2322 delegados em 2012.

Tabela 2.-Distribuição dos delegados por região, comparativo 9º, 10º, 11º CONCUT (%)

Região	9º CONCUT (2006)		10º CONCUT (2009)*		11º CONCUT (2012)*	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Norte	7,7	7,3	8,5	9,1	9,1	12,7
Nordeste	31,4	31,0	32,2	31,6	30,8	28,3
Sudeste	38,8	37,2	34,9	32,7	33,4	31,1
Sul	13,9	15,8	14,9	16,4	16,3	18,1
Centro-Oeste	8,2	8,7	8,3	8,7	9,7	9,3

*Excluso sem resposta

Fonte: CUT (2006), CUT (2010), CUT (2013).

Verificamos que persiste a tendência à redução do número de delegados na região sudeste, enquanto as regiões norte, sul e centro–oeste seguem com um contínuo e leve incremento no seu número de participantes. A região nordeste apresenta oscilações na sua delegação, tendo sofrido uma retração no seu número de representantes numa comparação entre o 10º e o 11º CONCUT, no entanto se consolidou como a segunda maior delegação aos congressos da CUT e, desde 2009, revelou percentuais muito próximos aos da região sudeste. Este dinamismo das delegações, com tendência à desconcentração regional, pode estar relacionado ao desempenho favorável da economia brasileira no período recente, o que gerou a ampliação da participação das regiões no emprego e na renda tendo consequências positivas para a organização sindical.

No entanto, a composição política da Direção Executiva Nacional, considerando a representação por região e ramos de atividade econômica, mostrou que, no período analisado, a região sudeste[8] continua a deter os cargos de maior poder na hierarquia da *instituição*, prevalecendo a força política e econômica de São Paulo sobre as demais regiões do país. Assim, em situações de *disputa* por *cargos* que envolveram os principais dirigentes sindicais da Articulação Sindical, o peso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da Apeoesp e do Sindicato dos Bancários de São Paulo foi decisivo; portanto, o *poder* continua bastante concentrado em São Paulo e em *instituições* que, desde a fundação da CUT, têm um papel preponderante. Esta realidade aponta para um quadro de *estabilização institucional* no período 2003-2012 (CARVALHO, 2013).

8 O acirramento da *concorrência,* no âmbito da *tendência política* majoritária na CUT, e a Articulação Sindical podem ser visualizados a partir das *disputas políticas* nos períodos preparatórios aos congressos da CUT. O período que antecedeu o 8º CONCUT foi marcado pela *disputa* entre João Felício, dirigente do Sindicato de Professores do Ensino Oficial de São Paulo (APEOESP), e Luiz Marinho, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SMSBC). O acordo, costurado anteriormente ao congresso e submetido à apreciação em plenárias estaduais da *Articulação Sindical,* conduziu Marinho à presidência da central e João ao *cargo* de Secretário Geral. No 9º CONCUT, Felício *disputou* o cargo de presidente com Artur Henrique da Silva Santos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Estado de São Paulo (SINERGIA). A escolha do candidato à presidência da CUT para o período 2006-2009 só foi resolvida através do voto numa plenária da *Articulação Sindical.* O resultado final indicou a vitória de Artur Henrique e João Felício foi eleito Secretário de Relações Internacionais, *cargo* que ocupou no período de 2006 a 2014. Em 2009, a *disputa* política que movimentou os bastidores do congresso foi pela Secretaria de Administração e Finanças. A *disputa* ficou concentrada entre Vagner Freitas, dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Secretário de Organização da CUT e, Jacy Afonso de Mello, dirigente do Sindicato dos Bancários de Brasília e Secretário de Administração e Finanças. No final, houve uma "troca" de *cargos*. Em 2012, os dois bancários disputaram novamente. O que estava em jogo era a presidência da *instituição.* O conflito foi resolvido numa Conferência da *Articulação Sindical,* realizada em março de 2012, na Quadra dos Bancários, em São Paulo. Na ocasião a *Articulação Sindical* decidiu pelo nome de Vagner Freitas (CARVALHO, 2013).

Tabela 3. - Distribuição dos delegados por faixa etária, comparativo 9°, 10° e 11° CONCUT (%).

Idade	9° CONCUT (2006)	10° CONCUT (2009)	11° CONCUT (2012)
Menos de 25 anos	2,7	1,6	1,3
De 25 a 35 anos	16,5	15,6	13,8
De 36 a 44 anos	41,3	29,5	25,2
De 45 a 54 anos	31,1	38,1	37,6
De 55 a 64 anos	8,4	15,0	18,4
65 anos ou mais*	-	-	3,5
Sem resposta	0,0	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0

*No 9° e no 10° CONCUT não foi incluída a faixa 65 anos ou mais
Fonte: CUT (2006), CUT (2010), CUT (2013)

Conforme mostra a *tabela 3,* a faixa etária que tem predominância desde o 10º CONCUT é de 45 a 54 anos. O envelhecimento dos dirigentes foi uma tendência já apontada por Rodrigues (1997), quando analisou o perfil dos delegados no 4º CONCUT (1991). Neste sentido, se viu que 57,9% dos dirigentes se situava na faixa etária de 30 a 39 anos. Na década de 2000, essa tendência se confirmou e, em virtude disso, nos congressos da CUT, predominaram os dirigentes situados na faixa etária de 36 a 44 anos e de 45 a 54 anos, resultados que demonstram que participam dos congressos da CUT dirigentes políticos experientes e com alto grau de escolaridade, estando à frente do aparato sindical. A maioria exerce cargos de direção, seguindo a mudança estatutária aprovada no 3º CONCUT (1988).

A presença de jovens com até 35 anos continua diminuindo, mas com relativa estabilidade, passando de 19,2%, em 2006, para 17,2%, em 2009. Em 2012, três anos após a criação da Secretaria Nacional de Juventude da CUT, a juventude correspondia a 15% do total de participantes. Ao criar a Secretaria Nacional de Juventude, que se organiza a partir das suas representações estaduais, a CUT propôs uma ação que visa normatizar a inclusão dos jovens e a produção de políticas para a juventude na instituição. No entanto, o efeito imediato é a criação de mais um cargo, ainda não se verifica a manutenção ou o crescimento na participação dos jovens e a única faixa etária que experimenta um crescimento contínuo desde 2006 é a dos participantes que têm entre 55 a 64 anos. Analisando o conjunto dos dados, podemos concluir que permanece a tendência ao envelhecimento dos dirigentes sindicais que participam dos congressos da CUT.

Logo, para a CUT, segue o desafio da renovação dos seus quadros dirigentes, inclusive com a inserção efetiva de jovens. Caso contrário, se retrairão cada vez mais as possibilidades de exercício de um sindicalismo aberto ao *exterior*, ou seja, com práticas que se localizam num *modo de abertura de modo de novos caminhos* (SANTOS, 2000), a partir de uma agenda *cidadã*[9], conforme pretendido no discurso da instituição e nas resoluções congressuais no período mais recente (CARVALHO, 2013).

> "O que, no fundo, permite retomar a ideia de que mais renovação interna pode ser indutora de mais confiança externa. O reforço da democracia interna dos sindicatos (isto é, da articulação entre diferentes níveis da hierarquia organizacional) constitui também um importante sinal de renovação capaz de melhorar a imagem, quer a imagem que os associados têm do sindicato, quer a imagem que deles têm quem não é sindicalizado, mas vai tendo conhecimento da existência de procedimentos democráticos" (COSTA, 2014, p. 194-5).

Analisando a posição dos delegados na sua instituição sindical de origem, verificamos que, assim como no 9º,[10] a tendência observada nos dois congressos seguintes é a forte presença de diretores de sindicatos nos congressos da CUT. Assim, no 10º CONCUT, 80,2% dos delgados ocupavam cargos de direção e este percentual praticamente se mantém no 11º CONCUT, em 2012, quando 79% dos delegados apresentaram-se como membros de direção. O número de representantes de base, ou seja, associados, membros de oposição ou de algum tipo de organização no local de trabalho, no 10º CONCUT, correspondeu **à** parcela de 14% do total de participantes e no 11º CONCUT, 17,4%.

9 A proposta de Acordo social; a Agenda dos Trabalhadores; a Plataforma Democrática da Classe Trabalhadora e a Jornada pelo Desenvolvimento são ações que a CUT procurou desenvolver no período dos governos Lula e Dilma, estas proposições, a nosso ver buscaram uma aproximar-se do exercício do *sindicato cidadão* (VÉRAS, 2002, NASCIMENTO, 1998), propositura defendida pela corrente majoritária da central sindical a partir de 1991.

10 No 9º CONCUT (2006), foi analisada a composição dos delegados, segundo a inserção na estrutura sindical: 24,8% presidência, 4,6% vice-presidência, 3,6% tesoureiro, 28,3% secretaria geral, 2,3% conselho fiscal, 35,7% direção nacional, 0,7% representante de base (CUT, 2006, p. 20).

Tabela 4. – Situação dos delegados no 10° e 11° CONCUT, quanto à liberação para o trabalho sindical (%)

	10° CONCUT (2009)	11° CONCUT (2012)
Sim, liberado (a) em tempo integral	49,5	55,9
Sim, liberado (a) em tempo parcial	10,0	9,6
Não estou liberado (a)	26,4	26,1
Parceiro/meeiro/arrendatário/proprietário rural/autônomo	7,7	-
Sem Resposta	6,4	8,3

Fonte: CUT (2010), CUT (2013)

A *tabela 4* mostra que a maioria dos delegados no 11º CONCUT (55,9%) declarou estar liberado integralmente para o exercício da atividade sindical. Comparado ao número de total de delegados liberados no 10º CONCUT, se observa um aumento de 6,4 pontos percentuais. O número de delegados que respondeu "liberado em tempo parcial" e "não estou liberado" praticamente não se altera entre o período 2009 a 2012. Se somarmos os percentuais dos dirigentes sindicais que declararam estarem "liberados em tempo parcial e integral" para o trabalho sindical, obtém-se, 59,5% em 2009 e 65,5% em 2012. Este resultado aponta boas perspectivas para a CUT, pois pode indicar que há um amplo quadro de dirigentes *políticos* com disponibilidade para desenvolver a *agenda cidadã* e as suas políticas prioritárias na estrutura da CUT.

Em contraste ao exposto, verificamos que a prática sindical ainda está bastante centrada nas reivindicações das *categorias,* ou seja, a *questão política* que se impõe no cotidiano dos sindicatos é a luta por cidadania no *espaço da produção* (SANTOS, 2000). Tal afirmação é possível em função dos resultados expressos nas últimas pesquisas dos congressos das CUT, pois, no 10º CONCUT, de acordo com os entrevistados, os temas prioritários para a CUT negociar deveriam ser: 1º) salário mínimo (38,9%); 2º) redução da jornada de trabalho (32,6%); 3º) questões previdenciárias (6,8%) e 4º) saúde e segurança no trabalho (5,1%) (CUT, 2010, p.34). Os resultados indicaram que os delegados deram importância aos temas tradicionais da agenda sin-

dical, tendência que foi confirmada também no 9º CONCUT, quando os resultados mais destacados apontaram: 1º) valorização do salário mínimo (62,1%); 2º) limitação das horas extras (22,8%); 3º) reorganização da estrutura vertical e horizontal da CUT (15,0%) (CUT, 2006).

Assim, concluímos que prevalece no centro da agenda de negociação da CUT temas que constam na agenda sindical desde a década de 1980. O resultado pode indicar que há um conjunto de propostas e reivindicações ainda não alcançadas pela *instituição,* embora o 10° CONCUT tenha ocorrido em uma conjuntura bastante diferenciada das duas décadas anteriores – em que a CUT vem investindo desde 2003 fortemente em ações e temas relativos ao modelo de desenvolvimento, inclusive tendo no centro da sua estratégia uma *agenda cidadã* que deve ganhar forma a partir de uma *Jornada pelo Desenvolvimento* em conjunto com as principais centrais sindicais do Brasil.

No entanto, verificamos que há um distanciamento dos delegados, em relação aos temas da *Jornada pelo Desenvolvimento,* que pretende dar ênfase a uma *agenda sindical cidadã,* pois do total de delegados que responderam à pesquisa, 45,9% têm conhecimento das propostas da CUT para um *novo modelo de desenvolvimento,* 51,4% afirmaram desconhecer a formulação e as propostas da CUT para *disputar um modelo de desenvolvimento,* 2,7% não responderam (CUT, 2010, p.37). Além disso, apenas 2,7% dos delegados consideraram o debate do *modelo de desenvolvimento* como uma *ação* prioritária na agenda de negociação da CUT no período 2009-12. O resultado evidenciou um distanciamento entre a estratégia geral, desenvolvida pela CUT, de priorizar ações em torno de uma *agenda pelo desenvolvimento* e a *ação* sindical almejada pelos sindicatos de base e que pode significar uma agenda sindical intraorientada. No fundo, se trata de *lutar* por *cidadania,* essencialmente a partir de conquistas relacionadas ao *espaço da produção*.

Esta é uma perspectiva que tende a reduzir o alcance da *ação cidadã* que a CUT pretendeu desenvolver em articulação com os movimentos sociais e outros segmentos sociais não *representados* pelas centrais sindicais. Além disso, a base sindical da CUT se mostrou

pouco interessada em instituir uma *relação associativa* (WEBER, 2009) com as centrais sindicais, pois, conforme mostramos na *tabela 1*, o período recente é marcado pela necessidade de ter que administrar um conjunto de *lutas* que se dão numa situação de *concorrência* entre as centrais sindicais, considerando o cenário de legalização e a crescente disputa sindical, inclusive envolvendo instituições que fizeram parte da CUT, como, por exemplo, a CTB.

Tabela 5. – Distribuição dos delegados por ramo, comparativo 9°, 10° e 11° CONCUT (%)

	9° CONCUT (2006)	10° CONCUT (2009)	11° CONCUT (2012)
Comércio e Serviços	6,2	6,0	5,1
Extração Mineral*	0,7	0,4	-
Seguridade Social	4,0	5,1	4,8
Profissionais Liberais	0,7	0,3	0,2
Vestuário	1,8	1,1	1,3
Educação	23,4	25,2	26,5
Construção e Madeira	3,1	2,1	3,5
Urbanitário	4,0	3,8	3,4
Alimentação	1,1	1,4	0,9
Financeiro	7,1	7,5	7,2
Metalúrgico	7,1	6,6	6,9
Aposentados	1,9	1,2	1,5
Químico	3,5	2,7	2,8
Rural	18,9	18,0	14,3
Comunicação e Informação	2,1	3,3	4,0
Administração Pública	8,8	8,1	7,2
Transporte	1,7	2,4	2,8
Outro**	4,0	-	-
Sem resposta***	-	0,6	2,9
Municipais	-	4,2	4,7

*O ramo extração mineral foi incorporado pelo ramo químico na pesquisa aplicada em 2012.
**A opção "outro" não foi apresentada nas pesquisas do 10° e do 11° CONCUT.
*** A opção "sem resposta" foi aplicada somente no 10° e 11° CONCUT.
Fonte: CUT (2006), CUT (2010), CUT (2013)

A *tabela 5* mostra a distribuição do total de delegados, respondentes por ramos de atividade, conforme a classificação utilizada pela CUT. O ramo da educação se mantém com o maior número de repre-

sentantes, seguido pelo rural e pelo ramo da administração pública. No 11º CONCUT, o ramo financeiro igualou-se à administração pública em número de participantes e cada um representou 7,2% do total de delegados. Nota-se que, no 11º CONCUT, a diferença entre os dois maiores ramos da CUT foi ampliada, pois a educação possui quase o dobro do número de delegados que foi enviado pelo ramo rural da CUT. É provável que a desfiliação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG da CUT, em 2009 e a acirrada concorrência principalmente com a CTB tenham contribuído para ampliar a desfiliação e a inadimplência dos sindicatos do ramo rural, lembrando que sindicatos inadimplentes, ou seja, aqueles que não pagam a CUT, são impedidos de participar dos congressos e de outros eventos desta central sindical.

O valor das taxas para participar do congresso também pode ter influenciado na redução da delegação rural ao 11º CONCUT. No entanto, mesmo com a redução do número de delegados aos 11º CONCUT, o número de entidades filiadas não sofreu redução. Ao contrário, ao longo do período 2003-2012, de acordo com o Cadastro da Secretaria Geral da CUT, o número de entidades filiadas do ramo rural cresceu 17,45%. A nosso ver, um dos fatores que pode ter gerado este crescimento é a ampliação da representação da CUT em sindicatos ligados essencialmente à agricultura familiar e que estão organizados em torno da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Vale lembrar que, de acordo com o cadastro da Secretaria Geral da CUT, o segmento rural concentra o maior número de sindicatos filiados; portanto, é a maior representação sindical da CUT no país.

A análise dos dados permite concluir que há uma estabilidade na participação dos ramos ao longo dos três últimos congressos e que pode ser motivada por várias razões, dentre as quais citaremos duas: 1º) a CUT não experimenta uma fase de forte crescimento e de *aceleração do processo de institucionalização*, conforme nos mostrou Rodrigues (1997) ao analisar esta *instituição* nas décadas de 1980 até 1993. No entanto, nos dias atuais, é uma *instituição* forte. As perdas e recomposições políticas vivenciadas desde 2003 não conseguiram

desestabilizar o tamanho das delegações aos congressos da CUT. Do ponto de vista da *representatividade* concedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, se verifica que os percentuais oscilam pouco: na primeira aferição, em 2008, a CUT representava 35,84% e na última, em 2013, a CUT representava 34,39% dos sindicatos deste país, portanto, é a maior central sindical. 2º) Outro fator que pode ter influenciado a manutenção do tamanho das delegações é que a CUT priorizou alterar o estatuto a partir do debate do seu projeto político organizativo e, sendo assim, a instituição pouco conseguiu avançar na questão da sua organização sindical. Logo, não se realizaram mudanças estatutárias que pudessem exercer influência sobre o critério de escolha dos representantes aos congressos da CUT.

Analisando especificamente a CUT, o descontentamento com o grau de autonomia desta central sindical em relação ao governo Lula também foi decisivo para o início do processo de reorganização institucional interno. Em 2009, na pesquisa aplicada no congresso da CUT, foi possível identificar que para os dirigentes sindicais participantes do congresso**,** no novo cenário de *concorrência* entre as centrais sindicais, por ordem de prioridade: 1º) a Conlutas[11] (32,4%) é a entidade que disputa com a CUT de forma mais acirrada; 2º) Sem resposta (20,7%); 3º) a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil - CTB (18,3%); 4**º) a Força Sindical** - FS (12,4%); 5**º) a C**entral Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB (10,8%);6**º) a Intersindical (2,4%)**;7**º) a U**nião Geral dos Trabalhadores - UGT (1,8%) e, em 8**º) a N**ova Central Sindical de Trabalhadores - NCST (1,2%).

De todas as centrais sindicais que mais disputam as bases sindicais com a CUT, de acordo com os delegados, a CONLUTAS e a CTB são as que mais rivalizam. Todavia, é importante destacar que 20,7% do total de delegados assinalaram a opção "sem resposta". O fato da

11 Sobre a composição social da Conlutas, vale a pena ler TRÓPIA, P.V.; GALVÃO, A; MARCELINO, P. (2013), "A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas" *Revista Opinião Pública.* Vol. 19, nº1, p.81-117.

CONLUTAS e da CTB terem sido destacadas representa algo novo, pois constatamos que a disputa está concentrada entre instituições que participaram da CUT. As respostas sinalizam para o que se pode considerar como a nova composição política da CUT que, desde 2003 (no início do Governo Lula), vem perdendo tendências políticas ligadas a partidos como o PCdoB, o PSTU, o PSB e o PSOL, e esta dinâmica vem produzindo uma acomodação interna na instituição e uma reconfiguração do cenário político sindical nacional, que a nosso ver é uma dinâmica em curso no país.

Tabela 6. – Distribuição do total de delegados por ramo e gênero, comparativo 10º e 11º CONCUT (%)

Ramos	10º CONCUT (2009)		11º CONCUT (2012)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Administração Pública	62,1	37,9	58,7	41,3
Alimentação	74,1	25,9	72,7	27,3
Aposentados	63,6	36,4	31,6	68,4
Comércio e Serviços	66,3	33,7	67,7	32,3
Comunicação e Informação	72,6	27,4	66,7	33,3
Construção e Madeira	89,7	10,3	81,8	18,2
Educação	50,6	49,4	43,9	56,1
Financeiro	68,5	31,5	57,6	42,4
Metalúrgico	80,3	19,7	66,7	33,3
Municipais	40,0	60,0	45,8	54,2
Profissionais Liberais	60,0	40,0	33,3	66,7
Químicos	76,9	23,1	72,2	27,8
Rurais	61,4	38,6	51,9	48,1
Seguridade Social	48,5	51,5	50,8	49,2
Transporte	78,3	21,7	75,0	25,0
Urbanitários	74,6	25,4	72,1	27,9
Vestuário	60,0	40,0	47,1	52,9

Fonte: CUT (2010) e CUT (2013)

Ao compararmos a distribuição dos delegados por gênero, conforme mostra a *tabela 6*, se verifica que, entre o 10º e o 11º CONCUT, as delegações femininas não cresceram somente nos ramos do comércio e serviços, municipais e seguridade social.

No 11º CONCUT, dos 17 ramos presentes, 12 cumpriram a cota de gênero e apresentaram uma delegação de pelo menos 30% de mulheres. São eles: administração pública (41,3%), aposentados (68,4%), comércio e serviços (32,3%), comunicação e informação (33,3%), educação (56,1%), financeiro (42,4%), metalúrgico (33,3%), municipais (54,2%), profissionais liberais (66,7%), rurais (48,1%), seguridade social (49,2%), vestuário (52,9%). No entanto, os ramos da alimentação (27,3%), construção e madeira (18,2%), químicos (27,8%), transporte (25,0%) e urbanitário (27,9%) não conseguiram cumprir as cotas de gênero no 11º CONCUT.

É importante destacar que o 11º CONCUT (2012) aprovou a paridade, de acordo com a *ordem* imposta no estatuto da *instituição*: "Na composição das direções e executivas estaduais e na direção nacional e executiva da CUT deve obrigatoriamente ser cumprido o princípio da paridade, ou seja, 50% de homens e 50% de mulheres. A direção que não cumprir este requisito não poderá ser empossada" (CUT, 2012, p. 29). A ação foi articulada pelas dirigentes mulheres de todas as *tendências políticas* que compõem a CUT, excetuando-se a tendência "CUT Independente e de Luta" que reúne os sindicalistas da *tendência* "O Trabalho" do PT. A nosso ver, a CUT deu um passo importante, avançou de um discurso *político* que tem a pretensão de incluir as mulheres na direção política da *instituição*, para uma *ordem* que visa normatizar essa *ação*, caso contrário às direções serão penalizadas.

Tabela 7. – Distribuição dos delegados por gênero e escolaridade, comparativo 8º, 9º CONCUT (%)

	8º CONCUT (2003)		9º CONCUT (2006)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Ensino Fundamental incompleto	13	05	15	08
Ensino Fundamental Completo	14	10	12	09
Ensino Médio Completo	41	35	41	35
Ensino Superior/Pós graduação	32	49	32	47

Fonte: CUT (2003), CUT (2006)

Ao compararmos os dados da *tabela 7,* se verifica que há pouca alteração entre o 8º e o 9º CONCUT. Nas faixas de menor escolaridade, os homens lideraram e corresponderam a 27% do total de participantes com Ensino Fundamental Completo e Incompleto, enquanto 17% das mulheres se situavam nas mesmas faixas no 9º CONCUT. Quando a opção é Ensino Superior ou Pós-graduação, em 2006, 47% das delegadas e 32% dos delegados declararam que possuíam Ensino Superior ou Pós-graduação.

Tabela 8. - Distribuição dos delegados por gênero e escolaridade, comparativo 10º e 11º CONCUT (%)

Escolaridade	10º CONCUT		11º CONCUT	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Não frequentei escola regular até primeiro grau incompleto	8,8	6,2	6,9	3,9
Primeiro grau completo até segundo grau incompleto	10,6	7,3	10,4	5,6
Segundo grau completo até superior incompleto	41,6	36,5	39,4	32,7
Superior completo até pós graduação	38,2	50,0	42,7	56,2
Sem resposta	0,8	0,0	0,7	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CUT (2010), CUT (2013)

No 10º CONCUT, a faixa de escolaridade segundo grau completo ou ensino médio completo até superior incompleto concentrou o maior número de delegados, com 41,6% do total de participantes homens, enquanto, entre as mulheres, a maior concentração se localizou na faixa ensino superior até pós-graduação, com 50,0% do total de delegadas respondentes. No 11º CONCUT, se observa que, dentre os homens e as mulheres a faixa de ensino predominante é o superior completo até pós-graduação, portanto, o movimento de elevação de escolaridade é uma tendência observada neste período. Vale lembrar que o ramo da educação foi a maior delegação dos congressos da CUT analisados, fato que pode ter contribuído para a elevação de escolaridade dos participantes.

Em 2012, a ação que a CUT conseguiu desenvolver de forma mais elaborada, no que tange à atualização do seu projeto político e or-

ganizativo, foi a Campanha Nacional por Liberdade e Autonomia Sindical. A primeira atividade da campanha foi àa organização do plebiscito nacional pelo fim do imposto sindical, lançada pela CUT Nacional, na cidade de Campinas, em São Paulo, no dia 26 de março de 2012, durante uma assembleia de trabalhadores. Vê-se que a CUT vai buscando se diferenciar das outras centrais sindicais a partir da luta pela implementação da convenção 87 da OIT relativa à **Liberdade Sindical e à Proteção do Direito de Sindicalização** e pelo fim do imposto sindical. Portanto, posicionando-se de forma contrária à parte da proposta aprovada pela lei que reconheceu as centrais sindicais, vemos que este fato se caracteriza como indício de uma mudança na estratégia da instituição. Ou seja, se a CUT conseguir efetivar esta proposta na sua ação social política, poderá reter novos processos de *institucionalização* que possam se desenvolver a partir da incorporação do imposto sindical, que pode gerar uma acomodação nas suas reivindicações e, portanto, uma acomodação institucional ao novo cenário sindical.

Além disso, a ação pode ter sido motivada pela tentativa de barrar o cenário de concorrência entre as centrais sindicais, pois, para a CUT, com a conquista da liberdade sindical, a contribuição financeira deve ser proporcional à representatividade do sindicato, isto é, ao número de trabalhadores associados. Deste modo, reforçaria a sua hegemonia no campo sindical nacional, contrapondo-se à lógica de representatividade numérica exigida pelo MTE. No 11º CONCUT, em julho de 2012, a posição dos delegados em relação à convenção 87, que trata da liberdade sindical e sobre a proteção do direito sindical, apresentou significativa melhora. Do total de participantes, 84,65% respondeu "Sou a favor" da ratificação desta convenção. Sem dúvida, ocorreu um avanço expressivo, se comparado aos resultados obtidos no 10º CONCUT e no 8º CONCUT (57,1% e 54,3% respectivamente). Em 2012, o melhor resultado pode ter tido relação com a participação dos dirigentes no Plebiscito pelo *fim do imposto sindical*.

No que se refere ao conhecimento dos delegados sobre a *ação* empreendida pela CUT, no que tange ao *fim do imposto sindical*, do total

de delegados, 64,17% disseram que participaram votando e/ou ajudando a colher votos, 6,61% não participaram das ações porque não concordam com a campanha, 19,45% não participaram de nenhuma ação da campanha em função da falta de mobilização na sua base sindical, 6,77% não responderam e 2,99% não ouviram falar desta ação da CUT. A *tabela 9* mostra quais foram as três opções mais destacadas pelos delegados quando o assunto é a sustentação financeira das entidades sindicais.

Tabela 9. – Opinião dos Delegados sobre a sustentação financeira das entidades sindicais, comparativo 8º, 10º e 11º CONCUT (%)

8º CONCUT (2003)	
Mensalidade dos associados	94,3
Pela taxa de financiamento das campanhas salariais	29,2
Por recursos públicos para projetos especiais (qualificação, economia solidária, etc.)	24,3
10º CONCUT (2009)	
Mensalidade dos associados	86,0
Sem resposta	35,4
Contribuição negocial	31,06
11º CONCUT (2012)	
Contribuição negocial	41,0
Mensalidade dos associados	38,0
Imposto sindical	8,0

Fonte: CUT (2003), CUT (2010), CUT (2013)

Ao analisarmos a percepção dos delegados sobre a Convenção 87 e os resultados imediatos do plebiscito, à primeira vista, os resultados podem indicar que há sintonia entre a *ação* dos delegados presentes no dia a dia dos sindicatos e o discurso *institucional* que pretendia a *luta* pelo fim do imposto sindical, implantação da contribuição negocial e a ratificação da Convenção 87 da OIT, a partir de um plebiscito lançado nacionalmente.

No entanto, se somarmos os percentuais, verificamos que 6,61% dos delegados não concordam com a campanha da CUT, 19,45% não se mobilizaram, 2,99% não ouviram falar e 6,77% não sabem responder, totalizando 35,82% dos participantes no 11º CONCUT. Assim, se

verifica que o alcance real das propostas nas bases da central sindical foi reduzido e prevalece a distância entre o discurso institucional e a prática sindical dos delegados das bases sindicais da CUT, especialmente no que tange ao debate da estrutura e organização sindical. Em certa medida, este resultado corrobora com a tese de Rodrigues (1997), que na década de 1990 apontou para uma relativa *acomodação* do sindicalismo CUT à estrutura vigente.

> Em outras palavras, a concepção do sindicalismo-CUT se, em um primeiro momento buscava superar esta questão pela via revolucionária – para usar uma expressão cara ao marxismo -, diante da realidade dos fatos que falou mais alto que um certo *voluntarismo* inicial, passou optar por uma solução reformista, ou seja, adaptando-se à estrutura e tentando transformá-la a partir de dentro" (RODRIGUES, 1997, p. 135-6).

Os dados demonstram que, mesmo com a "corrida" pelo registro sindical num cenário de reconhecimento das centrais sindicais, a CUT não passou por um processo de acelerado crescimento. Além disso, é estável a composição social dos delegados aos congressos da CUT. Assim, o que constatamos é a tendência a uma *estabilização institucional*, que pode ser verificada não só pela representatividade numérica dos sindicatos e dos delegados credenciados aos CONCUTs, como também pela permanência do que a CUT classifica como "desafios" para a *ação* sindical, como, por exemplo, no que tange ao debate do seu *projeto político organizativo,* visando à mudança na sua organização e na estrutura sindical do país. A nosso ver, este debate é fundamental para que a CUT possa reverter o quadro *estabilização institucional* e evitar a *acomodação* à atual estrutura sindical, sendo capaz de produzir uma dinâmica real e participativa, fundada numa estratégia contínua e voltada à produção de *incentivos* que levem a militância da CUT a participar de fato da *ação* que visa à atualização do seu *projeto político e organizativo.* O ano de 2015, na ocasião do 12º CONCUT, é o prazo máximo que a CUT Nacional estabeleceu para tratar desta *questão política.*

REFERÊNCIAS

BOITO, A. (1991), *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical.* São Paulo: Hucitec.

CARVALHO, Fernanda (2013), *Os dilemas da CUT no início do século XXI: rumo a uma nova institucionalização sindical?* Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Coimbra.

Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988, São Paulo: Saraiva, 2005.

COSTA, H.A. (2014), "O sindicalismo em questão em tempos de austeridade". In: Véras, R.; Bridi, M. A.; Ferraz, M.(orgs.) *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.* Belo Horizonte: Fino Traço Editora.

CUT (1991) Resoluções do 4º CONCUT. São Paulo: CUT.

CUT (2003) Quem são e o que pensam os Delegados do 8º CONCUT. São Paulo: CUT.

CUT (2006) Quem são e o que pensam Delegados e Delegadas do 9º CONCUT. São Paulo: CUT.

CUT (2010) Quem são e o que pensam os Delegados e as Delegadas do 10º CONCUT. São Paulo: CUT

CUT (2012) Estatuto. Central Única dos Trabalhadores. São Paulo: CUT.

CUT (2013) Perfil dos Delegados e das Delegadas do 11º CONCUT. São Paulo: CUT

CUT (2014) Plataforma CUT da Classe Trabalhadora. São Paulo: CUT

Diário Oficial da União. Edição Extra, seção I, p.1. Lei nº 11648, 31 de março de 2008.

DIEESE, CAT, CGTB, CUT, Força Sindical, NCST, SDS (2007) Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento. São Paulo: Dieese.

DIEESE, CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST (2010). Agenda para um projeto nacional de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho. São Paulo: Dieese.

GIANOTTI, V. (2007), *Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad X.

MORAES, E. (1978), *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega.

NASCIMENTO, Cláudio (1998) *Sindicato-cidadão*. Santa Catarina: Florianópolis (mimeo.).

PANEBIANCO, A. (2005), *Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos.* São Paulo: Martins Fontes.

RODRIGUES, I. J. (1997), *Sindicalismo e Política. A Trajetória da CUT.* SP: Scritta.

RODRIGUES, L. M. (1990), *Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Editora Ática.

SADER, E. (1988), *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, B. S. (2000), *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência.* Porto: Afrontamento.

SIMÃO, A. (2012), *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo.* São Paulo: Hucitec.

SOUZA, J. (2012), *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

VÉRAS, Roberto (2002), Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualizações - Do Novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo.

WEBER, M. (2009), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, volume 1,4ª ed. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

WEBER, M. (2009), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva,* volume 2,4ª ed. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Artigo recebido em agosto de 2014 / Aprovado em outubro de 2014

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.81
10.20336/rbs.81
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jun/Dez/2014
Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em outubro de 2014

Leonardo Mello e Silva*

BRAVERMAN E A CENTRALIDADE DO PROCESSO DE TRABALHO: COMENTÁRIO SOBRE COMENTADORES DESDE UMA LEITURA PERIFÉRICA

RESUMO

O artigo faz um balanço da recepção do livro *Trabalho e Capital Monopolista*, de Harry Braverman, por ocasião do quadragésimo aniversário de seu lançamento. Obra marcante e influente na sociologia do trabalho, tanto internacional quanto brasileira, busca-se mostrar a pertinência e atualidade de sua abordagem para a pesquisa corrente nesse campo de estudos. Para tal fim, o texto inicia com uma contextualização do livro, passando em seguida para um mapeamento das vagas de reação a ele, bem como as questões que suscitou. Em seguida, é feita uma reflexão sobre os desafios metodológicos que os estudos do processo de trabalho enfrentam, bem como o confronto com dilemas saídos da prática de pesquisa. Sustenta-se que não há incompatibilidade de fundo entre a tradição de estudos dos locais de trabalho e a análise bravermaniana, de modo que a obra permanece como um veio fecundo a ser explorado.

Palavras-chave: Processo de Trabalho; Sociologia do Trabalho; *Bravermania*.

ABSTRACT

The paper proceeds to a balance of the reception of the Harry Braverman's book *Labor and Monopoly Capital* (1974), on the occasion of its fourteenth year of launching. The book represented an outstanding and influential theoretical accomplishment in the field of sociology of work, both internationally and in the Brazilian academic milieu. The aim is to highlight the relevance and the present of the book's approach for the current research in the area of studies. In this perspective, the paper starts contextualizing the book, following with a mapping of the waves of reaction to it, as well as the points it has raised. Subsequently, a reflection about the methodological challenges that the labour process studies face is put forward, as well as the confrontation to the dilemmas that come up in the research practice. The paper sustain that there is no unavoidable incompatibility between the sociological tradition of studies focused on the shoopfloor and the Braverman's analysis, so that his work keeps on as a fruitful vein to be intellectually explored.

Keywords: Labour Process; Sociology of Work; *Bravermania*.

*Professor doutor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, membro fundador e pesquisador do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos de Cidadania), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma Universidade. Possui pós-doutorado no Centre Pierre Naville da Universidade de Evry (França). É atual- mente da diretoria do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru). Tem trabalhos publicados nas áreas de sociologia do trabalho e do sindicalismo. Obra mais recente é a organização da coletânea, junta- mente com Elísio Estanque: "Facetas do Trabalho na Contemporanei- dade", Curitiba, Editora Appris, 2012."

RESUMÉ

Cette article porte un balance sur la réception du livre d'Harry Braverman *Travail et Capital Monopoliste*, à l'occasion du quarantième anniversaire de son sortie. On essaie de montrer que cette ouvre marquant et influent en sociologie du travail, soit à l'échelle internationale, soit à l'échelle du pays, est encore pertinent et d'actualité pour la recherche courant dans ce champs d'études. En conséquence, l'article début avec une contextualisation de l'oeuvre, en passant ensuite à une cartographie des vagues de réaction à celle-ci, ainsi qu'aux questions que elle a suscité. Par la suite, on mene une réflexion sur les défis méthodologiques lesquels les études sur le procès de travail font face, bien que sur la confrontation de ceux-ci avec les dilemmes sorties de la pratique ordinaire de recherche. L'article soutient que il n'y a pas d'incompatibilité de fond entre la tradition d'études sociologiques centrées sur les locaux de travail et l'analyse bravermaniene, de façon que l'ouvre de l'auteur américain reste comme une voie féconde à être suivi au momment présent.

Mots-clés: Procès de Travail; Sociologie du Travail; *Bravermania*.

Leonardo Mello e Silva

BRAVERMAN E A CENTRALIDADE DO PROCESSO DE TRABALHO: COMENTÁRIO SOBRE COMENTADORES DESDE UMA LEITURA PERIFÉRICA

1. O contexto de surgimento de *Trabalho e Capital Monopolista* entre nós

O livro de Harry Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista*, é sem dúvida um marco intelectual importante dentro do campo marxista. Mas também fora dele, no mundo propriamente acadêmico, e em particular na sociologia do trabalho. No primeiro caso, ele inaugura uma tradição de análise que situa a extração da mais-valia no interior do processo de trabalho capitalista, enfatizando, portanto, os aspectos políticos do emprego da tecnologia e do controle gerencial. No segundo caso – e exatamente pelos mesmos motivos –, ele situa a experiência concreta do trabalho, descrita de várias maneiras e com diversos enfoques pela tradição sociológica, dentro de uma perspectiva teórica estrutural de conjunto, cujo ponto de partida é o reconhecimento do conflito de classes como elemento basilar da sociedade industrial.[1]

Por essas e por outras razões, que tem a ver com a extraordinária fortuna crítica da obra, gerando uma recepção longeva e

1 Versão ligeiramente modificada da comunicação feita por ocasião das Jornadas "Control del trabajo hoy. A cuarenta años de *Trabajo y Capital Monopolista* de Harry Braverman", 4-7 junho 2014, Universidad Nacional de Quilmes, Argentina.

influente, *Trabalho e Capital Monopolista* é ainda um livro que desafia o leitor. A razão é quase óbvia: a realidade que Braverman descreveu como sendo o resultado do processo de acumulação capitalista sobre o trabalho vivo não sofreu grandes mudanças no seu sentido profundo e fundamental (o da exploração do trabalho pelo capital), embora, é claro, tenha sim sofrido muitas transformações na ***forma*** como esse sentido geral é experimentado e vivido.

Em primeiro lugar, a diferença mais evidente é que a incidência do controle capitalista não se exerce mais sobre um coletivo de trabalho tal como esse era entendido no modo fordista de desenvolvimento. Se se pode falar ainda de um "coletivo de trabalho", esse último se autorrepresenta cada vez menos como um "coletivo". Talvez esteja aí um dos principais desafios de uma abordagem baseada no processo de trabalho capitalista que sirva para os tempos atuais.

Em segundo lugar, as diferenças em termos de processo de produção e as complexidades técnicas associadas ao processo de trabalho não estão mais tão divididas por uma linha de corte nacional ou regional de maneira polar, de modo que se possa associar o desenvolvimento a territórios mais ou menos homogêneos no globo. Embora a divisão internacional do trabalho ainda possa preservar o polo da geração de conhecimento técnico-científico nos lugares associados aos países ditos "desenvolvidos", o emprego de processos de trabalhos sofisticados e a demanda por uma força de trabalho qualificada para pôr em marcha tais processos podem hoje ser "repartidos" em várias camadas ou círculos territoriais. A abordagem em termos de *commodity chains* (GEREFFI & KORZENIEWICZ, 1994) chama a atenção para esse aspecto mais multifacetado da produção global, afastando-se da representação polar ou binária entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As regiões seriam, então, mais determinantes do que os países, para entender as formas de exploração e uso do trabalho. Trata-se, portanto, de uma modalidade de divisão do trabalho que merece um tratamento desde o ponto de vista do trabalho (como fez Braverman), e não tanto do ponto de vista das análises sobre globalização (como geralmente acontece).

Em terceiro lugar – e talvez o elemento mais decisivo para repensar Braverman hoje – está a questão do emprego, que seguramente não reflete mais o mercado de trabalho dos anos em que aquele autor concebeu a sua obra.

Braverman exerceu uma influência conspícua na sociologia do trabalho brasileira, pois muitos estudos sobre o processo de trabalho a partir de meados dos anos 1970 tiveram o decisivo impulso dado pelo livro e pelo debate que se seguiu a ele. Os estudos marxistas sobre a classe trabalhadora estavam, na conjuntura, encurralados entre uma abordagem individualista-metodológica da classe social – uma abordagem que oferecia, ademais, pouco interesse para captar a dinâmica das mudanças paradigmáticas no mundo do trabalho e da produção – e uma abordagem histórica preocupada com a desconstrução de uma visão então considerada dogmática, pré-determinada e abstrata, influenciada que era pela interpretação desenvolvimentista-etapista veiculada pela esquerda partidária. Nesse último caso, a crítica contida na obra do historiador britânico Edward Palmer Thompson foi crucial e duradoura. Em um tal contexto intelectual, Braverman parecia oferecer uma saída criativa de pesquisa e reflexão, especialmente para aqueles que se colocavam na confluência entre o marxismo e os estudos do trabalho (sociólogos, historiadores, antropólogos, economistas, etc.)[2].

É plausível imaginar que essa não tenha sido uma situação muito diferente em outros países da América Latina. Saída de um debate e uma polêmica exaustivos sobre marginalidade, exército industrial de reserva e informalidade, é possível inferir que o deslocamento do *mercado* para o *processo* de trabalho tenha significado simultaneamente um alento e uma via de acesso para refazer, na tradição do marxismo, a análise sobre classes sociais.

2 O Grupo de Trabalho (GT) da ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais) chamado "Processos de Trabalho e Reivindicações Sociais", cujos encontros transcorreram durante boa parte dos anos 1980 e início dos 1990, traduziu com propriedade esse ambiente. Uma história intelectual desse Grupo está por ser feita.

2. A obra sob o efeito do olhar clínico

É preciso estabelecer alguns pontos básicos de correspondência com outras tradições de pesquisa e de teoria, a fim de melhor situar os limites e os alcances de um livro como o de Braverman. Um ponto fundamental, notado à época, é a confusão entre o controle capitalista e a gerência científica. Essa última é apenas uma modalidade histórica do controle, que pode tomar variadas formas. Gerência Científica, em Braverman, é um outro nome para o taylorismo. É com essa última designação, contudo, que toda uma plêiade de trabalhos vai tomar forma, nos anos 1980: aparece então o debate sobre taylorismo, neo-taylorismo e pós-taylorismo (Linhart, 1993). É aí que se inserem os chamados novos paradigmas de produção e de trabalho, com suas vias possíveis de superação do fordismo, em nível macroestrutural: a especialização flexível de Piore e Sabel; o toyotismo inventado por Taichi Ohno, e a orientação sócio-técnica aplicada pela fábrica da Volvo em Uddevalla, a qual daria origem ao chamado "modelo sueco" (logo, porém, descartado em função do choque de competitividade imposto pela "low road" da produção enxuta/*lean production*).

A discussão sobre o taylorismo e suas possíveis formas de superação herdou a pauta que tinha sido erguida pelos estudos do processo de trabalho (Braverman à frente). Foi nesse âmbito que foram retomadas as discussões sobre determinismo tecnológico, estratégias de gestão, organização do trabalho, resistência, feminização do trabalho, formas de contratação, lutas no chão de fábrica, entre outras.

Ora, aqui é preciso retomar os argumentos tal como foram originalmente formulados, a fim justamente de mapear seus alcances e limites.

Quais são as principais consequências do controle exercido pela Gerência Científica/Taylorismo sobre o trabalho? Rigidificação da divisão do trabalho, levada ao seu extremo: fragmentação e especialização. Para Braverman, isso era sinônimo de desqualificação. Muitos autores posteriores chamaram a atenção para o fato de que o modelo ideal de trabalhador qualificado, para Braverman, era o operário profissional de ofício, condenado à morte histórica desde o advento

da industrialização e da produção em massa, há muito tempo. Pode-se entender que a colocação em causa do fordismo (ou do capitalismo monopolista), nos anos 1970, tenha, por sua vez, recolocado a questão da qualificação do trabalho em termos mais desafiantes do que aqueles que eram postos anteriormente (requalificação dos operadores diretos?): se a desqualificação era esperada e historicamente determinada pelo advento da produção em massa, o que dizer do momento em que essa desqualificação é colocada em causa pela tentativa de extrair produtividade do conhecimento operário?

Braverman não viveu para participar dessa discussão, mas é inegável, entretanto, que muito de seu diagnóstico da extensão dos efeitos da gerência científica sobre o trabalho se mantém: fragmentação, especialização e... desqualificação. O emprego da tecnologia continua exercendo um papel chave na racionalização da produção, restando saber se no sentido estrito da mecanização e da automação (como pensava originalmente Braverman), ou se num outro sentido, de mistura de mecanização com elementos inteligentes, e de mistura de automação com elementos humanos. Braverman associava as características do processo de trabalho a uma tentativa de subordinar o trabalho ao capital. Esse parece ser um fato recorrente e atual – ao menos para as perspectivas baseadas no conflito de classes.

3. Recepção de Braverman

As críticas a Braverman são muitas. Da literatura de língua inglesa, boa parte já foi rastreada em balanços bibliográficos, inclusive no Brasil: é digna de nota a recensão de Ramalho (1991), que identifica uma porção considerável da primeira onda de estudos do processo de trabalho. Andy Friedman, Michael Burawoy e Richard Edwards são alguns dos personagens desse primeiro cenário – o qual é propriamente mais contemporâneo do que reativo à obra de Braverman. Eles convergem, no entanto, na identificação do que seria um ponto frágil da abordagem bravermaniana: a ausência do papel ativo e volitivo do trabalhador sob os efeitos da gerência científica. O determinismo

econômico, sob o manto do capital monopolista, exigiria um tipo de divisão do trabalho que reserva pouco espaço para a mudança ou a re-elaboração/ renegociação, pelos afetados, das regras do controle do capital e dos seus prepostos, os gerentes.

Burawoy mostrou, em seu trabalho famoso sobre o jogo do *making--out* (Burawoy, 1979), como os operários consentem em fazer mais do que o estabelecido, desde que ganhem com isso alguma margem de controle próprio sobre o tempo e sobre a forma de organizar o seu trabalho. Andy Friedman foi um dos primeiros a estabelecer uma distinção operacionalmente útil entre o que ele chama de "controle direto" e "autonomia responsável"[3]: enquanto no primeiro caso os patrões exercem um domínio autoritário e inquestionável, no segundo eles delegam alguma possibilidade de decisão aos operários e ouvem as suas sugestões, sem, contudo, pôr em questão a estrutura de comando e o sentido da produção. Vendo com olhos da posteridade, o taylorismo (ou "gerência científica") estaria obviamente de acordo com a caracterização do controle direto, enquanto as formas mais flexíveis de organização do trabalho estariam mais próximas da autonomia responsável, quando a empresa e os trabalhadores são representados como partilhando os mesmos interesses. Podem-se rastrear retrospectivamente variações do formato de autonomia responsável, e então encontraríamos versões da busca de compromisso entre o capital e o trabalho que reagem a conflitos de classe – quando os trabalhadores fazem valer os seus interesses enquanto *diferentes* daqueles de seus empregadores, e veem tais interesses como mais e mais inconciliáveis. Desse ponto de vista, variações históricas nas formas de gestão obedeceriam a fatos e ocorrências que têm lugar fora do local de produção, isto é, em espaços propriamente sociais, terrenos de politização e de conversão de assuntos mais ou menos privados (confinados à vida das empresas) em assuntos públicos.

Nesse sentido, a publicização dos conflitos – quando esses se tornam efetivamente conflitos de classe – indicaria a diluição provável

3 Sua obra "Industry and Labour" é de 1977.

de estratégias de tipo "autonomia responsável" e a radicalização do antagonismo, levando à clarificação das posições divergentes e, por conseguinte, a saídas de tipo "controle direto" (a fim de evitar riscos maiores como seria, por exemplo, o controle operário das fábricas). Dessa perspectiva, o taylorismo e o fordismo seriam momentos históricos do passado, nos EUA (onde ele primeiro surgiu) e também em outros países (para onde ele se difundiu), de fortes e intensos conflitos de classes[4].

No momento presente, em função do declínio do taylorismo e do fordismo como formas dominantes de organização do trabalho, assistiríamos a uma retomada da modalidade da "autonomia responsável" friedmaniana, o que é consistente, por outro lado, com a retração dos conflitos de classe no estilo consagrado pela sociedade industrial. Na hipótese de uma retomada dos conflitos de classe (sejam esses últimos em que formato for, isto é, obedecendo provavelmente a uma nova morfologia social que é difícil prever), então poderíamos, como hipótese, pensar no deslocamento da autonomia responsável para o controle direto, ou alguma fórmula próxima desse último (com todos os conflitos que isso poderia acarretar). O esquema de Friedman é, como se pode notar, uma bússola indicativa de questões que dizem respeito ao processo de trabalho – tópico enfatizado por Braverman – e como tal deve ser encarado. Pode ser, assim como outros esquemas conceituais ou nocionais, útil.

O deslocamento da vida social do espaço da *sociedade* (lugar onde os conflitos de classe tomam voz) para o espaço da empresa (onde tais conflitos tomam o formato "corporativo" e aí se confinam) é um traço saliente dos tempos que atravessamos. É nesse sentido que se pode afirmar que a contrapartida para a ideia da empresa como comunidade de interesses (empresa como "um") é a ideia subjacente da despolitização do trabalho.

4 Poderia ser o caso de caracterizar, então, as lutas de classe do período de redemocratização na America Latina (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai) como de feição taylorista-fordista.

Richard Edwards é outro autor importante no debate em torno da obra de Braverman. Ele concorda com o papel do controle no processo de trabalho, tal como o autor norte-americano. Seu livro *Contested Terrain* (1979) estabeleceu uma tipologia de formas de controle: controle simples, controle técnico e controle burocrático, cada um deles correspondendo grosso modo a um período histórico de implantação do capitalismo. A caracterização estilizada do controle burocrático pode ser associada ao capitalismo organizado que promoveu a institucionalização dos conflitos de classe, com suas regras consagradas e negociadas. Refere-se ao arranjo que alguns autores da ciência política chamam de neo-corporativo. Por conseguinte, seu correspondente estrutural, em termos de modo de regulação, seria o fordismo (Clarke, 1991). Dessa forma, o controle burocrático estaria em desuso na mesma proporção em que as fórmulas pós-fordistas de organização do trabalho estariam experimentando um "ascenso" nas empresas. O controle técnico, por sua vez, materializado no sistema automático de máquinas, parece mais de acordo com os processos racionalizados da produção em que a intervenção criativa e determinante do elemento humano é declinante.

O modelo explicativo de Friedman mobiliza elementos externos ao processo de trabalho para entender o processo de trabalho mesmo. O papel da institucionalização dos mecanismos de barganha coletiva e de canalização dos conflitos é um exemplo de disciplinarização da força de trabalho que não deriva diretamente da sofisticação tecnológica da firma, tendo uma origem completamente social, isto é, dependendo do consentimento e do arranjo político e negocial dos atores coletivos em tela. Nessa direção, a contribuição de M. Burawoy e sua escala sucessiva de regimes fabris (Burawoy, 1985), também eles determinados historicamente (como em Edwards), parece uma das mais completas, pela inserção de variáveis bastante abrangentes e minuciosas, permitindo uma caracterização mais rica do processo de trabalho. A origem do empreendimento de Burawoy estava justamente em buscar inserir sistematicamente a política e a ideologia no entendimento do processo de trabalho, fazendo desses últimos

não mais elementos "exteriores" mas sim constitutivos de uma teoria geral do processo de trabalho. Essa é a idéia por trás da noção de "regime fabril". Desse modo, tanto os mecanismos de resolução de conflitos quanto a situação do mercado de trabalho interno e das regras de ascensão (o que chamaríamos no Brasil de "planos de cargos e salários") no interior da empresa são incorporados para a explicação das formas de consentimento e controle no chão de fábrica.

Das observações críticas endereçadas a Braverman (e à literatura sobre o processo de trabalho em geral), duas merecem destaque: a primeira tem a ver com a necessidade de *explicar* a resistência operária ao controle capitalista (e não apenas *supor* que ela existe naturalmente), bem como o seu modo de funcionamento; e a segunda relaciona-se com a postulação de uma consciência de classe operando de maneira permanente – às vezes oculta, às vezes explícita nas formas de contestação – no coletivo de trabalho. Ambas as observações ou pontuações partem da desconfiança metodológica oriunda das ciências sociais em relação à abordagem estrutural do marxismo sobre as classes sociais. Tal desconfiança reside em pressupostos teóricos, mas sua influência não pode ser menosprezada, uma vez que está incorporada na fortuna crítica do debate sobre o processo de trabalho, o qual, por sua vez, tem mantido um diálogo constante e abrangente com abordagens sociológicas, culturais e de outras tradições de análise. Motivações, atitudes, comportamento, jogos e negociações entre gerência e trabalhadores não podem, segundo essas abordagens, ser negligenciados em nome de um antagonismo maior, estrutural, que explicaria tudo. Várias contribuições têm levantado essas objeções, não no sentido do descarte da abordagem do processo de trabalho, mas no do seu aperfeiçoamento. É assim que parecem se situar as críticas de autores pioneiros no debate, tais como Litter & Salaman (1984), Wood (1982) e o já mencionado Burawoy (1979). Esses autores marcaram um campo que foi sendo estendido depois, com novas contribuições.

Nesse sentido, a evolução posterior do debate mostrou o aparecimento de conceitos construídos a fim de dar conta dos elementos contraditórios percebidos como problema prático e teórico. Um deles

é o conceito de "regime fabril", de Burawoy (1985), já citado, o qual pretende explicar as diferenças nacionais de relações de trabalho como modelos paradigmáticos ou tipos-ideais. Os regimes despóticos, hegemônicos e despótico-hegemônicos, segundo o autor, desdobravam por sua vez diferenciações internas, que eram, por seu turno, dependentes de variáveis interiores ou exteriores ao local de trabalho, como já se mencionou antes. Assim, por exemplo, a explicação para certas formas de consenso no nível das relações industriais tinha relação com acordos entre sindicatos, centrais, o patronato e o Estado, arrefecendo momentaneamente o ímpeto dos conflitos do trabalho (caso sueco ou dos países de *welfare state*). Outras formas de consenso podiam ser oriundas de modalidades paternalistas ou protetores por parte do empresário (regime despótico). Outras, ainda, por parte do próprio coletivo em busca de estabelecer suas próprias regras (caso estudado por Burawoy, 1979).

Nesse ponto preciso surge a questão de como abordar os *interesses* dos trabalhadores e seus diversos níveis de generalidade (interesses pessoais, familiares, coletivos), podendo esses últimos chocar-se eventualmente com os valores e os pressupostos éticos da comunidade ou grupo. Quando os pesquisadores movem-se para esse terreno, muitas outras frentes de reflexão se abrem (como definir interesses? como avaliá-los? está o interesse fatalmente associado a um ponto de vista individualista metodológico?). Enfim, o que essa breve discussão está tentando mostrar é que tais tentativas de explicação para o consenso – ali onde deveria advir o conflito – são maneiras criativas e originais de dar conta das objeções primeiras à teoria do processo de trabalho, um subproduto da recepção da obra de Braverman.

4. Questões de método nos estudos do processo de trabalho

Para ganhar legitimidade científica, os estudos do processo de trabalho devem enfrentar o problema de sua potência explicativa, o que requer o confronto com as chamadas questões metodológicas. É nesse âmbito que se dá o embate entre as diversas abordagens teóricas:

essas aparecem antes como problemas metodológicos, ao invés de problemas éticos ou ligados a interesses. Assim, uma grande preocupação tem sido dedicada à forma de obtenção de dados, à comparabilidade dos casos, à repetitividade dos procedimentos para auferir a sua pertinência e não-arbitrariedade, à inclusão de novas variáveis, o emprego de técnicas quantitativas e qualitativas, entre outros.

Nessa via, tem-se procurado encontrar *padrões de variação* nos tipos de organização do trabalho implantados pelas empresas. Tal é o caso dos sistemas de qualidade, tipo TQM (*Total Quality Management*) (Edwards, 2010). A pergunta então é: pode-se perceber mudanças implantadas por empresas diferentes que vão na mesma direção? Ou que tenham o mesmo sentido? Quais os limites da variabilidade que devem ser computados para considerar tais diferenças? Porte da empresa (média, pequena, grande)? Nacionalidade do grupo econômico? Este último poderia desenvolver uma "cultura própria" ou, ao contrário, elementos considerados "irredutíveis" seriam encontrados também em estabelecimentos e grupos econômicos de outras nações? A "cultura da empresa" seria uma variável suficiente e basilar por si só? Ou seria ela, por outro lado, uma variável dependente de outras linhas-de-força, as quais como que enquadram a empresa, inserindo-a em um contexto mais amplo?

Esse último parece ser o enfoque escolhido por Braverman. Ele procura enxergar a empresa (onde transcorre o processo de trabalho) em um quadrante atravessado por relações de troca, circulação, realização de bens (mercadorias), jamais como uma entidade autorreferida[5]. Nessa ótica, a remissão ao "mercado" (onde se situam justamente as relações de troca, circulação e realização) não seria *exterior* ao objeto (o trabalho), mas constitutivo dele, uma vez que alterações ou

5 Nessa ótica, falar na empresa como um "sistema social" (à guisa de uma *instituição*), como faz a abordagem de Jean Daniel Reynaud e seus discípulos, pode ser limitador, do ponto de vista mais abrangente e inclusivo de Braverman e da tradição marxista (sendo que a crítica que aqueles fazem a essa última é justamente a de perder de vista a especificidade e a autonomia do elemento "social" do todo. Veja-se De Terssac, G. (1992).

variações no seu âmbito (concorrência ou não-concorrência; crises de superprodução ou de subconsumo; alterações da divisão internacional do trabalho etc.) afetam o funcionamento da empresa, e a forma como essa última gerencia/aloca/controla o trabalho. Atualmente, isso fica claro com a necessidade de levar em conta as cadeias de subcontratação envolvidas na manufatura de um mesmo produto final: a consideração de apenas um ponto fixo no processo de produção parece cada vez mais insustentável, se se quer dar conta da complexidade das implicações a montante e a justante de um determinado "mercado do produto".

A passagem de um modelo de empresa verticalizada e fordista para o da empresa em rede e pós-fordista, como se sabe, não era uma realidade posta na época de Braverman. Mas o princípio metodológico de mirar as relações sociais concêntricas quando se trata de processo de trabalho – produção, circulação, troca, realização – permanece como uma aquisição válida e cheia de implicações atuais e relevantes no campo da pesquisa. Nesse sentido, ir além de Braverman significaria aprofundar esse princípio, e não abandoná-lo em nome de "novas abordagens".

A análise comparativa, planejada e sistemática, é vista como essencial para superar o alcance limitado dos estudos de caso e das etnografias parciais (ainda que bem feitas). Visto como índice de cientificidade, ela pode ser posta em prática em diferentes níveis: comparar os objetivos explícitos da gerência com os resultados efetivamente alcançados, em termos de organização do trabalho, por exemplo, abre para uma série de questões subsequentes. Aqui, a assunção básica de Braverman acerca das relações *conflituais* entre gerentes e trabalhadores não é tomada como um princípio que economiza a demonstração dessa conflitividade. Enquanto o pesquisador imbuído da leitura de *Trabalho e Capital Monopolista* parte desse pressuposto como um dado de base para então caminhar por outras vias de investigação (por exemplo, estudando os padrões de concorrência da firma ou do setor onde está localizado o processo de trabalho que estuda), aquele que, ao contrário, mostra um ceticismo mais dubitativo e um realismo sem *a apriori* (mas também, por outro lado, sem hipóteses fortes) prefere

aguardar os resultados do que os dados lhe informam. A mesma coisa pode ser dita com respeito a muito discutida necessidade de *demonstrar* a existência da resistência do trabalho em relação ao capital (e não apenas supô-la como automática), assim como o conflito como preponderando sobre o consentimento (vide o trabalho de Burawoy, 1979). Em ambos os casos, a distância em relação a Braverman – ou a uma abordagem diretamente saída desse autor – sugere colocar como questão algo que aparece como não-problemático: a resistência e o conflito.

A maneira como Burawoy (1985) tenta resolver essa questão é complexa e criativa, uma vez que ele assume como válidas as afirmações básicas do autor de *Trabalho e Capital Monopolista*, construindo conceitos intermediários (regime fabril, aparelhos de produção, estado interno etc.) e "pontes" de mediação entre o micro e o macro, assim como entre níveis ou instâncias da realidade social (o econômico, o político, o institucional etc.).

De qualquer modo, permanece como um problema de pesquisa pertinente na atualidade – e em especial nos sistemas de organização do trabalho baseados na qualidade, como é o caso da *Total Quality Management* e suas variantes – a resolução da contradição aparente entre a postulação da conflitividade nas relações de classe (como supõe Braveman) e a indiferença (mas não *passividade*) em relação à exploração e ao controle. Como capturar os sinais de desconforto com (e às vezes até mesmo de desafio a) organização é, talvez, uma das tarefas mais urgentes de uma sociologia critica do trabalho hoje.

Remeter simplesmente à alienação do trabalho não resolve a questão da demonstração de *como opera* a extração do consentimento no nível das coletividades que põem em marcha os processos de trabalho em manufaturas e serviços. Uma via de acesso deve ser, no estágio atual em que as firmas estão, reestruturadas, enxutas e racionalizadas, interrogar tanto o nível coletivo quanto o subjetivo da força de trabalho. A destruição das referências coletivas da classe (sindicatos, partidos, profissões, posturas solidárias) mina a capacidade desses valores injetarem força simbólica e política no lado do trabalho, ao mesmo tempo em que a insistência das gerências nas avaliações pes-

soalizadas e nas formas de ostentação necessárias de performances práticas (conhecimento intelectualizado e formal, dado pela escola e pelo treinamento) e íntimas (inteligência dita "emocional", excelência em gerir tensões e de agüentar pressões) sobrecarrega fortemente o componente mental do trabalho, de maneira que não é trivial a consideração do nível subjetivo da força de trabalho na situação atual.

Nessa linha de raciocínio, reencontrar as ponderações metodológicas feitas até aqui incluem ir a fundo na comparação entre metas desejadas e metas efetivamente cumpridas, por parte da empresa. Mesmo sabendo que as metas ou objetivos podem ser muito diferentes segundo a pergunta é endereçada aos gerentes e supervisores ou aos trabalhadores, ainda assim é preciso se perguntar quais são aquelas metas que são essenciais e quais aquelas que são secundárias ou contingentes: dizer que as metas foram ou não cumpridas não fornece muita explicação sobre o estado da organização do trabalho, visto que esse é um processo, e como tal é visto pelas pessoas que de fato têm uma visão de conjunto dele, isto é, os planejadores da produção. Incluir os clientes e os fornecedores; a situação de mercado do produto, as incertezas do cenário econômico... são tantas variáveis que um procedimento de pesquisa baseado apenas em "sim" e "não" (alguns instrumentos de aferição valem-se dessas opções sumárias de resposta) parece pouco útil para a explicação.

Inserções na empresa, na observação direta do processo de produção e no entendimento e reconstrução racional (para o pesquisador) de como é o seu funcionamento (uma vez que somente a observação, sem entender como o processo funciona, é vão) parecem ser fundamentais para uma análise bem sucedida do processo de trabalho. Esses são procedimentos em geral cumpridos pelas etnografias de fábrica. Os sociólogos que trabalharam como operários (Donald Roy, Tom Lupton, Huw Beynon, Michael Buarwoy, Robert Linhart e tantos outros) não precisam fazer essa reconstrução intelectual porque eles experimentaram o processo de trabalho e portanto podem falar dele com familiaridade suficiente para permitir uma descrição clara e quase natural que só a proximidade faculta. Mas ao pesquisador, que tem

de explicar para o leitor um mecanismo que lhe parece abstrato e estranho, sobra a alternativa de tentar fazer uma aproximação baseada em visitas *in loco* e respostas a quem estiver disponível no chão de fábrica sobre como funcionam efetivamente os equipamentos, quais são os seus pontos "duros" e problemáticos, os que demandam mais esforços, as seções em que ninguém quer trabalhar (e por que) etc. Visitas, observação direta e permanência tão longa quanto possível nos locais de produção ainda são os instrumentos de conhecimento incontornáveis do sociólogo do trabalho. No mínimo, as perguntas oriundas da inserção e da etnografia podem iluminar as perguntas de questionário e as construções à guisa de tipo ideal (tais como as mencionadas acima, sobre a avaliação das metas).

O enfoque comparativo ajuda a buscar generalizações. No estudo de um caso particular, pode-se dirigir o mesmo estoque de perguntas que foram endereçadas originalmente a ele para outros casos, sejam aqueles que ainda vão ser pesquisados, como sejam também aqueles que *já* foram estudados, numa forma de buscar respostas onde a princípio não havia uma intenção declarada de tratar do tópico em tela. Nesse caso, estamos diante de um diálogo interno com as obras e as pesquisas do campo da sociologia do trabalho, e essas variações advindas de novas perguntas enriquecem o potencial explicativo dos fenômenos encontrados no campo. Michael Burawoy deu provas disso, por exemplo, com a apropriação de trabalhos já concluídos – casos do estudo de Tom Lupton, em 1956, utilizado para caracterizar a variação inglesa do regime fabril hegemônico, e de Miklós Haraszti para a organização do trabalho na Hungria no início dos anos 1970 (ambos em Burawoy, 1985), para não falar do caso bem conhecido do diálogo com Donald Roy, em *Manufacturing Consent* (Burawoy, 1979). Em termos práticos, poderíamos imaginar a situação em que o pesquisador elege como tópicos a serem "variados" os quesitos do mercado de produtos, ou a situação da competição empresarial no setor, ou ainda a existência ou não de subsídios estatais, e então tentar perceber mudanças ou conseqüências no mercado de trabalho. Tal procedimento foi muito utilizado, há algum tempo, para tentar

aquilatar o peso das cadeias produtivas na configuração do trabalho em fábricas que são clientes ou fornecedoras[6]. Mas o escopo pode ser alargado: comparação entre setores diferentes, os quais usam, no entanto, procedimentos análogos no tratamento da força de trabalho – caso em que em podem ser confrontados o setor de serviços e o setor manufatureiro, por exemplo.

É difícil, contudo, numa abordagem comparativa, estabelecer aquelas evidências que podem ser comparadas por meio do contraste de casos – para não falar da representatividade numérica desses últimos. Persiste, então, a escolha por etnografias de caso como o procedimento usual e, no fim das contas, mais efetivo (uma vez que para estabelecer os parâmetros de comparação com outras realidades, uma exigência básica é uma pesquisa detida e o mais possível completa de um *único* local de trabalho). Mas, atenção: o *local de trabalho* não é o mesmo que o *processo de trabalho*. A descrição densa não é suficiente, do ponto de vista desse último, se não for capaz de estabelecer conexões que estão às vezes ocultas num retrato fiel e detalhado da situação percebida pelo pesquisador: para que a análise vá além do retrato bem feito do local de trabalho, é necessário buscar as relações com a economia (por exemplo, a situação de mercado do produto, a posição da firma na cadeia produtiva e no cenário competitivo), com as associações de classe (patronal e sindical), com o Estado (subsídios ou financiamento de bancos de investimento públicos, por exemplo), com os conflitos precedentes (ou sua ausência) com os trabalhadores, muitas vezes escondidos para um olhar demasiadamente preocupado com o rigor do dado (mas cego para o que apenas uma teoria prévia pode *sugerir*). A análise do processo de trabalho é, é bom lembrar, um *processo*, e por isso requer a combinação de elementos empíricos e pressupostos, num contínuo movimento de vai-e-vem. Diversas indicações podem ser encontradas, nesse sentido, vindo de pesquisadores da área: Burawoy chama a esse tipo de preocupação de *estudo*

6 No Brasil, esse foi um tópico bastante explorado pela literatura da área. Veja-se, entre outros, a coletânea organizada por Abreu(2000).

de caso alargado (Burawoy *et alii* 1991), assim como lembra, numa autoanálise retrospectiva, as limitações de sua própria pesquisa seminal (Burawoy, 2012), em que as perguntas sobre o contexto da fábrica metalúrgica produtora de ferramentas estudada por ele estavam ausentes. Durand (2004), por sua vez, fala de um permanente contraste entre o micro e o macro na pesquisa sociológica do trabalho. Há outros autores.

5. Questões de pesquisa hoje e uma resposta à "bravermania"

Do ponto de vista substantivo, alguns temas têm sido recorrentes entre os pesquisadores (ainda) preocupados com o desenvolvimento da análise do processo de trabalho. Tais temas estão relacionados principalmente com a saúde do trabalhador: seja a persistência das lesões por esforços repetitivos (LER), mesmo nos métodos modernos de produção (herdados da *lean production* e continuados nos métodos gerenciais dito de "alta performance"), seja o mal-estar psicológico com a cobrança de metas e resultados, o qual se desdobra em diagnóstico de depressão e, nos casos mais dramáticos, suicídio derivado da pressão pelas chefias e supervisores (BARRETO *et alii*, 2011). O outro aspecto – bastante ligado a esse último, por sinal – é o assédio moral, o qual não pode ser definido como "doença", mas que, no fundo, participa do mesmo conjunto de causas que levam à depressão e ao suicídio.

Isso nos leva ao último ponto de discussão deste artigo, que é o problema da individualização do trabalho nas situações de organizações que completaram a transição para o pós-fordismo, seja no seu aspecto contratual (com o fim do emprego estável e de período completo), no seu aspecto salarial (com o fim do salário associado à antiguidade e à formação profissional na área de especialidade), e no seu aspecto funcional (com a quebra do quadro de cargos e salários reconhecível e administrável pelos próprios empregados). Finda a transição, vencidos os obstáculos e afastados os inimigos (sindicatos, partidos de

esquerda, opinião pública crítica ou pouco entusiasta em relação á reestruturação produtiva), restam o trabalhador, seus pares e os superiores imediatos convidados a estabelecer novas regras de conduta o mais possível infensas a influências "externas", isto é, externas à empresa. Fala-se em grupos, times, células, mas nunca de classe.

Essa nova identificação que se vai construindo, tanto de si quanto do local de trabalho, reserva uma enorme carga de responsabilidade para o trabalhador individual.

A obra de Braverman teria ainda algo a dizer sobre essa realidade?

Para responder a essa pergunta, deve-se retomar a recepção do livro entre *scholars*, e o rápido sobrevoo na literatura iniciado acima será complementado.

O termo "bravermania" foi tomado, inicialmente, com uma acepção negativa em Littler e Salaman (1982) e Liitler (1990) – e não, portanto, para indicar a proficuidade da obra e sua apropriação crítica. Essa última aparecia, então, como o produto acabado de um tempo em que o trabalho e a produção tinham uma centralidade explicativa, logo transferida para as esferas da cultura, da identidade (Meiksins, 1994), ou então da comunicação e do "mundo da vida". Meiksins faz uma compilação satisfatória dos principais problemas apontados na obra de Braverman por seus comentadores. Segundo ele, esses problemas podem ser resumidos em: a questão da definição de qualificação; o modelo do ofício que subjaz à crítica; a concepção de degradação do trabalho; a gerência cientifica como sinônimo de lógica do capitalismo; a questão da subjetividade ausente da análise, tanto em relação à classe trabalhadora (preocupação com a classe-em-si ao invés da classe-para-si), quanto em relação também aos gerentes; a não-consideração da resistência operária ao controle gerencial; o foco estreito no chão de fábrica ou local de trabalho.

Todas essas ponderações foram, de um modo ou de outro, enfrentadas pela própria literatura subseqüente: a questão da qualificação do trabalho foi, por assim dizer, "qualificada" com a inclusão das qualificações ditas "tácitas" (Wood & Jones, 1984) e outras manifestações menos arraigadas à definição formal de qualificação, associada que

está ao trabalho assalariado, de tempo indeterminado e masculino, bem como das possibilidades de "re-qualificação" dos operadores (tese de Kern & Schuman, 1989); o ofício foi contextualizado como uma forma histórica já superada pelo próprio capitalismo; a degradação do trabalho foi devidamente perscrutada de vários pontos de vista (Wood, 1982), inclusive nas suas variantes deterministas; a gerência científica foi reconsiderada como uma forma – dentre outras – de controle capitalista, deixando com isso de atribuir uma proeminência ao taylorismo que ele provavelmente não tenha merecido; a subjetividade deslocou-se das interrogações acerca da resistência e da classe-para-si para as perguntas sobre os dispositivos de subjetivação e de construção da identidade *à la* Foucault; as resistências foram esquadrinhadas à exaustão por estudos empíricos de caso e etnografias distribuídas por setores, cadeias produtivas e clivagens de gênero, raça e idade; o chão de fábrica foi complexificado com a inclusão de conceitos mais estruturais (Estado, reprodução da força-de-trabalho, competição inter-firmas etc.) que, sem abandonar o processo de trabalho, buscaram incorporá-lo em um esquema explicativo de conjunto[7]. Enfim, a tematização dos pontos cegos de Braverman deu margem a uma vasta produção intelectual de diálogo incessante entre seus interlocutores (sobretudo os de língua inglesa) que, longe de atestar o escopo limitado da "bravermania", fala mais sobre a enorme fortuna que a obra estava destinada a projetar a partir de sua recepção.

À pergunta de por que ainda Braverman permanece como um desafio pode ter a ver justamente com a permanência de certos achados componentes do processo de trabalho que são incontornáveis em qualquer análise que se faça, seja de velhos ou de novos setores de atividade (como os *call centers*, os diversos "serviços" personalizados ou, ainda, os trabalhos de cuidado/*care*). Esses componentes são: a qualificação, a resistência, a (provável) degradação experimentada pela força-de-trabalho; a conexão com o Estado, os serviços sociais dispensados e a competição entre empresas e grupos econômicos; as

7 Como é o caso do conceito de "regime fabril" (Burawoy, 1985), já discutido aqui.

clivagens identitárias e suas formas de manifestação coletiva; a subjetividade diante da disjuntiva individualização *versus* solidarismo... quem poderia contestar que essas são perguntas de hoje, também colocadas na época de Braverman ou instigadas pela sua leitura? Quem não diria que essas realidades atacam indistintamente trabalhadores industriais e não-industriais, que são realidades, enfim, que se referem a uma noção larga de "classe trabalhadora" que atravessa boa parte do universo de assalariados e não-assalariados? Braverman acerta no que há de *comum* na experiência do trabalho. O que ele não poderia prever é que tal experiência do trabalho está se divorciando mais e mais de uma definição de classe – ou "classe trabalhadora" – excessivamente vinculada ao emprego (entendido como relação salarial)[8].

Também não poderia prever as formas de controle que atacam as esferas da intimidade e do privado, diferentemente do período fordista, que resguardava relativamente esses âmbitos do ataque do elemento heterônomo e disciplinador, tal como acontece no caso dos chamados novos métodos de organização do trabalho, oriundos da inspiração toyotista. Parece que o estreitamento do espaço público tem uma relação direta com a fragilidade da classe (e a insegurança do estatuto que a classe fornecia), e por sua vez com a invasão da empresa nos espaços de autonomia duramente conquistados. Esse é um tema de pesquisa que vem sendo abordado por alguns autores, mesmo que não ligados diretamente à tradição do processo de trabalho ou à influência de Braverman, e que é possível de ser explorado com o material, as ferramentas e os métodos que a sociologia do trabalho – ainda que não pertencente à filiação teórica de Braverman – legou.

8 Não acrescenta muito dizer, como faz Meiksins (1994), que tanto os empregados de colarinho branco quanto os trabalhadores industriais têm em comum o fato de experimentarem a exploração econômica e o controle político. Resta saber *como* esses dois elementos se manifestam fenomenologicamente, pois as alterações de forma podem ser muito elucidativas dos modos de resistência (os quais, vistos com as lentes do passado, podem passar despercebidos: o silêncio e a retração – ao invés da luta e da postulação pública de uma demanda – podem ser um exemplo). Insistir também na confluência pode perder de vista as estratégias de distinção, assim como o esforço ou a facilidade com que elas são invocadas por um e por outro grupo, etc.

Tal legado, no entanto, levanta alguns pontos de coerência teórica cujo compromisso com a sociologia do trabalho não pode levar a que sejam escondidos ou diluídos: a reestruturação produtiva dos locais de trabalho, dentro da teoria que informa a obra de Braverman, é uma necessidade permanente de fazer face a uma relação antagônica (capital e trabalho) que exige, por sua vez, mudanças constantes: quer seja para manter o trabalho dócil, quer seja para evitar que a competição leve o sistema à ruína, quer seja para extrair a produtividade e o lucro mesmo quando a situação do mercado é adversa. Encontrar a "quadratura do círculo" em meio a essas exigências contraditórias é algo que perpassa a *todos* os agentes. De novo, não é isso que tem de ser relativizado mas a forma como é buscado. Dizer, como faz Meiksins (1994), que recorrer à sociologia do trabalho pré-Braverman é uma regressão, não vê que essa última pode ajudar a recolocar o trabalho em cena, quando muitos o estão abandonando em nome de outros recortes explicativos.

Curiosamente, Meiksins (1994) reprova na literatura recente justamente aquilo que outros comentadores (vide, por exemplo, Edwards, 2010) realçam como o mais promissor, isto é, aproximar a abordagem marxista oriunda dos primeiros estudos do processo de trabalho dos estudos clássicos da sociologia do trabalho, os quais não carregam os pressupostos daquela abordagem (o caráter antagônico estrutural das classes).

Mas o pomo da discórdia parece residir num nível mais profundo, e ele se refere ao entendimento que aquele primeiro autor conserva da separação entre um nível objetivo e um nível subjetivo na constituição das classes, e em assim fazendo – isto é, raciocinando em termos de tal separação, como se ela fosse possível na práxis dos atores coletivos – ele reserva duas realidades bem distintas: uma em que as classes existem no nível objetivo e estrutural, e outra em que elas são "construídas" nas situações concretas da experiência, em que as relações sociais são, como ele diz, "contingentes" (Meiksins, 1994: 55). Ora, minimizando a feição *construída* da realidade social chega-se a um ponto em que muito das tensões e contradições que habitam a todo o momento o mundo social, afetando inclusive os trabalhadores

e seus supostos "interesses objetivos" (trabalhadores que tomam posições conservadoras; ideologias regressivas que estão no lugar de outras, mais democráticas; jogos que conduzem à super-exploração ao invés da emancipação do trabalho, e muitas outras "inconsistências" bem conhecidas daqueles que se aventuram por esse campo), ficam reduzidas a um problema cuja resolução já é previamente conhecida: basta a tomada de consciência da classe para que o conflito tenha o seu bloqueio desimpedido, dando livre curso ao desenvolvimento (a luta de classes). Nesse particular, a ciência social pode ajudar, ao invés de obscurecer. O caráter construído das relações sociais[9] – inclusive das relações sociais de trabalho – não deve ser um obstáculo ao conhecimento do processo de trabalho mas, ao contrário, o desafio permanente da pesquisa daqueles que estão em busca da resolução do mal-estar que persevera entre fatos e valores.

61. Conclusão: a importância do debate

As mudanças no local de trabalho - índice das transformações nos processos de trabalho – não são um tema anódino e apenas restrito a especialistas acadêmicos. Elas estão na ordem do dia das políticas públicas, inclusive na América Latina, e frequentam muito do palavrório sobre globalização, ajuste e reestruturação produtiva. A agenda das "reformas" do trabalho inclui o diagnóstico mais abrangente de processos que estão ocorrendo no nível da classe social dos trabalhadores: fragmentação, cooptação ou mesmo dissolução da classe. É possível acompanhar sua trajetória de incorporação no debate público por meio das iniciativas de "modernização" da economia e das relações sociais de trabalho que ela enseja.

Propostas e temas muito semelhantes aparecem em diversos contextos nacionais da periferia latino-americana, com a agenda do Consenso de Washington aparecendo como uma necessidade intrans-

9 Falar em caráter construído da realidade social não quer dizer que tal construção seja indeterminada e aleatória.

ponível e inescapável por parte das elites políticas – mesmo as de esquerda. Aqueles que acompanham o cenário político sabem muito bem que as chamadas "reformas laborais" guardam muita semelhança com as estratégias de "reforma do local de trabalho" que também foram apresentadas aos sindicatos dos países do centro do capitalismo, com recepção variada dependendo do estado da correlação de forças ali.

Restituir a análise do processo de trabalho no debate político pode ser uma forma de retomar a inspiração e os ensinamentos de uma obra como a de Braverman.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. (org.) (2000) *Produção Flexível e Novas Institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

BARRETO, M.; NETTO, N.B. e PEREIRA,L.B. (org.) (2011) *Do Assédio Moral à Morte de Si. Significados Sociais do Suicídio no Trabalho*. São Paulo: Matsunaga.

BURAWOY, M. (1979) *Manufacturing Consent*. Chicago: Univ. Chicago Press.

BURAWOY, M. (1985) *Politics of Production*. London: Verso.

BURAWOY, M. (2012) "*Manufacturing Consent* Revisited" *La Nouvelle Revue du Travail* 1 http://nrt.revues.org

BURAWOY, M. e*t alii* (1991) *Ethnography Unbound: Power and Resistence in the Modern Metropolis*. Berkeley and Los Angeles: Univ. of California Press.

CLARKE, S. (1991) "Crise do Fordismo ou Crise da Social-Democracia?" *Lua Nova* 24, setembro: 117-147 [orig. *Telos* 83, 1990]

DE TERSSAC, G. (1992) *Autonomie dans le Travail*. Paris: PUF.

DURAND, J.P. (2004) *La Chaîne Invisible. Travailler aujourd'hui: flux tendu et servitude volontaire.* Paris: Seuil.

EDWARDS, P. (2010) "Developing Labour Process Analysis: Themes from Industrial Sociology and Future Directions". *In*: THOMPSON, P. & SMITH, C. *Working Life: Renewing Labour Process Analysis*. London: Palgrave-Macmillan.

GEREFFI, G.& KORZENIEWICZ, M (orgs.) (1994) *Commodity Chains and Global Capitalism*. Westport: Præger.

KERN, H. & M. SCHUMANN (1984) "Vers une professionalization du travail industriel". *Sociologie du Travail* Paris: Dunod 26(4).

LINHART, D. (1993) "À propos du post-taylorisme". *Sociologie du Travail*. Paris: Dunod 1/93, jan-mai.

LITTLER, C. & SALAMAN, G. (1982) "Bravermania and beyond: recent theories of the labor process". *Sociology* 16(2): 251-69.

LITTLER, C. (1990) "The labor process debate: a theoretical review, 1974-1988" *in* KNIGHTS, D. & WILLMOTT, H. (org.) *Labour Process Theory.* Londres: Macmillan: 46-94.

MEIKSINS, P. (1994) "*Labor and Monopoly Capital* for the 1990s: a Review and Critique of the Labour Process Debate". *Monthly Review* 46 (6).

RAMALHO, J.R. (1991) "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate". *BIB Boletim Bibliográfico em Ciências Sociais* 32, 2º semestre: 31-48.

WOOD, S. (1982) *Degradation of Work*? London: Hutchinson.

WOOD, S. & JONES, B. (1984) "Qualifications Tacites, Division du Travail et Nouvelles Technologies". *Sociologie du Travail* Paris: Dunod 4.

Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em outubro de 2014

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.82
10.20336/rbs.82
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jun/Dez/2014
Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas*

O MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DO EMPREGO NO BRASIL: INTEGRAÇÃO PRECÁRIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

RESUMO
Neste trabalho, analisa-se o mercado de trabalho e a questão do emprego no Brasil como questão social, discutindo-se a evolução recente do emprego e das políticas sociais de renda mínima como fatores de integração social. Nestes termos, procura-se identificar em que medida o crescimento recente do emprego formal e uma tendência de desprecarização do trabalho, ancorados num novo modelo de desenvolvimento que se propõe mais inclusivo, se constituem em suportes efetivos de integração dos trabalhadores e de superação das profundas desigualdades que marcam a história da sociedade brasileira. Para tanto, aborda-se dois aspectos fundamentais. De um lado, identifica-se as principais formas de integração econômica e de proteção social dos trabalhadores, não vinculadas ao mundo trabalho, particularmente no âmbito das políticas sociais e de assistência. Avalia-se, neste caso, como tem se configurado, no período recente, o problema da pobreza. Por outro lado, discute-se como tem evoluído o emprego formal, seu peso na estrutura ocupacional e na distribuição da renda e em que medida sua evolução tem sido marcada por formas precárias de inserção ocupacional. Levanta-se a hipótese de que tem se configurado, no Brasil, um novo modelo precário de integração da classe trabalhadora, um precariado, no qual se combinam a precariedade no emprego e no trabalho e uma forte presença do Estado assistencial.
Palavras-chave: Emprego, precariedade, mercado de trabalho

ABSTRACT
This paper analyzes the labor market and the issue of employment in Brazil from a social perspective, discussing the recent evolution of employment and the social policies of minimum income as factors of social integration. Therefore, we seek to identify to what extent the recent increase seen in formal employment and a trend towards the

*Professor associado do Instituto de Filosofia, Sociologia e Políti- ca (IFISP/UFPel), Doutor em Sociologia (2008) pela Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines (França) com Pós-Doutorado em Sociologia (2011-2012) pela UFRGS. Possui Diploma de Estu- dos Aprofundados (DEA) em Ciências Sociais "Cultureset Comporte- ments Sociaux" (1997) pela Universidade de Paris V (França). Integra os Grupos de Pesquisa "Trabalho e Trabalhadores: Identidades, Desi- gualdades e Transformações Sociais" (UFPel) e "Núcleo de Estudos Urbanos - NAU" (FURG), desenvolvendo pesquisas sobre os temas: "Emprego e desenvolvimento", "Trabalho, desigualdades e análise de trajetórias e experiências de trabalhadores no mercado de trabalho", "Trabalho e relações de gênero", "Mercado de trabalho, políticas pú- blicas de emprego e precariedade do trabalho no Brasil".

improvement of working conditions, supported by a new development model that intends to be more inclusive, constitute effective means to integrate workers in society and help them overcome the deep inequalities that pervade the history of Brazilian society. To this end, we discuss two key aspects. On the one hand, we identify the main forms of workers' economic integration and social protection that are not linked to the world of work, particularly in the context of social and welfare policies. In this case, we examine how the issue of poverty has been characterized in recent years. On the other hand, we discuss how the issue of formal employment has evolved, its weight in the occupational structure and in the distribution of income, and to what extent its evolution has been marked by precarious forms of occupational integration. We raise the hypothesis that a new and poor model for the integration of the working class known as precariat has been shaped, combining job insecurity with a strong presence of the welfare state.

Keywords: Employment, precariousness, labor market

RÉSUMÉ

Dans ce travail l'on analyse le marché du travail et la question de l'emploi au Brésil comme question sociale, discutant l'évolution récente de l'emploi et des politiques sociales d'assistance en tant que facteurs d'intégration sociale. Dans ce contexte, on cherche à identifier dans quelle mesure la croissance récente de l'emploi formel et une tendance à la *déprécarisation* du travail, ancrés sur un nouveau modèle de développement qui se propose plus inclusif, se constituent en des supports effectifs d'intégration des travailleurs et de dépassement des inégalités profondes qui marquent l'histoire de la société brésilienne. Pour ce faire, l'on approche deux aspects fondamentaux. D'un côté l'on identifie les formes principales d'intégration économique et de protection sociale des travailleurs, non rattachées au monde du travail, particulièrement dans le domaine des politiques sociales d'assistance. L'on évalue, dans ce cas, comment s'est configuré, dans la période récente, le problème de la pauvreté. De l'autre côté l'on discute comment a évolué l'emploi formel, son poids dans la structure professionnelle et dans la distribution des revenus et en quelle mesure son évolution est marquée par les formes précaires d'insertion professionnelle. On avance l'hypothèse qu'il est en train de se conformer, au Brésil, un nouveau modèle précaire d'intégration de la classe des travailleurs, un précariat, dans lequel se combinent la précarité dans l'emploi et au travail et la forte présence de l'État et de ses politiques d'assistance sociale.

Mots-clés: Emploi, précarité, marché du travail.

Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas

O MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DO EMPREGO NO BRASIL: INTEGRAÇÃO PRECÁRIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

1. Introdução

Neste trabalho, pretende-se analisar a dinâmica recente do mercado de trabalho e a tendência de crescimento do emprego formal no Brasil enquanto questão social. Trata-se de indagar em que medida o crescimento econômico e a expansão do emprego vêm sendo capazes de produzir a desprecarização do trabalho e um novo padrão de integração social da classe trabalhadora, revertendo as profundas desigualdades sociais produzidas pelo modelo concentrador de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Em sociedades capitalistas, tendo em vista a transformação da força de trabalho em mercadoria, tal qual descrita por Marx (1983), o trabalho assalariado torna-se, historicamente, um dos pilares sociais e econômicos fundamentais de acesso dos trabalhadores a um rendimento, bem como, em período mais recente, à cidadania e a uma identidade social legítima. Depois de um longo período histórico de constituição e consolidação das chamadas sociedades salariais, nos termos propostos por Castel (2001), esse fundamento das relações sociais e da sociabilidade moderna, o trabalho assalariado, passa por profundas transformações nas últimas décadas, redefinindo-se o estatuto da relação salarial e o grau de garantias e proteções a ele associadas. É nes-

tes termos que o tema da precarização do trabalho ganha relevo tanto no debate sociológico como no debate público (Antunes, 2006, 2013; Druck, 2011; Druck & Franco, 2007; Rosenfield, 2010;Vargas, 2012).

No Brasil, a situação não é muito diferente, ainda que a relação salarial moderna jamais tenha se constituído plenamente e jamais tenha gozado da força protetora e amplitude que se observou na Europa e nos países mais avançados do capitalismo mundial. Nem por isso, no entanto, a precarização do trabalho deixou ou deixa de ser, nas últimas décadas, um problema social de primeira grandeza, em contraste com a velha e extensa informalidade e precariedade estrutural do trabalho. Após um longo período de crise econômica e de reestruturação produtiva que provocaram uma profunda desestruturação do mercado de trabalho e uma ainda mais profunda precarização social da classe trabalhadora brasileira, sobretudo ao longo dos anos noventa, assiste-se, mais recentemente, a um conjunto de políticas públicas que pretendem reverter essa tendência histórica.

É esse, pois, o pano de fundo no qual é proposta a indagação fundamental deste trabalho. Quais são os impactos das transformações sociais e econômicas recentes no Brasil sobre o trabalho, o emprego e a situação da classe trabalhadora? Em que medida o conjunto de políticas econômicas e sociais vem conseguindo integrar os trabalhadores a um novo padrão de desenvolvimento, ao novo desenvolvimentismo? Qual é o papel do trabalho remunerado e do emprego, de um lado, e das políticas sociais de renda mínima, de outro, nesse processo de integração dos trabalhadores?

Para responder a essas questões, pretende-se explorar, sumariamente, alguns dados e indicadores sobre mercado de trabalho, emprego, desemprego, pobreza e políticas de renda mínima no Brasil, na tentativa de identificar e caracterizar o modelo de integração dos trabalhadores no atual processo de desenvolvimento econômico. Estima-se que um padrão de integração baseado na precariedade do trabalho e na forte presença de um Estado assistencial seja a base fundamental desse novo modelo de desenvolvimento, incapaz de superar definitivamente as profundas desigualdades sociais herdadas.

Este trabalho divide-se em duas partes. Na primeira, propõem-se algumas reflexões teóricas sobre a questão do emprego como questão social, tendo em vista, sobretudo, as concepções sugeridas por Castel (2009) a respeito da emergência de um novo padrão precário de integração dos trabalhadores ao desenvolvimento capitalista flexível no mundo contemporâneo. Na segunda parte, procura-se identificar as transformações do trabalho na sociedade brasileira recente, apresentando-se um conjunto de indicadores capazes de contribuir para compreender o modo como a classe trabalhadora se integra a esse novo padrão de desenvolvimento em curso.

2. A questão do emprego como questão social

A questão do emprego, nos termos aqui propostos, não se coloca apenas como uma questão econômica subordinada à dinâmica do crescimento, às políticas macroeconômicas e às necessidades de assegurar uma força de trabalho apta, adaptada e qualificada segunda as exigências do mercado de trabalho e das empresas. Trata-se, sob outro ponto de vista, de considerar o emprego como um mecanismo social fundamental de integração social, de incorporação da classe trabalhadora e da maior parte da população à ordem social e econômica capitalista. O emprego, por isso, constitui-se num meio fundamental de acesso à renda, à proteção e ao reconhecimento social através de uma atividade econômica considerada legítima. É nestes termos que a questão do emprego se torna também uma "questão social" e não apenas uma "questão econômica".

Nos termos propostos por Castel, "a questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência" (Castel, 2001: 30). Se, do ponto de vista estritamente econômico, a questão do emprego traz à tona a capacidade de um sistema de alocar e distribuir seus recursos

e produzir com eficiência, provendo os agentes econômicos das qualificações e competências necessárias para assegurar o adequado funcionamento das atividades produtivas – dispondo, em última análise, de um capital humano compatível –, do ponto de vista social está em questão a capacidade de uma sociedade assegurar aos trabalhadores não apenas sua subsistência física, mas o acesso a bens e serviços que assegurem condições de vida consideradas dignas. Neste sentido, o emprego torna-se, para os trabalhadores, um meio fundamental de acesso tanto a um rendimento regular, à reprodução de seu bem estar material, como também a um reconhecimento e a uma identidade social. Converte-se, por isso, num mecanismo fundamental de integração desses trabalhadores à vida social, nela ocupando uma posição específica e um estatuto reconhecido.

Segundo Offe (1989), o mercado de trabalho como espaço social marcado por essa dupla função, de alocar as capacidades de trabalho e de distribuir a renda entre os trabalhadores, não funciona do mesmo modo como os demais mercados. Isto porque a mercadoria força de trabalho não se apresenta como as demais mercadorias. Trata-se, na verdade, de uma mercadoria fictícia, de uma falsa mercadoria, pois não pode ser produzida e ofertada a partir de condições e critérios puramente econômicos. Sua "produção", "distribuição" e "venda" dependem de fatores extra-econômicos. A reprodução humana em nível biológico, por exemplo, não obedece à lógica de mercado, mas a fatores sócio-culturais mais amplos. Os trabalhadores não podem deixar de vender sua força de trabalho, mesmo que os preços dessa mercadoria especial, os salários, estejam muito baixos. O próprio exercício da racionalidade econômica instrumental encontra-se limitado por tais necessidades inadiáveis e insuperáveis e por tais fatores extra-econômicos. A própria mobilidade dessa força de trabalho encontra-se limitada por condições físicas, geográficas, econômicas e sociais. A limitada mobilidade dessa mercadoria deve-se, pois, ao fato de que os trabalhadores, como seres humanos, estão vinculados a grupos sociais de pertencimento.

O mercado de trabalho, portanto, funciona de maneira precária e desequilibrada, implicando uma forte assimetria entre compradores e

vendedores. Tal fato implicou, historicamente, a maciça intervenção do Estado para regular essas relações de compra e venda da força de trabalho. Tais regras implicaram, pois, a necessidade de subtrair os trabalhadores das determinações puramente mercantis que lhes implicasse em uma condição de vulnerabilidade e precariedade social. É nesses termos que os trabalhadores passaram a consolidar um conjunto de direitos e proteções específicos, um estatuto social.

Para Castel (2001), a história da moderna condição salarial é a história da consolidação desse estatuto social. Sem poder gozar das formas de proteção e solidariedade tradicionais e estando ainda destituídos do acesso à propriedade privada e à segurança que elas implicam, os trabalhadores tiveram na estabilização da relação salarial e na sua subtração às relações puramente mercantis os suportes e as proteções necessárias para enfrentar os riscos da existência. Para este autor, as sociedades modernas tornaram-se, pois, "sociedades salariais" nas quais os direitos e proteções do emprego se generalizaram para o conjunto da população ocupada. O emprego, mais especificamente o conjunto de direitos e proteções que implica, tornou-se, pois, um dos pilares fundamentais de integração social dos trabalhadores.

3. A questão do emprego no Brasil

No Brasil, a questão do emprego adquire contornos específicos, tendo em vista o processo histórico de formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de suas relações de trabalho. Desde o seu início, já no final do século XIX, a constituição do mercado de trabalho ocorreu à expensa do acesso de vastas parcelas da população – dos ex-escravos e dos trabalhadores vinculados à economia de subsistência – ao trabalho livre (Barbosa, 2008; Theodoro, 2004). A política migratória promovida pelo Estado brasileiro e pelas elites econômicas da época gerou a formação de uma classe de trabalhadores assalariados brancos, de origem europeia, o que implicou o fechamento desse mercado de trabalho livre aos ex-escravos, empurrados seja em direção à economia rural de subsistência, seja em direção ao trabalho urbano

informal. Assim, desde os primórdios de formação do trabalho livre, assiste-se, ao mesmo tempo, à formação de um excedente estrutural de trabalhadores colocados à margem do trabalho assalariado.

A partir de 1930 e, sobretudo, a partir dos anos cinquenta, com a forte industrialização da economia brasileira, esse mercado de trabalho expandiu-se enormemente, mas nunca em níveis suficientes para absorver os fluxos migratórios, agora internos, sobretudo dos trabalhadores do campo para as cidades. Esse padrão de desenvolvimento, tardio e retardatário, levado a cabo numa fase avançada de acumulação capitalista monopolista mundial e intensiva em capital, provocou a expansão de excedentes estruturais de trabalhadores, frequentemente absorvidos por uma suposta economia informal urbana. Essa "massa marginal" (Kowarick, 1977; Nun, 2000) permanecerá à margem do trabalho assalariado protegido, alimentando as periferias das grandes cidades brasileiras ao longo desse processo de expansão capitalista e industrial.

Neste sentido, a relação salarial moderna, o emprego protegido, não se impôs nem se generalizou como a forma hegemônica de trabalho, convivendo com outras formas e relações igualmente importantes, tais como o assalariamento informal, o trabalho autônomo individual, o trabalho familiar rural ou urbano, o trabalho doméstico ou, ainda, as formas de trabalho ligadas às atividades de subsistência. Além de não se generalizar, essa relação salarial nunca se estabilizou nos termos identificados por Castel ao referir-se aos países desenvolvidos, a França em particular. Nunca se teve no Brasil, portanto, uma sociedade salarial plena, mas apenas um restrito assalariamento estável que conviveu com a forte disseminação de formas salariais instáveis. A relação salarial moderna combinou-se, pois, com um "indigno assalariamento" (Castel, 2001) e com formas marginais e periféricas de trabalho, mais ou menos articuladas com as formas capitalistas de produção.

Outra característica fundamental do trabalho e das relações de trabalho no Brasil é seu elevado grau de desigualdades sociais. Estas se refletem tanto no modelo autoritário de relações de trabalho e de classe, denominado por Dedecca (2006) de regulação despóti-

ca – utilizando os termos de Burawoy (1990) – como nas clivagens internas à própria classe trabalhadora em termos de classe, gênero, etnia e geração. Essas desigualdades sociais se expressaram e ainda se expressam no elevado grau de pobreza e de exclusão ao acesso às formas modernas e protegidas de trabalho e de relações de trabalho e no acesso restrito à formação escolar e profissional e ao conjunto de direitos sociais e proteções trabalhistas. A própria capacidade limitada de proteção desses direitos revela-se como um sintoma dessas desigualdades.

Aliada à velha precariedade estrutural do trabalho e às desigualdades sociais que a acompanham ao longo da história, é preciso levar em consideração, ainda, para compreender as especificidades nacionais, o novo processo de precarização do trabalho observado a partir dos anos noventa (Antunes, 2006, 2013; Druck & Franco, 2007; Pochmann, 2002). Até então, o país havia completado seu ciclo de desenvolvimento capitalista a partir de um modelo baseado na substituição de importações. Ancorado na forte intervenção do Estado e na proteção da economia nacional, este modelo caracterizou-se por uma forte expansão econômica e por elevados níveis de desigualdade e heterogeneidade da estrutura produtiva. A crise mundial e de financiamento desse modelo provocaram uma crise profunda do Estado brasileiro num contexto de reestruturação produtiva e de reformas liberais.

Do ponto de vista econômico e social, as décadas de oitenta e noventa são consideradas "críticas" no Brasil, pois evocam um contexto de crise econômica acentuada, seja pela recessão e instabilidade econômica, inflação elevada, crise fiscal e elevado endividamento público (anos oitenta), seja pela rigidez de políticas monetaristas de estabilização econômica e controle da inflação (anos noventa) que levam a uma reestruturação/desestruturação das atividades econômicas e do mercado de trabalho (Pochmann, 2002).

Em termos de crescimento econômico, o saldo desse período é bastante tímido se comparado ao período anterior. Segundo Pochmann (2002), entre 1950 e 1980, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo, apresentando uma elevada expansão do produto econô-

mico, de quase 7% ao ano. Tal cenário foi possível graças a um projeto de desenvolvimento alicerçado no forte papel do Estado e das empresas estatais, bem como na ampla internacionalização do mercado interno, naquele período altamente protegido da concorrência externa. A partir dos anos oitenta, a economia brasileira passa a mostrar um baixo dinamismo, apresentando uma expansão anual média de apenas 2,1% entre 1980 e 1999. Trata-se de um crescimento apenas um pouco acima da expansão demográfica e abaixo do crescimento da economia mundial. Nestes termos, o Brasil perde sua participação na economia internacional. Este período consolidou a chamada "estratégia de integração passiva e subordinada à economia mundial" (Pochmann, 2002: 40).

Nesse novo contexto, observa-se, a partir dos anos noventa, o avanço de um conjunto de políticas e reformas liberais visando integrar o país à globalização econômica e modernizar sua estrutura produtiva. O efeito dessas políticas foi um amplo processo de desestruturação da indústria nacional e do mercado de trabalho formal, o que resultou num forte incremento do desemprego e das formas de trabalho informais, assalariadas ou não. Do ponto de vista da população trabalhadora, as reformas liberais representaram um retrocesso em termos da ampliação dos direitos sociais e trabalhistas que vinham ocorrendo até então, principalmente com a consolidação da Constituição Federal de 1988, denominada constituição cidadã. Ao privilegiar a estabilização econômica, a liberalização comercial e as privatizações a partir do ingresso de capitais externos, o ajuste liberal teve, do ponto de vista social, custos bastante elevados, ainda que os níveis de pobreza tenham sido reduzidos por conta do processo de estabilização econômica.

4. O emprego e a assistência: as transformações recentes na sociedade brasileira

A partir dos anos 2000, observa-se uma importante inflexão na política econômica, particularmente com a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores e de uma nova concepção de desenvolvimento que

visa recuperar a capacidade do Estado brasileiro de regular a economia e de distribuir a riqueza. Tendo em vista a estabilização econômica conquistada e um cenário internacional favorável, a nova política econômica do então governo Lula logrou uma retomada do crescimento econômico que, articulada com uma elevação do poder real do salário mínimo e de uma política social mais ampla de assistência e distribuição de renda, provoca uma expansão do mercado interno e do consumo de massa. Esse modelo contribuiu para diminuir os efeitos destrutivos da crise internacional de 2008, mantendo a economia brasileira numa rota de crescimento significativo até 2010.

De um lado, do ponto de vista do mercado de trabalho, o resultado desse processo foi um forte crescimento do emprego formal e uma importante redução do desemprego e da informalidade do trabalho. As políticas de renda mínima, por outro lado, estiveram na base de uma forte redução da pobreza e de inclusão de vastas parcelas da população vivendo em condições de elevada vulnerabilidade social.

Esse novo padrão de desenvolvimento, esse novo desenvolvimentismo, estaria estruturado em torno de dois pilares fundamentais, o estímulo e a ampliação do mercado interno, por um lado, e um conjunto de políticas sociais redistributivas, de outro. No primeiro caso, as políticas visando estimular os investimentos em infraestrutura através do Plano de Aceleração do Crescimento, as políticas setoriais específicas (indústria naval, setor energético), as políticas fiscais de desoneração das atividades industriais (automóveis, eletrodomésticos, móveis, etc.), bem como as políticas de valorização do salário mínimo teriam um importante efeito de sustentação das atividades econômicas através da expansão da demanda interna. Na esteira dessas políticas, o crescimento do emprego formal foi uma das dimensões mais importantes, constituindo-se, deste modo, num importante fator de distribuição da renda. As políticas de renda mínima através do programa bolsa família também contribuíram decisivamente tanto para reduzir a pobreza como para ampliar a demanda interna, proporcionando um círculo virtuoso de distribuição de renda, elevação da demanda interna e crescimento do emprego.

Vejam-se, a seguir, alguns indicadores econômicos desse novo cenário.

Nos últimos anos, mais precisamente de 2004 a 2010, a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 4,5%, apesar da crise de 2008 que reduziu o crescimento do PIB de 2009 para -0,3%.[1] No ano seguinte, em 2010, o PIB voltou a crescer fortemente, atingindo a elevada taxa de 7,3%. Se comparado ao desempenho dos períodos anteriores, observa-se uma importante inflexão na economia brasileira. Nos anos noventa, sua taxa média anual de crescimento foi de 2,6%.[2] Ao longo de toda a década de 2000, essa média sobe para 3,7%. Este desempenho, no entanto, só não foi mais alto em função tanto dos efeitos da crise de 2008 como em razão de um início de década marcado pela incerteza. Entre 2001 e 2003, a taxa média anual de crescimento do PIB atingiu apenas 1,7%. Vale ressaltar, ainda, que, em 2011, a taxa de crescimento do PIB foi de apenas 2,7%, caindo ainda mais em 2012, para 0,9%, o que revela uma importante redução do ritmo de crescimento econômico nos últimos anos, dado o cenário internacional desfavorável e os possíveis limites do próprio crescimento interno (pressão inflacionária, investimentos limitados, déficit na balança comercial, câmbio desfavorável, etc.).

Os dados sobre a evolução recente da pobreza e da extrema pobreza no Brasil mostram um quadro aparentemente bastante positivo. Segundo o IPEA (2014), entre 1995 e 2003, a pobreza e a extrema pobreza se mantiveram em níveis relativamente estáveis. É a partir de 2003 que se observa uma importante redução de suas taxas. Em 2003, a população pobre constituía 35,75% da população brasileira, essa taxa caindo para 15,93%, em 2012. Ainda segundo o IPEA, a extrema pobreza era de 15,18%, em 2003, caindo para 5,29%, em 2012. Tanto o crescimento econômico como os programas de renda mínima contribuíram significativamente para a redução da pobreza. Somando-se a isto o aumento significativo do valor real do salário mínimo,

1 De 2004 a 2008, a taxa anual média de crescimento do PIB brasileiro atingiu 4,8% (IBGE, 2014a).

2 Se, nesse cálculo, incluir-se o ano de 1990, cujo desempenho do PIB foi de -4,3%, a média anual do período 1990-2000 cai para 1,9% (IBGE, 2014a).

observa-se um quadro de redução das desigualdades de rendimento.[3] É preciso, no entanto, ter cuidado com a leitura desses dados, uma vez que os patamares propostos para medir a pobreza e a extrema pobreza são extremamente baixos.

A análise dos dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2014c) revela alguns aspectos importantes desse fenômeno. Segundo o último censo, apesar dos avanços em termos de transferência de renda e de recuperação do valor real do salário mínimo nos últimos anos, 6,3% da população brasileira vivia numa situação de extrema pobreza[4]. Mais elevada na zona rural e nas pequenas e médias cidades, essa taxa dobra nas cidades entre 10 e 20 mil habitantes. Vale salientar, ainda, que, segundo os dados do Censo, metade da população brasileira possuía uma renda per capita mensal média de até R$ 375,00, o que correspondia a 73,5% do salário mínimo naquele ano.[5] Esses dados revelam que, mesmo diminuindo a pobreza oficial, a maior parte da população brasileira possui rendimentos próximos e mesmo abaixo dos patamares do salário mínimo.

A partir dos dados publicados pelo IBGE, pode-se ter uma ideia mais clara da extensão das políticas sociais de transferência de renda no Brasil nos últimos anos. Segundo esse instituto, em 2006, esses programas sociais atingiam mais de 10 milhões de domicílios e cerca de 46,4 milhões de pessoas, isto é, 18,3% dos domicílios e 24,8% da população brasileira, o que expressa uma capacidade de cobertura muito ampla. Cerca de 90% das famílias que recebiam benefícios dos programas sociais tinha rendimento médio per capita inferior a um salário mínimo mensal, o que expressa uma considerável eficiência desses programas em sua capacidade de atingir a população alvo. Dados mais recentes

3 Segundo o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2014b), o índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes caiu de 0,597, em 2000, para 0,536, em 2010. Trata-se de um importante indicador de redução da desigualdade de rendimento. Vale observar, no entanto, que essa desigualdade continua bastante elevada.

4 Rendimento per capita mensal médio de até R$ 70,00, em 2010. Hoje esse valor é de até R$ 77,00.

5 Em 2010, o salário mínimo era de R$ 510,00.

do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), referentes ao ano de 2011, revelam que eram mais de 13 milhões de famílias beneficiadas pelos programas de transferência de renda. Desde 2004, o número de famílias atendidas mais do que dobrou. Em 2011, foram transferidos mais de R$ 17 bilhões em benefícios às famílias.

Esses dados tornam evidente que os programas de transferência de renda tiveram um papel decisivo na redução da extrema pobreza no Brasil, evidenciando não só o papel estratégico do Estado no enfrentamento da questão social como também, ambiguamente, o papel do trabalho e do emprego na configuração desse quadro. O avanço das políticas de transferência de renda parece ir de par com a dificuldade do trabalho remunerado e do emprego de integrarem a classe trabalhadora ao desenvolvimento do país. Alguns diagnósticos dos programas de transferência de renda revelam que 70% dos adultos beneficiados por esses programas trabalhavam. Isto é, esses diagnósticos sugerem que o programa não desestimula as pessoas por ele assistidas a trabalharem, o que seria um aspecto positivo. No entanto, contraditoriamente, esse dado sugere que a pobreza vai de par com o trabalho, o que se tem chamado comumente de "pobreza laboriosa". Logo, se, por um lado, o programa não desestimula os beneficiados a trabalharem, por outro, ele mostra uma dimensão fundamental da questão social no Brasil, o problema da precariedade do emprego. Os dados referentes aos programas sociais revelam, por exemplo, que 34% dos ocupados beneficiados por esses programas tinha um emprego formal, o que leva-nos a questionar profundamente a qualidade da ocupação em geral e do emprego formal em particular no Brasil.

A evolução da questão do desemprego também revela uma importante inflexão nas transformações recentes pelas quais atravessa a sociedade brasileira. Pouco a pouco, as elevadas taxas de desemprego aberto dos anos noventa deram lugar, mais recentemente, a taxas mais baixas, sobretudo nas grandes regiões metropolitanas. Segundo os censos demográficos, a taxa de desocupação em 2000 era de 15,3%, reduzindo-se para 7,6% em 2010. Eram 11,8 milhões de desempregados em 2000, caindo para 7,2 milhões em 2010. Apesar des-

sa significativa redução, tanto a taxa como o volume do desemprego no Brasil continuam elevados. Taxas mais baixas nas grandes regiões metropolitanas revelam uma importante concentração do crescimento econômico e dos empregos nas áreas mais urbanizadas e desenvolvidas, em detrimento das áreas rurais e das pequenas e médias cidades. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a taxa média de desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas brasileiras no ano de 2010 foi de 6,7%.

Vale ressaltar, ainda, que estas taxas referem-se ao que se convencionou chamar de "desemprego aberto", medido segundo os critérios internacionais propostos pela Organização Internacional do Trabalho e pouco sensíveis ao denominado desemprego oculto (Vargas, 2008). Os dados que incluem o denominado "desemprego oculto", medido pelo DIEESE através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), revelam que a taxa de desemprego total em São Paulo, por exemplo, atingiu 11,9% em 2010, sendo 8,8% de desemprego aberto e 5,1% de desemprego oculto. A taxa média de desemprego aberto em São Paulo nesse mesmo ano, medida pela PME/IBGE, era de 7%.

Outra maneira de avaliar a capacidade de integração social dos trabalhadores é medindo a precariedade do trabalho, particularmente aquela associada à falta de proteção social através da contribuição previdenciária. Mais uma vez, a comparação entre os censos de 2000 e 2010 é reveladora de um quadro de redução da informalidade e de elevação dos níveis de proteção social. Segundo o IBGE, a parcela da população ocupada que não possuía nenhum tipo de proteção previdenciária caiu de 48,5%, em 2000, para 39,6%, em 2010. Em 2000, eram 31,8 milhões de trabalhadores nessa situação. Em 2010, apesar de sua redução em termos relativos, esse contingente cresceu em termos absolutos para 34,2 milhões de trabalhadores. Trata-se, ainda assim, de uma imensa parcela dos ocupados vivendo às margens do sistema público de proteção social e dos direitos trabalhistas.

Os trabalhadores denominados por conta própria, independentes, na sua maior parte vivendo na informalidade, mantêm níveis elevados de participação na estrutura ocupacional, sem uma modificação

significativa durante a última década. Sua participação caiu de 23,5% do total dos ocupados, em 2000, para 21,5%, em 2010. Em 2000, 78,3% desses trabalhadores não contribuíam para a previdência social. Em 2010, essa parcela diminuiu, mas continua elevada: 74,2% desses trabalhadores continuam à margem do sistema de proteção social. Em termos absolutos, eram 13,7 milhões de trabalhadores, em 2010. Dois terços desses trabalhadores eram do sexo masculino.

Os empregados domésticos também constituem uma parcela importante dos ocupados vivendo em situação de elevada precariedade. Na sua imensa maioria são mulheres das classes sociais mais desfavorecidas vivendo à margem das proteções trabalhistas. Mesmo quando protegidas pela lei, seus direitos são inferiores àqueles da maioria dos trabalhadores, o que deverá mudar com as recentes alterações das regras constitucionais já aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pela Presidência da República. A participação dessa categoria de trabalhadores no total da ocupação caiu de 7,6%, em 2000, para 6,9%, em 2010. Em 2000, 66,2% desses empregados domésticos não tinham carteira de trabalho assinada nem contribuíam para a previdência social. Em 2010, esse contingente caiu para 61,7%. Em termos absolutos, eram 3,7 milhões de trabalhadores vivendo nestas condições de precariedade, as mulheres representando 93,4% desse contingente.

Outras categorias de trabalhadores também apresentam níveis elevados de precariedade em relação à proteção previdenciária. É o caso dos trabalhadores na agricultura, dos trabalhadores da construção civil, na sua maioria homens, e de algumas categorias de trabalhadores em serviços coletivos e serviços às pessoas, além dos trabalhadores não remunerados e aqueles que trabalham para o próprio consumo, completamente à margem do sistema de proteção social.

Somando-se os trabalhadores desempregados e aqueles vivendo numa situação de precariedade no trabalho nos termos acima propostos, obtém-se um importante indicador de precariedade no mercado de trabalho brasileiro. Em 2000, eram 43,6 milhões de trabalhadores submetidos a essas condições. Eles representavam 56,3% da população economicamente ativa. Em 2010, esse contingente

caiu em termos absolutos e relativos. Eram 41,3 milhões de trabalhadores, seja na condição de desempregados, seja na condição de precariedade do trabalho, o que representava 44,2% da população economicamente ativa. Apesar da forte redução relativa desse contingente, sua redução em termos absolutos foi menos acentuada. Ainda assim, trata-se de uma enorme parcela dos trabalhadores vivendo numa situação de vulnerabilidade.

Finalmente, os dados relativos à expansão do emprego formal no Brasil merecem uma atenção especial. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, foram criados no Brasil, entre 2002 e 2011, mais de 17,6 milhões de empregos formais. Segundo o IBGE, a participação do emprego assalariado protegido no total da ocupação cresceu em termos relativos durante a última década, passando de 42,1%, em 2000, para 50,7%, em 2010. O emprego informal, por sua vez, recuou de 24,5%, em 2000, para 20,2% em 2010. Em termos absolutos, porém, houve um aumento do emprego informal, sendo contabilizados 17,4 milhões de empregos informais, em 2010, 1,4 milhões a mais do que em 2000.

A partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego é possível indicar algumas características desses empregos formais. Primeiramente, é preciso observar que o mercado de trabalho formal no Brasil mostra-se bastante flexível, instável e rotativo. Segundo a RAIS de 2011, o número de vínculos ativos em 31 de dezembro atingiu 46,3 milhões. Os vínculos inativos ao longo do ano, aqueles que foram rompidos durante o período, atingiram 24,7 milhões, o que leva a quase 71 milhões de vínculos totais durante o ano, entre ativos e inativos. Tais dados sugerem uma elevada rotatividade do trabalho. Tomando-se, mais precisamente, o número de demissões e términos de contrato ao longo do ano, isto é, excluindo as rupturas de vínculo atribuídas a falecimentos, aposentadorias, transferências e desligamentos voluntários, chega-se a 16,8 milhões de vínculos inativos. A razão entre esses desligamentos e o número total de vínculos ativos leva-nos a uma taxa de rotatividade de 36,3%. Se incluirmos os desligamentos voluntários, a taxa chega a 49,5%.

Trata-se, este, de um tipo de flexibilidade muito característica do mercado de trabalho formal no Brasil.

Identificando-se os tipos de vínculos predominantes, constata-se que, segundo a RAIS de 2011, 78,4% deles são feitos com base na contratação padrão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), outros 19% são vínculos estatutários e 2,6% são os demais tipos de vínculo (avulsos, temporários, menor aprendiz, contratos por prazo determinado, etc.). Tal fato revela que os empregadores não precisam necessariamente recorrer às formas de contratação normalmente definidas como "atípicas" pela literatura para alcançar uma elevada flexibilidade. O próprio contrato padrão da CLT já a torna possível.

Os dados sobre a duração do tempo de emprego também são reveladores dessa rotatividade e flexibilidade numérica da força de trabalho. Os vínculos com duração de até um ano somam 35,1% do total dos vínculos ativos. Aqueles com duração de até dois anos somam 51,4% do total dos vínculos ativos.

Enfim, outro importante indicador de precariedade do emprego formal pode ser observado através da remuneração dos trabalhadores. Assim, analisando-se a distribuição dos vínculos por faixas de remuneração em número de salários mínimos, constata-se que há uma fortíssima concentração dos empregos nas faixas salariais mais baixas. Isoladamente, a faixa que vai de 1 a 1,5 salários mínimos atinge quase 30% do total dos vínculos ativos de 2011; 34,7% dos empregos formais situam-se na faixa até 1,5 salários mínimos. Estendendo-se até 2 salários mínimos, chega-se a 54,6% dos vínculos de emprego e até 3 salários mínimos a 72,9% dos vínculos de emprego. Além de ser altamente flexível, de não garantir estabilidade, mas uma elevada probabilidade de demissão, os empregos formais também não asseguram rendimentos satisfatórios para a maciça maioria dos trabalhadores. A noção de "precariado" tal como sugerida por Castel (2009), torna-se, neste caso, de aplicação evidente. As relações de trabalho no Brasil, inclusive aquelas protegidas em relações formalmente assalariadas, apresentam um elevado grau de instabilidade e precariedade. Logo, não há apenas uma limitada capacidade quantitativa do trabalho e do

emprego formal de integrarem os trabalhadores ao desenvolvimento do país, daí a enorme extensão das políticas de renda mínima. Essa capacidade é limitada em termos propriamente qualitativos, uma vez que o próprio emprego formal apresenta elevada precariedade.

5. Conclusões

Depois de um longo período de desestruturação do mercado de trabalho e de forte precarização social e do trabalho no Brasil, sobretudo ao longo dos anos oitenta e noventa, assiste-se, no período recente, a um processo de reversão dessa tendência, com o crescimento do emprego formal e com a redução do desemprego, da pobreza e da informalidade no trabalho. Uma forte ampliação das políticas de renda mínima, por um lado, bem como a valorização do salário mínimo, por outro, contribuíram decisivamente para reduzir a pobreza e a miséria no Brasil e melhorar a integração econômica das parcelas mais vulneráveis da população brasileira, ampliando-se o consumo interno. Neste sentido, pode-se afirmar que houve um processo de desprecarização do trabalho no país.

No entanto, é possível afirmar que essa desprecarização é limitada e insuficiente no sentido da construção de outro modelo de integração da classe trabalhadora ao desenvolvimento nacional, consolidando-se, de fato, um padrão "precário" de integração. Essa precariedade apresenta duas facetas distintas.

De um lado, ela se apresenta nos termos da velha precariedade estrutural do trabalho no Brasil, de um ainda enorme contingente de trabalhadores situados à margem do mercado formal de trabalho, do emprego reconhecido e protegido. De outro, ela se manifesta no interior mesmo do sistema de proteção social e do emprego formal. Mesmo aqueles trabalhadores integrados a esse sistema, observa-se condições de forte instabilidade no trabalho e baixo reconhecimento social. Neste caso, a qualidade do emprego, ela própria, está na raiz de uma parte importante da pobreza no Brasil. Parcelas da população que dependem das políticas de renda mínima e que estão

inseridas no emprego formal colocam em evidência essa dimensão da precariedade do trabalho. A maioria dos trabalhadores brasileiros, integrados ou não ao emprego formal e a seu sistema de proteção, apresentam níveis de rendimento muito próximos ao salário mínimo, isto é, ao mínimo necessário à subsistência. Nesse caso, o programa bolsa família apresenta-se como um mecanismo de complementação de uma renda insuficiente do trabalho, o que coloca em evidência que a remuneração obtida pelo emprego precisa ser complementada por esse programa social. A expansão do emprego formal mantém boa parte dos trabalhadores brasileiros muito próximos aos níveis de rendimento nos patamares do salário mínimo. A redução da pobreza oficial torna-se, ela própria, altamente questionável, uma vez que são muito baixos os parâmetros a partir dos quais as linhas de pobreza e de extrema pobreza são definidas. Elas giram em torno de menos de 1/3 e de menos 1/6 do salário mínimo per capita, respectivamente, tomando como referência o ano de 2010. Atualmente, essa relação é ainda mais baixa.

Desenha-se, pois, um padrão de desenvolvimento que consolida um estado assistencial como necessidade imperiosa. Nenhum desenvolvimento capitalista a médio ou longo prazo parece ser capaz de produzir uma ampla integração do enorme contingente de trabalhadores à margem do mercado formal de trabalho. Ao contrário, esse desenvolvimento parece consolidar a outra faceta da precariedade do trabalho, aquela ligada ao próprio crescimento do emprego formal e protegido. O "precariado", portanto, parece consolidar-se como padrão fundamental de integração da classe trabalhadora brasileira.

Cabe salientar, finalmente, que além da precariedade que se configura através do trabalho informal, do desemprego, do emprego formal e da própria pobreza, há ainda outra dimensão não analisada neste trabalho, a precariedade dos serviços sociais (saúde, educação, segurança, transporte), isto é, aquela dimensão da precariedade que se expressa através da intervenção do Estado e da baixa qualidade dos serviços públicos oferecidos à população brasileira. Neste caso, parece que aos trabalhadores é também subtraído o acesso a bens e

serviços que a eles deveriam chegar através da esfera não mercantil, desses serviços públicos, já que boa parte dos trabalhadores não tem condições de comprá-los no mercado. A qualidade desses serviços tem se mostrado como um grande dilema social e político no Brasil, até porque ela está relacionada com o mercado privado desses bens e serviços. Essa tensão permeia profundamente as relações de classe na sociedade brasileira contemporânea e a extensão da precariedade social e do trabalho estará diretamente ligada às lutas que se travam nessa direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). (2006), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, Ricardo (Org.). (2013), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II.* São Paulo: Boitempo.

BARBOSA, Alexandre. (2008), *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo, Alameda.

BURAWOY, Michael. (1990), "A transformação dos Regimes Fabris no Capitalismo Avançado". *Revista da ANPOCS*, Nº 13, Ano 5, pp.29-50.

CASTEL, Robert. (2001), *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.

CASTEL, Robert. (2009), *La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l'individu.* Paris, Éditions du Seuil.

DEDECCA, Cláudio S. (2006), "Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira." *Colóquio Internacional "Novas formas do trabalho e do desemprego: Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada".* São Paulo, 11 e 12 de setembro.

DEMAZIÈRE, Didier. (2009), "Diversificação das formas de emprego e fragmentação das normas de emprego. O caso francês." In: GUIMARÃES, N., HIRATA, H. e SUGITA, K. (Org.). *Trabalho flexível, empregos precários?* São Paulo, Edusp.

DRUCK, Graça. (2011), "Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?" In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Org.). Trabalho, precarização e resistências. *Caderno CRH,* Salvador, nº spe 01, v. 24, p.35-55.

DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Org.). (2007), *A perda da razão social do trabalho. Terceirização e precarização.* São Paulo: Boitempo.

HARVEY, David. (1989), *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola.

IBGE. (2014a), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=1&nome=brasil. Acessado em 23/10/2014a.

IBGE. (2014b), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico. Séries temporais. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P. Acessado em 28/12/2014b.

IBGE. (2014c), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sociais Municipais. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab15.pdf. Acessado em 28/10/2014c.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Portal na internet: http://www.ipea.gov.br/portal/

IPEA. (2014), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Ipeadata. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br. Acessado em 28/10/2014.

KOWARICK, Lúcio. (1977), *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARX, Karl. (1983), *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural.

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social. Portal na internet: http://www.mds.gov.br/.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. Portal na internet: www.mte.gov.br.

NUN, José. (2000), O futuro do trabalho e a tese da massa marginal. *Novos Estudos*. Nº 56.CEBRAP, São Paulo, pp.43-62.

OFFE, Claus. (1989), *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Fundação SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Portal na Internet: http://www.seade.gov.br.

PME. Pesquisa Mensal de Emprego. IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm.

POCHMANN, Márcio. (2002), *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo.

ROSENFIELD, Cinara (Org.). (2010), Trabalho, emprego e precarização social (Dossiê temático). *Sociologias*, Porto Alegre, nº 25, pp.14-198.

THEODORO, Mário. (2004), "As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil." IN: RAMALHO & ARROCHELLAS (Org.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil.* São Paulo: Cortez; Petrópolis: CAALL.

VARGAS, Francisco E. B. (2008), *Formas e Experiências de Privação de Trabalho no Brasil: A Construção Social do Desemprego na Perspectiva de uma Sociologia das Relações Sociais.* Tese de Doutorado em Sociologia. Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines. Paris. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/publicacoes/tese-de-doutorado.

VARGAS, Francisco E. B. (2012), *Trabalho, emprego, precariedade: Os contornos incertos de um objeto de investigação.* Anais do III Encontro Internacional de Ciências Sociais. Crise e emergência de novas dinâmicas sociais. GT 3: Trabalho, identidades sociais e subjetividade. Pelotas, 08 a 11 de outubro.

Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.83
10.20336/rbs.83
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jun/Dez/2014
Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em setembro de 2014

Marco Aurélio Ruediger*
Rafael Martins**
Margareth da Luz***
Amaro Grassi****

AÇÃO COLETIVA E POLARIZAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE PARA UMA TEORIA DO CONFLITO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

RESUMO

Este artigo busca desenvolver a hipótese de que o Brasil estaria experimentando uma tendência à polarização política, apartando as novas formas de ação coletiva das estruturas do Estado, tendo a internet como fator central de articulação de novas demandas sociais e de mobilização social. Na primeira parte, serão utilizados os resultados da pesquisa "Mobilidade Urbana e Cidadania", realizada pela FGV/DAPP em março de 2014, sobre mobilidade urbana, estopim das manifestações do ano passado. Serão testadas com base em regressões estatísticas as hipóteses construídas acerca da centralidade da internet no processo de mobilização social verificado a partir do ano passado. Na segunda parte, será analisada a pesquisa sobre a reação da polícia àquele movimento, sobretudo na sua forma mais radicalizada de protestos – os black blocs –, revelando que os próprios policiais consideram-se despreparados para lidar com as manifestações. Ao final, será sugerida uma abordagem conjunta para os resultados das duas pesquisas, com elementos para interpretar o atual ciclo político brasileiro a partir de uma perspectiva do conflito entre Estado e sociedade civil, para além da perspectiva orientada ao consenso da redemocratização.

Palavras-chave: jornadas de junho, ação coletiva, esfera pública interconectada.

*Diretor da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas (FGV/DAPP), doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Mestre em Urban Policy Analysis and Management pela New School for Social Research em Nova York. Fez especialização em Elaboração de Estu- dos de Caso sobre Gerencia Social pelo Banco Interamericano de De- senvolvimento de Washington D.C. Atua também como consultor em projetos de desenvolvimento institucional pela FGV junto a governos estaduais e ao governo federal brasileiro, tendo atuado no Ministério da Educação e Ministério da Justiça, entre outros órgãos de estado.

**Coordenador de Pesquisa da FGV/DAPP, doutor em Economia pela Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE); e mestre em Ciências Estatísticas (UFRJ). Trabalhou no Grupo Libra como Econometrista e foi pesquisador da ENCE, onde lecio- nou na Graduação. Também foi professor de Análise Microeconômica e Econometria do IBMEC-Rio. Prestou serviço de consultoria em Estatística e Econometria a diversas empresas e instituições. Tem ex- periência em modelagem econométrica de índices de inflação, indicadores de atividade econômica e análise de riscos financeiro. Atua como consultor em projetos de desenvolvimento institucional pela FGV junto a governos estaduais e ao governo federal.

***Pesquisadora da FGV/DAPP, doutora e em Antropologia pelo Progra- ma de Pós-graduação em Antro pologia da Universidade Federal Flu- minense (PPGA/UFF) e mestre pelo antigo Programa de pós-gradua ção em Antropologia e Ciência Política (PPGACP/UFF). Foi professora da Graduação em Produção Cultu ral da UFF, onde lecionou disciplinas da área de política e planejamento cultural. Foi gestora da Fundação de arte de Niterói/ Secretaria de Cultura, onde dirigiu o selo edito- rial Niterói Livros. Tem expe riência na área de antropologia urbana e políticas culturais. Atua em pesquisas qualitativas e quan titativas de opinião, com ênfase em avalição e monitoramento de políticas públi- cas. Atua como consultora em projetos de desenvolvimento institu- cional pela FGV junto ao governo federal brasileiro.

****Pesquisador da FGV/DAPP e mestre em Sociologia pelo Instituto de Es- tudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP). Possui experiência nas áreas de Sociologia Política e do Desen- volvimento, Políticas Públicas, Política Internacional e Jornalismo. Atua em pesquisas qualitativas e quantitativas conjugadas com as novas tec- nologias da informação e comunicação, com ênfase na sociedade em rede e sua relação com o Estado.

ABSTRACT

This article seeks to develop the hypothesis that Brazil would be experiencing a tendency to political polarization, separating the new forms of collective action of state structures, with the Internet as a central factor in articulating new social demands and social mobilization. In the article, it will be suggested initial elements for formulating a "theory of collective action and conflict in contemporary Brazil", which would represent a change in the terms of the policy in the country. The first section draws upon the data collected from the survey conducted by FGV/DAPP in March 2014 regarding Urban Mobility which triggered the manifestations in 2013. In the second part, the article delves into the research about police action and reaction to that movement revealing that police consider themselves unprepared to deal with the demonstrations. In the concluding section, a joint approach is suggested for the results of two surveys, with elements to interpret the current Brazilian political cycle.

Keywords: June Journeys, collective action, interconnected public sphere.

RÈSUMÈ

Cet article cherche à développer l'hypothèse que le Brésil expérimente une tendance à la polarisation politique, en séparant les nouvelles formes d'action collective des structures du État, avec l'internet comme un facteur central dans l'articulation de nouvelles demandes sociales et de la mobilisation sociale. Dans la première, seront utilisés les résultats de la recherche "Mobilité urbaine et citoyenneté", menée par FGV-DAPP en mars 2014 et déjà mentionnée. Seront testés aussi, avec régressions statistiques, des hypothèses construits environ la centralité de l'internet dans le processus de mobilisation sociale. Dans la deuxième partie, la recherche sur la réaction de la police à ce mouvement sera analysée, surtout dans sa forme plus radicalisée – l'action des black blocs – en révélant que la police ne s'estime pas préparée pour faire face aux manifestations. À la fin, une approche commune est suggérée pour les résultats des deux enquêtes, avec des éléments d'interprétation du actuel cycle politique brésilien dans une perspective de conflit entre l'État et la société civile.

Mots-clés: journées de juin, action collective, sphère publique interconnecté

Marco Aurélio Ruediger; Rafael Martins
Margareth da Luz; Amaro Grassi

AÇÃO COLETIVA E POLARIZAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE PARA UMA TEORIA DO CONFLITO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

INTRODUÇÃO

O Brasil e a Esfera Pública Interconectada

A consolidação da esfera pública no Brasil é em geral identificada com o processo de redemocratização iniciado no final dos anos 1970. Foi a partir daquele momento que se estabeleceram os atores – partidos, movimentos sociais, sindicatos – que desempenhariam um papel de destaque na transição ao fim do regime militar, constituindo uma sociedade civil democrática e um espaço legítimo de debate público e interlocução com o Estado (Avritzer e Costa, 2004; Perlatto, 2012). O período representa ainda o surgimento de experiências locais de participação reconhecidos como canais alternativos para o endereçamento de demandas públicas aos governos, marcando uma transição na cultura política brasileira, caracterizada ao longo de sua história pelo "iberismo" e pela "modernização conservadora" (Werneck Vianna, 1997).

A era do informacionalismo e da sociedade em rede (Castells, 2000), bem como a democratização das novas TICs, en-

contram dessa forma, no Brasil, uma esfera pública consolidada e em muitos sentidos inovadora em termos de arranjos institucionais voltadas à participação social, mas, a exemplo do ocorrido em contextos de capitalismo avançado, também limitada para incorporar as transformações provocadas pela era digital. O processo de massificação das tecnologias de informação a partir dos anos 2000 coincide ainda, no contexto brasileiro, com uma década de acelerada inclusão social, o que implica o aumento permanente da pressão sobre o sistema político na forma de novas demandas sociais, políticas de Estado e serviços públicos. Tal processo conviveu também com a chegada, no começo da década passada, do PT à Presidência da República, o que significou a aproximação daqueles atores e organizações forjadas no processo de redemocratização – e compreendidas como centrais na formação da esfera pública e da sociedade civil nesse contexto – às estruturas do Estado brasileiro.

A partir da segunda metade da última década, portanto, a sociedade brasileira experimentou uma confluência de processos sociais e políticos de grande impacto – inclusão social e digital e chegada de novos atores e movimentos sociais ao governo central – cujo alcance e profundidade se fariam sentir com toda a força em 2013. A transição da esfera pública para a esfera pública interconectada (Benkler, 2006), aliada à aproximação desses atores da esfera pública pós-redemocratização às estruturas institucionais, se deu assim em paralelo à reconfiguração das fronteiras da sociedade de classes brasileira, cobrando um preço na forma de pressão sobre os canais instituídos de interlocução com o Estado e no surgimento de formas de ação coletiva para além das estruturas forjadas pela sociedade civil.

As Jornadas de Junho: das ruas às redes

A expressão maior das transformações propiciadas pelo advento da era digital e da sociedade em rede no Brasil, em confluência com o processo de intensa mobilidade social e mudanças na conjuntura política da última década, se traduziu na multidão que saiu às ruas

das principais cidades brasileiras para reivindicar direitos, melhores serviços públicos, transparência e participação política, entre outras demandas. Se ainda restam muitas incertezas sobre as razões dessa grande mobilização popular, parece haver pelo menos um consenso: os protestos representaram uma inflexão na história política e social recente do país (Nobre, 2013; Domingues, 2013). As manifestações foram inicialmente motivadas pelo aumento do preço das passagens de ônibus nas maiores cidades do país, mas logo incluíram demandas por qualidade nos serviços básicos de saúde, educação, combate à corrupção e críticas a um sistema político distanciado da sociedade (Ortellado, et alli, 2013). O episódio significou a retomada da mobilização social como forma de pressão sobre governos – que o Brasil não presenciava havia duas décadas –, revelando a capacidade de articulação da sociedade em torno de novas demandas e a incapacidade dos governos de atendê-las.

As manifestações de junho foram marcadas, no entanto, por outro elemento inédito no contexto brasileiro: o papel da internet como canal de difusão de informação e de mobilização social. Durante os protestos, as ações se davam simultaneamente nas redes e nas ruas: atos convocados pela internet reforçavam os movimentos nas ruas, que, por sua vez, repercutiam nas redes como informação e por meio da convocação de novos atos, inaugurando um ciclo de mobilização social sem paralelo em volume e intensidade.

Tais eventos são, portanto, indícios da consolidação, no Brasil, da política na era da sociedade em rede (Castells, op. cit). Marcou o encontro da "revolução digital" com as transformações sociais ocorridas no Brasil ao longo das últimas duas décadas, com a consolidação do cenário político constituído a partir da redemocratização brasileira (Avritzer e Costa, op. cit.). A eclosão dos protestos de massa significou a primeira demonstração de uma "esfera pública interconectada" (Benkler, op. cit) no contexto brasileiro em que o espaço virtual se mostrou em boa extensão um *continuum* da esfera pública tradicional (Habermas, 1984), conformada ao longo das três últimas décadas, período no qual se construiu a nova sociedade civil brasileira. É nesse

sentido que as Jornadas de Junho são uma expansão da esfera pública, ao inaugurar um novo canal de pressão sobre o Estado, fazendo as "redes" e as "ruas" convergirem na publicização de demandas e de uma nova agenda pública no país.

Organizados em rede e por meio de TICs e redes sociais, os novos atores e sujeitos políticos trouxeram à tona o processo de distanciamento entre Estado e sociedade, de deslegitimação de intermediários consagrados pelo processo de redemocratização como representantes e interlocutores da sociedade, e o alargamento e renovação da esfera pública. A incapacidade do diálogo por parte dos governos e o descrédito da representação na democracia moderna tiveram nos *black blocs* – e no flagrante despreparo e desproporção da reação das polícias e das estruturas do Estado em geral – a sua expressão mais radical.

Ação Coletiva e Conflito Social

As teorias dos movimentos sociais desenvolvidas desde os anos 1970 buscaram compreender a ação coletiva e o conflito social a partir de dois eixos de análise: o da "mobilização de recursos" (McCarthy e Zald, op. cit.) e o da "oportunidade política" para a ação (Tilly, 1978). O primeiro refere-se, em linhas gerais, à capacidade de acesso e mobilização de recursos materiais, simbólicos e de informação pelos atores sociais como uma condição para a organização e a ação coletiva voltada a um fim determinado. O conflito social teria como causa antes a disponibilidade do que a escassez de recursos, ou seja, tenderia a ocorrer em contextos com algum nível de prosperidade, e não naqueles marcados pela carência. O segundo busca destacar a dimensão situacional da ação coletiva, em que atores encontram ou não a oportunidade para a mobilização e a contestação. De acordo com essa perspectiva, a ação coletiva precisa encontrar as condições externas para sua realização, principalmente em relação ao sistema de repressão, que por sua vez está relacionado ao sistema político vigente. A oportunidade deve ser entendida, nesse sentido, como um incentivo à mobilização social; sua ausência, como um constrangimento à ação.

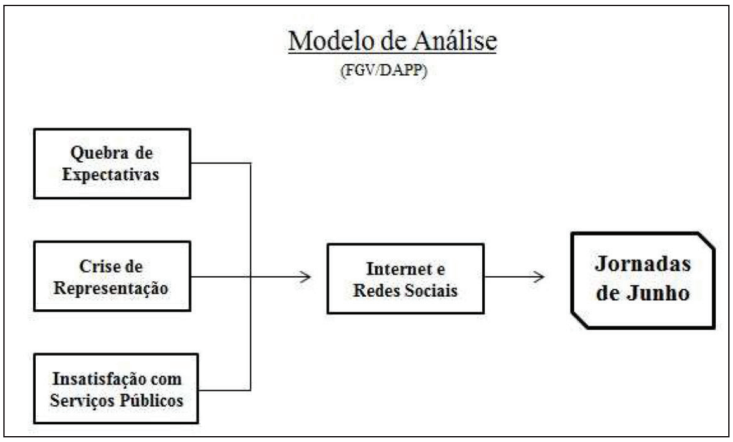
Mais recentemente, foram realizadas tentativas de conciliar num mesmo modelo aspectos das duas dimensões. A perspectiva de *contentious politics* (Tarrow, op. cit; Tarrow, Tilly e McAdam, op. cit.) – ou "política de contestação", em tradução livre – sugere o entendimento do conflito social a partir do momento da ação coletiva, mais do que do movimento social enquanto um ator. Trata-se de uma teoria da interação entre indivíduos que, diante de uma oportunidade política em um determinado momento, mobilizam recursos materiais, simbólicos e organizacionais para empreender a ação de contestação. Interessa aqui menos o evento de contestação em análise, e mais o ciclo de mobilização coletiva e conflito social.

Uma tentativa de análise dos protestos de junho, a partir das teorias da "mobilização de recursos" foi realizada por Moseley e Layton (2013), buscando estabelecer as causas das manifestações com base em insatisfações sociais difusas e no aumento dos recursos disponíveis para a ação, tais como maior acesso à educação, aumento da renda, interesse político e acesso à internet. Para os autores, entre as "sementes do descontentamento" estariam a insatisfação com os serviços públicos, a percepção de corrupção e a baixa confiança no sistema político.

O presente artigo está estruturado em duas partes. Na primeira, serão utilizados os resultados da pesquisa "Mobilidade Urbana e Cidadania", realizada pela FGV/DAPP em março de 2014, sobre mobilidade urbana, estopim das manifestações do ano passado. Serão testadas com base em regressões estatísticas as hipóteses construídas acerca da centralidade da internet no processo de mobilização social verificado a partir do ano passado. Na segunda parte, será analisada a pesquisa sobre a reação da polícia àquele movimento, sobretudo na sua forma mais radicalizada de protestos – os *black blocs*. Ao final, será sugerida uma abordagem conjunta para os resultados das duas pesquisas, com elementos para interpretar o atual ciclo político brasileiro a partir de uma perspectiva do conflito entre Estado e sociedade civil, para além da perspectiva orientada ao consenso da redemocratização.

PARTE I - Construção do Modelo de Análise

Entre 25 de março e 7 de abril de 2014, a pesquisa "Mobilidade Urbana e Cidadania" tentou estabelecer os fatores que estiveram relacionados à eclosão das Jornadas de Junho, utilizando parte do referencial das teorias da ação coletiva e um "modelo de análise" desenvolvido para testar as hipóteses construídas. O objetivo foi testar, a partir de uma análise de regressão linear, um conjunto de hipóteses sobre as motivações dos protestos. A pesquisa buscou identificar as percepções dos entrevistados acerca das condições de vida em seis das principais regiões metropolitanas do Brasil, com foco nas relações entre o conflito social em torno do aumento das tarifas do transporte público e o sentimento de seu usuário. O modelo de análise se baseou sobre quatro hipóteses fundamentais: (1) a quebra de expectativas em relação à continuidade do ritmo da elevação da qualidade de vida verificado no recente ciclo de inclusão na sociedade brasileira; (2) o cenário de crise de representação, em que o sistema político carece de confiança e legitimidade para processar as crescentes demandas sociais; (3) na insatisfação generalizada em relação à qualidade dos serviços públicos, com ênfase no transporte público; e (4) o descontentamento social nessas três dimensões catalisado pela difusão de informação via aumento do acesso à internet e às redes sociais.



Fonte: DAPP/FGV

Quebra de Expectativas

A tese da quebra de expectativas é baseada no fato de que, após um ciclo de intenso crescimento econômico, o Brasil enfrenta desde 2011 uma redução pronunciada do ritmo de expansão e, ao mesmo tempo, o aumento relativo de preços em setores sensíveis à população nos estratos intermediários e inferiores de renda, como alimentos, serviços e transporte público. Trata-se não exatamente de uma crise ou de uma piora efetiva em relação às melhorias em termos de renda, emprego e consumo verificados com especial intensidade na segunda metade da década passada. De acordo com o IBGE, os últimos três anos registraram um crescimento médio da economia de cerca de 2,0%, queda significativa em relação aos 4,0% dos oitos anos anteriores – e, sobretudo, dos 7,5% de 2010. A inflação oficial medida pelo IPCA, por sua vez, manteve-se em nível próximo de 6,0% ao ano nos últimos três anos, mas com maior pressão sobre os referidos setores de serviços e alimentação. O Informe 2013 do Latinobarômetro apontou queda de 19 pontos (de 52% para 33%) na percepção de "progresso" dos brasileiros em relação a 2011 – maior variação na América Latina.

A hipótese remete a um debate corrente na teoria dos movimentos sociais durante a década de 1960, em que autores buscavam entender a intensificação do conflito social nos países do Terceiro Mundo, mas também nas sociedades desenvolvidas. Uma das teses de maior repercussão no período apontava o crescente *gap* entre o desenvolvimento experimentado no Pós-Guerra, de um lado, e as instituições políticas e as demandas sociais, de outro. A dimensão política desse fenômeno – do *gap* entre desenvolvimento e instituições – foi explorada na clássica obra de Samuel P. Huntington *Political Order in Changing Societies* (1968), em que o autor relaciona a instabilidade política à modernização da economia nos países subdesenvolvidos. A dimensão da insatisfação social – do *gap* entre desenvolvimento e o ritmo das transformações – foi analisada, por exemplo, por James C. Davies (1962), que formulou o modelo da *J-Curve*. Segundo esse modelo, a instabilidade e o conflito social decorreriam da quebra de expectativa de satisfação de demandas

sociais após um ciclo de desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população. O conflito seria, assim, o resultado da percepção de piora relativa das condições, isto é, em relação a uma expectativa gerada, e não necessariamente a uma piora efetiva de condições. Embora a tese baseada em Huntington pudesse ser testada, a estabilidade institucional brasileira não parece oferecer elementos para tanto. A segunda hipótese foi explorada, no modelo de análise aqui sugerido, como um dos possíveis fatores de explicação das manifestações de junho.

Crise de Representação

A crise de representação é um dos temas mais frequente de reflexão nas ciências sociais nas últimas três décadas. Sintomas desse fenômeno são encontrados no aumento dos índices de descontentamento político dos cidadãos com as instituições representativas, enfraquecimento dos partidos políticos e da participação em movimentos sociais, diminuição dos índices de participação eleitoral e volatilidade nas preferências políticas. Neste campo, as leituras mais recentes têm se dedicado a explicar como tais fenômenos convivem com índices estáveis de confiança na democracia e valores democráticos, como respeito a direitos civis e políticos (Norris, 2011; Dalton, 2004). Em síntese, tais trabalhos apontam para a compreensão desse fenômeno como incapacidade das instituições atuais em responderem às expectativas dos cidadãos. Ou seja, os cidadãos possuem expectativas maiores no regime democrático do que suas instituições têm sido capazes de retornar – o que parece ser o caso brasileiro.

Insatisfação com Serviços Públicos

A terceira hipótese diz respeito à má avaliação dos serviços públicos em geral, mas em especial o transporte, área em que se concentram ineficiências do Estado brasileiro e para a qual convergem pressões decorrentes de mudanças sociais dos últimos anos, de acordo com a perspectiva que orientou a pesquisa "Mobilidade Urbana e Ci-

dadania". Os sistemas de saúde, educação e segurança são, tradicionalmente, serviços públicos mal avaliados no Brasil. De acordo com o Informe 2013 do Latinobarômetro, para 35% dos brasileiros, a saúde é o problema mais importante do país. Segurança pública e educação – e corrupção – vêm depois, considerados o pior problema por 10% dos entrevistados. No *Americas Barometer* 2012, o Brasil aparece com a terceira pior avaliação de serviços públicos. Mas foi no transporte público que a insatisfação dos brasileiros se concentrou nos últimos anos, a se julgar pelos protestos de junho de 2013, que tiveram como estopim a tentativa de aumento das tarifas na cidade de São Paulo. Segundo pesquisa Datafolha realizada nos primeiros atos contra o reajuste das passagens, o transporte público recebeu a pior avaliação na cidade desde 1987, num indicador do nível de insatisfação nas principais cidades brasileiras. É nesse cenário de desaprovação com os serviços públicos, sobretudo transporte, que se baseia a terceira hipótese.

Acesso à Informação e Redes Sociais

A quarta e última hipótese considerada é a do aumento do acesso à informação propiciado pelo maior acesso à internet e às redes sociais, bem como pelo aumento no nível de escolaridade do brasileiro. O acesso à informação e ao conhecimento tende a potencializar as insatisfações elencadas nos três itens anteriores e a catalisar movimentos de contestação. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia – 2014, 47% dos brasileiros têm acesso à internet em suas casas. O índice passa dos 50% se forem considerados os jovens de 16 a 25 e de 26 a 35 anos de idade; e chega a aproximadamente 60% entre pessoas com renda familiar entre dois e cinco salários mínimos, pessoas com ensino médio completo e moradores de cidades com mais de 500 mil habitantes. Além disso, mais de 70% dos jovens acessam o Facebook. Esta hipótese pressupõe, portanto, que o aumento acelerado do acesso à internet e, sobretudo, às redes sociais foi um elemento fundamental para traduzir um cenário de pessimismo em relação à política, à economia e aos serviços prestados pelo Estado em mobilização social.

Aplicação do Modelo de Análise

Na pesquisa "Mobilidade Urbana e Cidadania" foram realizadas 3.600 entrevistadas em seis regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Brasília). O questionário foi estruturado em torno da avaliação dos serviços públicos, em especial sobre o setor de transportes – origem das Jornadas de Junho –, e opinião sobre as manifestações e sobre o funcionamento da democracia.

Com o intuito de verificar o impacto das hipóteses propostas no modelo de análise, foram construídos 10 modelos de regressão logística organizados em dois conjuntos – cinco modelos de regressão para cada uma das duas variáveis dependentes a que este trabalho se propôs a investigar. No primeiro conjunto de variáveis – I a V –, buscou-se identificar que elementos possuem um potencial preditivo para a variável *participação dos entrevistados nos protestos.* Utilizou-se como variável dependente, neste caso, a pergunta *"Você participou de alguma manifestação de rua ano passado?"*. No segundo conjunto de variáveis – VI a X – buscou-se medir quais elementos tiveram impacto na variável *apoio dos entrevistados aos protestos*. Utilizou-se, neste caso, a pergunta *"Você apoia as manifestações de rua?"*. Os dois conjuntos de variáveis independentes foram organizados a partir das quatro hipóteses construídas:

a) **Qualidade dos Serviços Públicos:** Com o objetivo de testar essa hipótese, foram aplicadas quatro perguntas que buscaram determinar a avaliação dos entrevistados acerca dos quatro serviços públicos básicos: educação, segurança, transporte e saúde. Foram incluídos nos modelos os entrevistados que responderam *muito insatisfeito* com cada um dos serviços. Mediu-se, assim, se o alto grau de insatisfação possui poder explicativo na participação ou apoio às manifestações;

b) **Quebra de Expectativas:** Duas variáveis foram empregadas para

medir a segunda hipótese do modelo de análise construído. A primeira delas foi a pergunta sobre se a situação econômica pessoal do entrevistado *melhorou* ou *piorou* nos últimos cincos anos. A segunda, por sua vez, foi se o entrevistado acredita sua situação econômica pessoal *irá melhorar* ou *piorar* nos próximos cinco anos. Nos dois casos, foram utilizadas as respostas negativas às perguntas. Essas variáveis foram estruturadas para identificar uma expectativa de pessimismo em relação ao futuro, que contrastaria com as melhorias em termos de renda, emprego e consumo verificadas nos últimos dez anos no Brasil. Foram incluídas as respostas que indicavam piora da situação nos dois casos;

c) **Crise de Representação:** A terceira hipótese foi testada a partir de três questões. A primeira relacionada à avaliação em relação ao comprometimento dos políticos com os problemas dos cidadãos. A segunda, à confiança no voto enquanto instrumento de transformação social. E terceira, relacionada à satisfação com o funcionamento da democracia. Essa hipótese busca identificar o nível de confiança no sistema político, identificado pelo voto e pelos *políticos*, e o regime democrático em sentido mais amplo. Todas as respostas negativas foram incluídas;

d) **Acesso à Informação e Redes Sociais:** Foram utilizadas duas variáveis para testar a quarta e última hipótese do modelo. A primeira buscou identificar o quão informadas as pessoas entrevistadas se consideram em relação aos *problemas do país*. Foram incluídas as respostas *muito bem* ou *bem*. A segunda teve o objetivo de determinar o meio pelo qual os entrevistados se informam primordialmente. Neste caso, as respostas incluídas no modelo foram *internet* e *redes sociais*. Essa hipótese buscou, enfim, identificar o papel da web no acesso à informação e como fator importante para definir a tendência ao *apoio* e à *participação* nas manifestações de rua.

Com o intuito de verificar o potencial isolado e conjunto das hipóteses, inclusive para identificar eventual "multicolinearidade" em seu impacto preditivo, as hipóteses foram distribuídas nos 10 modelos logísticos construídos. Os modelos I e VI analisam a hipótese da "qualidade dos serviços públicos"; os modelos II e VII, as hipóteses da "quebra de expectativas"; os modelos III e VIII utilizaram as variáveis relacionadas à "crise da democracia"; os modelos IV e IX são relacionados ao "acesso à informação e redes sociais"; e, por fim, os modelos V e X agregam todas as hipóteses. Além disso, foram acrescentadas nos modelos as variáveis renda, sexo, idade e escolaridade como controle, a fim de neutralizar variáveis relativas ao perfil.

Modelos I a V

A primeira parte da análise identificou as variáveis que tiveram influência entre as pessoas que afirmaram terem participado das Jornadas de Junho. As regressões nos primeiros cinco modelos apontam a existência ou não de correlação entre cada uma das quatro hipóteses construídas e a participação nos protestos e, ao final, a importância de cada uma delas quando a significância de todos os fatores é analisada conjuntamente.

Modelo I: Indicou a existência de correlação entre as variáveis *Educação* e *Transporte* (aqueles *muitos insatisfeitos*) e a participação nos protestos. A relação, porém, é mais forte no caso da *Educação*. *Saúde* e *Segurança*, por sua vez, não se mostraram fatores determinantes. O Modelo I confirma parcialmente, portanto, a hipótese da insatisfação com serviços públicos.

Modelo II: Revelou a existência de correlação entre a variável *funcionamento da democracia* e a *participação nos protestos*. Neste caso, os entrevistados que se disseram *muito insatisfeitos* com o funcionamento da democracia brasileira têm maior chance de haver participado, neste caso confirmando também parcialmente a hipótese de "crise de representação". As variáveis *confiança no voto* e *confiança nos políticos* não revelaram a existência de correlação.

Variável dependente: "Participou dos Protestos"

Hipóteses Teóricas		Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV	Modelo V
		Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance
Variáveis de controle	Homem	1.60***	1.54***	1.51***	1.48***	1.60***
	25 a 45 anos	0.46***	0.50***	0.50***	0.53***	0.48***
	41 a 54 anos	0.31***	0.33***	0.34***	0.37***	0.33***
	55 a 64 anos	0.20***	0.21***	0.22***	0.23***	0.21***
	65 ou mais anos	0.14***	0.16***	0.16***	0.17***	0.16***
	Fundamental completo e médio incompleto	1.17	1.16	1.18	1.12	1.12
	Médio completo e superior incompleto	1.51**	1.54**	1.57***	1.46***	1.38*
	Superior completo	2.72***	2.90***	2.96***	12.65***	2,43***
	Log da renda	1.31***	1.31***	1.33***	1.29***	1.27
Insatisfação com serviços públicos	Educação	1.49**	-	-	-	1.48**
	Saúde	1.03	-	-	-	1.02
	Transporte	1.26*	-	-	-	1.23
	Segurança	1.12	-	-	-	1.23
Crise de Representação	Confiança no voto	-	0.97	-	-	0.94
	Funcionamento da Democracia	-	1.42**	-	-	1.30*
	Confiança nos políticos	-	0.98	-	-	0.92
Quebra de expectativas	Avaliação de melhorias	-		0.87	-	0.80
	Crença em melhorias	-		1.15	-	1.14
Redes sociais e informação	Acesso à informação	-		-	1.37**	1.36**
	Redes sociais	-		-	1.31*	1.24*

Fonte: DAPP/FGV

Modelo III: Não indicou haver correlação entre as variáveis *melhorias nos últimos cinco anos* e *expectativas para os próximos cinco anos* e a *participação nos protestos*. O resultado autoriza a rejeição, em

relação a esta variável dependente, da hipótese de que teria havido uma quebra de expectativas entre os brasileiros. A pesquisa revelou, ao contrário, a não existência de uma relação entre *pessimismo com o futuro* e a *disposição à participação*.

Modelo IV: Revelou a existência de correlação das duas variáveis – o entrevistado *considera-se bem informado* e se *informa primeiramente via internet e redes sociais* – e *a participação nos protestos*. O resultado permite afirmar, desde já, a importância do maior acesso à informação e da web como fatores de mobilização social no contexto brasileiro, confirmando até o momento a quarta hipótese levantada pelo modelo teórico de análise construído.

Modelo V: O último modelo na parte I, como previamente explicado, testou todas as variáveis das quatro hipóteses simultaneamente para testar a correlação com a variável em questão. O resultado, neste caso, foi essencialmente o mesmo em relação aos outros quatro modelos: foram parcialmente confirmadas as hipóteses de "insatisfação com serviços públicos" (porém sem a variável transportes) e "crise de representação"; foi inteiramente confirmada a hipótese de "acesso à informação"; e foi rejeitada a hipótese de existência de "quebra de expectativas".

Os cinco modelos testados na parte I permitem, portanto, confirmar a validade do modelo de análise para três das quatro hipóteses explicativas sugeridas para a variável dependente de *participação nos protestos*. É possível, nesse sentido, apontar como determinantes naquele contexto que motivou a mobilização das Jornadas de Junho a insatisfação com serviços públicos – sobretudo em educação, mais do que transportes –, a crise de confiança no sistema política, isto é, no funcionamento da democracia e o maior acesso à informação via internet e redes sociais verificado nos últimos dez anos no Brasil. Os resultados, no entanto, levam à rejeição da quebra de expectativa como fator explicativo para a variável explorada.

Modelos VI a X

A segunda parte da análise buscou, por sua vez, testar as hipóteses construídas em um grupo mais amplo: os entrevistados que afirmaram apoiar as manifestações de rua. As regressões dos cinco últimos modelos testados indicam, assim, a existência ou não entre aqueles mesmos fatores explorados na primeira parte e o apoio aos protestos. O último modelo também testou os quatro fatores conjuntamente, a fim de identificar a existência de correlação para cada um de acordo com o modelo de análise assumido. As variáveis de controle incluem, também aqui, questões referentes a sexo, idade, escolaridade e nível de renda e foram mantidas em todos os modelos testados, a fim de neutralizar as variáveis relativas a perfil.

***Modelo VI**:* Indicou novamente a existência de uma correlação entre as variáveis *Educação* e *Transporte* (sempre aqueles que se disseram *muito insatisfeitos*) e o *apoio aos protestos*. A relação, mais uma vez, é mais forte no caso da *Educação*. E *Saúde* e *Segurança*, assim como no Modelo I, não se mostraram fatores determinantes para a variável dependente. O Modelo VI confirma, assim, apenas parcialmente a hipótese de insatisfação com serviços públicos.

***Modelo VII**:* Revelou a existência de correlação nas três variáveis testadas – *confiança no voto*, *confiança nos políticos* e *funcionamento da democracia* – para o apoio aos protestos, diferentemente do Modelo II, em que apenas variável relativa ao desempenho da democracia se mostrou relevante. Neste caso, aqueles que disseram acreditar no voto, não acreditar nos políticos e desaprovar o funcionamento da democracia tiveram maior chance de responder afirmativamente ao apoio aos protestos. O modelo confirma a validade da hipótese da "crise de representação". Vale notar também que a confiança no instrumento do voto se alia à desconfiança em relação a políticos e à desaprovação do funcionamento da democracia, indicando antes uma crise de confiança no sistema político do que no regime democrático.

Variável dependente: "Apoia os Protestos"

Hipóteses Teóricas		Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV	Modelo V
		Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance	Razão de Chance
Variáveis de controle	Homem	1.38***	1.33***	1.30***	1.30***	1.40***
	25 a 45 anos	0.52***	0.55***	0.56***	0.59***	0.53***
	41 a 54 anos	0.36***	0.39***	0.39***	0.43***	0.38***
	55 a 64 anos	0.38***	0.40***	0.40***	0.44***	0.40***
	65 ou mais anos	0.25***	0.27***	0.27***	0.29***	0.27***
	Fundamental completo e médio incompleto	1.42**	1.40**	1.44***	1.41**	1.39**
	Médio completo e superior incompleto	1.82***	1.84***	1.87***	1.80***	1.75***
	Superior completo	2.43***	2.52***	2.59***	2.47***	2.28***
	Log da renda	1.14	1.14*	1.18**	1.14*	1.12
Insatisfação com serviços públicos	Educação	1.40**	-	-	-	1.40**
	Saúde	1.05	-	-	-	1.03
	Transporte	1.25*	-	-	-	1.23*
	Segurança	1.14	-	-	-	1.11
Crise de Representação	Confiança no voto	-	0.84*	-	-	0.81*
	Funcionamento da Democracia	-	1.34***	-	-	1.25**
	Confiança nos políticos	-	1.68***	-	-	1.57**
Quebra de expectativas	Avaliação de melhorias	-	-	0.91	-	0.81
	Crença em melhorias	-	-	1.27*	-	1.25*
Redes sociais e informação	Acesso à informação	-	-	-	1.11	1.20
	Redes sociais	-	-	-	1.23*	1.14

Fonte: DAPP/FGV

Modelo VIII: Indicou – diferentemente do Modelo III – a existência de correlação entre um dos fatores testados, o *pessimismo em relação à sua situação econômica pessoal nos próximos cinco anos* e o *apoio aos protestos*. Mas revelou, por outro lado, não haver relação com a

variável relativa aos últimos cinco anos. O resultado revela, portanto, a validade parcial da hipótese de "quebra de expectativa", uma vez que entrevistados que expressaram *pessimismo em relação ao futuro* tenderam a responder positivamente no *apoio aos protestos*.

Modelo IX: Indicou que, para o caso da variável *apoio aos protestos*, apenas o *acesso a redes sociais* possui significância, o que não ocorre para os entrevistados que afirmaram ser *bem informados.* O resultado, portanto, demonstra a importância parcial da web como fator para que as pessoas *apoiassem os protestos,* diferentemente do modelo testado para a variável de *participação*, em que as duas variáveis independentes testadas tiveram significância.

Modelo X: O último modelo testado na parte II, assim como na parte I, testou todas as variáveis das quatro hipóteses simultaneamente a fim de verificar as correlações com a variável *apoio aos protestos*. O resultado, agora, revelou diferenças importantes em relação à primeira parte: (1) entre os serviços públicos, a insatisfação com os transportes mantém sua significância, bem como no caso da educação; (2) a hipótese de crise de representação é confirmada nas três variáveis testadas – confiança no voto, nos políticos e insatisfação com o funcionamento da democracia; (3) a hipótese de quebra de expectativa mantém sua importância na segunda variável, relativa ao pessimismo quanto à sua condição econômica pessoal nos próximos cinco anos; e, por fim, (4) a hipótese do acesso à informação e às redes sociais perde significância, em contraste com o resultado final - modelo V – na primeira parte.

Os modelos testados na parte II indicam, portanto, que as três primeiras hipóteses do modelo de análise proposto – "insatisfação com serviços públicos", "crise de representação" e "quebra de expectativas" – foram parcial ou inteiramente confirmadas como fatores com importância para explicar o *apoio* às Jornadas de Junho. Mas a quarta hipótese acerca do papel da web nesse sentido, justamente aquele

que havia se revelado a mais importante em relação à variável *participação*, foi rejeitada. É este resultado, pois, que merece a maior atenção para a análise aqui proposta, uma vez que oferece um forte indício de que o "acesso à informação via internet e redes sociais" foi o fator determinante para que o apoio às manifestações de rua pudesse evoluir para a mobilização social verificada no Brasil em junho de 2013. Em outras palavras, foram as redes que permitiram que um cenário de pessimismo em relação ao sistema político, à economia e aos serviços públicos se traduzisse em uma mobilização social em ampla escala como a verificada naquele momento nas principais cidades brasileiras. As redes cumpriram, nesse sentido, o papel de catalisador de um processo social de mais largo alcance, resultando em um forte impacto sobre o sistema político brasileiro na forma de pressão social e publicização de novas demandas, como será possível verificar mais a fundo, logo à frente.

Por ora, pelo menos mais dois aspectos relativos à aplicação do modelo de análise assumido aqui merecem destaque. O primeiro deles é a existência de um cenário de pessimismo disseminado na sociedade brasileira em relação a três aspectos centrais: política, economia e a qualidade dos serviços básicos do Estado. Todos convergindo para um descontentamento latente que se traduziu em *apoio* e *participação aos protestos*, transformando uma mobilização social inicialmente restrita em manifestações numa escala inédita na história recente do país – no que as redes revelaram cumprir um papel central.

O segundo, mas não menos importante, é a relação – verificada nos modelos VII e X – entre a *confiança no voto* e a *insatisfação com o funcionamento da democracia*. A razão de chance encontrada nestes casos indica que as pessoas que confiam no voto como um meio de transformação, de um lado, e aquelas pessoas insatisfeitas com o funcionamento da democracia, de outro, demonstraram maior probabilidade de apoiar os protestos. A relação entre *confiança no voto* e *insatisfação com o funcionamento da democracia* indica que a crise de representação é uma crise de confiança no sistema político, porém não de descrença no regime democrático, uma vez que o principal

canal de representação de uma democracia – o voto – ainda é identificado como um meio legítimo e eficiente de transformação, sobretudo por aqueles que apoiam os protestos. A mobilização social serial, nesse sentido, um meio complementar de pressão sobre o Estado e o sistema político, através do qual demandas não reconhecidas pelos canais formais da institucionalidade democrática são publicizados.

PARTE II - A Polícia e os *Black Blocs*

Complementarmente ao survey sobre mobilidade – na qual se procurou analisar das Jornadas de Junho pela perspectiva dos cidadãos –, a pesquisa sobre os *black blocs*, realizada entre o fim de 2013 e janeiro de 2014, buscou abordar os eventos em questão, a partir da perspectiva do Estado brasileiro, representado pelos policiais militares e civis mobilizados para conter os protestos. A ação permitiu que as manifestações se apresentassem em escala amplificada, nos quais a radicalização nas ruas ficou por conta de dois grupos de atores. De um lado os próprios *black blocs*, que rejeitavam ser caracterizados como um grupo hierarquicamente organizado através de lideranças e dividiram a opinião pública entre sentimentos de apoio e repúdio. Do outro, o aparato das polícias militar e civil, cuja exposição nos principais meios de comunicação durante os protestos se deu mais pelo uso abusivo da força do que pela habilidade em manter o direito pacífico de manifestação. É sobre esses dois grupos que esta pesquisa se desenvolveu, tendo como base de investigação a percepção do policial sobre (1) as ações de segurança ocorridas durante as manifestações de junho, (2) a interpretação desses agentes sobre os *black blocs* e, ainda, (3) sobre a própria instituição de segurança.

Resultados

De forma geral, identificou-se uma homogeneidade de opiniões entre os entrevistados das diferentes regiões do país, sendo desnecessário considerar, para fins de análise, a segmentação geográfica

da amostra, como poderá ser atestado pelos gráficos que ilustram os dados. A análise que segue está segmentada de acordo com os seus principais temas.

Caracterização dos *black blocs*

A pesquisa procurou compreender como os policiais percebem os *black blocs* e avaliam suas ações. Os entrevistados mostraram-se bastante divididos a respeito da caracterização do movimento: 35% consideraram os *black blocs um grupo de baderneiros*; para 30%, os policiais estavam lidando com *uma organização criminosa*; 20% acreditavam que se tratava de *uma tática de ação em manifestação*; e 11% os consideraram *um grupo de militantes políticos*. Estes números são observados no Gráfico 1.

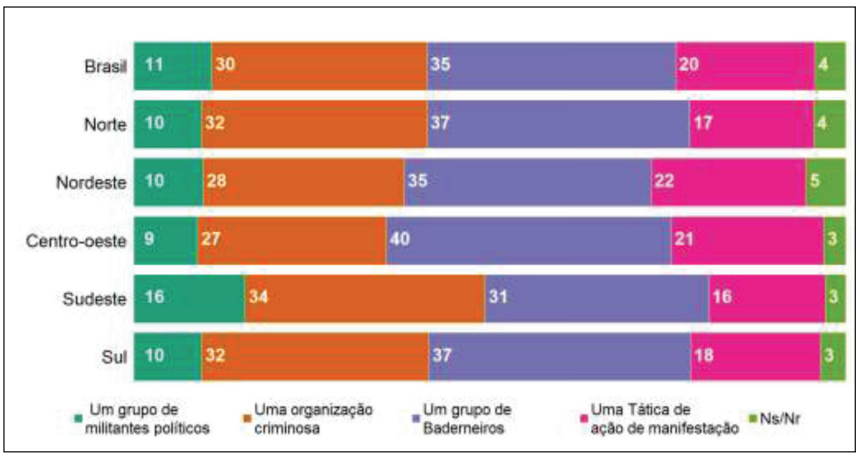


Gráfico 1 – As manifestações de rua que vêm acontecendo no país, desde junho de 2013, contaram com uma novidade: os black blocs. Na opinião do Sr.(a), os black blocs podem ser considerados: (Marque apenas uma opção). (%)
Fonte: DAPP/FGV

Estando inseridos em uma estrutura rigidamente hierarquizada e acostumados a lidar com o crime organizado, os policiais, em sua maioria, 70% dos entrevistados, atribuíram aos *black blocs uma liderança organizada*, como pode ver visto pelo Gráfico 2.

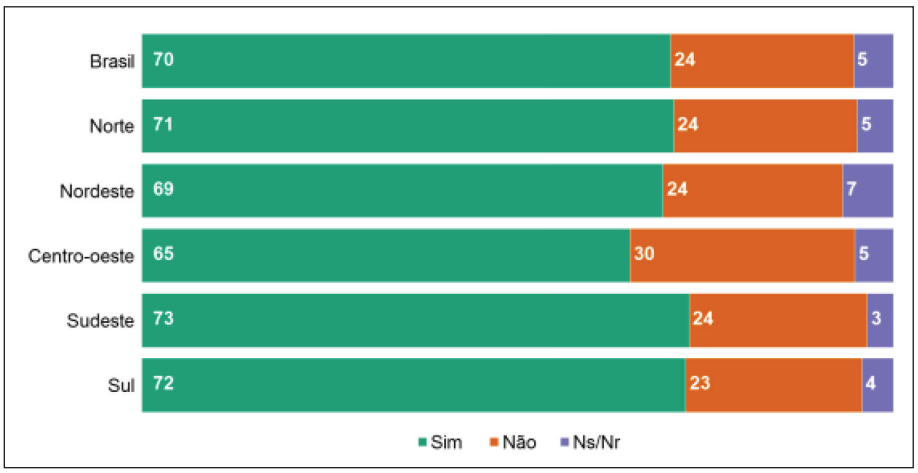


Gráfico 2 – Na opinião do Sr(a). os black blocs têm liderança organizada? (%)
Fonte: DAPP/FGV

Motivação dos *black blocs*

Grande parte dos entrevistados, 78%, não identificou nas ações dos *black blocs* uma motivação clara, que vá além da violência e vandalismo gratuitos, de acordo com o Gráfico 3. A segunda opção mais mencionada, apontada por 25% dos policiais, afirmava que os *black blocs* tinham por objetivo *enfrentar e agredir os policiais*. A rejeição dos policiais ao movimento fica nítida quando se constata que para apenas 9% dos policiais os *black blocs* se propunham a *defender os direitos dos cidadãos* e para 6% deles os *black blocs* desejavam *garantir o direito de manifestação.* Deve-se notar que esta questão admitia até duas respostas.

Quando se trata da identificação dos alvos dos *black blocs*, 57% dos policiais apontaram que *os black blocs* não têm alvo definido, conforme pode ser visto no Gráfico 4. Embora a segunda opção mais escolhida tenha sido *os políticos*, com 25% do total das respostas, o percentual das demais reforça a ideia de que para os policiais os alvos dos *black blocs* eram múltiplos: 24% deles afirmam ser *os policiais*, 20% os *empresários,* 15% *a presidente,* 17% *o governador* e 13% *o prefeito.*

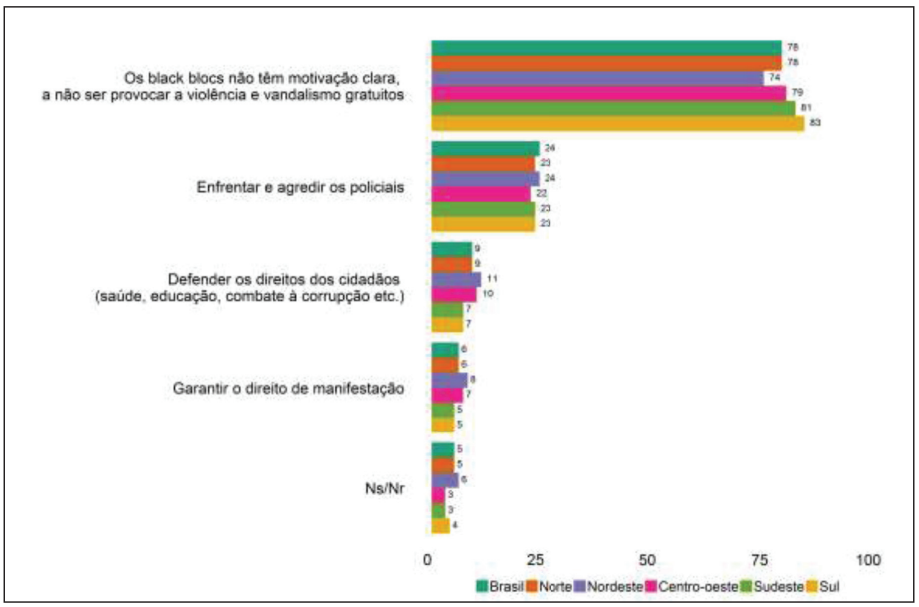


Gráfico 3 – Em relação às ações dos black blocs, o Sr.(a) diria que sua principal motivação é: (Marque até duas opções). (%)
Fonte: DAPP/FGV

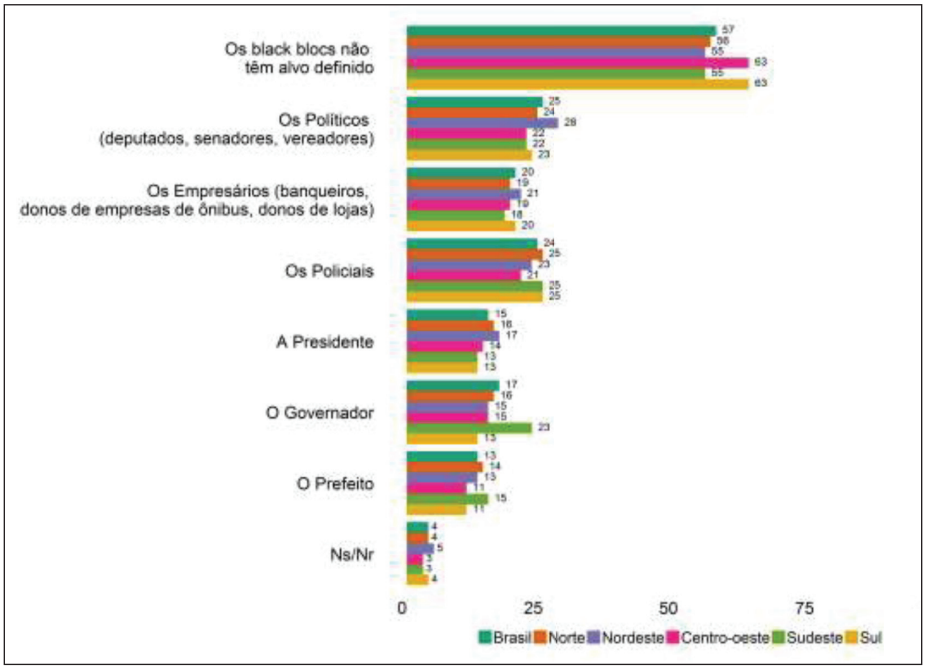


Gráfico 4 – A quem os black blocs querem verdadeiramente atingir? (Marque quantas opções desejar). (%)
Fonte: DAPP/FGV

Aspectos legais

Na contramão da imagem advogada pelos *black blocs*, que rejeitavam sua caracterização como uma organização estruturada, mas defendiam uma motivação ideológica para suas ações, os entrevistados, em sua maioria, atribuíram ao grupo uma liderança, excluindo, no entanto, um propósito político. Assim, em conformidade com esta avaliação, 60% dos policiais acreditam que os integrantes dos *black blocs* deveriam ser preferencialmente enquadrados por *dano qualificado e incitação à violência*, conforme pode ser visto no Gráfico 5. A segunda opção de enquadramento mais escolhida foi *crime de formação de quadrilha*, representando 39% das respostas, o que reforça a opinião de que o grupo possuía uma organização. Para 33% dos entrevistados os *black blocs* deveriam ser *enquadrados na lei de segurança nacional.* Cabe ressaltar que os policiais poderiam assinalar quantas opções desejassem. Este fato permite verificar que é grande o número de policiais que consideraram adequado enquadrar os ativistas em mais de um crime. Finalmente, apenas uma minoria ínfima respondeu que os *black blocs* não devem ser criminalizados: 3%.

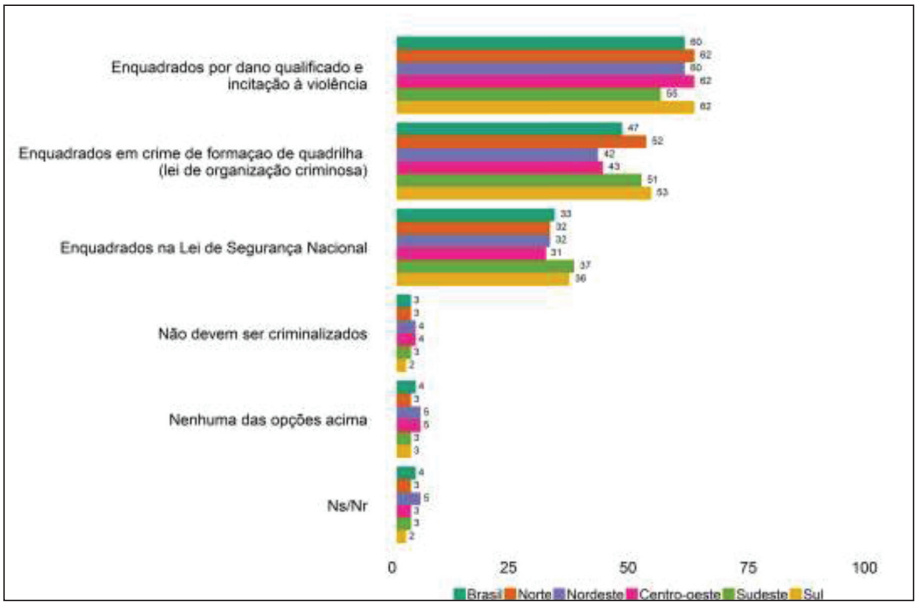


Gráfico 5 – Na opinião do Sr.(a), qual aparato legal deveria ser usado contra os black blocs. (Marque quantas opções desejar). (%)
Fonte: DAPP/FGV

Visibilidade e avaliação dos *black blocs* pela população

Em algumas manifestações de classe, alguns manifestantes que não usam a tática *black bloc* apoiaram publicamente a ação e solicitaram a presença de indivíduos deste grupo. A pesquisa abordou os policias sobre este ponto. Para 62% dos respondentes o apoio de alguns manifestantes às ações dos *black blocs* foi motivado tão somente pela visibilidade que o grupo pode trazer aos protestos, atraindo os jornais e emissoras de TV, conforme demonstrado pelo Gráfico 6.

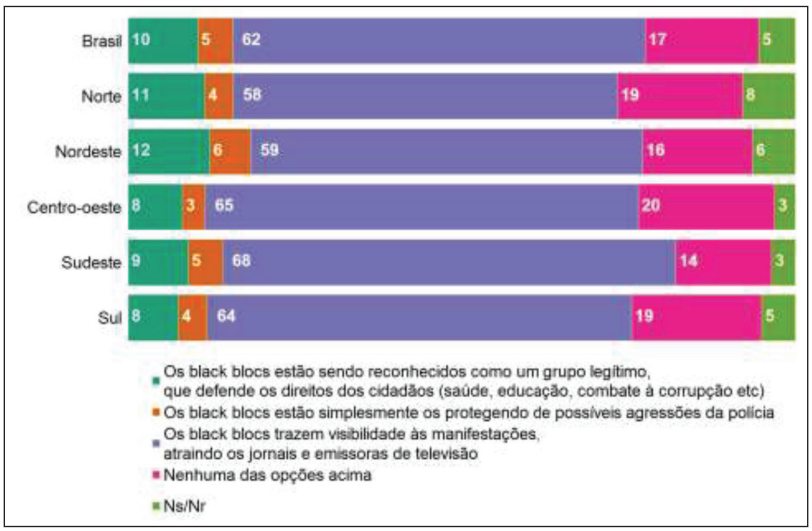


Gráfico 6- Nas redes sociais, alguns manifestantes têm se mostrado favoráveis às ações dos black blocs, chegando a convidá-los para as manifestações. Na opinião do Sr.(a) as razões para isso são: (%)
Fonte: DAPP/FGV

Avaliação das ações de enfrentamento e das responsabilidades

As manifestações, como ocorreram, são um fenômeno novo e, ao que pode ser apreendido pela pesquisa, o Estado não deu suporte adequado aos policiais, uma vez que não souberam como agir diante delas. Predominou entre os entrevistados a opinião de que os policiais não receberam orientação e treinamento apropriados para lidar com os protestos e enfrentar os *black blocs*, totalizando 64% das respostas no âmbito nacional, segundo o **Gráfico 7 –1**gráfico a seguir.

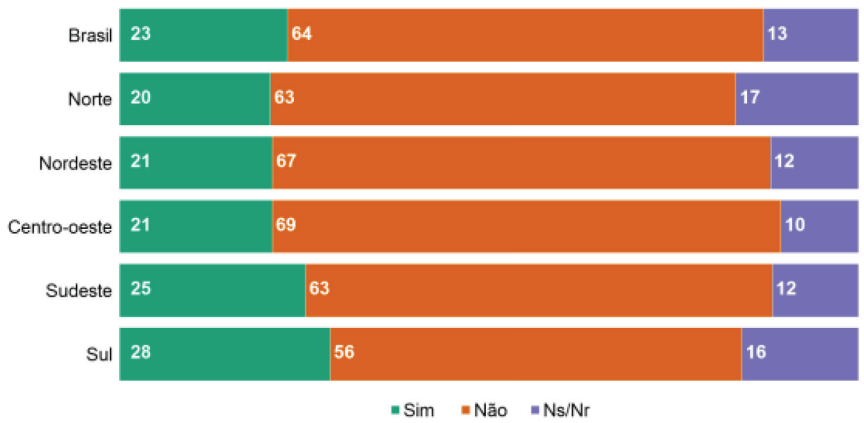


Gráfico 7 –1 Os policiais receberam orientações e treinamento adequados para lidar com as manifestações e enfrentar os black blocs? (%)
Fonte: FGV/DAPP.

Coerentes com esta avaliação, 69% dos policiais afirmaram que, *devido às circunstâncias, agiram como foi possível durante as manifestações, e 19% acreditam que alguns policiais não agiram corretamente*, como pode ser visto no Gráfico 8. Tendo por missão garantir a ordem pública e o bem estar social, os policiais foram, segundo eles próprios, obrigados a improvisar diante de uma situação inesperada para a qual são se sentiam preparados.

Gráfico 8 – Sobre a ação da Polícia durante as manifestações, o Sr.(a) diria que: (%)
Fonte: FGV/DAPP.

Para a grande parte dos policiais, as ações improvisadas da polícia tiveram responsável direto: 60% dos entrevistados atribuíram a responsabilidade das ações aos governos dos estados. É grande a diferença entre o percentual de entrevistados que atribuíram ao comando, 12%, e às secretarias de segurança, 12%, tal responsabilidade, conforme o Gráfico 9.

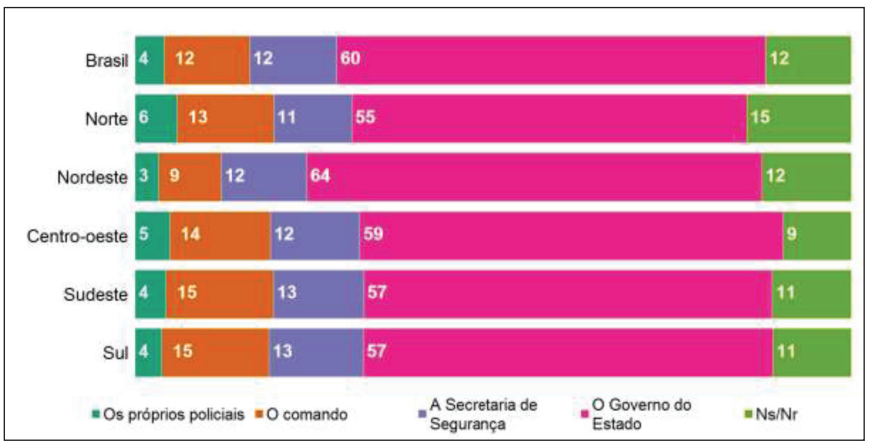


Gráfico9- Ao fim, quem é o responsável pela forma como a Polícia vem agindo durante as manifestações? (%)
Fonte: FGV/DAPP.

Os policiais como cidadãos

Embora a pesquisa tenha mostrado que, para os policiais, eles e os *black blocs* podem ser considerados oponentes em vários aspectos, quando instados a se posicionar como cidadãos e não como profissionais de segurança pública, há o reconhecimento de que a pauta de reivindicações apresentadas **pacificamente** nas ruas das cidades brasileiras é pertinente: 43% dos policiais assinalaram que *concordam com todas as reivindicações dos manifestantes.* Embora não seja a maioria, deve-se destacar que a frase é bastante forte. Este nível de concordância chega a atingir 50% na região Norte. 54% dos policiais afirmaram que *Concordam com algumas das reinvindicações dos manifestantes*. A proporção de policiais que concordam com algumas demandas da população que foi às ruas chega a expressivos 97%.

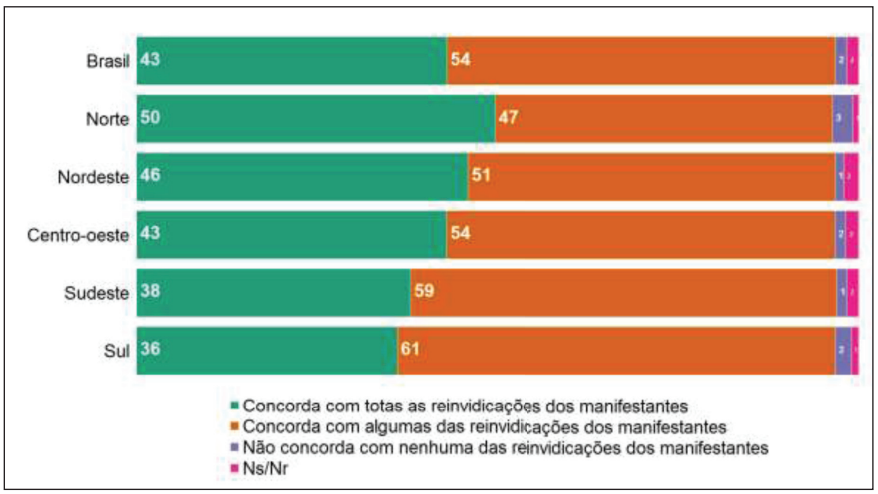


Gráfico 10 - Deixando de lado seu papel como policial, pensando como cidadão, nas manifestações pacíficas o Sr(a). diria que: (%)
Fonte: DAPP/FGV.

Conclusão

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação vêm favorecendo a constituição de uma esfera pública virtual que impacta na mobilização no espaço público, gerando um processo de retroalimentação entre essas duas dimensões. A facilidade de mobilização gerada pelas redes sociais, o processo de universalização do acesso à internet (via computadores ou aparelhos móveis) sugere uma tendência de aumento da capacidade de indivíduos, mesmo com demandas e interesses diversos, se reunirem para apresentar seus pleitos. A rede gera a oportunidade de dissolução das distinções territoriais, unindo pessoas em torno de demandas difusas como o direito de manifestar e a cobrança da qualificação dos serviços públicos.

A Parte I do artigo demonstrou a centralidade do acesso à internet para a mobilização social ocorrida no ano passado, permitindo que um cenário difuso de insatisfação social se traduzisse em ação coletiva. Mas o potencial comunicativo da web 2.0 amplifica também a ação de pequenos grupos, como os *black blocs*, que possuem uma visão mais radicalizada do que o volume de manifestantes, conforme revelado na Parte II. Em conjunto, as duas pesquisas analisadas revelam, de um lado, o surgimento de um novo

"recurso" de mobilização, por meio do qual os novos sujeitos sociais brasileiros logram se articular, amplificando e renovando o seu "repertório de ações"; de outro, a dificuldade da institucionalidade política do país de lidar com essas novas formas de ação coletiva. As ausências de transparência e de participação, sobretudo, agravam o distanciamento verificado entre Estado e sociedade.

Observadas em perspectiva histórica, as manifestações de Junho de 2013 significaram uma inflexão em relação ao cenário político brasileiro das últimas três décadas, marcadas pelo processo de redemocratização e de consolidação da sociedade civil. Representaram a entrada em cena de um novo elemento – a web – como instrumento de mobilização social, capaz de articular os atores e sujeitos sociais formados, sobretudo na última década, e a intensificação do processo de crise de representação do sistema político forjado naquele momento.

É nesse sentido que o presente artigo buscou lançar as bases para uma nova teoria do conflito social no contexto brasileiro, baseada no entendimento de que o sistema político forjado na transição à democracia, orientada à ideia de consenso e deliberação (Habermas, op. cit.), deu lugar a uma esfera pública marcada pela intensificação do conflito entre os novos atores e sujeitos políticos, de uma parte, e o Estado, de outro, tendo a internet como elemento central da ação coletiva e mobilização social. A esfera pública interconectada (Benkler, op. cit.) surgida da sociedade em rede (Castells, op.cit.) na versão brasileira tende, assim, a intensificar o conflito nas relações entre a sociedade e o sistema político. Se a web oferece um novo repertório para a *contentious politics*, conforme se pode concluir da primeira parte da análise (Tarrow, Tilly e McAdam, op. cit.), o Estado brasileiro ainda não se mostra capaz de lidar com essa nova realidade de forma adequada para um regime institucional democrático, conforme revelado na segunda parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L. e COSTA, S. (2004). "Teoria crítica, democracia e esfera pública: Concepções e usos na América Latina". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 4, p. 703-729.

BENKLER, Y. (2006). *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. New Haven and London: Yale University Press.

CASTELLS, M. (2000). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.

DALTON, R. J. (2004). *Democratic challenges, democratic choices. The erosion of political support in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press.

DAVIES, James C. (1962). "Toward a theory of revolution". *American Sociological Review*, v. 27, n. 1, pp. 5-19.

DOMINGUES, J. M. (2013). *O Brasil entre o presente e o futuro: Conjuntura interna e inserção internacional*. Rio de Janeiro: Mauad X.

HABERMAS, J. (1984). *A Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HUNTINGTON, S. P. (1968). *Political order in changing societies*. New Haven and London: Yale University Press.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. (2013) Informe Latinobarometro, 2013. Disponível em http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp. Acesso em 20 de Agosto de 2014.

McCARTHY, John and ZALD, Mayer. (1977). "Resource mobilization and social movements". *American Journal of Sociology*, n. 82, p. 1212-1241.

MOSELEY, M. and LAYTON, M. (2013). "Prosperity and protest in Brazil: The wave of the future for Latin America?". *Americas Barometer Insights*, n. 93.

NOBRE, Marcos. (2013) *O Imobilismo em movimento: Da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.

NORRIS, P. (2011). *Democratic deficit: Critical citizens revisited*. New York: Cambridge University Press.

ORTELLADO, P. et.alli. (2013). *Vinte centavos: A luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.

PERLATTO, F. (2012). "Habermas, a esfera pública e o Brasil". *Revista Estudos Políticos,* n.4. pp.78-94.

RUEDIGER, M. A. et alli. (2014) *Urban mobility and citizenship: Perceptions of the public transportation user in Brazil*. (Preliminary Report). FGV/DAPP.

RUEDIGER, T. and TERRA, C. (2013). "Brésil: retour vers le futur?". *Politique Étrangère, hiver 2013-2014*, pp. 87-102.

Werneck Vianna, L. (1997). A r*evolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

TARROW, Sidney. (1998). *Power in movement. Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2ª edição.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles and McADAM, Doug. (2001). *Dynamics of contention.* Cambridge: Cambridge University Press.

TILLY, Charles. (1978). *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill.

Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em setembro de 2014

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.84
10.20336/rbs.84
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jun/Dez/2014
Artigo recebido em setembro de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares*
Nadja Rinelle Oliveira de Almeida**
Alba Maria Pinho de Carvalho***

CORPOS E CIDADE EM MOVIMENTO: JOVENS E (IN) VISIBILIDADES NOS CIRCUITOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS NA CIDADE DE SOBRAL-CEARÁ

RESUMO
Esse artigo consubstancia reflexões sobre a inserção precarizada de jovens trabalhadores no espaço da cidade em movimento em tempos contemporâneos. Parte de uma observação atenta e vigilante do espetáculo de corpo jovens, em suas performances, nos percursos do seu trabalho de venda de produtos, no centro da cidade de Sobral, no Estado do Ceará. Incide o foco analítico nos processos de mercantilização na civilização do capital, a adentrar no universo das juventudes, como uma dimensão da sociedade do espetáculo. Enfoca os movimentos de corpos, a encarnar a precariedade do trabalho, nos circuitos da cidade, em articulação com os próprios movimentos de expansão do capital.

Palavras-chave: Jovens trabalhadores. Corpos. Espetáculo.

*Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Formação Especial Pedagógica pela Universidade Es- tadual Vale do Acaraú (UVA) e Mestrado em Gestão Pública pela mes- ma Universidade. Doutoranda em Sociologia, pelo Programa de Pós- -Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada à linha de pesquisa Processos de Trabalho, Estado e Trans- formações Capitalistas. Bolsista da CAPES desde agosto de 2011. Atualmente é professora Assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) atuando especialmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Política de Assistência Social, Avaliação de Políticas Pú- blicas, Trabalho, Juventude, Participação, Gestão Social, Movimen- tos Sociais. Pesquisadora e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Culturas Juvenis (GEPCJU), coordenando a linha de pesquisa "Juventude, Trabalho e Políticas Públicas".
Endereço para acessar o CV: http://lattes.cnpq.br/6265061354535041

**Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestre e atualmente doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada à linha de pesquisa Educação Ambiental, Juventudes, Arte e Espiritualidade. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) desde agosto de 2013. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU) e do Grupo de Estudos Pesquisas Juventudes, Sociedade e Cultura.
Endereço para acessar o CV: http://lattes.cnpq.br/8437059537669255

***Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Fede- ral do Maranhão – UFMA (1973), Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC (1982) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1999). Desenvolveu o Pós-doutorado no Cen- tro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra CES/UA Portugal. Atualmente é professora Associada I da Universidade Federal do Ceará, atuando principalmente nos seguintes temas: Mundialização do Capital em tem pos de Ajuste; Transformações na América Latina; Emancipação Social no Século XXI; Brasil Contem- porâneo; Estado e Políticas Públicas; Democracia; Política de Assis- tência Social; Avaliação de Políticas Públicas; Epistemologia e Me- todologia das Ciências Sociais.
Endereço para acessar o CV: http://lattes.cnpq.br/5941867047206757

ABSTRACT
This article embodies reflections on the precarious insertion of young workers in the city space in motion in contemporary times. Part of close observation and body show the vigilant youth in their performances, the routes of its work product sales, in the center of the city of Sobral, state of Ceará. It focuses the analytical focus on commercialization processes in the capital of civilization, enter the universe of youths, as a dimension of spectacle society. Focuses on the movements of bodies, to embody the precariousness of employment in the city circuits in conjunction with their own capital expansion movements.
Keywords: Young workers. Bodies. Show.

RÉSUMÉ

Cet article incarne réflexions sur l'insertion précaire des jeunes travailleurs dans l'espace de la ville en mouvement à l'époque contemporaine. Une partie de l'observation proche et le corps montré aux jeunes vigilants dans leurs performances, les itinéraires de ses ventes de produits de travail, dans le centre de la ville de Sobral, l'état de Ceará. Il se concentre sur la mise au point d'analyse des processus de commercialisation dans la capitale de la civilisation, entrer dans l'univers des jeunes, comme une dimension de la société de spectacle. Met l'accent sur les mouvements des corps, pour incarner la précarité de l'emploi dans les circuits de la ville en collaboration avec leurs propres mouvements d'expansion des immobilisations.

Mots-clés: Jeunes travailleurs. Corps. Spectacle.

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares
Nadja Rinelle Oliveira de Almeida
Alba Maria Pinho de Carvalho

CORPOS E CIDADE EM MOVIMENTO: JOVENS E (IN) VISIBILIDADES NOS CIRCUITOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS NA CIDADE DE SOBRAL-CEARÁ

1. Jovens (in)visíveis e suas performances de trabalho nas ruas

> Que mundo social é esse que vem se perfilando nas dobras das mutações em curso nas últimas décadas? Com quais parâmetros pôr em perspectiva e sob perspectiva crítica os novos ordenamentos sociais urdidos nessa virada dos tempos? De fato, compreender a situação hoje estampada nas grandes cidades é um desafio que nos interroga quanto aos critérios capazes de conferir inteligibilidade a um panorama urbano muito alterado em relação às décadas passadas, e que vem se modificando em ritmo acelerado em tempos de financeirização da economia, autonomização dos mercados e revolução tecnológica. (Telles, 2012: 1)

As questões fundantes, circunscritas por Vera Telles, nos provocam a ampliar e rever padrões analíticos, no esforço de

compreender as mutações urbanas em curso, em seu ritmo contemporâneo de aceleração. Para tanto, é preciso um olhar atento e vigilante para a multiplicidade de cenas na cidade. Interessa-nos focar situações, fenômenos que vinculam juventudes e trabalho, movimentando o nosso foco específico para as performances juvenis no exercício do trabalho precário, no espaço urbano sobralense, no Estado do Ceará.

Antropologizzar[1] pelas ruas do centro de Sobral-Ceará tornou real para nós o fluxo de mudanças que ocorrem nos centros urbanos, através dos ritmos acelerados, próprios destes "tempos de financeiração da economia, autonomização dos mercados e revolução tecnológica", como afirma Telles (2011). Nestas preambulações, deixamo-nos guiar pelos sentidos para elaborar, nas dobras de cada cena que se constitui a partir dos corpos alojados neste espaço, percepções de como as paisagens urbanas se instituem, criam movimentos e emitem significados a partir deste cenário.

Na animação destes corpos e dos usos das ruas feito por eles, podemos encontrar uma ressignificação destas ruas que integram o centro desta cidade nos dias de sábado, quando uma paisagem composta de "encontros", "festa" e "animação" dita a cena das ruas do centro de Sobral.

A cena de hoje faz-nos evocar as festas populares medievais no século XV, quando, nos regozijos do carnaval, por exemplo, os corpos se misturavam, indistintamente, participando de um mesmo estado da comunidade, levado à sua incandescência. Nada se tornaria mais estrangeiro a essas festividades do que a ideia de espetáculo, de distanciamento e de apropriação somente pelo olhar. (Le Breton, 2012).

1 Termo utilizado pela professora Glória Diógenes em seu blog: http://antropologizzzando.blogspot.com.br/

Imagem do Beco do Cotovelo na cidade de Sobral-Ceará, 2014
Fonte: http:// www.odebateinformativo.com

As traduções dessa mistura de corpos, nas ruas do centro da cidade, ocorrem do Beco do Cotovelo, com seus poetas, radialistas, políticos e os que comentam as novidades da semana. É este um espaço tradicional de Sobral, situado entre a Praça Monsenhor Linhares e a Praça de Cuba, justamente a parte da cidade onde se concentram as lojas, o comércio variado e os vendedores ambulantes, independentes, autônomos e artesãos. É especialmente nesses espaços que ocorrem as mais diversas manifestações, espetáculos, improvisações e acontecimentos, tidos como importantes, que indicam e revelam a pulsação da cidade, mostrando que ela "está viva". O Beco, de modo especial, é o termômetro social e comercial da cidade.

Na composição destas cenas "de comportamentos corporais e formas de sociabilidade nas ruas [...] passíveis de alimentar de modo diversificado as interpretações sobre os usos desses lugares públicos" (Fraya, 2009: 164), focamos nosso olhar nos corpos jovens e suas performances. Elas se manifestam, por meio de improvisos, para mobilizar potenciais consumidores e para dar conta de suas ocupações provisórias e precárias, porém visíveis. Referimos-nos à visibilidade de seus corpos chamativos, revelada nas roupas coloridas que identificam marcas e produtos, que ora representam. Um comportamento

corporal elaborado para um "trabalho". A criação de um personagem caracterizado para este fim. Um corpo que se move, que interage, que atua na rua, cumprindo ou não suas funções, produto e produtor de contexto. (*idem*, 2009).

Na caracterização, atuação e interação destes jovens nas ruas para atrair os clientes, interpelou-nos a condição de cada um daqueles jovens trabalhadores, naquele local, questionando essas experiências de trabalho. E entender as experiências desses jovens, muitos deles pobres, no exercício do seu trabalho, aponta algumas pistas para repensar as tensões e nervuras que marcam suas vidas. Esse caminho pode trazer novos indicadores de sentidos para ver o mundo ao alcance real desses jovens e trazer questões que fomentem o campo do trabalho. Trata-se de perceber os indivíduos como constelações de circunstâncias, nos termos de Norbert Elias (1994).

Para entender os jovens sobralenses em sua produção da vida social, sejam eles estudantes secundaristas ou universitários, estejam eles dentre os "nem-nem"[2], ou no contingente de jovens das periferias-da-vida[3], buscamos desvencilhar-nos das binaridades entre "a cidade global" e a "exclusão social": de um lado do mundo, os ganhadores; do outro, os ditos perdedores. De fato, tudo está enevoado e fora de foco, e o que se assenta e germina nesse cenário é o sujeito flexível, necessário e produtivo ao capital (Harvey, 1994), gerador de distintas consequências, em especial para a vida das juventudes empobrecidas.

Este contexto de permanente demanda de flexibilidades e produtivismos para as juventudes, nesta civilização do capital, verifica-se pela baixa remuneração e longas jornadas de trabalho, pela dificuldade para conciliar trabalho e escola, pelos altos níveis de desemprego,

2 Designação usual, em tempos contemporâneos para designar jovens que nem estudam e nem trabalham

3 Retomamos esta configuração de "periferias de vida" das reflexões de Alba Carvalho sobre as formas de exclusões/inclusões precárias que atingem as juventudes no mundo em que vivemos, despojando-as de condições, de uma vida onde possam desenvolver a sua própria humanidade. Ver Alba Maria Pinho de Carvalho: Jovens construindo emancipações: desafios e lutas. ADITAL. 2009.

aliados às exigências de empregabilidade, impostas pelo mercado, além de uma relação de dissonância entre o que o mercado solicita e o que a educação básica e superior oferece.

Como afirma Telles (2006), a tragédia social se faz visível pela produção de "disjunções" ou "dessimetrias" que marcam, especialmente, a condição juvenil no tempo presente. Uma "vida de inconstâncias", marcada pelas estruturas sociais cada vez mais fluídas que levam os jovens sentirem a sua vida balizada por crescentes flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém. (Pais, 2006).

Se falamos antes em visibilidade, perguntamos: o que nos salta aos olhos quando observamos esses espetáculos realizados pelos jovens no seio dessa cidade? Que aspectos chamam atenção dos transeuntes e consumidores da cidade – os produtos, as alegorias, as roupas chamativas, os adereços que utilizam como recursos para chamarem atenção dos possíveis compradores? Indagamo-nos se os jovens confundem e se confundem nesse espetáculo de vendas e consumo.

Atentos aos espetáculos produzidos pelos corpos nas ruas do centro da cidade, nossos olhos foram atraídos por um grupo de jovens que vendiam os aparelhos e serviços da Oi. Muito interessante, pois cada um portava o símbolo da Oi, afixado nas costas e sustentado, na altura da cintura, por um suporte em formato de cinto, tal como um desfile carnavalesco. Ao lado desse grupo, mais outro grupo de jovens dançarinos animava a rua e a venda. Todos que por ali passavam paravam para olhar os produtos e a beleza e animação dos jovens no espaço da rua. Também indagavam sobre os preços, num ato em que pareciam querer consumir, ao mesmo tempo, os produtos, os corpos juvenis e a cidade.

Diante do espetáculo que esses corpos "evoluíam", num ritual de interação com os transeuntes, pensamos a partir de Guy Debord (1997), ao afirmar que nunca a tirania das imagens e a submissão alienante ao império da mídia foram tão fortes como em tempos contemporâneos. São imagens em ação que se investe em poder – se assim podemos dizer – invadindo as fronteiras e conquistando todos os do-

mínios – da arte à economia, da vida cotidiana à política – passando a organizar, de forma consciente e sistemática, o império da passividade moderna, quando assim declara:

> O mundo presente e ausente que o espetáculo faz ver é o mundo da mercadoria dominando tudo que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado como ele é, pois seu movimento é idêntico ao afastamento dos homens entre si e em relação a tudo que produzem. (Debord, 1997: 28)

Esses corpos admirados e explorados transformam-se em objetos que a linguagem espetacular utiliza, a partir das atitudes que ela ordena, traduzindo o caráter fundamental da produção real, nos seus fetiches a seduzir e encantar. Para além das formas fetichizadas, é preciso ter presente que, "sob todos os pontos de vista, a forma-mercadoria é a igualdade confrontada consigo mesma, a categoria do quantitativo" *(idem*: 28).

Para Debord, o espetáculo é o momento em que a mercadoria "ocupou totalmente a vida social" (p. 30). E nos circuitos mercantis, importa considerar não somente a relação com a mercadoria, mas o que ela (in)corpora – pessoas e coisas produzidas, confundindo-as, produzindo uma certa (in)visibilidade do sujeito (in)corporado, (in) vadido, sujeitado. Nessa perspectiva, o mundo que se vê é o mundo da mercadoria, já que a produção econômica moderna espalha sua ditadura, dissimulada no mundo da fantasia do marketing.

Esse "mundo da mercadoria" – palco para esse jovem vendedor, jovem dançarino – produz significado em sua trajetória, por representar o passaporte de possibilidades para o ingresso no mercado de trabalho. Um corpo carimbado por uma marca para atrair a atenção dos consumidores. O corpo jovem que interpela os sujeitos que circulam pelas ruas a realizar paradas, quase obrigatórias para prestigiar os produtos.

Os investimentos na imagem corporal, segundo Pais (2006), contribuem para a construção da identidade dos jovens, conferindo-lhes

uma expressão simbólica de poder, uma vez que diferenciam entre si, através de atributos distintivos. Os jovens não são só possuidores de um corpo, como eles próprios são um corpo e, por isso, o simbolizam quando o vestem.

E é nessa imagem corporal fixadas de flutuações, de descontinuidades, que insistimos em focar nosso olhar questionador. Um olhar direcionado na/sobre a (in)visibilidade da desigualdade brasileira, para usar os termos de Jessé Souza, no seu livro que leva esse mesmo nome. Souza (2006) questiona: por que, apesar das aparências "inclusórias" e "participatórias", quase tudo continua tão desigual?

Fabrício Maciel (2006)[4], ao refletir sobre o mundo do trabalho contemporâneo, apresenta uma questão específica que diz respeito à condição psicossocial de trabalhadores socialmente desqualificados na modernidade periférica, contextualizados em um universo de intersubjetividade moral e simbólica que naturaliza e perpetua sua condição objetiva precária.

Esta perspectiva tem como pressuposto central o fato de que as relações intersubjetivas modernas são estruturadas por uma hierarquia moral pré-reflexiva do trabalho que naturaliza e reproduz situações objetivas de desigualdade social. Ao buscar entender a divisão do trabalho na vida moderna e, consequentemente, os efeitos causados por ela nos indivíduos, Maciel mostra que, na modernidade, o trabalho deixou de ser uma atividade vil e passou a ser gerador de dignidade e reconhecimento social, causando assim o surgimento de uma moral única e válida para todos. Entende que a filiação ao mercado de trabalho coloca-se como regra universal na busca pelo que Taylor chamou de "dignidade". Isso ajuda a explicar por que a dimensão econômica da realidade social não determina, de forma exclusiva, a configuração das relações sociais.

Assim, é preciso entender que o conjunto de valores instituídos e institucionalizados na modernidade nos afirma o tempo todo e qual-

4 Fabrício Maciel apresenta essas suas interpelações no texto "Todo trabalho é digno? Um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica", no livro "A invisibilidade da desigualdade brasileira", organizado por Jessé Souza, publicado em 2006

quer forma de reconhecimento pessoal, e consequentemente dignidade e autoestima, só é possível quando conseguimos provar nossa utilidade prática na sociedade de mercado (Maciel, 2006).

2. Corpos em movimento: corpos que se movem nas veias abertas da cidade que pulsa

Entre os corpos que se cruzam e aqueles que elaboram o espetáculo para a venda da mercadoria, estávamos ali, sentindo a pulsação desta cidade, pela via dos sujeitos que estavam a elaborar a cena de mais um sábado e, especialmente à procura dos jovens. A nossa expectativa estava voltada para o encontro com estes corpos jovens, buscando observar, de forma atenta, os seus movimentos e suas performances. Vivíamos a cena como se cada uma das imagens, anteriormente visualizadas e sentidas, estivesse sido congeladas ou prontas para serem reativadas para prosseguirem no seu ritual de sedução, frente aos potenciais consumidores da cidade.

Numa tentativa de resgatar as imagens que não conseguimos "salvar" na memória e no diário de campo, retornamos ao mesmo lugar, numa tentativa frustrada, mas que nos fez perceber que a cidade que pulsa nem é estéril, muito menos, permite repetição e estagnação.

É o que nos lembra Pais (2003), quando dialoga sobre a sociologia do cotidiano. Para ele, o cotidiano significa a ruptura de uma rotina pré-estabelecida de uma viagem programada. É um tecido de maneiras de ser e de estar que não seguem um percurso linear, mesmo que as práticas cotidianas insinuem e façam parecer que o sujeito sempre segue em uma mesma direção, realiza as mesmas atividades, sem considerar as dimensões espaciais e temporais que envolvem as ações dos sujeitos.

Com esta ruptura, inerente às práticas cotidianas, podemos perceber como a cidade é fértil, produz e se reproduz incessantemente, o que implicou compreender o *homo economicus* sob uma nova perspectiva. Sennett (2008) recorre aos estudos de William Harvey, *De motu cordis* (1628), que, pela via de suas descobertas sobre circulação de sangue, deu início a uma revolução científica que viria

mudar a compreensão do corpo, dando origem a um novo modelo de imagem. O autor entende que essa nova compreensão do corpo coincidiu com o advento do capitalismo moderno, o que contribuiu para o nascimento da grande transformação social: o individualismo. Assim, implica dizer que o homem moderno é, sobretudo, um ser humano móvel. Adam Smith, em "A Riqueza das Nações", ao reconhecer os trabalhos de Harvey, passa a conceber um mercado livre, de trabalho e mercadorias, operando de modo parecido à circulação do sangue e capaz de produzir idênticas consequências. No âmbito desta metáfora do corpo humano, Richard Sennett (2008), em suas pesquisas sobre o espaço urbano, sinaliza:

> [...] A circulação de bens e dinheiro era mais lucrativa que a propriedade fixa e estável, que significava apenas um prelúdio para a troca – pelo menos no que diz respeito aos que conseguiam aumentar seu quinhão. Mas para que as pessoas pudessem beneficiar-se da economia circulante, Smith sabia que elas seriam obrigadas a abandonar velhas lealdades. Além disso, esses atores econômicos móveis teriam que aprender tarefas especializadas, individualizadas, de modo a terem algo diferente a oferecer. (Sennett, 2008: 262).

Com essa compreensão, passamos a perceber que os jovens sobralenses – aqui investidos na ideia do *homo economicus* especializado – poderiam movimentar-se por toda a cidade, explorando posses e habilidades oferecidas pelo mercado, e, ao mesmo tempo, ao serem coisificados, passam também a ser explorados e descartabilizados.

Este movimento dos corpos jovens por toda a cidade é real. A imagem do jovem que produzia o espetáculo, através das marcas da mercadoria, pulsava em outras veias da cidade. Não encontramos os mesmos jovens, mas outros que "se substituíam". Falamos em "se substituíam," ao invés de "os substituíam", porque percebemos que o que importava não era os jovens trabalhadores, mais cada marca que representavam e transportavam.

Pensamos na flexibilidade/flexibilização dos tempos dos seus contratos e de suas experiências passageiras. Ficamos a indagar sobre as constantes mudanças de corpos de "jovens-propaganda" e das ocupações dos espaços da/na cidade: Quais vínculos criariam com suas breves experiências de trabalho ou emprego? Quais os sentidos de pertença à cidade, encarnados por esses jovens? Ao vê-los em suas performances no trabalho, quem se lembrará desses jovens, na condição de trabalhadores explorados? Os transeuntes na cidade de Sobral pensarão nestes "jovens-propaganda" como trabalhadores explorados ou como jovens que animam e embelezam a cidade?

Na continuidade de nossas preambulações pelas ruas do centro da cidade, fizemos uma parada no intuito de dialogarmos com outro grupo de jovens que também vendiam os serviços e produtos das operadoras de celular: Claro, Oi e TIM. Unidos e concorrentes, mas juntos e misturados. Esboçamos conversas, que foram adiadas para um momento mais oportuno, pois não podiam suspender as vendas, muito menos perder nenhum cliente, pois têm metas a cumprir.

Depois de nos identificarmos como pesquisadoras[5] e referirmo-nos a uma pesquisa, em andamento, sobre juventude e o mundo do trabalho[6], uma das jovens falou sobre seu trabalho "temporário", mas percebemos que se investia no perfil do típico trabalhador responsável e, numa perspectiva moderna, empreendedor e autônomo. Vimos ali um peculiar "cidadão comum", de quem nos fala uma letra da música do cantor Belchior.

5 Pesquisadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU)

6 "**Trajetórias juvenis face aos desafios do mundo do trabalho**: experiências sociais e interpretações individuais (em narrativas) de jovens sobralenses que buscam o primeiro emprego. Pesquisa desenvolvida por Maria Isabel S. Bezerra Linhares, coordenadora da linha de pesquisa Juventude, Trabalho e Políticas Públicas.

Fonte: Foto do arquivo pessoal, 2014

Fonte: Foto do arquivo pessoal, 2014

No lugar que os jovens se instalavam para fazer a divulgação da mercadoria, foi improvisado um espaço, um lugar de trabalho. Nas laterais do Palácio de Línguas (foto acima) em Sobral, prédio antigo, arquitetura nos moldes dos sobrados europeus, era visível o espaço constituído como o "lugar" de trabalho, em que as janelas largas e profundas passavam a substituir os armários de aço dos escritórios. Lá estavam seus pertences: bolsas, capacetes, celulares pessoais, ma-

teriais de trabalho das operadoras, tudo misturado, o que nos induziu a pensar nas múltiplas responsabilidades que esses jovens trabalhadores vêm assumindo: conquistam clientes, seduzem, direcionam atenção aos seus pertences e os instrumentos de seu trabalho (papéis, canetas, chips), tomando para si a responsabilidade pelas vendas, por seus corpos e suas coisas. Neste cenário tudo são coisas, tudo é alvo de venda, pois seus corpos e sua linguagem passam a ser elementos de uma mercadoria móvel, provisória, interessante/desinteressante, vendável ou não.

Refletimos também acerca dos movimentos dos muitos corpos que atravessam as avenidas da cidade sem se deixar atravessar, nem pelo colorido diferenciado das roupas dos jovens vendedores (vermelho da Claro, azul da Tim e lilás da Oi), muito menos pelo desconforto que castiga cada hora trabalhada, contada e medida. Entendemos que o movimento autônomo, de que nos fala Sennett (2008), diminui a experiência sensorial, despertada por lugares ou pessoas que neles se encontrem:

> Hoje, como o desejo de livre locomoção triunfou sobre os clamores sensoriais do espaço através do qual o corpo se move, o indivíduo moderno sofre uma espécie de crise tátil: deslocar-se ajuda a dessensibilizar o corpo. Esse princípio geral vem sendo aplicado a cidades entregues às exigências do tráfego e ao movimento acelerado de pessoas, cidades cheias de espaços neutros, cidades que sucumbiram à força maior da circulação. (Sennett, 2008: 262).

Analisar a sociedade hoje e as tramas de sobrevivência e busca de reconhecimento pelos jovens, de afirmação de cidadania pelo trabalho, requer para Telles (2011) uma compreensão das mutações no mundo do trabalho, "que redesenham espaços e territórios urbanos nas trilhas de redes de subcontratação", manifestas das periferias ao centro. A rigor, sugere compreender o que Giovanni Alves (2011) denomina de "nova morfologia social do trabalho".

Se é verdade que a cidade oferece todos os ingredientes que alimentam os discursos e o imaginário da "cidade global", com seus artefatos sempre presentes e sempre iguais em todas as grandes metrópoles do planeta, também é verdade que a vida social é atravessada por um universo crescente de ilegalidades que passa pelos circuitos da expansiva economia (e cidade) informal, o chamado comércio de bens ilícitos e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados), com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas. (Telles, 2011, p. 02)

Considerações Finais

Em tempos de financeirização da economia e autonomia dos mercados, nos circuitos da tecnologização da ciência, a expansão sem limites do capital gesta a precariedade estrutural do trabalho. Especialmente, as juventudes são atingidas por esta precarização que é ampla, expandindo-se para além do mundo laboral: precariza-se não só a força de trabalho, mas a vida de quem trabalha. É a precarização laboral e existencial na civilização contemporânea do capital.

Ao longo do percurso investigativo, seguindo trajetórias juvenis face aos desafios do mundo do trabalho em Sobral, podemos bem perceber como jovens trabalhadores vivenciam esta precariedade ampliada que se estende na vida social. É um segmento da classe trabalhadora a constituir em tempos contemporâneos um desafio analítico. O nosso foco incide na relação juventude trabalho no contexto da vida urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. (2012). "Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil: a morfologia social do trabalho na década de 2000 (2000-2010)". Coimbra, Portugal: *Oficina do CES* nº 381.

DEBORD, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

ELIAS, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.

FRAYA, F.(2009). "Usos da Rua", *In:* FORTUNA, C. e LEITE, R. P. (orgs). *Plural da cidade*: *novos léxicos urbanos*. CES/Almedina: Coimbra.

HARVEY, D. (1994). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

LE BRETON, D. (2012). *Antropologia do corpo e da modernidade*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

PAIS, M. (2006). "Buscas de si: expressividades e identidades juvenis". *In:* ALMEIDA, M. I. M. de; EUGÊNIO, F. (orgs.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar.

PAIS, M. (2003). *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez.

SENNETT, R. (2008). *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: BestBolso.

SOUZA, J. (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TELLES, V. S. (2012). *Deslocando o ponto da crítica: indagações a partir de realidades urbanas em mutação* (anotações inconclusas de um percurso de pesquisa). Disponível em: http://www.veratelles.net/home/wp-content/uploads/2013/04/2006-Deslocando-o-ponto-da-critica.pdf.

Artigo recebido em setembro de 2014 / Aprovado em novembro de 2014

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.85
10.20336/rbs.85
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jun/Dez/2014
Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em setembro de 2014

Daniel Maurício Viana de Souza*

A TEORIA DA 'SOCIEDADE DO ESPETÁCULO' E OS MASS MEDIA: VETORES IDEOLÓGICOS

RESUMO

Discute acerca do condicionamento ideológico exercido pela, assim denominada, sociedade do espetáculo nos processos e linguagens info-comunicacionais concernentes aos *mass media* contemporâneos. Num primeiro momento, aborda a noção de 'espetáculo' associando-a ao movimento situacionista e contextualizando-a na atualidade. Em seguida, argumenta sobre os acionamentos ideológicos que envolvem as práticas concernentes ao horizonte dos meios de comunicação de massa. E por fim, analisa os vetores ideológicos a partir dos quais se pode destacar a ação 'espetacular' no âmbito *mass media* especificamente.

Palavras-chave: Sociedade do Espetáculo; *Mass media*; Ideologia

ABSTRACT

Discusses about the ideological conditioning exercised by the, so called, spectacle society in the process and languages info-communication concerning the mass contemporary media. At first, approaches the notion of 'spectacle' associating it with the situationist movement and contextualizing it in today. Then argues about the ideological drives involving practices concerning the horizon of the mass media. Finally, analyzes the ideological vectors from which we can highlight the 'spectacular' in action under media specifically.

Keywords: Society of the Spectacle; Mass media; Ideology

*Graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2004). Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI- IBICT/UFF (2007). Doutorando em Sociologia pelo PPGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da Universi- dade Federal de Pelotas - UFPel. Dedica-se a estudos vinculados a museus, ciência, divulgação científica, coleções científicas, memória, patrimônio, ideologia e teoria da sociedade do espetáculo.

RÉSUME

Discute sur le conditionnement idéologique exercé par le, soi-disant, société du spectacle dans le processus et les langues info-communication concernant les médias de masse contemporaine. Dans un premier temps, traite de la notion de 'spectacle', il se associer à un mouvement situationniste et contextualisant dans aujourd'hui. Fait ensuite valoir sur les lecteurs idéologiques impliquant pratiques concernant l'horizon des médias de masse. Finalement, analyse les vecteurs idéologiques à partir de laquelle nous pouvons mettre en évidence le 'spectaculaire' en action sous un support particulier.

Mots-clés: Société du Spectacle; médias de masse; idéologie

Daniel Maurício Viana de Souza

A TEORIA DA 'SOCIEDADE DO ESPETÁCULO' E OS MASS MEDIA: VETORES IDEOLÓGICOS

I.

A teoria da 'Sociedade do Espetáculo', como postula Guy Debord, descreve as sociedades capitalistas contemporâneas forjadas por discursos ideologicamente construídos a partir de representações hegemônicas aos interesses do mercado. Espetáculo, em termos etimológicos, remete às noções de contemplação e passividade, e na perspectiva debordiana, está atrelada à fragilidade da intervenção dos sujeitos na realidade social. A natureza contemplativa inerente ao conceito seria representativa da forma de se relacionar socialmente em um momento histórico no qual a lógica mercantil (forma-mercadoria) ocupa totalmente a vida social.

Ao considerarmos a sociedade atual definida pelos contornos espetaculares, admitimos – como fizera Marx – um caráter 'fetichista' da mercadoria, que embora produto de determinações históricas e sociais, se mostra (aparece) objetivamente 'reificada' através do recorte exclusivo sobre sua natureza física e como produto de relações materiais ("coisas entre coisas"), naturalmente dotadas de valores e sentidos próprios, independentes de uma exterioridade social e historicamente determinante.

Importante observar que a instituição do que Debord denomina 'espetáculo integrado' se deve em grande medida ao poder e abrangência das linguagens informacionais dos meios de comunicação de massa. A influência das diferentes mídias na formação da opinião pública cumpriria o papel decisivo de "desinformar", alienando com vistas à potencialização da passividade. Neste sentido, é apropriado afirmar que a apreensão do pressuposto marxiano do fetichismo mercantil na sociedade do espetáculo tem sua especificidade na questão da linguagem no horizonte comunicativo, na qual está baseada a denúncia à natureza pseudocomunicativa do capitalismo contemporâneo. Considerando, além disso, que os *mass media* reforçam representações ancoradas em atitudes tidas como dominantes, é da mesma forma pertinente afirmar que funcionam como um dos principais veículos de profusão ideológica.

Voltada à leitura e interpretação do capitalismo avançado, a teoria da 'Sociedade do Espetáculo' é de extrema abrangência e, como consequência, possibilita inúmeras aplicações em contextos analíticos diversos. Tomando como parâmetro o horizonte dos meios de comunicação de massa e como ele se encontra imerso ao espetáculo enquanto condição social, consideramos importante o recorte em determinados pontos da teoria que nos permita aprofundar a compreensão de suas premissas fundamentais, além de destacar elementos virtualmente mais operacionais. O condicionamento exercido pelo espetáculo, consequente dos conteúdos e processos peculiares às formas de linguagem *mass media*, se alicerça primordialmente em dois vetores ideológicos: a 'imagem' enquanto 'aparência' e a '(não)historicidade' como supressão do tempo social. Em ambos os casos, há implicações diretas na maneira como são conduzidos a difusão, o debate e a apreensão pública de temas diversos.

A imagem é um dos elementos mais eficazes no estabelecimento de situações de alienação, considerando que, se tomada pela superficialidade da simples aparência, submete a essência complexa das coisas a um modo de organização da realidade pautado somente no visível, no aparente. Imersas neste cenário de predominância das categorias

do ver, as imagens conduzem os sujeitos a vivências intersubjetivas imediatizadas na rasa aparência. De acordo com Debord, a principal consequência disto é o reforço de posturas passivas/contemplativas e não verdadeiramente comunicativas.

Já o vetor ideológico da historicidade como supressão do tempo social ('espetáculo imobilizado da não-história') trata das apropriações do tempo substanciadas por representações tardo-capitalistas responsáveis pela constituição de linguagens *mass media* que produziriam conteúdos decisivos de uma pseudoação social, "aprisionada" a um presente reificado. O que Debord propõe é uma reflexão acerca da própria ação social, definida pela forma como os sujeitos apreendem a passagem do tempo, sua consciência diante da experiência histórica e o lugar que ocupam nela. O "tempo abstrato" na sociedade do espetáculo é o da expropriação de seus conteúdos qualitativos, e que, uma vez arraigado a ciclos de produção e consumo, submete suas propriedades significativas ao domínio unicamente do quantificável.

Ressalto, por fim, a pertinência de se focar tais elementos teóricos, no sentido de procurar permitir compreender como se dão relações de reprodução de contextos enquanto aparência. Além disso, é destacável a possibilidade de, a partir daí, também entender como vem se cumprindo a tarefa espetacular de representação histórica parcial e insuficiente, na qual se afirmariam "escolhas já feitas" no processo de produção da informação consumida através da comunicação de massa.

II.

O conceito de 'Sociedade do Espetáculo' é o fundamento de uma teoria radical que abrange diversos níveis de ações sociais, criada por Guy Debord, e desenvolvida com o auxílio dos seus colegas da Internacional Situacionista (I.S.). Embora tenha surgido a partir do horizonte intelectual francês do final dos anos de 1950, a I.S. se destacou pelo caráter marginal de suas experiências ao contexto do *establishment* sociocultural do pós-guerra. Tendo sua origem em 1957, foi um movimento abrangente de caráter cultural, político, econômico,

artístico e social, caracterizado pela forte tendência de contestação aos padrões europeus e às novas perspectivas advindas do processo de estabelecimento hegemônico norte-americano que avançava rapidamente em escala global naquele período.

As ideias situacionistas tiveram impacto significativo no pensamento político, sobretudo das camadas mais jovens da população, não só na França, mas em diversos países da Europa, influenciando sobremaneira nos movimentos contestatórios da década de 1960, dentre eles o que entrou para a história como um dos mais importantes do século XX, o assim denominado maio de 68. De fato, conforme acena Aquino (2001, p. 2), grande parte das frases e palavras de ordem pintadas pelos estudantes e operários nas paredes de instituições de ensino, fábricas e demais locais franceses, foram retiradas diretamente da produção da I.S.

A expressiva adesão que o situacionismo obteve se explica, por um lado, pela abrangência de suas formas de ação e difusão de propostas, que iam desde a publicação da Revista *Internationale Situationniste* (editada de 1957 a 1972) e demais impressos como livros, quadrinhos e panfletos, passando às intervenções (anti)artísticas em fotografias e pinturas (as quais tinham seu sentido original subvertido a partir do acréscimo de frases revoltosas), chegando até à produção de filmes e documentários. Por outro lado, o movimento situacionista prosperou naquele momento, fundamentalmente, pelo fato de que em seu conteúdo estavam presentes as demandas mais urgentes de superação das condições impostas pelo capitalismo avançado. Almejavam "uma mudança mais libertadora da sociedade e da vida nas quais estamos presos" (DEBORD, 1989, p.?), procurando com uma crítica teórica e ações práticas radicais transformar profundamente a sociedade, restituindo aos sujeitos o direito de viverem – de forma direta – suas próprias vidas, a partir do acesso à "história total" (id., 2004, p. 69).

Como resultado de uma mistura inusitada entre diversas perspectivas radicais – como as do Dadaísmo e do Anarquismo, além das críticas de Marx à questão da alienação e do fetichismo da mercadoria, de Lukács, à reificação e dos frankfurtianos, acerca da indústria cul-

tural e da comunicação de massa – com referências à cultura clássica francesa (JAPPE, 1997, p. 8), o estilo situacionista foi marcadamente marginal e destrutivo. Especialmente a preocupação de Guy Debord em problematizar, a partir de um olhar crítico, a experiência social como um todo, no contexto do capitalismo tardio, porém, com ênfase nos usos e atribuições das linguagens e diferentes formas de comunicação, proveu as balizas para a elaboração da teoria da 'Sociedade do Espetáculo'.

III.

Em sua obra mais emblemática, "A Sociedade do Espetáculo", Debord (1997, p. 173) distingue inicialmente duas vertentes do poder do espetacular: a 'concentrada' e a 'difusa'. Na primeira se destaca uma ideologia centralizada em torno de uma personalidade autoritária. Para descrever esta modalidade de espetáculo, o autor vai se basear, fundamentalmente, nos exemplos ditatoriais da Alemanha e da Rússia em seus períodos de contrarrevolução – não significando, contudo, que ele tenha negligenciado os exemplos de países do "terceiro mundo" (para usar uma denominação que estava em voga no momento em que o livro foi escrito), tais como as recém-instituídas repúblicas asiáticas e africanas, além do maoísmo chinês. De fato, Debord costumava vincular a figura do espetáculo concentrado às formas de governo pautadas na burocracia típica do "capitalismo de estado", no qual o recurso à violência, tanto física como simbólica, é uma das principais "técnicas de poder estatal" (ibid., p. 42-43) para se garantir o consumo da imagem heroica do líder, subsumindo qualquer tipo de possibilidade de escolha que lhe seja contrária.

A modalidade 'difusa' de espetáculo, por seu turno, seria típica das sociedades de consumo, nas quais em virtude do movimento de globalização, haveria uma grande campanha ideológica a favor do consumo das novidades mercadológicas. Imbricado ao domínio de regimes políticos mais democráticos, o espetáculo difuso criaria a sensação, ilusória porém sedutora, de uma possível participação livre

e ampla no "maravilhoso mundo do consumo" de mercadorias, que, neste contexto, são cada vez mais abundantes e variadas.

É importante reafirmarmos aqui que a sociedade do espetáculo, segundo a perspectiva debordiana, é caracterizada – dentre outros elementos fundamentais – pelo domínio da 'mercadoria', que, em última instância, condicionaria a própria existência social. Devemos, entretanto, entender a ideia de mercadoria em sentido amplo, não só em sua natureza concreta, mas necessariamente simbólica, na medida em que, "para o ser social e sujeito histórico, o concreto e material só adquirem valor e sentido em função da carga afetiva, subjetiva, mítica e/ou ideológica neles investida" (EL HAJJI; OLIVEIRA, 2010, p. 49).

Mais tarde, em seus "Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo" – datado originalmente de 1988 –, Debord afirma estarmos diante de uma terceira forma de manifestação do espetáculo, advinda da combinação das duas anteriores, tendo como base geral a forma difusa em vantagem histórica: a 'integrada'. Propiciado pelo contexto histórico do fim da bipolarização mundial, e consequente estabelecimento da hegemonia norte-americana, o espetacular integrado teria representado, sob o pretexto da democracia, a possibilidade de reconstrução da própria realidade, tendo nela se integrado totalmente. Nesse caso, tanto a forma concentrada quanto a difusa do espetáculo se apresentam – ainda que de maneira diferente das originais – aumentando de tal maneira o alcance do seu poder que nada no mundo atual poderia existir fora dele, tendo em vista que, "quando o espetacular era concentrado, a maior parte da sociedade periférica lhe escapava; quando era difuso, uma pequena parte; hoje, nada lhe escapa" (DEBORD, 1997, p. 173).

IV.

A lógica do espetáculo integrado reside, conforme afirmam Negrini e Augusti (2013, p. 8), "na forma de integração da sociedade através da alienação. A sociedade compartilha os valores da passividade que são impostos pela mídia". A percepção crítica de Debord acerca do

fetichismo mercantil na sociedade do espetáculo está atrelada de maneira intrínseca à questão da linguagem no horizonte comunicativo, de maneira que identifica uma espécie de "*ratio* mercantil anticomunicativa", que expropriaria a potencialidade comunicativa, por meio da supressão do diálogo e da instrumentação reificada da linguagem. Sob a categoria do espetáculo, dessa forma, o que está em questão é um modo de produção, no qual "a comunicação humana tornou-se mercadoria" (VIRNO, 1991, p. 19).

Ao denunciar a natureza anticomunicativa do capitalismo contemporâneo em sua forma alienada de 'pseudo-comunicação', Debord (1994, p. 35), de certa forma, está amparado pela reflexão hegeliana acerca da experiência comunicativa operada por meios que permitem apenas uma espécie de contemplação reverencial, semelhante ao que ocorre no universo religioso. Nesta perspectiva, o autor se encontra da mesma maneira influenciado pela concepção de espetáculo de Walter Benjamin, na qual a própria comunicabilidade está em declínio em função da 'fantasmagoria'[1] de sua experiência. De fato, a argumentação debordiana acerca do papel espetacular que cumpre as linguagens comunicativas na sociedade contemporânea está inegavelmente influenciada pelo pensamento crítico frankfurtiano – sobretudo nas figuras de Adorno e Horkheimer – sobre a fragilidade da capacidade racional e reflexiva dos sujeitos sociais, que, na condição de consumidores dos produtos da indústria cultural e da informação, refletem suas relações de apatia, conformismo e passividade.

Para Debord (1997, p. 187), era fundamental o estabelecimento de um outro tipo de comunicação não-alienada, horizontal e anti-hierárquica. Na formulação de sua argumentação a respeito, o autor se inspirou em experiências históricas equânimes, como as do movi-

1 Walter Benjamin propõe o conceito de 'fantasmagoria' como alternativa às noções de fetichismo da mercadoria em Marx e ideologia em Lukács, consideradas pelo autor frankfurtiano, como deficientes para a apreensão e análise dos fenômenos culturais no capitalismo moderno. Tal categoria nos chama atenção neste contexto, e em paralelo à perspectiva debordiana, uma vez que é empregado por Benjamin (1985, p. 39) como um recurso útil para examinar o que chama de "espetáculo moderno" – que em suas palavras é a "representação reificadora da civilização".

mento operário no princípio do século passado, e do ideário das artes moderna e contemporânea, que, de alguma maneira, traziam à baila elementos capazes de tornar possível a superação das formas comunicativas reificadas, próprias do desenvolvimento capitalista, através do que foi por ele identificado sob o conceito de 'linguagem comum' (ibid., p. 121). Trata-se, portanto, de uma práxis social comunicativa, essencialmente crítica.

Neste curso, conforme nos chama a atenção Duarte (1995, p. 63), Debord antagoniza profundamente com a perspectiva habermasiana do 'agir comunicativo'. Se para o teórico frankfurtiano a "racionalização da comunicação" passaria inelutavelmente pela fundação de um tipo de linguagem portadora de categorias legítimas de consenso e entendimento comum[2], para o situacionista francês não seria possível uma práxis comunicativa se nenhum dos envolvidos numa relação mediada pela linguagem estiver imbuído de uma "negatividade" crítico-reflexiva. Se assim fosse, continua a argumentar Duarte (id.), a comunicação raramente ultrapassaria "o nível fático, no qual operam as instâncias ideológicas do mundo administrado".

Grande parte das reflexões acerca do papel social que cumprem – ou deveriam cumprir – os meios de comunicação de massa na atualidade passa pelo debate, por um lado, acerca da capacidade de chamar atenção para determinadas temáticas específicas, por meio de sua vocação em despertar emoções e sentimentos diversos. Mas, por outro lado, se discute sobre o potencial que tais mídias encerram para manipular tais sentimentos, no sentido de, em certa medida, bloquear a capacidade reflexiva e "impedir o uso da razão, o que leva a pensar na figura da ideologia" (CORREIA, 2003, p. 1). Como instituições que contribuem ativamente na própria construção da realidade, os *mass media* definem, com efeito, o que seria "socialmente visível", considerando que são autônomos na tomada de decisões a respeito da demarcação de critérios que estabelecem quais temáticas são ou não "importantes".

2 Ver: HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*, I. Trad. M. J. Redondo. Madrid: Taurus, 1987.

Os consensos acerca da agenda pública de discussões, ao se basearem, na grande maioria dos casos, na necessidade de fácil identificação e aproximação imediata com os temas objetos da ação comunicativa, de acordo com Correia (ibid., p. 8), acabam por privilegiar o espetáculo em detrimento de abordagens mais complexas, porém, muitas vezes, forçosamente mais criteriosas. O efeito ideológico das linguagens comunicacionais baseadas em tais pressuposto se dá justamente pela deslegitimização de abordagens que poderiam ser consideradas "difíceis" e ao mesmo tempo problematizantes. Trata-se, portanto, de uma ideologia da conformidade, pautada no princípio de que para se manter níveis desejados de consumo dos conteúdos comunicados – tomados assim como simples mercadorias – é preciso vulgarizar ao máximo a linguagem, não importando se isso implicará no "desarme" crítico e no esvaziamento da capacidade de imersão ativa e criativa dos sujeitos sociais que integram o público deste processo.

Conforme afirma Vattimo (1992, p. 56), na sociedade do espetáculo "a realidade se apresenta com características mais brandas e fluidas". E é justamente isso que, de acordo com o que foi apresentado até aqui, ocorre no domínio específico dos processos de comunicação de massa, através do uso de linguagens nas quais predominam a lógica mercantil-reificada. Numa das primeiras propostas de definição da sociedade espetacular, Debord (1997, p. 14) sustenta que as relações sociais travadas e permeadas pelo capitalismo avançado, se encontram mediada por imagens. De fato, os meios de comunicação de massa são um dos principais responsáveis por esta mediação, produzindo e difundindo em grande escala formas simbólicas capazes de traçar sentidos e significados que influenciarão na própria forma que os agentes sociais apreendem, interpretam suas vidas, em última instância, constroem a realidade.

É importante destacar aqui que, ao falarmos de construção da realidade por meio das instituições, estamos nos referindo à edificação de um determinado 'universo simbólico' que não se dá a conhecer *a priori*. De maneira que é necessário haver uma linguagem que permita determinar o acesso a tal horizonte de significações, até mesmo

para que se garanta sua própria aceitação. Em outros termos, uma instituição se legitima a partir da eficácia de seu sistema linguístico – que é ideológico – em estabelecer um esquema normativo altamente objetivado como coisa, pouco ou nada questionável. Trata-se, assim, de um contexto de baixa reflexividade, dificultando qualquer possibilidade de mudança, contribuindo, portanto, para a criação das condições de reprodução de representações hegemônicas e interesses específicos – em suma, a ideologia da qual a teoria do espetáculo fala. Não é por acaso que diversos autores, tais como Carrol[3] e Thompson[4], sustentam que os *mass media* são um dos principais veículos de profusão ideológica.

V.

De acordo com Debord (1997, p. 217), a ideologia se encontra materializada nas sociedades modernas na forma própria de espetáculo. É importante, contudo, ressaltar aqui que diante da extrema polissemia que tal conceito encerra – chegando a possuir múltiplas e contraditórias significações – acreditamos ser fundamental deixar claro ao que exatamente nos referimos aqui ao pensá-lo no escopo da proposta do situacionista francês.

A miríade de semântica que cerca o termo ideologia lhe permitiu apropriações diversificadas ao longo do tempo, fazendo com que assumisse contornos e funções difusas e dispersas, sempre de acordo com as demandas específicas de cada contexto em que é empregado. É possível localizar o gérmen do pensamento ideológico já na Antiguidade grega, quando Aristóteles propõe elaborar uma espécie de teoria geral que explicaria a realidade e suas transformações. Tal fato representaria, segundo Chauí (1980, p. 5), uma tentativa de "tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a

3 Ver: CARROL, N. *The Philosophy of Mass Art*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

4 Ver: THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna* – Teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa. São Paulo: Vozes, 1995.

fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas".

De lá pra cá, a noção de ideologia vem figurando de diferentes formas e em situações diversas. Pode-se encontrar exemplos desde o Renascimento, com Bacon (1982) alertando para a necessidade de livrar os homens das "noções falsas" que permeavam a alma dos seres através de "ídolos" – formas de "pseudo-verdades" legitimadas pelo poder das tradições –; passando pelos séculos XVIII e XIX, quando, ao ser remetida, no terreno do pensamento racional iluminista, a uma legítima "ciência das ideias", entusiasmou pensadores e políticos pelo mundo; permeando as reflexões de filósofos idealistas clássicos, como Kant e Hegel acerca da categoria 'sujeito', que foram fundamentais para inseri-la no horizonte das abordagens críticas; até se consagrar como categoria medular no pensamento marxiano e nos seus subsequentes desdobramentos durante o século XX.

De sua utilização primeira às apropriações na atualidade, à ideologia, de acordo com Eagleton (1997, p. 15-16), foi proposto um sem número de definições e conceituações. Neste quadro o autor destaca a inexistência de uma coerência conceitual, de maneira que incompatibilidades e mesmo contradições são comuns no que tange às tentativas de definição do que possa vir a ser ideologia. O termo por vezes fará menção a referências ilusórias e distorcidas de uma dada realidade ou fenômeno; em contrapartida, o encontraremos referindo-se a modos, ideias e visões racionais de uma determinada parcela, segmento ou fração social.

Dentre os que consideram a ideologia sob seu "significado forte"[5], encontram-se os pensadores que seguem as correntes da tradição marxista, na qual este conceito estaria de modo geral vinculado às condições materiais de produção na sociedade capitalista, inserida na dinâmica das relações humanas. Em "A Ideologia Alemã", Marx e Engels propõem uma revisão da filosofia hegeliana, no sentido de tornar

5 Relativo às concepções de ideologia que, de alguma maneira, a referenciam atrelada à operação de "distorção no conhecimento" (KONDER, 2002, p. 10).

evidentes os pressupostos do que viria a se constituir o "materialismo histórico" em oposição à perspectiva "idealista" dos "ideólogos alemães". Na obra de Marx, a questão da ideologia encontra-se vinculada à categoria 'alienação' em termos de um não reconhecimento, por parte do trabalhador explorado, da totalidade de sua produção – diferentemente da obra de Hegel, na qual relaciona-se ao "Espírito"[6]. Em referência à postura de Marx, Eagleton (ibid., p. 78) argumenta que a própria produção das condições materiais e espirituais, inserida no contexto da alienação, seria pressuposto para a existência da humanidade – o que subjugaria a própria consciência, pois seria ela mesma, elaborada sob a égide das relações sociais de produção.

A partir deste ponto de vista, seria possível argumentar que a consciência individual se torna secundária frente a uma espécie de "consciência social" que, na percepção de Mészáros (2004, p. 65), é a expressão própria da ideologia na prática de construção e validação de critérios que suprimem a realidade conflituosa da sociedade de classes perpetuando a ordem já estabelecida. O alcance das implicações práticas de tal forma de "consciência social" seria possível pela disposição de mecanismos econômicos, culturais, políticos variados, além ainda da importância das teorias e práticas científicas (p. 116) – e, fundamentalmente, é claro, a ação social dos meios de comunicação de massa.

Mesmo na obra de Marx existe uma grande polissemia – por vezes compreendida mesmo como indefinição – quanto ao que se estaria referindo exatamente com o emprego do termo ideologia[7]. Da mesma maneira, é possível listar uma série de interpretações do pensamento de Marx acerca do conceito de ideologia, no decorrer do século XX, que são em diversas ocasiões bastante distintas da perspectiva original do autor, chegado a ser, às vezes, até mesmo contraditórias.

6 Segundo Hegel, "Espírito" está relacionado à "Razão" enquanto essência do próprio "Ser" em suas várias manifestações no mundo da "Natureza" e da "Cultura". Na filosofia hegeliana é preciso compreender a noção de "História" como um "progresso" que caminha em direção ao "Espírito" em sua plenitude: o "Espírito Absoluto" (PACINI, 1973, p. 25).

7 A este respeito ver: EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Uma Introdução. São Paulo: UNESP/Boitempo, 1997.

Por nosso turno, alinhamo-nos às considerações de que todo fenômeno ideológico é também, e essencialmente, um fenômeno simbólico, concebendo a ideologia, assim, não apenas uma visão fictícia da realidade, que trabalhando manifestações errôneas e/ou ilusórias possibilitariam o domínio de um interesse pelo outro – tal como defendem algumas correntes radicais de um marxismo mais ortodoxo. Tampouco é unicamente a inversão dos papéis entre as ideias e os agentes dos processos históricos. Assim sendo, no contexto do quadro teórico delimitado neste estudo, a ideologia está diretamente relacionada, conforme aponta Chauí (1980, p. 3), às formas como "os agentes sociais representam para si mesmos o 'aparecer' social". E esta aparência, que não deve ser tomada puramente como sinônimo de ilusão ou falsidade, seria o modo imediato de manifestação dos processos históricos que constroem a realidade.

O espetáculo poderia ser reconhecido, dessa forma, como a materialização da ideologia (DEBORD, 1997, p. 137), uma compilação de normas e representações que nos servem de modelo de ação, padrão de convivência e de conhecimentos a serem adotados, possuindo assim, características unificadoras. O discurso ideológico procura anular as diferenças e agrupar em uma lógica única de identificação, provocando, assim, a "universalização" dos sujeitos sociais por meio da ampla difusão e representação de interesses parciais.

VI.

O 'espetáculo' deve ser compreendido aqui tanto como categoria elementar de uma teoria sociológica, como também, uma condição social. Considerando o horizonte comunicacional peculiar às linguagens *mass media*, tal condicionamento – conforme referido anteriormente neste trabalho – se sustenta em dois vetores ideológicos fundamentais: a 'imagem' tomada como 'aparência'; e a '(não)historicidade' como supressão do tempo social. Seja como for, tanto num caso como no outro, existem consequências diretas não só na maneira como são conduzidos os processos de difusão da informação acerca de assuntos

determinados, mas também, na forma como se apreende os produtos de tais empreitadas.

Relacionado ao caráter superficial da imagem espetacular, o situacionista Gilles Ivain[8] (1958, p. 17-18) identifica o que chama de "doença mental" que teria se espraiado pelo mundo moderno, "hipnotizado pela produção e pelo conforto". Em virtude disso se tem atribuído valoração mais elevada em termos de "necessidades primordiais", a aspectos da vida que estão mais diretamente ligados ao despertar do desejo pelo consumo de novidades do que propriamente ao atendimento do que é realmente indispensável. O mesmo autor (id.) exemplifica, de maneira radical, esta obsessão pela "imagem do imediato", com a seguinte assertiva: "entre o amor e a coleta automática de lixo a juventude de todos os países fez sua escolha e prefere a coleta de lixo".

Ao atribuir à questão da imagem papel de destaque em sua reflexão acerca da modernidade, Benjamin (1985) nos oferece algumas contribuições valiosas, sobretudo no que tange à discussão da experiência comunicativa na cultura contemporânea do espetáculo. Segundo o autor, o superestímulo visual que caracteriza as sociedades sob o traço do capitalismo avançado tem provocado uma autêntica "censura no movimento do pensamento", na medida em que o intenso rol de imagens acumuladas permite iluminar apenas a aparência mecânica da representação visual. Os fenômenos e relações sociais, desta maneira, se tornam presentes tão somente em sua imediaticidade perceptível, refletindo, assim, a própria natureza efêmera e fugaz da experiência espetacular moderna (ibid., p. 32). É importante chamar a atenção para o fato de que constatando que, em especial, as experiências intersubjetivas mediadas pelas linguagens conformadoras do território da comunicabilidade se encontram em estado crítico, o pensador de Frankfurt associa intrinsecamente a noção de imagem ao conceito – anteriormente citado aqui neste texto – de fantasmagoria.

8 Pseudônimo francês do poeta e teórico político russo Ivan Chtcheglov. O uso de codinomes era prática recorrente entre os situacionistas.

Dessa maneira, no espetáculo do mundo contemporâneo, em que as relações sociais são mediadas por um universo repleto de imagens imediatizadas, ocorre, segundo Debord (1997, p. 23), um 'afastamento' entre o sujeito social e sua produção, material e simbólica, considerando aqui tanto seu processo quanto seus produtos, de maneira que o quantitativo acaba por subjugar o qualitativo. As possibilidades de viver experiências das mais diversas, de forma plena e reflexiva, se esvaziam na medida em que tais vivências são substituídas pelas imagens que as representam. É possível afirmar, neste sentido, que o vetor ideológico da imagem enquanto aparência propicia a produção e reprodução, na sociedade do espetáculo, de situações de alienação.

Deve-se compreender aqui o conceito de 'alienação' fundamentalmente como não-participação e afastamento – ressignificação do conceito marxista no qual se encontra intrinsecamente apoiada à própria noção de espetáculo proposta por Debord. De acordo com o autor (ibid., p. 24), a alienação do espectador se expressa da seguinte forma: "quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo". A esta forma de alienação contemporânea na qual a ação social estaria condicionada a mediação imagética, a crítica de autores como Zizek (1991, p. 150), por exemplo, se volta especialmente às "ilusões da experiência". Com efeito, a experiência do consumo de mercadorias fundamentadas na sua representatividade imediata, e ao mesmo tempo reificada, implicaria, dentre outras coisas, na supressão das suas "propriedades nocivas" (id.), não deixando, assim, margem para uma percepção mais reflexiva e "autêntica" da própria experiência em si, e nem tampouco acerca do fenômeno/produto experenciado/consumido.

Importante ressaltar aqui que este tipo de (não)experiência alienada é mais uma dentre as consequências de um quadro social em que a forma-mercadoria se estabelece de maneira integral, sustentada numa lógica de consumo espetacular na qual o valor do produto consumido está baseado nas possibilidades aparentes (ilusórias) de satisfação dos desejos, mais intimamente ligados ao que Debord (1997, p.

33) chama de "sobrevivência ampliada". Devemos considerar, neste sentido, que, no escopo das atividades info-comunicativas, as "necessidades de consumo" estão, da mesma forma, forjadas por estes mesmo parâmetros, além de incidirem ainda no próprio modo como se constituirão as linguagens através das quais se alcançarão tais audiências alienadas. Nesta perspectiva, Agamben (2002, p. 75) acentua que a teoria do espetáculo assume como um dos seus principais pilares críticos a reflexão sobre a natureza alienada da linguagem e da comunicação na esfera do capitalismo, tornada, em última instância, mercadoria.

O segundo vetor ideológico aqui identificado na teoria do espetáculo é o da historicidade como supressão do tempo social. De acordo com Debord (2004, p. 69), o "conteúdo principal do termo história" se fundamenta na noção de passagem irreversível do tempo, em contraposição às antigas formas de relações sociais que, ancoradas nos elementos da "tradição", viviam sob o movimento do tempo cíclico. Neste sentido, ele parte da premissa de que nas atuais condições materiais de existência proporcionadas pelo próprio capitalismo avançado, se encontram as reais possibilidades de uma práxis conscientemente histórica, que, no entanto, permanecem ainda "inconscientes" e "recalcadas".

Debord (1997, p. 49) identifica na lógica mercantil capitalista a fundação de um "tempo profundamente histórico", consequente do desenvolvimento das forças produtivas e das novas condições técnico-industriais estabelecidas, que exigiam, em compasso, novas formas de relação e representação com o tempo, de maneira que, "tudo o que era absoluto, torna-se histórico". Tal reconhecimento parte da ideia de que a partir do momento em que se encontram superadas as formas sociais pré-modernas – permitindo-se aqui uma espécie de generalização histórica – baseadas na produção agrícola, e portanto, fundamentalmente dependentes das condições repetitivas da natureza, se quebram da mesma maneira, as formas temporais cíclicas a partir das quais os homens baseavam e estabeleciam suas relações diversas. Ultrapassar esse "antigo" modo de apreensão do tempo vivi-

do significou, para o autor, a possibilidade de compreendê-lo e experienciá-lo como efêmero e linear[9] –, em outras palavras, irreversível.

É preciso destacar, contudo, que, segundo o situacionista francês (ibid., p. 99-100), a passagem de uma experiência histórico-temporal baseada em ciclos para uma apreensão vetorial e contínua não significou que os sujeitos tenham assumido de maneira integral consciência dos processos sociais aí envolvidos, nem, tampouco, seu pleno domínio e controle. Por estar imersa na lógica mercantil imposta pelos mecanismos do capitalismo avançado, a noção da passagem irreversível do tempo está atrelada à condição de um "tempo das coisas", isto é, reificado, uma vez que ele próprio se torna mercadoria. Como "principal produto do desenvolvimento econômico" moderno, a historicidade no espetáculo é definida por uma concepção de "história do movimento abstrato das coisas", que, presa à superfície dos fenômenos aparentes, nega a experiência profunda e a ação reflexiva, assim sendo, lhe recusando a utilização.

Todavia, ainda que este "tempo abstrato" da sociedade do espetáculo reencontre fundamentos do antigo movimento cíclico que caracterizava e organizava as sociedades pré-modernas, não se pode falar, na contemporaneidade, de uma experiência essencialmente cíclica, já que se baseia na economia industrial moderna, e portanto, histórica. Assim considerando, nos movimentamos sob o fulcro de um "tempo pseudocíclico" (ibid., p. 104), no qual as repetições exigidas pela relação produção-consumo no âmbito do capitalismo se manifestam como um "retorno ampliado do mesmo" – ampliado justamente pelo desenvolvimento linear da produção e pelo incremento quantitativo cada vez maior do consumo (ibid., p. 107).

Seguindo esta mesma lógica, o predomínio do consumo do tempo pseudocíclico na sociedade do espetáculo conformaria uma noção de historicidade na qual se nega ao sujeito a possibilidade de "fazer sua

9 É importante notar aqui que a ideia de "linearidade", nesta perspectiva debordiana, encontra-se referida diretamente à noção de tempo e não de história, que muito pelo contrário, seria o próprio *locus* da (re)criação e do movimento inconstante e multidirecional.

própria história pessoalmente" (ibid., 1961, p. 24). Fatos vividos realmente são fadados à incompreensão e ao esquecimento, enquanto os pseudo-acontecimentos vividos na vida espetacular – delineados pela lógica do consumo de imagens aparentes, nas quais o próprio caráter social de suas intermediações se encontra obliterado – configuram uma "falsa memória espetacular do não memorável" (id., 1997, p. 107). É importante notar que a esta recusa à "vida realmente vivida", alijada de história e memória, Debord (ibid., p. 108) associa a expropriação das formas de linguagem que efetivamente possibilitem uma práxis comunicativa, livre da incidência objetiva do valor mercadológico.

Constituir-se-ia o espetáculo, neste sentido, como "organização social da paralisia da história e da memória" (id.), do abandono da história que se erige sobre a base do tempo social. A incidência de um tempo regulado pela lógica do mercado – sendo ele mesmo uma mercadoria consumível, e portanto, abstrato e definido pelo que é quantificável – sobre a forma como os sujeitos apreendem e estruturam suas relações interpessoais, os tornariam 'espectadores' de suas próprias vidas. Da mesma forma, aos indivíduos se estaria negando a autonomia para decidir sobre a importância do que é memorável, considerando que na sociedade do espetáculo o binômio lembrança-esquecimento se encontra regido pelas formulações simbólicas de poder e interesses hegemônicos ao mercado.

A condição de espectador imposta ao sujeito é, além do mais, típica dos quadros da alienação, no tocante à passividade e conformidade com que se coloca diante dos processos infocomunicativos na atualidade. Os mecanismos para a sua produção seriam essencialmente monológicos, considerando que, uma vez vinculadas às representações do tempo pseudocíclico as linguagens utilizadas não permitiriam ao indivíduo, segundo Debord (ibid., p. 107), acesso crítico a seus condicionamentos históricos. Neste sentido, ainda segundo o autor (id., p. 138), não há comunicação, mas, sim, um bloqueio do acesso à vida histórica, estabelecido pelo "espetáculo imobilizado da não-história".

VII.

Tendo em vista, portanto, a onipresença da forma-mercadoria na sociedade do espetáculo, Debord (1997) ressalta em diversas passagens ao longo de sua obra, a patente necessidade de sustentação da lógica consumista, que por sua vez, se encontra ancorada em múltiplas e numerosas práticas ideológicas destinadas à criação de estratégias que produzam uma identificação clara entre os sujeitos sociais e a extensa gama de "produtos" oferecidos. Da mesma maneira, o autor reconhece a ação fundamental dos *mass media* como potencializadores de tais formações ideológicas, que são, em grande medida, alicerçadas na aparência imediata "do que é bom", e portanto, desejável. O fato de o espetáculo sempre se apresentar como uma "enorme positividade" (ibid., p. 16) contribui para imprimir sua aceitação passiva, quase ou totalmente indiscutível. Assim, de acordo com o autor (ibid. p. 18), a transformação histórica caracterizada pela passagem do "ser" pré-moderno, ao "ter" capitalista, até chegar ao "parecer" do espetáculo, consubstancia as sociedades contemporâneas, amplamente mediadas por representações imagéticas.

É importante destacar aqui que o conceito de "aparência" utilizado por Debord não se refere simplesmente às instâncias da percepção por meio da visualidade, mas, sim, se respalda, tal como descreve Aquino (2007, p. 169-170), nos conceitos hegelianos de 'aparência' (*schein*) e 'aparição' (*erscheinung*), os quais o próprio Marx se apropriou, alertando para o seu caráter "fantasmagórico", uma vez que se apresenta objetivamente, como uma relação natural constitutiva das próprias coisas, embora seja resultado de relações sociais e históricas. Como uma das principais premissas do espetáculo é justamente a (re) produção massiva destas "imagens/aparência", o que resultaria, na perspectiva debordiana, seria uma sociedade carente de postura crítica e passiva de aceitação, onde o que se tornaria termômetro de importância das coisas da vida nada mais seria do que a rasa aparência.

De acordo com Debord (1997, p. 68-69), os fenômenos, que são essencialmente aparentes no espetáculo, e se apresentam de forma

imediata na experiência social intersubjetiva, seriam produzidos por uma lógica estrutural por ele definida como "aparência socialmente organizada". Este arranjo sistemático aparente se constituiria a partir de duas dimensões intrinsecamente articuladas, são elas a expropriação da ação social autônoma e a expropriação da linguagem efetivamente comunicativa. Trata-se, assim, de uma "subcomunicação generalizada" que, uma vez operada através da visibilidade aparente do produto mercantil, não permite o estabelecimento de canais dialógicos por meio dos quais se possa perceber, por exemplo, "que o conflito está na origem de todas as coisas" (ibid., p. 127). Daí, justamente, a decorrência da contemplação e passividades, anteriormente aqui referidas.

O quadro geral, ora colocado, descreve a esterilidade de uma vida/experiência social representada pela sua aparente superfície, que em última instância, provoca a inércia absorta da ação do sujeito em suas relações mais diversificadas, tendo como fundamento a imediatidade do vivido (ibid., p. 18). Do mesmo modo, reflete um processo de abstração no qual tais vivências estão sustentadas em suas imagens aparentes, esvaziadas – quando não, totalmente desprovidas – de conteúdo. E, ainda, tal sistema de abstração gera uma espécie de "indústria da imagem" (HAUG, 1997) que privilegia a aparência da mercadoria em detrimento do seu valor uso, justamente porque é na superfície indiferente da aparência que serão mais facilmente forjadas estratégias para se obter sua aceitação passiva. Não somente, mas, em especial no que se refere aos processos comunicativos, os produtos ofertados se cercam de linguagens de fácil entendimento e que apelam o mínimo possível à necessidade de interpretação e leitura mais aprofundada de seus conteúdos sociais significativos.

Importante deixar claro que, por seu turno, a imobilidade da historicidade espetacular se sustenta numa perspectiva de temporalidade como um contínuo, no qual os acontecimentos seguiriam um curso lógico-sequencial e ininterrupto. Tal noção é rechaçada, dentre outros, por Foucault (2005, p. 6), ao admitir a dinâmica medular dos fatos de interrupção nos processos históricos. Neste sentido, o tempo

deve ser compreendido como uma sucessão de descontinuidades, repleto de conflitos e perturbações, em outras palavras, um 'processo', suscetível a "mudanças de rota", idiossincrasias e reinterpretações de diferentes ordens. Ainda de acordo com esta lógica, a historicidade deve ser reconhecida como um nexo linguístico-narrativo composto por múltiplos e heterogêneos traçados argumentativos. Esta plurilogia que desafia a coação monológica do espetáculo possibilita evidenciar, enfim, a história em seu caráter processual, "vivo", e ao mesmo tempo, indicar que os imaginários produzidos por representações de diferentes tipos, podem ser "cultivados" em conformidade com relações de forças, poderes e interesses específicos e contextuais. Reconhecer que existe esta interconexão direta entre representação e poder implica, assim, na desnaturalização das articulações simbólicas inerentes à ideologia na historicidade espetacular.

Por ser a ideologia um processo de apagamento das diferenças e das contradições, a perspectiva histórica se encontra deslocada do discurso espetacular. Quaisquer esforços em busca da reflexão e do questionamento, portanto, serão esforços repudiados e suprimidos pelo 'espetáculo imobilizado da não-história'. Nessa diferença entre o histórico e o instituído é que se encontra justificado o sentido do que Chauí (1980, p. 6) chama de "ideia fora do lugar e do tempo", isto é, que se manifestam em sua aparência imediata como determinantes do processo histórico, quando na realidade são determinadas por esse processo. Considerando, conforme vem sendo reafirmado aqui, que nas sociedades capitalistas avançadas as relações sociais se encontram profundamente permeadas e definidas por imagens/aparência, acumuladas em grande escala, é possível a partir desta enunciação de Chauí afirmar que, da mesma forma, a verificação prática mais importante, consequente dessa inversão, é a de que no espetáculo as imagens não se encontram nos agentes sociais e suas relações, mas sim que os agentes sociais é que se encontram nas imagens[10].

10 Importante acentuar que aqui se localiza um dos principais pontos de convergência entre os dois vetores ideológicos do espetáculo identificados inicialmente.

O corte entre essência e aparência é também um dos princípios fundamentais do sistema espetacular. Sendo a sociedade mediada por imagens, a aparência se torna a medida das coisas da vida, que, por esse motivo, seria vivida como um "resumo simplificado do mundo sensível" (DEBORD, 1997, p. 29-30). Essa é uma questão fundamental no projeto espetacular no que se refere à utilização da esfera *mass media* como instância alienante. Os meios de comunicação de massa inseridos no contexto espetacular, em que a organização social é engendrada de modo a "paralisar a história", promoveriam uma difusão de informações, na qual se permitiria uma apropriação imprecisa da relação reciprocamente condicionada entre os conteúdos informados e as múltiplas e diversificadas relações de interesses que definem a sociedade.

Segundo a percepção de Debord (ibid., p. 92), o legítimo fundamento da historicidade, pautado na experiência concreta e qualitativa da passagem de um tempo irreversível, é diretamente dependente da ação dialógica inerente à práxis comunicativa. O estabelecimento de uma "linguagem geral da comunicação histórica" é o que torna possível, segundo o autor, a consciência do memorável em intrínseca relação dialética com o esquecimento, vale dizer, tendo revelado o caráter processual de seus nexos sócio-históricos. Neste sentido haveria uma espécie de reapropriação, por parte dos sujeitos sociais, de seu *topos* na "arena" da história, considerando que as "batalhas" nela travadas acontecem no próprio dia-a-dia do presente vivido. A "história consciente" é indissociável da linguagem dialogal, e primordialmente, ativa/participativa, na qual estaria garantida a oportunidade de se colocar crítica e reflexivamente diante dos conteúdos comunicados, retornando aos indivíduos, em última análise, o poder de decisão e transformação do real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. *Glosas marginais aos Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Trad. João Gabriel. In: RIZOMA.NET. Potlatch, 2002. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/46876553/Potlatch-Rizoma-net>. Acesso em: 27 jul. 2013.

AQUINO, J. E. F. "Anotações sobre A sociedade do espetáculo: apresentação de uma edição pirata". Belo Horizonte: *Coletivo Acrático Proposta*, 2001 [www.rizoma.net/interna.php?id=133&secao=potlatch].

_____. *Reificação e linguagem em Guy Debord*. Fortaleza: EdUECE/Unifor, 2006.

_____. "Espetáculo, Comunicação e Comunismo em Guy Debord". *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 115, Jun/2007, p. 167-182.

BACON, F. "Novum organum". In: *Bacon*. São Paulo: Nova Cultural, 1982. Coleção Os Pensadores.

BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. *Walter Benjamin*, v. 2, p. 30-43, 1985.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980. Coleção Primeiros Passos.

CORREIA, J. C. "Os administradores de ilusões: espectáculo, subjectividade e ideologia na cultura mediática contemporânea". *Media & Jornalismo*, v. 2, n. 2, 2003.

DEBORD, G. *Rapport sur la construction des situations et sur les conditions de l'organisation et de l'action de la tendance situationniste internationale*. Paris: Centro Georges-Pompidou, 1989. Catálogo de exposição sobre a Internacional Situacionista.

_____. *Oeuvres cinématographiques complètes 1952-1978*. Paris: Gallimard, 1994.

_____. *A sociedade do espetáculo* – Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. "Teses sobre a revolução cultural". *Apologia da Deriva*, 2003.

_____. *Correspondance*. Paris: Fayard, 2004.

DUARTE, R. "Expressão como fundamentação". *Kriterion*, Belo Horizonte, Departamento de Filosofia FAFICH/UFMG, n. 91, jan.-jul./1995.

EAGLETON, T. *Ideologia*. Uma Introdução. São Paulo: UNESP/Boitempo, 1997.

EL HAJJI, M; OLIVEIRA, I. "Sociedade do espetáculo, consumo e prática museológica". In: MAST Colloquia; 12. *O Caráter Político dos Museus*, Rio de Janeiro: MAST, 2010.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

HAUG, W. F. *Crítica estética da mercadoria*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

IVAIN, G. "Formulaire pour un urbanisme nouveau". *Internationale Situationniste*, n° 1, p. 17-18, 1958.

JAPPE, A. A Arte de Desmascarar. "A Sociedade do Espetáculo: um dos principais libelos contra o capitalismo". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 ago. 1997. Editoria Mais, p. 5-8.

KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NEGRINI, M; AUGUSTI, A. R. *O legado de Guy Debord*: reflexões sobre o espetáculo a partir de sua obra. Biblioteca on-line de ciências da comunicação. 2013.

PACINI, D. *Política e direito (filosofia e ciência)*: analítica de uma nova filosofia da política e do direito na sociedade tecnológica e industrial do futuro. Rio de Janeiro: Borsoi, 1973.

VATTIMO, G. *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

VIRNO, P; AGAMBEN, G. "Cultura e produzione sul palcoscenico". In: AGAMBEN, G. et al. *I situazionisti*. Roma: Manifestolibri, 1991.

ZIZEK, S. *O mais sublime dos histéricos*: Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

Artigo recebido em julho de 2014 / Aprovado em setembro de 2014

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.86
10.20336/rbs.86
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 02, No. 04 | Jun/Dez/2014
Artigo recebido em setembro de 2014 / Aprovado em outubro de 2014

Rodrigo Mello*

ENTRE O CONSENSO E O CONFLITO OU QUAL O LUGAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA RELAÇÃO ENTRE TEORIA SOCIAL E DEMOCRACIA?

RESUMO
O presente trabalho tem por objetivo traçar um debate entre alguns dos principais expoentes da teoria social contemporânea que, em direções opostas, apontam soluções à equação entre democracia e pluralismo social. Propondo os movimentos sociais como um elo privilegiado entre teoria social e democracia, dividiremos este artigo em torno de dois movimentos, dedicando-nos, por um lado, ao exame das contribuições teóricas e limites normativos trazidos ao debate pelos teóricos que propõe a deliberação como fundamento para a constituição de consensos democráticos, e por outro, a reflexão acerca das potencialidades de conexão entre democracia e movimentos sociais trazidas por um campo teórico que defende o conflito como via mais adequada para a participação dos movimentos sociais na composição de horizontes democráticos.

Palavras-Chave: Teoria Social, Democracia, Movimentos Sociais, Consenso, Conflito.

ABSTRACT
This paper aims to debate about some of the leading exponents of contemporary social theory that, towards opposite directions, offer solutions to the equation between democracy and social pluralism. Proposing the social movements as a privileged link between social theory and democracy, this paper will be presented around two movements. On the one hand, we will examine the theoretical contributions and normative limits defended by the theorists who proposed the deliberation as support for the establishment of the democratic consensus. On the other hand, this study will analyze the connection between democracy and social movements through a theoretical field that defends the conflict as the most reasonable way for the participation of social movements in the composition of democratic horizons.

Keywords: Democracy, social theory, social movements.

*Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO--UFJF), membro dos grupos de pesquisa do CNPq, "Anticapitalismo e Sociabilidades Emergentes" (UFFS) e "Democracia, Instituições e Participação Social" (UEMG). Atualmente é professor do curso de Ci-ências Sociais da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), campus Barbacena. Dedica-se a estudos na área de teoria social, filo-sofia política, democracia e movimentos sociais.

RÉSUMÉ

Ce document vise à susciter un débat entre quelques-uns des principaux représentants de la théorie sociale contemporaine qui, dans des directions opposées, présentent des solutions à l'équation entre la démocratie et le pluralisme social. Proposant les mouvements sociaux comme un lien privilégié entre la théorie sociale et la démocratie, nous diviserons cet article en deux volets, en nous consacrant, d'une part, à l'examen des contributions théoriques et limites normatives apportées au débat par les théoriciens qui proposent la délibération comme fondement de l'établissement de consensus démocratiques, et d'autre part, à la réflexion sur les liens potentiels entre la démocratie et les mouvements sociaux induits par un champ théorique qui défend le conflit comme voie la plus appropriée pour la participation des mouvements sociaux à la composition d'horizons démocratiques.

Mots-Clés : Démocratie, théorie social, mouvements sociaux.

Rodrigo Mello

ENTRE O CONSENSO E O CONFLITO OU QUAL O LUGAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA RELAÇÃO ENTRE TEORIA SOCIAL E DEMOCRACIA?

Apesar de sua celebração furiosa em dias atuais, a sorte da democracia enquanto um valor político inconteste é relativamente recente. Ao longo deste breve século XX, não foram poucos os olhares de desconfiança e ceticismo, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, lançados sobre a democracia, vista mais como um cenário institucional de harmonização entre capitalismo e liberalismo do que como um movimento político apto a catapultar formas de emancipação social. Se deslocarmos o foco desse exame histórico do contexto global para o nosso contexto regional, perceberemos que também na América Latina não data de muito a história da confiabilidade social nas formas democráticas de condução da vida política. Se, por um lado, ao menos até meados do século XX, nossas esquerdas apostaram suas mais preciosas fichas em estratégias vanguardistas de inspiração marxista-leninista, por outro, nossas elites dominantes sempre se mostraram pouco afeitas ao investimento em regimes democráticos estáveis, optando, via de regra, pela regra das quartelas como via para se perpetuarem no poder. Não obstante esses malogros históricos, a democracia, sobrevivendo aos percalços do século XX, desponta revigorada nestes primeiros anos do XXI, respondendo com uma confiança tocquevilliana aos aplausos consensuais que a celebram, infor-

mando, ao que tudo indica, que nada obstruirá ao avanço soberano de sua marcha.

Todavia, apesar de evidenciar uma fabulosa engenhosidade, por um lado, em responder ao ocaso das grandes narrativas que sustentaram as aventuras políticas do último século e, por outro, em dar passos decisivamente modernizantes contra o arcaísmo dos potentados locais, a democracia mostra-se ainda frontalmente desafiada por paisagens políticas a ela refratárias. Em um mundo marcado por fortes desigualdades econômicas e políticas, a xenofobia, os preconceitos étnico-raciais, os fundamentalismos religiosos e toda uma ampla gama de violências físicas e simbólicas impetradas contra as minorias ético-culturais, demonstram-nos que, dos umbrais da história, ainda se fazem ecoar apelos a soluções de cunho autoritário.

É com vistas a esses cenários que a democracia contemporânea, na busca por consolidar o terreno para seus próximos passos, vê-se impelida a responder, tendo sempre por horizonte a fidelidade com a questão que, por princípio, atravessa-a e define: como, resguardando as balizas de liberdade e igualdade, garantir a efetividade de formas de vida articuladas e animadas pelo fato do pluralismo social?

Posto isso, seguindo as trilhas abertas por alguns dos principais expoentes da teoria política contemporânea, dedicarei as linhas que seguem ao exame da relação entre democracia, pluralismo e movimentos sociais. Para tanto, dividirei esta exposição em torno de dois movimentos. No primeiro, de forma breve, apresentarei as perspectivas trazidas à baila por Jürguen Habermas e John Rawls, pensadores de primeira grandeza e que, ao longo das últimas décadas, vêm-se dedicando, com afinco, à hercúlea missão de renovação dos marcos teórico-normativos de orientação das formas de vida democrática. Neste movimento, dedicaremos principal atenção ao exame da "democracia procedimental", defendida por Habermas, e da "concepção política de justiça", advogada por Rawls. No segundo movimento, indo além dos motes consensuais, procuraremos pensar o conflito como dimensão incontornável à constituição de um espaço público político atravessado pelo fato do pluralismo social. Aqui, procurare-

mos trazer à baila as perspectivas de Chantal Mouffe e Antônio Negri, examinando, respectivamente, o modelo de agonístico de democracia defendido pela primeira e a identificação entre democracia e poder constituinte advogada pelo segundo. Ao final de cada um destes movimentos, procuraremos refletir, brevemente, sobre o lugar dos movimentos sociais na construção de ordenamentos democráticos.

Em que pesem as distinções entre as abordagens democráticas de Habermas e Rawls, podemos, sem grandes dificuldades, enxergar um amplo espectro de afinidades que terminariam por relacioná-los no interior do campo comum de proposição do modelo deliberativo de democracia.[1] Em linhas gerais, ambos compartilham da defesa de que as decisões políticas, no interior das sociedades democráticas, devem ser alcançadas por intermédio de expedientes deliberativos operacionalizados a partir do intercurso entre cidadãos livres e iguais. Por tal via, o projeto deliberativo, harmonizando as noções de liberdade e de igualdade, almejaria, em última instância, a fundação da autoridade política por meio do compartilhamento público de valores e crenças que terminariam por indicar uma dimensão normativa de racionalidade.

Incompatível, a um só tempo, tanto com as perspectivas de centralização da vida social no Estado quanto com as pretensões de neutralidade em relação a projetos de vida concorrentes, o conceito procedimental de democracia em Habermas nos é proposto a partir de um diálogo crítico com os modelos tradicionais de democracia, mais especificamente o republicano e liberal. Ao longo desse diálogo, Habermas decantará criticamente cada um dos modelos para, nem tão ao céu, nem tão à terra, assimilar "elementos de ambos os lados, integrando-os no conceito procedimental ideal para a deliberação e a tomada de decisão" (HABERMAS, 1997, p. 19).

Segundo a visada habermasiana, a concepção liberal de democracia responderia a um modo de calibração do Estado com fins de sin-

1 Em um debate com Rawls, Habermas é enfático ao frisar a afinidade entre ambos: "Como admiro esse projeto, compartilho a sua intenção e considero correto seus resultados essenciais, o dissentimento de que quero falar acaba ficando dentro dos estritos limites de uma briga de família" (HABERMAS, 2002, p. 62).

tonizá-lo aos interesses da sociedade. Nesse sentido, a agenda liberal se nuclearia em torno de um mecanismo de mediação entre os aparatos da administração pública e a sociedade, entendida aqui como um sistema de circulação de pessoas particulares, mercadorias e trabalho orquestrado pelas leis do mercado. A política, sob essa perspectiva, celebraria a imposição de interesses particulares mediante a mobilização do aparelho estatal especializado no uso administrativo do poder político para fins coletivos. Com efeito, auspiciada por uma tônica negativa de garantia dos direitos de liberdade dos cidadãos, o processo político liberal testemunharia uma luta pelo poder que teria por base, após a livre concorrência das ofertas de propostas políticas no interior do mercado eleitoral, um cálculo de contabilização entre o *input* de votos e o *output* de poder.

Por seu turno, na chave republicana, a política não seria vista apenas como um mecanismo de mediação entre a composição dos interesses sociais e os aparelhos administrativos do Estado. Mais do que isso, encontraria sua definição na esteira da própria atividade constitutiva do processo de coletivização social *in toto.* Ou seja, para além das leis do mercado e do poder administrativo do Estado, a democracia republicana inauguraria a *solidariedade* como terceira fonte de integração social, possibilitando, assim, que a reflexão comunitária sobre os contextos de vida ética informe um desenho de cidadania baseado nos laços de interdependência através dos quais os cidadãos se associam enquanto jurisconsortes livres e iguais. Nesse sentido, em pleno reconhecimento às liberdades positivas, na concepção republicana, a política não teria o mercado como paradigma, mas sim os processos de interlocução orientados ao entendimento mútuo.

Todavia, após apreciar cada um desses modelos, Habermas pensará suas insuficiências para, democraticamente, responderem aos desafios postos por cenários sociais atravessados pelo pluralismo. Nesse caminho, Habermas considerará que em contextos sociais articulados em torno de formas comunicativas diversas, tanto a concepção republicana do Estado enquanto comunidade ética, quanto a concepção liberal do Estado enquanto garantidor dos interesses da sociedade

econômica, mostrar-se-ão claudicantes, pois pouco responderão ao desafio do estabelecimento de patamares mínimos de consenso entre interesses e orientações valorativas tidas como irreconciliáveis. É aqui que, resumindo a discussão, Habermas encontrará uma via para, articulando os prós de cada um dos modelos examinados, propor o modelo procedimental de democracia:

> [...] Ora, a teoria do discurso assimila elementos de ambos os lados, integrando-os no conceito de um procedimento ideal para a deliberação e a tomada de decisão. Esse processo democrático estabelece um nexo interno entre considerações pragmáticas, compromissos, discursos de autoentendimento e discursos da justiça, fundamentando a suposição de que é possível chegar a resultados racionais equitativos. Nesta linha, a razão prática passa dos direitos humanos universais ou da eticidade concreta de uma determinada comunidade para as regras do discurso e as formas de argumentação, que extraem seu conteúdo normativo da base de validade do agir orientado pelo entendimento e, em última instancia, da estrutura da comunicação linguística e da ordem insubstituível da socialização comunicativa (HABERMAS, 1997, p. 19 – grifo nosso).

Investindo, a um só tempo, contra a insistência totalizadora da concepção republicana em reduzir a política ao movimento de geração de acordos mútuos de caráter ético e contra o baixo compromisso do modelo liberal no que tange ao movimento de autodeterminação democrática dos cidadãos – uma vez que aqui o foco político residiria em uma normatização constitucional da sociedade econômica –, a democracia deliberativa apostaria suas fichas no processo de institucionalização das formas de comunicação orientadas para a formação democrática da opinião e da vontade. Com efeito, mobilizando um horizonte normativo maior do que o incitado pela concepção liberal, mas menor do que o proposto pela via republicana – uma vez que aqui nos despedimos das pretensões totalizadoras da política sobre a

sociedade –, a proposta deliberativa investiria na institucionalização dos processos e pressupostos comunicacionais voltadas à geração de entendimentos mútuos e às formas de socialização comunicativas.

Nesse sentido, deslocando-se dos crivos da eticidade para as formas procedimentais, Habermas vislumbra a virtude democrática nos processos de constituição das opiniões e das vontades. Ante um cenário de pluralismo social e cultural, os procedimentos democráticos, garantindo igualdade, imparcialidade, e ausência de coerção, possibilitariam o estabelecimento de consensos racionais sobre as decisões políticas. Com efeito, sob as regulações dos canais procedimentais, o fluxo comunicacional responderia ao pluralismo através de um acordo moral que, gestado por cidadãos livres, iguais e racionais, seja capaz de garantir níveis de consensos públicos aptos a protegerem as escolhas e projetos da vida privada. Harmonizando-se, pelo médium da razão, as tensões entre igualdade e liberdade, temos aqui um ponto importante, pois, visando à dimensão intersubjetiva dos processos de entendimento, Habermas conectará a formação democrática das opiniões e das vontades com os desafios de legitimação do poder político institucional.

> Para ela [a teoria do discurso] processos e pressupostos comunicativos da formação democrática da opinião e da vontade funcionam como a comporta mais importante para a racionalização discursiva das decisões de um governo e de uma administração vinculados ao direito e a lei. *Racionalização* significa mais do que simples legitimação, porém menos do que a constituição do poder. O poder disponível administrativamente modifica sua composição durante o tempo em que fica ligado a uma formação democrática da opinião e da vontade, a qual programa, de certa forma, o exercício do poder político. Independentemente disso, somente o sistema político pode "agir". Ele constitui um sistema parcial, especializado em decisões que obrigam coletivamente, ao passo que as estruturas comunicativas da esfera pública formam uma rede ampla de sensores que reagem à

> pressão de situações problemáticas da sociedade como um todo e estimulam opiniões influentes. A opinião pública, transformada em poder comunicativo segundo processos democráticos, não pode dominar por si mesma o uso do poder administrativo; mas pode, de certa forma, direcioná-lo (HABERMAS, 1997, p. 23).

Com efeito, arbitrada pelos procedimentos democráticos, a transformação da opinião pública em poder comunicativo possibilitaria uma via para apreciarmos a fidelidade entre os cidadãos e as instituições administrativas, uma vez que, respondendo aos ecos dos circuitos comunicacionais operacionalizados no interior da esfera pública, as instituições políticas demonstrariam a sua racionalidade e inclinação democrática ao reverberarem os resultados dos processos de deliberação pública. Nessa embocadura, no deslocamento da eticidade às regras do discurso, o modelo democrático deliberativo mostraria sua relevância ao cruzar o reconhecimento da diversidade de formas comunicativas com os procedimentos institucionais de checagem acerca de sua coerência jurídica e de suas fundamentações morais.

Também em Rawls encontramos a exploração da problemática acerca das possibilidades de renovação da democracia em um cenário social atravessado pelo fato do pluralismo. Mais do que isto, tal como em Habermas, a questão aqui passa a ser a de como a democracia, na busca por claves de afinação entre perspectivas e formas de vida irreconciliáveis entre si, pode ser alimentada pelo horizonte do pluralismo que a desafia, garantindo-se, assim, a constituição de uma sociedade de cidadãos livres e iguais. Todavia, e cabe sublinharmos, se em Habermas a resposta democrática se dá na aposta à institucionalização dos procedimentos, em Rawls a ênfase repousará sobre o grau de razoabilidade dos processos políticos. Este último elemento será a base do projeto rawlsiano de uma *concepção política de justiça*.

Em *O liberalismo Político*, Rawls dedica-se a compreender as possibilidades de pensarmos a existência de uma sociedade estável, igualitária e justa composta por cidadãos divididos por doutrinas morais,

filosóficas e religiosas razoáveis, embora incompatíveis.[2] Com fins a esse exame, já em suas primeiras páginas nos apresenta duas questões que atravessarão todo o conjunto da obra:

> Como é possível que doutrinas abrangentes profundamente opostas, embora razoáveis, possam conviver e que todas endossem a concepção política de um regime constitucional? Qual é a estrutura e o teor de uma concepção política que conquista o apoio de um tal consenso sobreposto? (RAWLS, 1997, p. 26)

Dispensando os confortos metafísicos da totalidade, Rawls propõe como uma das principais características das sociedades razoáveis o fato de a verdade, perdendo suas fundamentações últimas, ceder lugar ao pluralismo. Desta feita, todas as apreciações de concepções morais devem dar-se a partir do reconhecimento do caráter limitado e sempre parcial dos juízos. Assim, segundo as percepções rawlsianas, as sociedades bem-ordenadas podem, em seu funcionamento, prescindir de consciência ideológica. Por essa via, advoga que, em contextos plurais, toda interação discursiva entre cidadãos deve-se dar sobre uma base de aceitação tanto do grau parcial dos juízos quanto dos termos equitativos da própria cooperação comunicativa.

Por tal razão, o objetivo fundamental da concepção política de justiça deve ser o de propiciar níveis de convivialidade entre indivíduos, grupos, cidadãos e associações que, embora particularmente articulados em torno de projetos de vida distintos, em última instância, sejam capazes de comprometer-se cooperativamente com a manutenção desse espaço comunal de convivência, entendido aqui nos termos de

2 Sobre este ponto, Rawls (2000, p. 56) esclarece: "As doutrinas abrangentes de todos os tipos – religiosas, filosóficas e morais – fazem parte do que podemos chamar de 'cultura de fundo' da sociedade civil. É a cultura do social, não do político. É a cultura da vida cotidiana, de suas diversas associações: igrejas e universidades, sociedades de eruditos e cientistas, clubes e times, para citar algumas. Numa sociedade democrática, há uma tradição de pensamento democrático, cujo teor é, no mínimo, familiar e inteligível ao senso comum civilizado dos cidadãos em geral. As diversas instituições da sociedade, e as formas aceitas de interpretá-las, são vistas como um fundo de ideias e princípios implicitamente compartilhados".

uma estrutura básica da sociedade.[3] Nessa esteira, ao considerarmos as sociedades razoáveis como formações políticas que respondem aos desafios de estabilização e perpetuação da democracia, devemos afastar de nossa apreciação toda dimensão teleológica orientada à perfectibilidade: longe de ser um mundo perfeito ou virtuoso, sociedades razoáveis são um mundo humanamente plausível.

> Finalmente, como vimos, o razoável (com sua ideia de reciprocidade) não é altruísmo (consistindo a conduta altruísta em agir exclusivamente em favor dos interesses dos outros) nem o mesmo que preocupação consigo mesmo (em mover-se somente pelos próprios fins e afetos). Numa sociedade razoável, ilustrada da forma mais simples possível por uma sociedade de iguais em questões básicas, todos têm seus próprios fins racionais, que esperam realizar, e todos estão dispostos a propor termos equitativos, os quais é razoável esperar que os outros aceitem, de modo que todos possam beneficiar-se e aprimorar o que cada um pode fazer sozinho. Essa sociedade razoável não é uma sociedade de santos nem uma sociedade de egoístas. É parte de nosso mundo humano comum, não de um mundo que julgamos de tanta virtude que acabamos por considerá-lo fora de nosso alcance. No entanto, a faculdade moral que está por trás da capacidade de propor, ou aceitar, e, depois, de motivar-se a agir em conformidade com os termos equitativos de cooperação por seu próprio valor intrínseco é, mesmo assim, uma virtude social essencial. (RAWLS, 2000, p. 98)

Percebemos, assim, que, uma vez que a concepção política de justiça se estabelece sobre um pluralismo de doutrinas morais abrangen-

3 São palavras de Rawls (2000, p. 54): "Por estrutura básica entendo as principais instituições políticas, sociais e econômicas de uma sociedade, e a maneira pela qual se combinam em um sistema unificado de cooperação social de uma geração até a seguinte. Portanto, o foco inicial de uma concepção política de justiça é a estrutura das instituições básicas e os princípios, critérios e preceitos que se aplicam a ela, bem como a forma pela qual essas normas devem estar expressas no caráter e nas atitudes dos membros da sociedade que realizam seus ideais".

tes, o desafio político centra-se no processo de legitimação da estrutura básica da sociedade, pois, à luz dos argumentos até aqui expostos, fica-nos claro que a condição *sine qua non* para o exercício político democrático depende de um movimento de coadunação mínimo entre as diversas perspectivas abrangentes no sentido de geração de acordos morais voltados à justificação das instituições políticas. A esse movimento Rawls definirá como o da produção de um consenso sobreposto, entendido aqui como um acordo profundo e transgeracional acerca de "princípios substantivos do direito, como a liberdade de consciência e pensamento, bem como a igualdade equitativa de oportunidades e princípios que atendam a certas necessidades essenciais" (RAWLS, 2000, p. 211).

> A exposição que acabamos de fazer diz que o consenso chega até as ideias fundamentais a partir das quais a justiça como equidade é desenvolvida. Isso pressupõe um acordo profundo o bastante para alcançar ideias como a de sociedade enquanto um sistema equitativo de cooperação e dos cidadãos enquanto indivíduos razoáveis e racionais, livres e iguais. Quanto à sua extensão, o consenso abarca os princípios e valores de uma concepção política (nesse caso, os de justiça como equidade) e aplica-se à estrutura básica como um todo. Esse grau de profundidade, extensão e especificidade ajuda a esclarecer as ideias e a manter diante de nós a principal questão: de modo coerente com pressupostos plausivelmente realistas, qual é a concepção política viável de justiça que tem mais profundidade e extensão? (RAWLS, 2000, p. 195)

A esta altura, podemos concluir que, tanto para Habermas quanto para Rawls, o cerne do desafio democrático reside na geração de consensos político-morais que possam racionalmente informar fundamentos públicos mínimos que propiciem não apenas o direito à vigência de diversos planos e projetos de vida particulares, mas que também possibilitem com que estes, desenvolvendo-se autonoma-

mente, possam livremente se intercruzar sem, contudo, ameaçarem as estruturas públicas que respondem como *locus* garantidor de suas próprias condições de possibilidade. Com efeito, através da concertação entre liberdade e igualdade, em ambos, seja pela via dos procedimentos, seja pelo investimento na razoabilidade, a democracia se propõe como um sistema de arranjos político-morais no qual os cidadãos, comprometidos que estão com a manutenção do espaço público, ao publicamente defenderem seus pontos de vista, devem fazê-lo sempre em consideração àquilo que o outro – cidadão ou sociedade abrangente – pode racionalmente aceitar.

Face a isto, podemos arriscar que nesta paisagem teórica que pensa a geração do consenso como horizonte último do processo democrático, os movimentos sociais, pensados aqui enquanto instâncias coletivas de organização e vetorização de demandas sociais, se definiriam por sua capacidade em estabelecerem nexos e afinações entre suas razões, demandas e ambições privadas e os horizontes públicos. Seja pela via dos expedientes da razão comunicativa, seja pela da razoabilidade política, a conexão entre movimentos sociais e democracia se define aqui mais pelas razões operantes em um contexto externo aos movimentos – ainda que, minimamente, eles possam participar da constituição deste contexto -, do que pelo papel ativo de suas razões internas.

É em consideração a esses pontos que Chantal Mouffe, vênia aos deliberacionistas, inicia suas críticas, propondo que tanto o projeto de Habermas quanto o de Rawls mostram-se insatisfatórios na tentativa de, democraticamente, responderem aos desafios do pluralismo. Em sua visão, o preço político a se pagar pela ênfase no consenso é o da exclusão de pontos de vista a ele irreconciliáveis, e isso, em última instância, não poderia alavancar processos democráticos. Em face disso, contra os fundamentos consensualistas do modelo deliberativo, Mouffe proporá um modelo agonístico que, alimentado pela diversidade de perspectivas políticas que em gládio atravessam o tecido social, possa sustentar uma concepção radical de democracia.

> Aquilo que nas últimas décadas tem sido celebrado como um ressurgimento da filosofia política é, na realidade, uma mera extensão da filosofia moral; é o raciocínio moral aplicado ao tratamento das instituições políticas. Isto é manifesto na ausência de uma distinção correcta entre o discurso moral e o discurso político na habitual teorização liberal. Para recuperar o aspecto normativo da política são introduzidas na discussão política preocupações morais acerca da imparcialidade e da unanimidade. O resultado é uma moralidade pública para as sociedades liberais, uma moralidade considerada "política", porque é *minimal* e evita envolver-se nas concepções controversas do bem e porque funciona como cimento da coesão social (MOUFFE, 1996, p. 195).

Segundo Mouffe, o equívoco dos projetos democráticos de Rawls e Habermas repousaria sobre o fato de, ao tentarem orquestrar os direitos individuais com os de participação a partir da proposição de um terreno político dotado da capacidade de neutralizar o pluralismo de valores, ambos pretenderem fundamentar a adesão social ao espaço político a partir de um acordo racional que terminaria por fechar as portas para as possibilidades de contestação. Com isso, terminam por relegar o campo do pluralismo aos domínios e esferas não públicas da vida social, isolando o político de suas causas, bem como de suas consequências. Assim, ao tentarem, nas exigências da moralidade e da racionalidade, uma solução final para a tensão constitutivamente democrática entre as liberdades individuais e os direitos de participação, terminam por escapar do mesmo pluralismo ao qual, de início, pretenderiam enfrentar.

Nesse ponto, com uma verve característica, Mouffe provocativamente aponta ao fato que tanto a racionalidade comunicativa de fundo ao modelo procedimental quanto a razoabilidade pública, que ancora a concepção política de justiça, não passariam de uma tentativa, a fórceps, de fundar formas de lealdade entre os cidadãos e as instituições. Em sua perspectiva, a mudança de um grau de racionalidade a outro

(aqui, da racionalidade instrumental "meios-fins" para a racionalidade comunicativa ou razoável) não responde aos desafios democráticos, pois a política não é um processo cerebrino, mas sim afetivo, e é no campo dos afetos que seus problemas devem ser enfrentados. Com isso, deslocando-se das paisagens morais, Mouffe avança propondo que o desafio democrático contemporâneo se orienta pelo grau de disposição das instituições em formarem sujeitos democráticos.

> Pretendo desenvolver a visão segundo a qual não é com a construção de argumentos sobre a racionalidade incorporada em instituições liberal-democráticas que se contribui para a criação de cidadãos da democracia. Indivíduos da democracia só serão possíveis com a multiplicação de instituições, discursos, formas de vida que fomentem a identificação com valores democráticos. Eis a razão por que, apesar de concordar com os democratas deliberativos sobre a necessidade de um conceito diferentes de democracia, vejo suas propostas como contraprodutivas (MOUFFE, 2005, p. 18).

Sobre esse ponto, as considerações de Mouffe nos indicam que os dilemas democráticos não devem ser respondidos por soluções moralizantes passíveis de serem ofertadas, como pretendem os deliberacionistas, por golpes epistemológicos. Longe disso, mobilizando um prisma ontológico, Mouffe nos propõe que o desafio da democracia resida nos processos de constituição dos sujeitos democráticos. Com isso, para além da exaltação de um campo político onírico, do qual o poder teria sido varrido em prol da moral racional, como pressupõem as abordagens consensualistas, os argumentos mouffeanos indicam a necessidade de um modelo democrático que seja recortado pelo poder e pelo antagonismo. Esse é um ponto importante para os passos futuros de seu argumento, pois aqui defenderá que a objetividade social é, em última instância, uma objetividade política e, como tal, constituída por meio de atos de poder. A confluência entre objetividade e poder fará com que Mouffe, em um resgate às perspectivas gra-

mscianas, pense a política através do quadrante da hegemonia. Nesse sentido, propondo a política enquanto hegemonia, isto é, enquanto um padrão específico – mas não isento de disputas – das relações de poder, podemos pensar a política não enquanto uma resposta ao jogo entre identidades e sujeitos a ela previamente existentes, mas sim como o terreno – de certo precário, movente e vulnerável – no qual as identidades se constroem ao serem envoltas na conflituosidade própria às relações de poder.

> Se aceitarmos, contudo, que as relações de poder são constitutivas do social, então a questão principal para a política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder mais compatíveis com valores democráticos [...]. A democracia requer, portanto, que a natureza puramente construída das relações sociais encontre seu complemento nos fundamentos puramente pragmáticos das pretensões de legitimidade do poder. Isso implica que não haja nenhuma lacuna insuperável entre poder e legitimidade – obviamente não no sentido de que todo poder seja automaticamente legítimo, mas no sentido de que a) se qualquer poder é capaz de se impor, é porque foi reconhecido como legítimo em algumas partes e b) se a legitimidade não se baseia em um fundamento apriorístico, é porque se baseia em alguma forma de poder bem-sucedido. Essa conexão entre poder e legitimidade e a ordem hegemônica que ela acarreta é precisamente o que a abordagem deliberativa renega ao estabelecer a possibilidade de um tipo racional de argumentação em que o poder foi eliminado e em que a legitimidade é fundada na racionalidade pura (MOUFFE, 2005, p. 19).

A partir dessas teses, Mouffe formulará os contornos de seu *modelo agonístico de democracia*, também chamado por ela de *modelo do pluralismo agonístico*. Na base de sua proposta, lança a distinção entre *o político* e *a política,* entendendo aquele como "a dimensão

do antagonismo inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas", e aquela como "o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas, porque afetadas pela dimensão do 'político'" (MOUFFE, 2003, p. 15). É somente com atenção aos processos no qual *a política* se definiria no objetivo de domesticação da irredutível animosidade conflitual d'*o político*, que, segundo Mouffe, podemos lançar um adequado olhar para a *política* democrática (o grifo aqui é nosso), pois, face ao fato inconteste e radical do pluralismo, menos do que alcançar um consenso racional em torno de padrões morais de convivialidade, a política objetivaria a criação de unidade em um contexto de conflitos e diversidades, criando, assim, um *nós* em determinação a um *eles*. Aqui, o êxito da política democrática não se mensuraria pelas formas de investimento na eliminação dessa distinção básica, mas sim pela capacidade em reconfigurá-la em padrões compatíveis com a democracia pluralista, propondo-se o outro não como inimigo, mas sim como adversário, "isto é, alguém com cujas ideias iremos lutar, mas cujo direito de defender tais ideias não vamos questionar" (MOUFFE, 2003, p. 16).

A categoria do adversário não eliminaria, segundo nos diz a autora, o antagonismo. Em suas palavras, o adversário é um inimigo legítimo, uma vez que, em que pesem algumas concepções a princípio irreconciliáveis, com ele se compartilha a adesão aos princípios ético-políticos da democracia. Mas, uma vez que a relação com o adversário diz respeito a divergências substantivas, a relação com ele não poderia ser solucionada através da racionalidade própria aos processos deliberativos. Isso não quer dizer que acordos e consensos não sejam possíveis, uma vez que eles também são parte da política, mas, como sublinhará Mouffe, eles devem ser vistos como reveses temporários numa confrontação em curso. É assim, no deslocamento do outro de inimigo a adversário, que Mouffe assevera sobre a marca agonística da democracia.

> Poderíamos dizer que o objetivo da política democrática é transformar um "antagonismo" em "agonismo". Isto tem consequências importantes para o modo como encaramos a política. Contrariamente ao modelo de democracia deliberativa, o modelo de pluralismo agonístico que estou defendendo assevera que a tarefa primária da política democrática não é eliminar as paixões nem relegá-las à esfera privada para tornar possível o consenso racional, mas para mobilizar aquelas paixões em direção à promoção do desígnio democrático. Longe de pôr em perigo a democracia, a confrontação agonística é sua condição de existência (MOUFFE, 2003, p. 16).

Pensado a política como uma reação articulada aos fluxos afetivos e passionais que constituiriam o terreno d'o político, e não pelos acordos morais celebrados sob os auspícios de uma razão comunicativa, Mouffe nos indicaria que o desafio da democracia pluralista residiria em oportunizar o dissenso e as instituições em que ele possa se manifestar. Contra a atual apatia política que, já há algum tempo, vem caracterizando as sociedades democráticas liberais, condenando-as ao convívio com índices expressivos de absenteísmo político e a crises de representatividade, a guinada proposta por Mouffe pode oxigenar a constituição de uma democracia baseada em uma esfera pública vibrante que, receptiva e atravessada por visões conflitantes, publicamente oferte projetos políticos alternativos legítimos. Reconhecendo-se a multiplicidade subjacente ao fato do pluralismo, a aceitação do outro não se mostra aqui como um simples processo de tolerância, mas sim como a celebração positiva do real movimento da democracia.

Com efeito, acreditamos que a perspectiva trazida por Mouffe possa ser-nos de expressiva valia, pois ao investir contra as abordagens inclinadas a definir o terreno político como espaço neutro, a autora redignifica a dimensão conflitiva como elemento inerente e constitutivo do processo democrático. Em que pese a sua inclinação a alocar o peso das virtudes democráticas mais sobre a dimensão responsiva da política do que sobre os fluxos passionais imanentes ao político, o que, em última

instância, alocaria no mundo das instituições o protagonismo de seu modelo agonístico de democracia, ao inaugurar vias outras para a apreciação do pluralismo, a proposta de Mouffe nos oferece horizontes para pensarmos a democracia como um palco mais aberto à incorporação – e, portanto, à dignificação democrática – das agendas dos movimentos sociais politicamente contestatórios.

É neste ponto que, nas linhas de Antônio Negri, a chave do conflito avança radicalmente sobre o terreno da democracia, descortinando, desta feita, um lugar privilegiado à ação dos movimentos sociais. Indo além das eventuais virtudes responsivas secretadas pelo mundo das instituições, na visada de Negri, a democracia, em franca inspiração spinoziana, se delinearia como uma teoria de um governo absoluto enraizada no movimento de constituição de um *demos* multitudinal. Aqui, menos do que a um regime de governo construído em torno de tal ou qual arranjo estabelecido entre mundo social e instituições, ao falarmos em democracia estaríamos nos referindo a um princípio ontológico de constituição da realidade política esculpido pela potência da ação popular. Excesso ao Estado, ao direito, as instituições e a moralidade, a democracia negriana seria testemunha das aventuras de um mundo social que, inquietamente, em suas ações investe no alargamento de seus horizontes existenciais de liberdade. Rebelde, movente e transformadora, a democracia encontra aqui sua definição enquanto poder constituinte.

> A constituição do social é uma potência baseada na ausência, isto é, no desejo e o desejo nutre, incansável, o movimento da potência. [...]. O poder constituinte é esta força que se projeta para além da ausência de finalidade, como tensão onipotente e crescentemente expansiva. Ausência de pressupostos e plenitude da potência: este é um conceito bem positivo de liberdade. Ora, a onipotência e a expansividade caracterizam também a democracia, já que caracterizam o poder constituinte. A democracia é, ao mesmo tempo, um procedimento absoluto da liberdade e um governo absoluto. (NEGRI, 2002; p.26)

Eterno princípio que, por princípio, recusa-se a ser um fim em si mesmo. Força formante e informante de mundo e de realidade, mas nunca força conformada, ao se deslocar para o terreno ontológico, nas linhas de Negri, a democracia, tal qual poder constituinte, se definiria como infindável linha de fuga traçada nos embates contra as sanhas colonizadoras do poder constituído.

Anomalamente selvagem, ao se afirmar na esteira do conflito entre as forças de composição social e o mundo das instituições, a democracia negriana se define como o processo imanente de constituição de um sujeito político que se produz em consonância as irredutíveis expectativas próprias a um horizonte desejante de liberdade e mais liberdade. Neste sentido, aqui, os movimentos sociais encontram a sua definição e razão de ser no fluxo mesmo das lutas impetrados em nome da necessidade de se fazer democracia. Desta, eles não são apenas partícipes, mas sim, e sobretudo, protagonistas.

Concluindo, seja nas consequências da leitura crítica que Mouffe traz das abordagens deliberacionistas, seja pela proposta ontológica e radical apresentada por Negri, podemos perceber que ao mobilizarmos o conflito como dínamo inegligenciável ao horizonte político, encontramos um lugar mais digno e relevante à ação dos movimentos sociais no urgente processo de democratização da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol II. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro***.** 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociol. Polít.* Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2005.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: *Anais Seminário internacional Educação Intercultural*, 2., 2003, Florianópolis.

MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político***.** Lisboa: Ed. Gradiva, 1996.

NEGRI, Antônio. *O poder Constituinte*: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002.

RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

RAWLS, John; HABERMAS, Jürgen. *Debate sobre el liberalismo politico*. Barcelona: Ed. Paidós, 2000.

Artigo recebido em setembro de 2014 / Aprovado em outubro de 2014

Resumo, Abstract e Résumé

UMA HERMENÊUTICA DAS CONVERSAÇÕES INTERIORES: A NOÇÃO DE SUJEITO EM MARGARET ARCHER E EM HANS-GEORGE GADAMER

Cynthia Lins Hamlin

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma reflexão sobre a ontologia do sujeito implícita à teoria da agência de Margaret Archer. Com base nas vertentes mais individualistas do pragmatismo, Archer apropria-se da noção de conversações interiores a fim de destacar o caráter reflexivo e privado do self, revelando uma concepção de sujeito hiperreflexivo e autocentrado. A hermenêutica de Gadamer é apresentada como uma alternativa a esta ontologia. Argumento que sua teoria da interpretação repousa sobre uma concepção dialógica de sujeito cujas conversações interiores sublinham a centralidade das práticas na construção da subjetividade. Ao estabelecer que a (auto)compreensão depende de um encontro com a diferença e a alteridade, Gadamer, ao mesmo tempo que nega a autotransparência e o fechamento do sujeito, abre a possibilidade de (auto)consciência e reflexividade na agência humana.

Palavras-chave: Agência, Archer, Conversações Interiores, Gadamer, Reflexividade, Subjetividade.

ABSTRACT

This paper consists in a reflection about the ontology of the subject implicit to the theory of agency of Margaret Archer. Based on pragmatism's more individualistic approaches, Archer appropriates the notion of internal conversations in order to emphasise the reflexive and private character of the self, thus reavealing a hiperreflexive and self-centered conception of the subject. Gadamerian hermeneutics is presented as an alternative to this ontology. I argue here that his theory of interpretation

rests upon a dialogical conception of the subject whose internal conversations highlight the centrality of practices in the construction of subjectivity. In establishing that (self-) understanding depends on an encounter with difference and alterity, Gadamer, while denying self--transparency and self-enclosure, allows for (self-) consciousness and reflexivity in human agency.

Keywords: Agency, Archer, Internal Conversations, Gadamer, Reflexivity, Subjectivity.

RÉSUMÉ:

Ce travail est une réflexion a propos de l'ontologie du sujet contenue dans la théorie de l'agence de Margaret Archer. Fondée sur les courants plus individualistes du pragmatisme, Archer s'approprie la notion de "conversations intérieures" pour souligner le caractere réflexif et privé du "self", dévoilant une conception de sujet hiperréflexif et égocentrique. L'herméneutique de Gadamer est presenté comme une alternative a cette ontologie. Je propose que la théorie de l'interprétation de ce dernier soit ancré dans une conception dialogique de sujet, dont les conversations intérieures montrent la centralité des pratiques à la construction de la subjectivité. En établissant que l'auto-compréhension dépend d'une rencontre avec la différence et l'alterité, Gadamer nie toute possibilité d'autotransparence et de renfermement du sujet, en même temps, il ouvre la possibilite d'autoconscience et de réflexivité chez l'être humain.

Mots-clés: Agence, Archer, Conversations Intérieures, Gadamer, Réflexivité, Subjectivité.

ALTERIDADES URBANAS E DUPLA CONTEXTUALIZAÇÃO: O EXEMPLO DOS BAIRROS DE WAZEMMES EM LILLE (FRANÇA) E DE IRACEMA EM FORTALEZA (BRASIL)

Abdelhafid Hammouche

RESUMO

Este artigo ocupa-se das dinâmicas urbanas de dois bairros, um em Lille, o outro em Fortaleza e é baseado numa investigação levada a cabo desde 2011. O objetivo é contribuir, através de uma dupla contextualização, para a compreensão dos processos através dos quais estes lugares anteriormente desqualificados ou classificados como "sensíveis" se tornam lugares valorizados. A perspectiva é captar o mais minuciosamente possível o uso político e social da cultura en-

quanto suporte, quando a ação pública assume a vocação de melhorar o viver em comunidade, partindo da hipótese de que o embelezamento desses espaços urbanos condiciona, na prática, as relações de alteridade. A primeira parte mostra como o bairro de Lille se transforma fisicamente e sobretudo como se multiplicam as iniciativas culturais. A parte seguinte analisa as relações de alteridade nesse tipo de contexto a partir, por um lado, de observações e, por outro lado, de entrevistas concebidas para ter em conta as trajetórias das pessoas, com a finalidade de questionar a construção social, a gestão pública e a eventual reconsideração da alteridade. Na última parte, a análise é enriquecida pelo paralelismo parcial estabelecido com a dinâmica do bairro brasileiro que conhece igualmente mudanças significativas.

Palavras chaves: cidade, dinâmicas urbanas, Alteridade

ABSTRACT

This article deals with the urban dynamics of two districts, one in Lille, the other in Fortaleza and is based on research carried out since 2011. The aim is to contribute, through a double context, to understand the processes by which these places previously disqualified or classified as "sensitive" become valued places. The perspective is to capture the most detail possible political and social use of culture as a support when the public action takes the vocation to improve the living in community, on the assumption that the beautification of these urban spaces conditions in practice, relations otherness. The first part shows how the Lille neighborhood physically transforms and especially as multiply cultural initiatives. The following analyzes of the relationships of otherness this type of context from, on the one hand, observation and, on the other hand, interviews designed to take into account the trajectories of people, in order to challenge the social construction, management public and the possible reconsideration of otherness. In the last part, the analysis is enriched by the partial parallel drawn with the dynamics of the Brazilian neighborhood that also knows significant changes.

Keywords: city, urban dynamics, Otherness

RÉSUMÉ

Cet article porte sur les dynamiques urbaines de deux quartiers, l'un à Lille, l'autre à Fortaleza et se fonde sur une recherche menée depuis 2011. L'objectif est de contribuer par une double contextualisation à la compréhension des processus par lesquels ces lieux antérieurement dévalués ou qualifiés de « sensibles » deviennent valorisés. La

perspective est de saisir le plus finement possible l'usage politique et social de la culture en tant que support, lorsque l'action publique se donne pour vocation d'améliorer le vivre ensemble et en faisant l'hypothèse que l'embellissement de ces espaces urbains conditionne les rapports pratiques d'altérité. La première partie montre comment le quartier lillois se transforme physiquement et surtout comment se multiplient les initiatives culturelles. La partie suivante analyse les rapports d'altérité dans un tel contexte à partir d'observations d'une part, et d'entretiens conçus pour prendre en compte les trajectoires des personnes d'autre part, afin d'interroger la construction sociale, la gestion publique et l'éventuelle reconsidération de l'altérité. Dans la dernière partie, l'analyse s'enrichit d'une mise en parallèle partielle de la dynamique du quartier brésilien qui connaît également de sensibles changements.

Mots-clés: Ville, dynamiques urbaines, Altérité

CLASSE MÉDIA E MUDANÇAS DE RENDA NO BRASIL

José Alcides Figueiredo Santos

RESUMO

Após defender uma abordagem de classe baseada nos mecanismos da desigualdade econômica entre categorias, o trabalho apresenta uma caracterização da classe média e dos estratos intermediários no Brasil. Foram identificados os principais deslocamentos de renda entre e dentro das posições de classe no período de 1992 a 2011. Constatou-se um enfraquecimento das vantagens relativas de renda particularmente dos controladores de conhecimento perito e de qualificação escassa. Ocorreu no período um processo combinado de expansão e perda de renda relativa destes empregos. Predominou uma tendência de diminuição da dispersão e da assimetria interna da renda particularmente entre as categorias de trabalhadores com maior densidade social. A renda do empregado especialista, de modo distinto, continuou mais dispersa e desequilibrada, ou seja, mais variável entre os membros da categoria.

Palavras Chaves: Classe social, classe média, desigualdade de renda.

ABSTRACT

After defending a class approach based on the mechanisms of economic inequality between categories, this paper proposes a characterization of middle class and the intermediate strata for Brazil. The

major income transfers were identified within and between class positions during the period from 1992 to 2011. A downturn was observed in the relative income advantages, especially for holders of expertise or rare knowledge. This period registered a combined process of both expansion and relative income loss for those jobs. A trend has prevailed of decrease in the spread and in the inner asymmetry of income, namely among those working categories with a greater social density. The expert employee's income, in a distinct way, were kept more dispersed and unbalanced, that is, more variable between members of the category.

Keywords: Social class, middle class, income inequality.

RÉSUMÉ

Ayant défendu une approche de classe basée sur les méchanismes de l'inégalité économique entre catégories, ce travail propose une caractérisation de la classe moyenne et des strates intermédiaires au Brésil. Les principaux déplacements de revenus furent identifiés entre et dans chaque position de classe durant la période de 1992 à 2011. On a constaté un affaiblissement des avantages rélatifs en revenus notamment des détenteurs d' expertises ou de qualification rares. Cette période a connu les deux procès combinés d'expansion et de perte de revenus relative pour ces emplois. Une tendence a predominé et de diminution de la dispersion et de l'asymétrie intérieure de revenus, surtout entre les catégories de travailleurs à plus grande densité sociale. Les revenus des employés spécialisés, d'une façon distinguée, ont démeuré plus dispersés et déséquilibrés, c' est à dire, plus variables parmi les membres de la catégorie.

Mots-clés: Classe sociale, classe moyenne, inégalité de revenus

FAMÍLIA, TRABALHO E DESIGUALDADES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Lilia Montali

RESUMO

Este ensaio trata da relação família-trabalho, suas mudanças e permanências, tendo como referência teórica a abordagem da "divisão sexual do trabalho" enquanto noção que articula a esfera produtiva e a esfera reprodutiva e define os lugares de homens e de mulheres nestas esferas. Com base nestas referências são apresentadas informações que indicam como foram pequenas as mudanças na relação

família-trabalho quando se consideram as relações assimétricas definidas pela divisão sexual do trabalho. Mostra que embora cresça a participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil desde 1970, e desde os anos 80 cresça a participação das mulheres-cônjuges, esta ocorre sob a permanência da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Destaca que tal desigualdade tem por origem a divisão sexual do tradalho e que esta dificulta a superação da pobreza em domicílios com encargos por crianças.

Palavras-chave: Família; trabalho; desigualdade.

ABSTRACT

This paper discusses the relationships between family and work, including changes and permanent aspects. The theoretical reference here is the "sexual division of labor," an approach that articulates both the sphere of production and that of reproduction, also defines the roles men and women play in these spheres. Based on these references, data is provided indicating that little has changed in family--versus-labor relationships, in view of the asymmetric relationships defined by the sexual division of labor. The participation of women in the work world in Brazil has increased considerably since the 1970s and, since the 1980s there have been greater numbers of working wives. Nonetheless, the text shows that this has been taking place despite the continuation of gender inequality in the work sphere. The paper shows that this inequality originates in the sexual division of labor, a fact that makes it difficult to overcome poverty in households where childcare must be provided.

Keywords: Family; sexual division of labor; inequality.

RÉSUMÉ

Cet essai traite du rapport famille-travail, ses changements et permanences, ayant comme référence théorique l'approche de la «division sexuelle du travail» en tant que notion qui articule la sphère productive et la sphère reproductive et définit les places des hommes et des femmes dans ces sphères. Sur la base de ces références, on presente des informations indiquant l'insignifiance des changements du rapport famille-travail lorsqu'on prend en compte les relations asymétriques définies par la division sexuelle du travail. Ce travail montre d'ailleurs que même si la participation des femmes sur le marché du travail au Brésil a constamment augmenté depuis 1970, ainsi que celle des épouses depuis les années 80, cela se produit dans le contexte de la continuité de la inégalité de genre sur le marché du

travail. On souligne que cette inégalité tire ses origines de la division sexuelle du travail et que celle-ci ne permet que difficilement de surmonter la pauvreté des ménages ayant la charge d'enfants.

Mots-clés: famille, division sexuelle du travail, inégalité.

A CUT NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: PERFIL DOS DIRIGENTES E DESAFIOS DA AÇÃO SINDICAL

Fernanda Forte de Carvalho

RESUMO

Neste artigo apresentamos o perfil dos delegados aos Congressos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), um comparativo do 8º CONCUT ao 11º CONCUT, compreendendo o período 2003-12, momento em que, a trajetória da CUT se articula com a experiência do início dos Governos Lula e Dilma do Partido dos Trabalhadores - PT. No período em análise, o cenário de reorganização sindical impulsionado pelo reconhecimento jurídico das centrais sindicais a partir de 2008, associada à perspectiva de acesso aos recursos do imposto sindical afetou a composição social da CUT e, em certa medida, a sua organização interna. Neste período, verificamos que há uma tendência a forte dinâmica reorganizativa de caráter interno, associada a uma tendência à estabilização institucional.

Palavras-chave: Central Única dos Trabalhadores, composição social da CUT, institucionalização.

ABSTRACT

In this article we profile the delegates to the congresses of national trade union center Central Única dos Trabalhadores (CUT Brazil), in a comparative study of the 8th through the 11th CUT Congresses, held from 2003 to 2012, when the CUT trajectory is intertwined with that of the Workers Party (PT, from the acronym in Portuguese) governments of President Lula and President Dilma. Over the period analyzed, a trade union reorganization setting, driven by the legal recognition of Brazil's national trade union centers in 2008 and associated with their access to union tax-related funds, affected the social composition of the CUT and, to a certain extent, its internal organization. In this period, we notice a trend toward a strong internal reorganizational dynamic, in association with a trend toward institutional stabilization.

Keywords: Central Única dos Trabalhadores; social composition; institutionalization.

RÉSUMÉ

Dans cet article nous présentons le profil des délégués aux Congrès de la Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brésil), un comparatif du 8e au 11e CONCUT, embrassant la période 2003-12, moment où le parcours de la CUT s'articule avec l'expérience du début des Gouvernements Lula et Dilma du Parti des Travailleurs – PT. Dans la période analysée, le scénario de réorganisation syndicale impulsée par la reconnaissance juridique des centrales syndicales à partir de 2008, associée à la perspective d'accès aux ressources de l'impôt syndical a affecté la composition sociale de la CUT et, dans une certaine mesure, son organisation interne. Dans cette période, nous avons vérifié la tendence à une forte dynamique réorganisatrice à caractère interne, associée à une tendence à l'*estabilisation institutionnelle*.

Mots-clés: Central Única dos Trabalhadores, composition sociale de la CUT, institutionalisation.

BRAVERMAN E A CENTRALIDADE DO PROCESSO DE TRABALHO: COMENTÁRIO SOBRE COMENTADORES DESDE UMA LEITURA PERIFÉRICA

Leonardo Mello e Silva

RESUMO

O artigo faz um balanço da recepção do livro *Trabalho e Capital Monopolista*, de Harry Braverman, por ocasião do quadragésimo aniversário de seu lançamento. Obra marcante e influente na sociologia do trabalho, tanto internacional quanto brasileira, busca-se mostrar a pertinência e atualidade de sua abordagem para a pesquisa corrente nesse campo de estudos. Para tal fim, o texto inicia com uma contextualização do livro, passando em seguida para um mapeamento das vagas de reação a ele, bem como as questões que suscitou. Em seguida, é feita uma reflexão sobre os desafios metodológicos que os estudos do processo de trabalho enfrentam, bem como o confronto com dilemas saídos da prática de pesquisa. Sustenta-se que não há incompatibilidade de fundo entre a tradição de estudos dos locais de trabalho e a análise bravermaniana, de modo que a obra permanece como um veio fecundo a ser explorado.

Palavras-chave: Processo de Trabalho; Sociologia do Trabalho; *Bravermania*.

ABSTRACT

The paper proceeds to a balance of the reception of the Harry Braverman's book *Labor and Monopoly Capital* (1974), on the occasion of its fourteenth year of launching. The book represented an outstanding and influential theoretical accomplishment in the field of sociology of work, both internationally and in the Brazilian academic milieu. The aim is to highlight the relevance and the present of the book's approach for the current research in the area of studies. In this perspective, the paper starts contextualizing the book, following with a mapping of the waves of reaction to it, as well as the points it has raised. Subsequently, a reflection about the methodological challenges that the labour process studies face is put forward, as well as the confrontation to the dilemmas that come up in the research practice. The paper sustain that there is no unavoidable incompatibility between the sociological tradition of studies focused on the shoopfloor and the Braverman's analysis, so that his work keeps on as a fruitful vein to be intellectually explored.

Keywords: Labour Process; Sociology of Work; *Bravermania*.

RESUMÉ

Cette article porte un balance sur la réception du livre d'Harry Braverman *Travail et Capital Monopoliste*, à l'occasion du quarantième anniversaire de son sortie. On essaie de montrer que cette ouvre marquant et influent en sociologie du travail, soit à l'échelle internationale, soit à l'échelle du pays, est encore pertinent et d'actualité pour la recherche courant dans ce champs d'études. En conséquence, l'article début avec une contextualisation de l'oeuvre, en passant ensuite à une cartographie des vagues de réaction à celle-ci, ainsi qu'aux questions que elle a suscité. Par la suite, on mene une réflexion sur les défis méthodologiques lesquels les études sur le procès de travail font face, bien que sur la confrontation de ceux-ci avec les dilemmes sorties de la pratique ordinaire de recherche. L'article soutient que il n'y a pas d'incompatibilité de fond entre la tradition d'études sociologiques centrées sur les locaux de travail et l'analyse bravermaniene, de façon que l'ouvre de l'auteur américain reste comme une voie féconde à être suivi au momment présent.

Mots-clés: Procès de Travail; Sociologie du Travail; *Bravermania*.

O MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DO EMPREGO NO BRASIL: INTEGRAÇÃO PRECÁRIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas

RESUMO

Neste trabalho, analisa-se o mercado de trabalho e a questão do emprego no Brasil como questão social, discutindo-se a evolução recente do emprego e das políticas sociais de renda mínima como fatores de integração social. Nestes termos, procura-se identificar em que medida o crescimento recente do emprego formal e uma tendência de desprecarização do trabalho, ancorados num novo modelo de desenvolvimento que se propõe mais inclusivo, se constituem em suportes efetivos de integração dos trabalhadores e de superação das profundas desigualdades que marcam a história da sociedade brasileira. Para tanto, aborda-se dois aspectos fundamentais. De um lado, identifica-se as principais formas de integração econômica e de proteção social dos trabalhadores, não vinculadas ao mundo trabalho, particularmente no âmbito das políticas sociais e de assistência. Avalia-se, neste caso, como tem se configurado, no período recente, o problema da pobreza. Por outro lado, discute-se como tem evoluído o emprego formal, seu peso na estrutura ocupacional e na distribuição da renda e em que medida sua evolução tem sido marcada por formas precárias de inserção ocupacional. Levanta-se a hipótese de que tem se configurado, no Brasil, um novo modelo precário de integração da classe trabalhadora, um precariado, no qual se combinam a precariedade no emprego e no trabalho e uma forte presença do Estado assistencial.

Palavras-chave: Emprego, precariedade, mercado de trabalho

ABSTRACT

This paper analyzes the labor market and the issue of employment in Brazil from a social perspective, discussing the recent evolution of employment and the social policies of minimum income as factors of social integration. Therefore, we seek to identify to what extent the recent increase seen in formal employment and a trend towards the improvement of working conditions, supported by a new development model that intends to be more inclusive, constitute effective means to integrate workers in society and help them overcome the deep inequalities that pervade the history of Brazilian society. To this end, we discuss two key aspects. On the one hand, we identify the main forms of workers' economic integration and social protection

that are not linked to the world of work, particularly in the context of social and welfare policies. In this case, we examine how the issue of poverty has been characterized in recent years. On the other hand, we discuss how the issue of formal employment has evolved, its weight in the occupational structure and in the distribution of income, and to what extent its evolution has been marked by precarious forms of occupational integration. We raise the hypothesis that a new and poor model for the integration of the working class known as precariat has been shaped, combining job insecurity with a strong presence of the welfare state.

Keywords: Employment, precariousness, labor market

RÉSUMÉ

Dans ce travail l'on analyse le marché du travail et la question de l'emploi au Brésil comme question sociale, discutant l'évolution récente de l'emploi et des politiques sociales d'assistance en tant que facteurs d'intégration sociale. Dans ce contexte, on cherche à identifier dans quelle mesure la croissance récente de l'emploi formel et une tendance à la *déprécarisation* du travail, ancrés sur un nouveau modèle de développement qui se propose plus inclusif, se constituent en des supports effectifs d'intégration des travailleurs et de dépassement des inégalités profondes qui marquent l'histoire de la société brésilienne. Pour ce faire, l'on approche deux aspects fondamentaux. D'un côté l'on identifie les formes principales d'intégration économique et de protection sociale des travailleurs, non rattachées au monde du travail, particulièrement dans le domaine des politiques sociales d'assistance. L'on évalue, dans ce cas, comment s'est configuré, dans la période récente, le problème de la pauvreté. De l'autre côté l'on discute comment a évolué l'emploi formel, son poids dans la structure professionnelle et dans la distribution des revenus et en quelle mesure son évolution est marquée par les formes précaires d'insertion professionnelle. On avance l'hypothèse qu'il est en train de se conformer, au Brésil, un nouveau modèle précaire d'intégration de la classe des travailleurs, un précariat, dans lequel se combinent la précarité dans l'emploi et au travail et la forte présence de l'État et de ses politiques d'assistance sociale.

Mots-clés: Emploi, précarité, marché du travail.

AÇÃO COLETIVA E POLARIZAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE: PARA UMA TEORIA DO CONFLITO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Margareth da Luz Coelho
Marco Aurelio Ruediger
Rafael Martins de Souza
Amaro Silveira Grassi

RESUMO

Este artigo busca desenvolver a hipótese de que o Brasil estaria experimentando uma tendência à polarização política, apartando as novas formas de ação coletiva das estruturas do Estado, tendo a internet como fator central de articulação de novas demandas sociais e de mobilização social. Na primeira parte, serão utilizados os resultados da pesquisa "Mobilidade Urbana e Cidadania", realizada pela FGV/DAPP em março de 2014, sobre mobilidade urbana, estopim das manifestações do ano passado. Serão testadas com base em regressões estatísticas as hipóteses construídas acerca da centralidade da internet no processo de mobilização social verificado a partir do ano passado. Na segunda parte, será analisada a pesquisa sobre a reação da polícia àquele movimento, sobretudo na sua forma mais radicalizada de protestos – os black blocs –, revelando que os próprios policiais consideram-se despreparados para lidar com as manifestações. Ao final, será sugerida uma abordagem conjunta para os resultados das duas pesquisas, com elementos para interpretar o atual ciclo político brasileiro a partir de uma perspectiva do conflito entre Estado e sociedade civil, para além da perspectiva orientada ao consenso da redemocratização.

Palavras-chave: jornadas de junho, ação coletiva, esfera pública interconectada.

ABSTRACT

This article seeks to develop the hypothesis that Brazil would be experiencing a tendency to political polarization, separating the new forms of collective action of state structures, with the Internet as a central factor in articulating new social demands and social mobilization. In the article, it will be suggested initial elements for formulating a "theory of collective action and conflict in contemporary Brazil", which would represent a change in the terms of the policy in the country. The first section draws upon the data collected from the survey conducted by FGV/DAPP in March 2014 regarding Urban Mobility which triggered the manifestations in 2013. In the second part,

the article delves into the research about police action and reaction to that movement revealing that police consider themselves unprepared to deal with the demonstrations. In the concluding section, a joint approach is suggested for the results of two surveys, with elements to interpret the current Brazilian political cycle.

Keywords: June Journeys, collective action, interconnected public sphere.

RÈSUMÈ

Cet article cherche à développer l'hypothèse que le Brésil expérimente une tendance à la polarisation politique, en séparant les nouvelles formes d'action collective des structures du État, avec l'internet comme un facteur central dans l'articulation de nouvelles demandes sociales et de la mobilisation sociale. Dans la première, seront utilisés les résultats de la recherche "Mobilité urbaine et citoyenneté", menée par FGV-DAPP en mars 2014 et déjà mentionnée. Seront testés aussi, avec régressions statistiques, des hypothèses construits environ la centralité de l'internet dans le processus de mobilisation sociale. Dans la deuxième partie, la recherche sur la réaction de la police à ce mouvement sera analysée, surtout dans sa forme plus radicalisée – l'action des black blocs – en révélant que la police ne s'estime pas préparée pour faire face aux manifestations. À la fin, une approche commune est suggérée pour les résultats des deux enquêtes, avec des éléments d'interprétation du actuel cycle politique brésilien dans une perspective de conflit entre l'État et la société civile.

Mots-clés: journées de juin, action collective, sphère publique interconnecté

CORPOS E CIDADE EM MOVIMENTO: JOVENS E (IN) VISIBILIDADES NOS CIRCUITOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS NA CIDADE DE SOBRAL-CEARÁ

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares
Nadja Rinelle Oliveira de Almeida
Alba Maria Pinho de Carvalho

RESUMO

Esse artigo consubstancia reflexões sobre a inserção precarizada de jovens trabalhadores no espaço da cidade em movimento em tempos contemporâneos. Parte de uma observação atenta e vigilante do espetáculo de corpo jovens, em suas performances, nos percursos do

seu trabalho de venda de produtos, no centro da cidade de Sobral, no Estado do Ceará. Incide o foco analítico nos processos de mercantilização na civilização do capital, a adentrar no universo das juventudes, como uma dimensão da sociedade do espetáculo. Enfoca os movimentos de corpos, a encarnar a precariedade do trabalho, nos circuitos da cidade, em articulação com os próprios movimentos de expansão do capital.

Palavras-chave: Jovens trabalhadores. Corpos. Espetáculo.

ABSTRACT

This article embodies reflections on the precarious insertion of young workers in the city space in motion in contemporary times. Part of close observation and body show the vigilant youth in their performances, the routes of its work product sales, in the center of the city of Sobral, state of Ceará. It focuses the analytical focus on commercialization processes in the capital of civilization, enter the universe of youths, as a dimension of spectacle society. Focuses on the movements of bodies, to embody the precariousness of employment in the city circuits in conjunction with their own capital expansion movements.

Keywords: Young workers. Bodies. Show.

RÉSUMÉ

Cet article incarne réflexions sur l'insertion précaire des jeunes travailleurs dans l'espace de la ville en mouvement à l'époque contemporaine. Une partie de l'observation proche et le corps montré aux jeunes vigilants dans leurs performances, les itinéraires de ses ventes de produits de travail, dans le centre de la ville de Sobral, l'état de Ceará. Il se concentre sur la mise au point d'analyse des processus de commercialisation dans la capitale de la civilisation, entrer dans l'univers des jeunes, comme une dimension de la société de spectacle. Met l'accent sur les mouvements des corps, pour incarner la précarité de l'emploi dans les circuits de la ville en collaboration avec leurs propres mouvements d'expansion des immobilisations.

Mots-clés: Jeunes travailleurs. Corps. Spectacle.

A TEORIA DA 'SOCIEDADE DO ESPETÁCULO' E OS MASS MEDIA: VETORES IDEOLÓGICOS

Daniel Maurício Viana de Souza

RESUMO

Discute acerca do condicionamento ideológico exercido pela, assim denominada, sociedade do espetáculo nos processos e linguagens info-comunicacionais concernentes aos *mass media* contemporâneos. Num primeiro momento, aborda a noção de 'espetáculo' associando-a ao movimento situacionista e contextualizando-a na atualidade. Em seguida, argumenta sobre os acionamentos ideológicos que envolvem as práticas concernentes ao horizonte dos meios de comunicação de massa. E por fim, analisa os vetores ideológicos a partir dos quais se pode destacar a ação 'espetacular' no âmbito *mass media* especificamente.

Palavras-chave: Sociedade do Espetáculo; *Mass media*; Ideologia

ABSTRACT

Discusses about the ideological conditioning exercised by the, so called, spectacle society in the process and languages info-communication concerning the mass contemporary media. At first, approaches the notion of 'spectacle' associating it with the situationist movement and contextualizing it in today. Then argues about the ideological drives involving practices concerning the horizon of the mass media. Finally, analyzes the ideological vectors from which we can highlight the 'spectacular' in action under media specifically.

Keywords: Society of the Spectacle; Mass media; Ideology

RÉSUME

Discute sur le conditionnement idéologique exercé par le, soi-disant, société du spectacle dans le processus et les langues info-communication concernant les médias de masse contemporaine. Dans un premier temps, traite de la notion de 'spectacle', il se associer à un mouvement situationniste et contextualisant dans aujourd'hui. Fait ensuite valoir sur les lecteurs idéologiques impliquant pratiques concernant l'horizon des médias de masse. Finalement, analyse les vecteurs idéologiques à partir de laquelle nous pouvons mettre en évidence le 'spectaculaire' en action sous un support particulier.

Mots-clés: Société du Spectacle; médias de masse; idéologie

ENTRE O CONSENSO E O CONFLITO OU QUAL O LUGAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA RELAÇÃO ENTRE TEORIA SOCIAL E DEMOCRACIA?

Rodrigo Mello

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo traçar um debate entre alguns dos principais expoentes da teoria social contemporânea que, em direções opostas, apontam soluções à equação entre democracia e pluralismo social. Propondo os movimentos sociais como um elo privilegiado entre teoria social e democracia, dividiremos este artigo em torno de dois movimentos, dedicando-nos, por um lado, ao exame das contribuições teóricas e limites normativos trazidos ao debate pelos teóricos que propõe a deliberação como fundamento para a constituição de consensos democráticos, e por outro, a reflexão acerca das potencialidades de conexão entre democracia e movimentos sociais trazidas por um campo teórico que defende o conflito como via mais adequada para a participação dos movimentos sociais na composição de horizontes democráticos.

Palavras-Chave: Teoria Social, Democracia, Movimentos Sociais, Consenso, Conflito.

ABSTRACT

This paper aims to debate about some of the leading exponents of contemporary social theory that, towards opposite directions, offer solutions to the equation between democracy and social pluralism. Proposing the social movements as a privileged link between social theory and democracy, this paper will be presented around two movements. On the one hand, we will examine the theoretical contributions and normative limits defended by the theorists who proposed the deliberation as support for the establishment of the democratic consensus. On the other hand, this study will analyze the connection between democracy and social movements through a theoretical field that defends the conflict as the most reasonable way for the participation of social movements in the composition of democratic horizons.

Keywords: Democracy, social theory, social movements.

RÉSUMÉ

Ce document vise à susciter un débat entre quelques-uns des principaux représentants de la théorie sociale contemporaine qui, dans des directions opposées, présentent des solutions à l'équation entre la démocratie et le pluralisme social. Proposant les mouvements sociaux comme un lien privilégié entre la théorie sociale et la démocratie, nous diviserons cet article en deux volets, en nous consacrant, d'une part, à l'examen des contributions théoriques et limites normatives apportées au débat par les théoriciens qui proposent la délibération comme fondement de l'établissement de consensus démocratiques, et d'autre part, à la réflexion sur les liens potentiels entre la démocratie et les mouvements sociaux induits par un champ théorique qui défend le conflit comme voie la plus appropriée pour la participation des mouvements sociaux à la composition d'horizons démocratiques.

Mots-Clés : Démocratie, théorie social, mouvements sociaux.